

Relatório e Contas Consolidado

2022

Índice

| | | |
|----|------------------------------|----|
| 01 | Mensagem do Presidente | 05 |
| 02 | Órgãos Associativos | 08 |
| 03 | Factos Relevantes | 11 |
| 04 | Grupo Montepio | 19 |
| 05 | Enquadramento das Atividades | 22 |
| 06 | Síntese de Indicadores | 28 |
| 07 | Principais Atividades | 31 |

| | | |
|----|---|-----|
| 08 | Responsabilidade Social e Sustentabilidade | 52 |
| 09 | Sistema de Controlo Interno e Gestão de Riscos | 68 |
| 10 | Balanço Consolidado | 74 |
| 11 | Resultado Consolidado | 79 |
| 12 | Demonstrações Financeiras Consolidadas | 85 |
| 13 | Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Consolidadas | 95 |
| 14 | Certificação Legal de Contas Consolidadas | 370 |
| 15 | Parecer do Conselho Fiscal | 376 |

01

Mensagem do Presidente



Mensagem do Presidente

Estimadas(os) Associadas(os),

Nos termos das disposições regulamentares aplicáveis, o Conselho de Administração do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) apresenta o Relatório e Contas Consolidadas de 2022, que será submetido à deliberação da Assembleia de Representantes, em conjunto com o relatório de certificação legal das contas do auditor externo e o parecer do Conselho Fiscal.

Este relatório analisa a consolidação das contas individuais do MGAM com as contas das suas entidades participadas e restantes entidades em que a Associação Mutualista detém a maioria do capital e o domínio da gestão, com destaque para as áreas bancária, com a Caixa Económica Montepio Geral – caixa económica bancária, S.A., com designação comercial de Banco Montepio, de seguros e fundos de pensões, composta pela Lusitania Companhia de Seguros, S.A., a Lusitania Vida, S.A. e Futuro, SGFP, S.A., de residências sénior e de estudantes, de que fazem parte a Residências Montepio, S.A. e a Montepio Residências para Estudantes, S.A., de gestão de ativos, com a Montepio Gestão de Activos, SGOIC, S.A., e de gestão imobiliária, desenvolvida pela Bolsimo S.A.. e pela Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE.

O ano de 2022 ficou marcado pelo regresso ao normal funcionamento das atividades económicas, após o período pandémico, com um crescimento robusto da economia, o qual foi atenuado pelo eclodir da guerra na Ucrânia, que contribuiu para um aumento significativo da taxa de inflação e das taxas de juro, com impacto nos orçamentos e no nível de poupança das famílias e das empresas.

Merecem destaque as alterações no domínio do governo do Grupo, com a tomada de posse dos membros dos órgãos associativos do MGAM, para o mandato 2022-2025, e o início de funções do novo Conselho de Administração do Banco Montepio, para o quadriénio 2022-2025.

O Grupo Montepio prosseguiu a sua estratégia de geração de valor, tendo a atividade consolidada evidenciado um relevante dinamismo, atingindo um resultado líquido de 90,8 milhões de euros, suportado pelos resultados positivos da globalidade das empresas do Grupo, com relevo para os 50,2 milhões de euros obtidos pelo MGAM e pelos 33,8 milhões de euros registados no Banco Montepio, o qual apresentou um crescimento nas carteiras de crédito e de depósitos e uma redução significativa dos ativos não produtivos.

De igual modo, prosseguiram as iniciativas de simplificação e otimização do Grupo, com destaque para a atividade seguradora, com a dissolução da Montepio Seguros, visando a

eliminação de redundâncias, a simplificação de estruturas e a redução de custos, passando todas as suas participações a ser detidas diretamente pelo MGAM, merecendo também relevo a concretização do processo de fusão da Montepio Valor na Montepio Gestão de Ativos e, na vertente bancária, o acordo de venda do Finibanco Angola.

Ao longo do exercício, o Grupo Montepio acelerou o desenvolvimento do seu modelo de oferta, no sentido de melhorar a resposta às necessidades dos Associados e Clientes, assegurando a preocupação com a sustentabilidade, onde se destaca um trabalho substancial já realizado na preparação da revisão do regulamento de benefícios das modalidades mutualistas, a concessão de empréstimos verdes, na vertente bancária, a implementação de uma clínica de saúde, a abertura de uma nova residência de estudantes em Lisboa e o arranque da construção de seis edifícios na Quinta do Pinheiro, no Porto, na componente habitacional.

Ao nível das operações, o Grupo Montepio procedeu à implementação de medidas e processos que visam o aumento da eficiência, da digitalização e da melhoria dos processos, por forma a tornar o Grupo mais ágil e eficiente. De igual modo, o Grupo manteve o seu compromisso com a sustentabilidade e com a responsabilidade social, quer através do apoio a projetos sociais e a diversas iniciativas culturais, quer pelo desenvolvimento de esforços no sentido de mitigar o impacto no consumo de recursos naturais, reforçando as preocupações ambientais e sociais nas suas atividades e operações.

O futuro apresenta ainda dificuldades e incertezas devido ao conflito armado, que infelizmente persiste. Em 2023, o Montepio pretende continuar a dar o seu contributo para melhorar as condições de vida dos seus Associados e Clientes, através da satisfação das suas necessidades financeiras, alicerçado na solidez da sua estrutura e nos valores de solidariedade, independência e autonomia, que são a sua natureza.

Impõe-se um agradecimento aos Estimados Associados e Clientes, pelo apoio e confiança que têm depositado na Associação Mutualista e nas diversas entidades que constituem o Grupo Montepio, robustecendo a sua diferença, finalidades e compromisso de sustentabilidade, ao serviço de todos e em benefício do desenvolvimento do mutualismo e dos seus valores de auxílio recíproco.

Por fim, expresso, em meu nome e em nome do Conselho de Administração, o reconhecimento a todos os trabalhadores das diversas entidades do Grupo Montepio e aos membros dos órgãos institucionais e sociais, do MGAM e das restantes entidades do grupo, pelo esforço, dedicação e resiliência demonstrados, imprescindíveis para vencer os desafios que se colocaram e colocam nas diversas atividades e para continuar a construir o futuro, nesta nossa já longa e sempre determinada caminhada, ao serviço dos seus Associados e Clientes e de toda a Comunidade.

Com as mais calorosas saudações mutualistas,

Virgílio Lima

02

Órgãos Associativos



Órgão Associativos

Os novos membros dos órgãos do Montepio Geral Associação Mutualista (doravante MGAM, Montepio Associação Mutualista, Associação Mutualista, Associação Mutualista Montepio ou Associação), eleitos no passado dia 17 de dezembro de 2021, incluindo os titulares do novo órgão associativo (Assembleia de Representantes), tomaram posse e iniciaram funções no dia 11 de janeiro de 2022.

A composição dos órgãos eleitos para o quadriénio 2022 - 2025, é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

| | |
|---------------|---|
| Presidente | Maria de Belém Roseira M. C. Henriques Pina |
| 1º Secretário | José Alberto Pereira Pitacas |
| 2º Secretário | António Dias Sequeira |

Conselho de Administração

| | |
|---------------------|--------------------------------------|
| Presidente | Virgílio Manuel Boavista Lima |
| Vogal | Idália Maria Marques Salvador Serrão |
| Vogal | João Carlos Carvalho das Neves |
| Vogal | Rui Pedro Brás de Matos Heitor |
| Vogal | Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro |
| Vogal Não Executivo | Alípio Barrosa Pereira Dias |
| Vogal Não Executivo | Luis Manuel dos Santos Silva Patrão |

Conselho Fiscal

| | |
|------------|------------------------------------|
| Presidente | Victor Domingos Seabra Franco |
| Vogal | Ana Paula de Jesus Harfouche |
| Vogal | António Paulo da Silva G. Raimundo |

Mesa da Assembleia de Representantes

| | | |
|---------------|-----------------------|---|
| Presidente | Assento 3 – Escalão A | Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho |
| 1º Secretário | Assento 5 – Escalão B | Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho |
| 2º Secretário | Assento 2 – Escalão A | Maria da Conceição B. da Cunha Gameiro Zagalo |

Outros Membros da Assembleia de Representantes

| | | |
|------------|-----------|---|
| Assento 1 | Escalão B | Vítor José Melícias Lopes |
| Assento 4 | Escalão B | Ana Isabel Drago Lobato |
| Assento 6 | Escalão A | Joel André Ferreira de Azevedo |
| Assento 7 | Escalão A | José Eduardo Rego Mendes Martins |
| Assento 8 | Escalão A | José Miguel da Graça Estevão André Nogueira |
| Assento 9 | Escalão A | Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes |
| Assento 10 | Escalão A | Josué Carlos Marques Caldeira |
| Assento 11 | Escalão A | Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira |
| Assento 12 | Escalão A | Henrique Manuel Baptista da Costa Monteiro |
| Assento 13 | Escalão B | Manuel Rui dos Santos Caseirão |
| Assento 14 | Escalão B | Manuel Costa Duarte Ramos Lopes |
| Assento 15 | Escalão A | José Eduardo Franco |
| Assento 16 | Escalão B | Carlos Manuel de Melo Gomes Areal |
| Assento 17 | Escalão B | Alberto José dos Santos Ramalheira |
| Assento 18 | Escalão B | Tiago Peralta Raposo de Sousa d'Alte |
| Assento 19 | Escalão A | Cláudia Sofia Gomes Monteiro de Aguiar |
| Assento 20 | Escalão A | Ricardo Miguel Alves Fernandes |
| Assento 21 | Escalão B | Víctor da Silva Ruivo |
| Assento 22 | Escalão A | Marta Alexandra de Sá Lopes Ferreira da Silva |
| Assento 23 | Escalão B | Maria Joaquina Ruas Madeira |
| Assento 24 | Escalão A | Augusta Regina Alves Gato de Moura Guedes |
| Assento 25 | Escalão B | António Fernando Menezes Rodrigues |
| Assento 26 | Escalão B | Maria das Dores Marques Banheiro Meira |
| Assento 27 | Escalão A | Luis Manuel de Oliveira Metelo |
| Assento 28 | Escalão B | José Manuel da Cunha Rainho |
| Assento 29 | Escalão B | Viriato Monteiro da Silva |
| Assento 30 | Escalão A | Fernando Jorge da Cruz Albuquerque |

03

Factos Relevantes



Factos relevantes

No ano de 2022, merecem destaque os seguintes eventos institucionais relevantes para a atividade e evolução do Grupo Montepio:

Na esfera do MGAM

Tomada de posse dos órgãos associativos do MGAM e dos órgãos sociais do Banco Montepio para o quadriénio 2022-2025

No dia 11 de janeiro de 2022, teve lugar a tomada de posse dos membros dos órgãos associativos, que irão realizar o governo do MGAM durante o mandato 2022-2025, os quais, de acordo com os novos estatutos, são constituídos pela Mesa da Assembleia Geral, pela Assembleia de Representantes, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal.

A alteração estatutária ocorrida no MGAM determinou a distinção e distribuição funcional dos membros do Conselho de Administração eleitos entre Administradores Executivos e Administradores não Executivos, tendo sido constituída a 25 de janeiro, a Comissão Executiva do Conselho de Administração.

O novo órgão associativo Assembleia de Representantes efetuou a sua primeira reunião a 4 de fevereiro, tendo sido eleita a Mesa da Assembleia de Representantes, aprovado o calendário de reuniões para 2022 e deliberado o respetivo regimento de funcionamento, nos termos do disposto na alínea m), do n.º 1, do artigo 30.º dos Estatutos. Na reunião de 28 de julho, foram aprovadas as regras base do estatuto remuneratório dos órgãos associativos, nos termos do n.º 2, do artigo 50.º dos Estatutos e foi eleita a Comissão de Remunerações do MGAM nos termos previstos na alínea h), do n.º 1, do artigo 30.º dos Estatutos.

No dia 29 de abril de 2022, foi realizada a assembleia geral de eleição dos órgãos sociais do Banco Montepio para o quadriénio 2022-2025, os quais iniciaram funções a 25 de julho de 2022, concluído o processo de *fit and proper* e na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal.

Racionalização do Grupo Montepio

Em outubro 2022, ocorreu a dissolução e liquidação da Montepio Seguros, SGPS S.A., tendo o Montepio Geral Associação Mutualista adquirido a totalidade do capital social e direitos de voto, passando a deter 97,72% do capital social da Lusitania, Companhia de Seguros, 99,79% do capital social da Lusitania Vida, Companhia de Seguros e 76,77% do capital social da

Futuro, SGFP. Esta foi uma decisão estratégica do grupo, com vista a uma maior simplificação orgânica, bem como, a obtenção de ganhos de eficiência ao nível dos custos de gestão.

Adicionalmente, prosseguiram diversos trabalhos de racionalização do Grupo, destacando-se operações nas áreas de gestão de ativos, seguros, banca e saúde, explicados na esfera dos factos relevantes de cada empresa.

Na área da saúde, em novembro de 2022, foi alienada à CUF, S.A. a participação social detida pelo MGAM na SAGIES – Segurança e Saúde no Trabalho, S.A., operação que se enquadra na estratégia do MGAM de simplificação da estrutura empresarial do Grupo Montepio.

Na esfera da Caixa Económica Montepio Geral

Início de exercício de funções dos novos membros dos Órgãos Sociais

O novo Conselho de Administração iniciou o exercício de funções para o quadriénio 2022-2025, em conformidade com a deliberação tomada na Assembleia Geral de acionistas, realizada em 29 de abril de 2022, tendo adotado uma composição do *governance* que faz jus ao firme compromisso com a igualdade de género, o mais paritário da banca nacional, composto por sete mulheres (58%) e cinco homens (42%).

Melhoria do *Rating* do Banco Montepio

A Moody's subiu a notação de risco das obrigações sénior não garantidas do Banco Montepio para B2, o *rating* de depósitos de longo prazo para Ba3 e das obrigações hipotecárias (OHs) para Aa2 (a notação máxima atribuída pela agência a emitentes portugueses).

A Fitch reviu em alta a notação de risco de longo prazo do Banco Montepio para B, mantendo a perspetiva positiva, o *rating* dos Depósitos de longo prazo para B+ e das OHs para AA.

Já em março de 2023, a DBRS reviu em alta a notação de risco de longo prazo do Banco Montepio para B (*high*), mantendo a tendência estável (*Trend Stable*) e o *rating* dos Depósitos de longo prazo para BB (*low*).

Simplificação da estrutura societária e melhoria do modelo operativo do grupo Banco Montepio

A 30 de setembro de 2022, o Banco Montepio concluiu o processo de dissolução voluntária e liquidação do Banco Montepio Geral Cabo Verde, no âmbito da redefinição estratégica das participações internacionais, com vista ao foco no mercado doméstico.

A 4 de outubro de 2022, o Banco Montepio assinou um acordo de venda da participação detida pela sua subsidiária Montepio Holding, SGPS, S.A. no capital social do Finibanco Angola, S.A. ao Access Bank Plc, estimando-se o *closing* da operação de venda no decurso de 2023, sendo que o resultado de 2022 já incorpora o ajustamento do valor desta subsidiária, atendendo aos termos acordados.

Em agosto de 2022, o Banco Montepio deliberou a integração do Banco Empresas Montepio (BEM), detido a 100% pela sua subsidiária Montepio Holding, SGPS, S.A., incluindo a

transferência de todos os seus ativos, passivos e operações, que poderá ser realizada por via de fusão por incorporação, ou outra que seja considerada favorável. Em dezembro de 2022, aprovou o modelo de integração operacional, assim como, a análise da possibilidade da eventual venda da licença bancária do BEM (após *carve-out* de toda a atividade).

Gestão da Estrutura de Capital

Em dezembro de 2022, foi aprovada, pela Assembleia de Representantes do MGAM, a redução de capital do Banco Montepio, visando a cobertura dos resultados transitados negativos e o objetivo de criar condições para que a entidade possa proceder à distribuição de resultados. Já em 2023 (10 de fevereiro de 2023) foi realizada uma assembleia geral extraordinária de acionistas do Banco Montepio, na qual foi tomada por unanimidade a deliberação sobre a reformulação das rubricas do capital próprio com a finalidade especial de reforço dos fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, visando a cobertura dos resultados transitados negativos, mediante redução do capital social de 1 210,0 milhões de euros, sem alteração do número de ações existentes e sem alteração do valor total da situação líquida e dos fundos próprios.

Iniciativas ESG – *Environmental, Social, Governance*

No âmbito da estratégia de sustentabilidade em curso, o Banco Montepio aderiu ao UN Global Compact, reafirmando a sua missão de melhorar a realidade das famílias, das empresas e apoiar as entidades da economia social, por forma a contribuir ativamente para um presente mais consciente e solidário, e cooperar na construção de um futuro mais sustentável para as gerações vindouras.

O Banco Montepio aderiu aos *Women's Empowerment Principles* das Nações Unidas, no âmbito do plano de integração pela diversidade e o respeito pelos Direitos Humanos Universais.

O Banco Montepio reafirmou o compromisso com o desenvolvimento sustentável e juntou-se à Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) na 1.ª Edição da ESG WEEK 2022, uma iniciativa da APEE, que contou com o Banco Montepio como anfitrião e *main sponsor*, onde se debateram os grandes temas da sustentabilidade enquadrados no domínio ESG.

Na esfera da Lusitania Cª Seguros, SA

Gestão da Estrutura de Capital

A Lusitania iniciou em 2019 um ciclo de resultados líquidos positivos, no entanto, as perdas que foram acumuladas em exercícios anteriores, determinavam ainda um resultado transitado negativo que se situava em 114,9 milhões de euros, a 30 de novembro de 2022.

Para reforçar o cumprimento dos requisitos de capital de solvência, bem como, para melhorar a qualidade de fundos próprios, foi realizada a 20 de dezembro de 2022 uma operação de conversão de dois Empréstimos Obrigacionistas Subordinados em Prestações

Acessórias de Capital, sob a forma de Prestações Suplementares, no montante de 14,5 milhões de euros.

Em virtude do acima exposto, a Lusitania Companhia de Seguros considerou oportuno submeter à aprovação do acionista Montepio Geral Associação Mutualista, uma operação financeira destinada a adequar a estrutura de capitais da Sociedade e potenciar a criação de valor, que assentou, em termos processuais, no aumento do capital social no montante de 114,9 milhões de euros, por incorporação de Prestações Acessórias de Capital sob a forma de Prestações Suplementares e uma subsequente redução do capital social para o valor de 12,5 milhões de euros, com o objetivo de cobertura dos resultados transitados negativos, no montante de 114,9 milhões de euros, permitindo refletir melhor o potencial atual de criação de valor e proceder à distribuição de resultados se assim for decidido pelos seus acionistas, verificados os demais pressupostos legais e regulatórios.

Com efeito, esta operação mereceu a aprovação da Assembleia de Representantes do MGAM, na reunião realizada no passado dia 28 de dezembro de 2022, tendo sido igualmente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Lusitania Companhia de Seguros no dia 10 de fevereiro de 2023 e confirmada a sua conformidade legal e financeira por parte da Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) no dia 7 de março de 2023.

IFRS17

O ano de 2022 foi decisivo na prossecução dos objetivos para a implementação da nova norma contabilística, tendo sido atingidos diversos propósitos como a adoção de políticas e definições metodológicas mais adequadas à realidade da Companhia.

Com ajuda de um conjunto de consultores que têm vindo a colaborar durante todo este processo, a Lusitania desenvolveu esforços significativos para adotar o novo normativo e estar em conformidade com as exigências regulatórias. O regime normativo está em vigor desde 1 de janeiro de 2023.

Na esfera da Lusitania Vida, Cª Seguros, SA

Plano de *Derisking*

A Lusitania Vida, no dia 7 de fevereiro de 2022, apresentou uma situação de incumprimento do requisito de capital de solvência, facto que foi devidamente reportado nos eventos subsequentes ao encerramento do exercício, tanto no Relatório e Contas do exercício de 2021, como no Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira e no Relatório de Gestão.

Cumprindo o estabelecido no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), o Supervisor foi prontamente informado, tendo sido estabelecido um Plano de Recuperação Financeira, ao abrigo do art. 306º do RJASR.

Em paralelo, e face a uma evolução muito desfavorável dos mercados financeiros com impacto na situação económica e financeira da Lusitania Vida, foi delineado um Plano de *Derisking* relativamente à carteira de ativos financeiros, tendo sido implementadas, com

sucesso, as medidas de maior relevo, com vista a uma redução expressiva dos riscos de *spread* e de taxa de juro, que permitiram uma rápida recuperação dos adequados níveis de solvência. Foram, igualmente, tomadas medidas de ajustamento ao nível da oferta de produtos, os quais foram redesenhados para as novas condições de mercado.

Em complemento a um conjunto de medidas de ajustamento, a Companhia emitiu no dia 23 de setembro de 2022, um empréstimo obrigacionista no valor de 7,5 milhões de Euros “Obrigações Lusitania Vida 2022-2023, as quais foram subscritas integralmente pelo Montepio Geral Associação Mutualista, contribuindo para uma maior solidez financeira, através do reforço de fundos próprios nível 2.

Também ao nível da volatilidade do valor dos ativos financeiros foram avaliadas medidas de adequação, com vista a prosseguir o objetivo de uma gestão sã e prudente, em defesa dos interesses dos tomadores de seguros. Nesse sentido, a partir de março de 2022, a Companhia iniciou um processo de adequação entre as *durations* das responsabilidades e dos ativos, no sentido de salvaguardar o interesse dos tomadores de seguros neste segmento de atividade, facto que determinou uma alteração na gestão dos ativos financeiros afetos aos produtos com taxa garantida (sem participação nos resultados).

Tendo presente a norma IFRS9, com efeitos a 1 de outubro de 2022, o modelo de negócio para a mensuração dos ativos financeiros foi revisto, tendo os ativos financeiros afetos a esta modalidade de produtos sido reclassificados ao custo amortizado. O montante de carteira, nesta situação, foi de 461,4 milhões de euros.

Este conjunto de medidas, desenvolvidas de forma sistemática, permitiram a recuperação financeira e económica da Companhia, o cumprimento dos níveis de solvência da Política de Apetite ao Risco e apresentar, uma vez mais, resultados positivos de forma expressiva.

Sistema de Governação

Ao nível do Sistema de Governação, a Lusitania Vida encetou um processo de implementação de uma estrutura com uma maior segregação de funções e de pelouros, com um Conselho de Administração mais alargado, com vista a uma gestão orientada ao crescimento sustentado da atividade. Em termos de estruturas internas, o novo modelo organizacional contempla novos Comitês de Gestão (em substituição da anterior Comissão e Direção) orientados para o Controlo Interno, Investimentos, Gestão de Riscos e de Negócio.

Na esfera da Futuro, SGFP, SA

As alterações das condições do mercado conduziram à revisão dos termos e condições dos contratos celebrados com terceiros, no âmbito da sua atividade, com impacto no desempenho da empresa no exercício de 2022.

Na esfera da Montepio Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo

O ano de 2022 ficou marcado pelo processo de fusão, por incorporação da Montepio Valor – SGOIC, S.A. (Montepio Valor) na Montepio Gestão de Activos – SGOIC, S.A. (Montepio Gestão de Activos), o qual teve na sua génese uma deliberação de cariz estratégico do Conselho do Acionista maioritário – o Montepio Geral Associação Mutualista – de outubro de 2020. Com a operação, promoveu-se a simplificação da estrutura, a obtenção de sinergias e uma alocação de recursos mais eficiente, destacando-se, designadamente, a redução de custos ao nível dos órgãos sociais.

Na esfera das Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA

Alteração do Modelo de Governo da Sociedade

Tendo como princípio elementar uma política empresarial robusta e moderna, em outubro de 2022, a Assembleia Geral nomeou um novo administrador executivo, fortalecendo a gestão executiva da sociedade, com ajustes ao regulamento de funcionamento do conselho de administração, em linha com as melhores práticas do mercado.

Clínica de Saúde

Foi implementada, em janeiro de 2022, uma nova “Clínica de Saúde Residências Montepio”, na residência do Montijo, alargando-se a oferta de serviços à comunidade das áreas de implantação das residências, em regime ambulatório, de assistência clínica em diversas especialidades médicas e de fisioterapia.

Parceria com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS)

Em julho de 2022, foi assinado um protocolo com o Ministério da Saúde para a criação do Balcão SNS24 na Residências Montepio. O objetivo deste espaço é o de facilitar e promover o acesso aos serviços digitais e de tele-saúde entre os cidadãos e os profissionais de saúde, inovando e reformando as alianças estratégicas com as autoridades do setor da saúde.

Qualidade Clínica – Processo de Acreditação

Perante a exigência do setor da saúde e do reconhecimento da qualidade clínica na Residências Montepio, deu-se início ao processo de acreditação da qualidade na saúde na Unidade do Montijo, segundo o modelo de acreditação internacional ACSA (Agencia de Calidad Sanitaria de Andalucía), que posteriormente se pretende expandir a todas as Unidades da Residências Montepio integradas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Certificação ISO9001:2015

Numa ótica dos processos de gestão a Residências Montepio comprometeu-se, igualmente, com o seu ciclo de melhoria contínua, dando continuidade ao seu modelo do sistema de

gestão da qualidade. Nesta sequência, a Residências Montepio renovou, com sucesso, a certificação dos seus sistemas de gestão da qualidade pela ISO9001:2015 na Sede, na Residência de Coimbra e Serviços de Apoio ao Domicílio (SAD), com extensão da certificação a todas as suas unidades residenciais abrangendo os centros de dia no Porto e Entrecampos.

Implementação da nova área de atividade – “Residência Virtual”

Foram desenvolvidos serviços complementares de assistência remota com a “Residência Virtual” e a Observação Médica Remota, disponibilizando diversas soluções destinadas a promover o bem-estar e a melhorar a qualidade de vida em acompanhamento próximo e focado no cliente.

Na esfera do Montepio, Residências para Estudantes, SA

Inauguração de Nova Residência

O ano de 2022 ficará marcado pela inauguração, em setembro, da Residência de Lisboa – João do Rio, com 62 quartos, a qual se revelou um caso de sucesso desde o primeiro momento, encontrando-se atualmente completamente ocupada.

De realçar que, também em setembro 2022, a capacidade da Residência de Lisboa – Santos foi ampliada com a disponibilização de mais um apartamento com seis quartos, dos quais dois preparados para estudantes com mobilidade reduzida.

04

Grupo Montepio



Grupo Montepio

No quadro das disposições aplicáveis, designadamente do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, o presente relatório e contas compreende a consolidação das contas individuais do MGAM, com as contas das entidades nas quais detém a totalidade do capital, ou participação relevante e o controlo da gestão, no exercício de 2022. Este universo de entidades desempenham um papel estratégico para a missão e finalidades mutualistas do Grupo Montepio.

O Grupo Montepio tem como casa mãe uma associação mutualista, o que lhe confere um perfil altamente diferenciador, face aos restantes grupos de cariz comercial, pelo que, qualquer análise ou interpretação sobre o seu modelo de funcionamento, modelo de atividade, estrutura patrimonial e desempenho deve ter em conta a sua génese, diferente natureza e finalidades.

Importa referir, que as associações mutualistas não são constituídas, com base em capital, mas sim, com as quotas, jóias e contribuições dos seus associados, que, através da entreaajuda e de uma gestão coletiva praticam fins de auxílio recíproco de proteção social e de desenvolvimento humano.

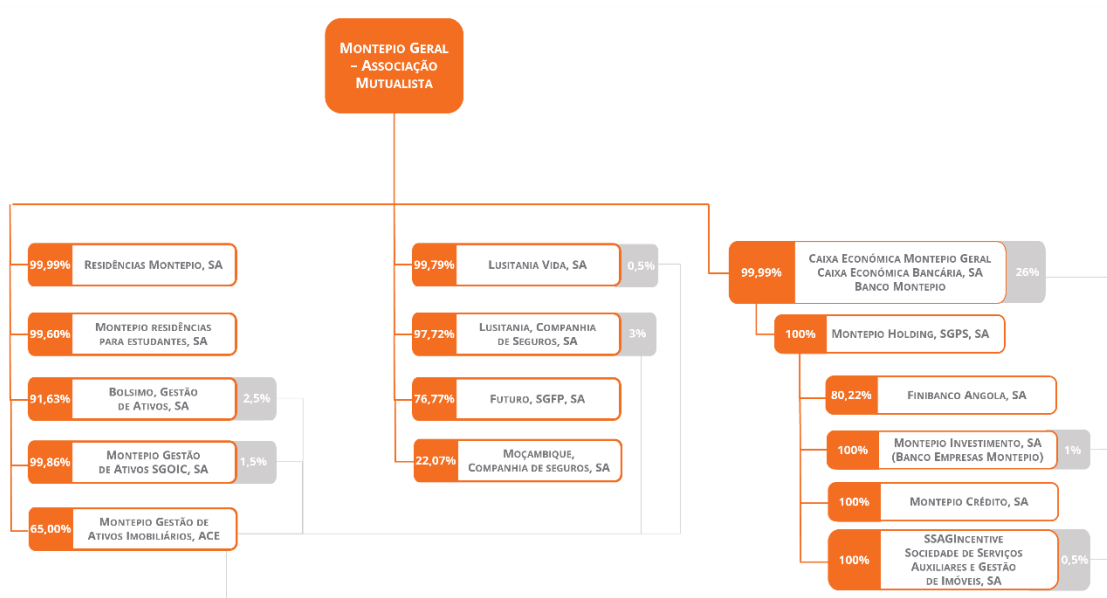
Acrescenta-se que, como associação mutualista e entidade da economia social, o MGAM não visa o lucro, tendo como fins proporcionar e garantir, aos associados, seus familiares e aos beneficiários por aqueles designados, benefícios de proteção e segurança social, de saúde, de educação e outros decorrentes das modalidades subscritas e das quotizações entregues, nas melhores condições e com adequada qualidade de serviço, tendo por base a aplicação dos princípios mutualistas, designadamente da solidariedade, da democraticidade e da responsabilidade, que se encontram definidos no Código das Associações Mutualistas (anexo ao Decreto-Lei nº 59/2018, de 2 de agosto). É, também, missão do MGAM prosseguir outras formas de proteção social e de melhoria da qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos, serviços e obras sociais e outras atividades que visem o desenvolvimento cultural, moral, intelectual e físico dos seus associados.

Ao completar 182 anos de existência, em 2022, o MGAM é o mais antigo grupo a operar no setor financeiro português e, também, o maior grupo da economia social portuguesa, tendo criado, constituído ou adquirido, ao longo da sua história, diversas entidades para realizar a sua missão e cumprir os seus fins mutualistas. Destaca-se a criação da Caixa Económica Montepio Geral como entidade anexa, em 1844, a qual, assim, se manteve durante 171 anos, até 2015.

O Montepio Geral Associação Mutualista detém a totalidade ou a maioria do capital, dos direitos de voto e exerce total controlo sobre um conjunto de outras entidades com interesse estratégico para as finalidades mutualistas, as quais atuam nos setores segurador, da gestão de ativos e de fundos de pensões, do imobiliário, da prestação de serviços

residenciais, de saúde e assistência à população sénior e na prestação de serviços de alojamento para estudantes, como se apresenta no organograma seguinte.

Organograma do Grupo Montepio



Estão ainda englobadas no perímetro de consolidação do MGAM outras entidades, que se encontram discriminadas no ponto 13 deste relatório, na nota explicativa às demonstrações financeiras.

No decorrer do ano de 2022 e com vista à racionalização do Grupo, à eliminação de redundâncias, à simplificação de estruturas e à redução de gastos procedeu-se à dissolução e liquidação da Montepio Seguros, SGPS, com a passagem para o MGAM das participações sociais da Lusitania Companhia de Seguros, que opera no ramo não vida, da Lusitania Vida, entidade dedicada ao ramo vida e da Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões. Adicionalmente, foi concretizada a fusão da Montepio Valor, SGOIC, S.A. por incorporação na Montepio Gestão de Activos, SGOIC, S.A., operação que teve em vista a obtenção de sinergias e maior eficiência na área de gestão de ativos. No decorrer de 2022, foi ainda alienada à CUF, S.A. a participação social detida pelo MGAM na SAGIES – Segurança e Saúde no Trabalho, S.A..

Ao nível da atividade bancária, no âmbito da redefinição estratégica das participações internacionais e visando o foco no mercado doméstico, o Banco Montepio concluiu o processo de dissolução voluntária e liquidação do Banco Montepio Geral Cabo Verde e acordou a venda ao banco comercial nigeriano Access Bank Plc da participação detida no capital social do Finibanco Angola S.A., através da sua participada Montepio Holding, SGPS, S.A., estimando-se que a conclusão da operação de venda ocorra no decurso de 2023.

05

Enquadramento das Atividades



Enquadramento das Atividades

Economia

Economia Mundial

Depois da forte recuperação da atividade em 2021, a economia mundial desacelerou em 2022, influenciada pela repercussão negativa do desencadear do conflito armado na Ucrânia, que contribuiu para um elevado aumento da inflação e um clima de incerteza a nível global.

De acordo com o *World Economic Outlook (WEO)* do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado em abril 2023, a economia mundial registou uma desaceleração em 2022, com um crescimento de 3,4%, comparativamente a 6,3% registados em 2021. A desaceleração da atividade, motivada pelo impacto do aumento da inflação, foi transversal à generalidade das grandes economias mundiais, assumindo maior relevância na Zona Euro pela deterioração do poder de compra das famílias e aperto das condições monetárias, a que se juntou a redução dos estímulos orçamentais, nos EUA., e o ressurgimento de casos de COVID-19 na China, no primeiro semestre do ano.

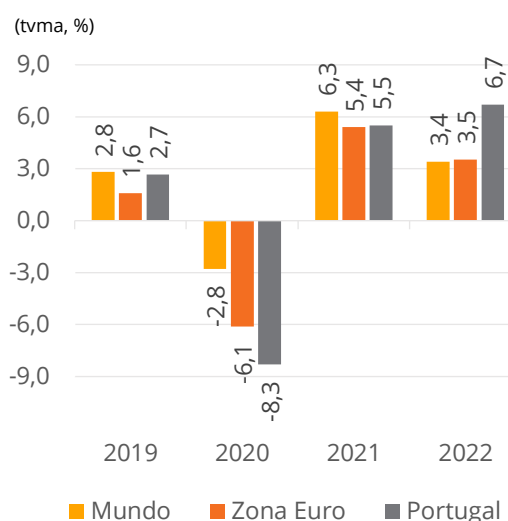
A atividade económica na zona Euro atingiu um crescimento médio anual em 3,5% por comparação a 5,4% verificados em 2021.

Ao longo do ano de 2022, assistiu-se a uma subida galopante da inflação na Zona Euro – a taxa de crescimento homóloga do Índice Harmonizado de Preços do Consumidor (IHPC) passou de 5,0% em dezembro de 2021, para 9,2% em dezembro de 2022, tendo atingido em outubro um pico de 10,6%, refletindo, em grande medida, a evolução dos preços da energia, tendo, posteriormente, começado a alastrar-se aos demais bens e serviços.

Face a esse contexto de elevada inflação, o Banco Central Europeu (BCE) deu início ao processo de retirada gradual dos estímulos monetários, com o primeiro momento a ocorrer em março de 2022, com o término do

programa de compra de ativos devido à emergência pandémica (*pandemic emergency purchase programme – PEPP*), e um segundo momento a ocorrer no final de junho, com o

Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Thomson Reuters, Montepio (GEEF) e FMI

término das aquisições líquidas de ativos, ao abrigo do seu programa de compra de ativos (*asset purchase programme* – *APP*), tendo depois, ao longo da segunda metade do ano, iniciado o ciclo de subidas das suas taxas de juro diretoras, nas reuniões de julho (de 50 p.b.), de setembro e outubro (ambas de 75 p.b.) e de dezembro (de 50 p.b.). Consequentemente, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*) fechou o ano de 2022 nos 2,50% e a taxa de depósitos nos 2,00%.

Economia Portuguesa

O Produto Interno Bruto português (PIB) registou um crescimento de 6,7% em 2022, o ritmo mais elevado desde 1987, depois do crescimento de 5,5% em 2021 e da diminuição histórica de -8,3% em 2020, na sequência dos efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica.

A evolução positiva da atividade teve os contributos mais significativos do consumo privado e das exportações e um menor peso do investimento. As despesas de consumo das famílias registaram uma evolução favorável ao longo de 2022, embora, com menor ritmo no final do ano pelo efeito da inflação, tendo atingido um crescimento médio anual de 5,7%, face a 4,7% de 2021, beneficiando da eliminação das restrições associadas à pandemia e da realização de compras adiadas. As exportações de bens e serviços mantiveram um dinamismo elevado em 2022, com um crescimento de 16,7%, após os 13,4% registados em 2021, impulsionadas pelas exportações de serviços, em particular os relacionados com o turismo. O investimento desacelerou para 2,7% (8,7% em 2021), num contexto de restrições de oferta, aumento dos custos de produção, agravamento das condições de financiamento, baixa execução dos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência e elevada incerteza.

Por setores de atividade económica destaca-se o crescimento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) do comércio, alojamento e restauração (16,7%) e dos transportes e armazenagem (10,7%). O setor da construção apresentou um dinamismo positivo, mas em desaceleração, face a 2021, com um crescimento de atividade de 0,7%, que compara com 4,6% registados em 2021, traduzindo um decréscimo anual de -3,5% do número de edifícios licenciados.

O mercado imobiliário habitacional evidenciou uma desaceleração em 2022, com as vendas de alojamentos familiares a exibirem um crescimento de 1,3% face a 20,5% registados em 2021, e o valor das habitações transacionadas a atingir um acréscimo de 13,1% face a 31,1% do período homólogo, num quadro de aceleração dos preços dos imóveis, que valorizaram 9,4% em 2021 e 12,6% em 2022.

Ao nível dos preços, e tal como sucedeu na Zona Euro e, praticamente, a nível global, assistiu-se, também, a um forte agravamento da taxa de inflação (medida pelo IHPC) ao longo de 2022, com a inflação média anual a ascender a 8,1% (0,9% em 2021). Tal como observado na Zona Euro, as pressões inflacionistas consolidaram-se ao longo do ano, alastrando-se dos preços da energia e dos alimentos para a generalidade das classes de bens e serviços.

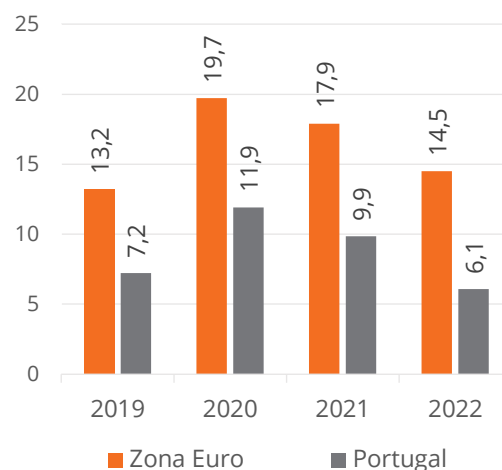
No mercado laboral, observou-se uma redução da taxa de desemprego, dos 6,6% verificados em 2021, para 6,0% em 2022, acompanhando o crescimento da atividade económica e

refletindo a necessidade de as empresas reterem os seus trabalhadores, num contexto de escassez de oferta de trabalho.

As finanças públicas beneficiaram do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de COVID-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva, suportado pelo aumento da receita fiscal (13,8%), com um crescimento de 16,5% dos impostos diretos e de 11,5% dos impostos indiretos. Assim, o défice orçamental (em % do PIB) diminuiu dos 2,9% observados em 2021 para 0,4%, em 2022, tendo o rácio da dívida pública sobre o PIB atingido 113,9% em 2022, representando uma descida de 11,5 p.p., face aos 125,4% registados em 2021.

A taxa de poupança dos particulares observou uma redução, tendo passado dos 9,9% em 2021, para 6,1%, em 2022, traduzindo o aumento do consumo e a estagnação do rendimento disponível real, num contexto de elevada inflação, provocando a diminuição da riqueza acumulada pelas famílias durante a pandemia.

Taxa de Poupança (% Rend. Disp.)



Fonte: Thomson Reuters e Comissão Europeia

Mercados Financeiros

O ano de 2022 ficou, indiscutivelmente, marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia a 24 de fevereiro, situação que provocou a aplicação de sanções económicas à Rússia, por parte do Ocidente, e uma escalada dos preços das *commodities*, que implicou, inevitavelmente, uma alteração das perspetivas de crescimento da atividade e dos preços, na generalidade das economias, embora em diferentes intensidades. Este contexto provocou, logo no início do ano, a interrupção da trajetória de recuperação do sentimento dos mercados, que tinha sido iniciada em meados de 2020, levando a correções nos mercados de ações e de obrigações, que caíram em simultâneo, pela primeira vez nas últimas duas décadas.

Os principais índices de ações dos E.U.A. registaram fortes quedas em 2022, com o *S&P 500* a cair 19,4% no total do ano, depois do forte crescimento de 26,9% em 2021. O *Nasdaq* exibiu uma queda ainda maior (-33,1%), ao passo que o *Dow Jones* desceu menos (8,8%). Na Europa, o *Eurostoxx 50* perdeu 11,7%, mas com o índice português *PSI* a conseguir valorizar 2,8%, em contraciclo com a generalidade das praças europeias (outra exceção foi o britânico *FTSE 100*: +0,9%), depois de já ter subido 13,7% em 2021. O índice *MSCI* global desceu 19,8%, afastando-se dos níveis máximos históricos registados em 16 de novembro de 2021.

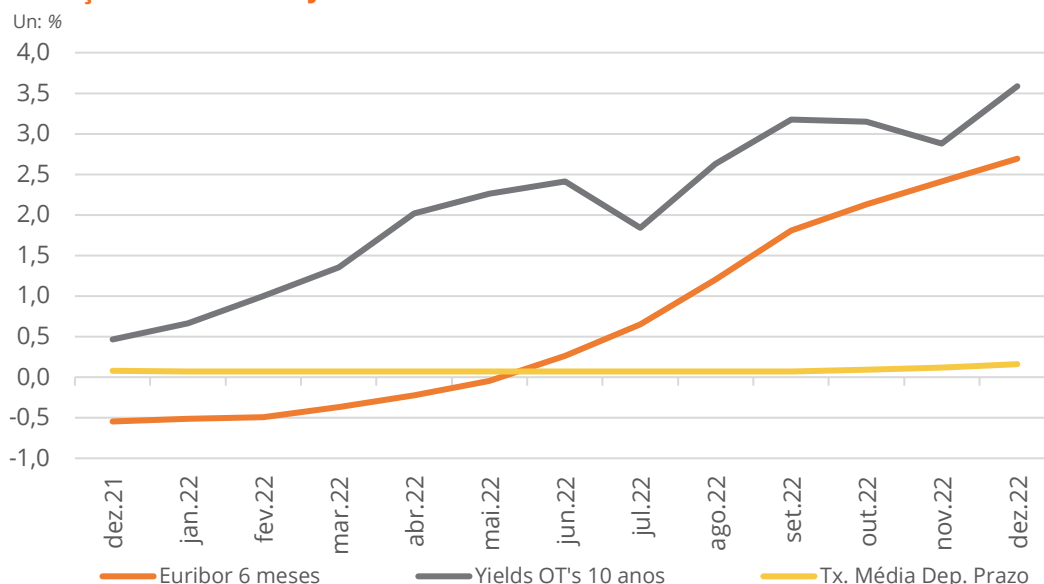
As *yields* da dívida pública de referência subiram bastante nas principais economias, com maior intensidade nos prazos mais curtos, refletindo as expectativas e concretização de políticas monetárias mais restritivas. Na Alemanha, as *yields* a 2 anos aumentaram 338 p.b., para 2,764% (+275 p.b. nos 10 anos, para 2,571%, regressando a terreno positivo), a maior

subida desde, pelo menos, o início dos anos 90. Nos EUA, as *yields* a 2 anos subiram 369 p.b. para 4,426% (nos 10 anos, +236 p.b. para 3,875%), o maior aumento desde, pelo menos, o início dos anos 80. As *yields* das Obrigações do Tesouro português a 10 anos situaram-se em 3,10%, em dezembro de 2022, face a 0,35% em dezembro de 2021.

Os *spreads* de crédito apresentaram movimentos desfavoráveis, nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, num contexto de agravamentos, também nos *spreads* dos países periféricos da Zona Euro, como a Itália – refletindo, igualmente, a instabilidade política observada e o tom cético dos mercados com os resultados das últimas eleições legislativas no país – a destacar-se pela negativa (+80 p.b., para um *spread* de 214 p.b.), seguida da Grécia (+54 p.b., para 205 p.b.) e de Portugal (+37 p.b., para 102 p.b.), que terminou o ano de 2022 com um *spread* inferior ao de Espanha (+35 p.b., para 109 p.b.).

Com a antecipação e concretização de decisões de política monetária mais restritivas pelo BCE, as taxas *Euribor* apresentaram, também, marcadas subidas em 2022 (+270 p.b. nos 3 meses, +324 p.b. nos 6 meses e +379 p.b. nos 12 meses), o maior aumento num ano desde o início das séries históricas (em 1999), após terem fechado 2021 perto de mínimos históricos (observados no mês de dezembro). Assim, as taxas *Euribor* fecharam 2022 em terreno positivo, em todos os prazos (2,132% nos 3 meses, 2,693% nos 6 meses e 3,291% nos 12 meses), o que não sucedia desde o início de 2015, atingindo níveis máximos desde finais de 2008 e inícios de 2009.

Evolução das Taxas de Juro



Fonte: Thomson Reuters.

Perspetivas para 2023

Na atualização do *World Economic Outlook (WEO)* de abril 2023, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previu um crescimento da economia global de 2,8% para 2023, representando um decréscimo de -0,1 p.p. face à atualização de janeiro 2023 e de -0,6 p.p. face aos 3,4% verificados em 2022. Segundo o FMI, há dois importantes fatores a pesar no

abrandamento da economia global: o aumento das taxas de juro dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como, a guerra na Ucrânia, embora as perspetivas sejam menos sombrias, do que no início do ano, quer em relação ao crescimento económico, quer sobre a inflação.

A nível nacional é esperado um marcado abrandamento do crescimento da economia em 2023, entre 1,8% (Banco de Portugal – março 2023) e 1,0% (FMI – abril 2023). Projeta-se, para o primeiro semestre do ano, uma moderação do consumo das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações, num quadro de incerteza global acentuada, com manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Na segunda metade de 2023, é expectável que a atividade económica venha a registar uma aceleração com a expectativa de manutenção de trajetória descendente das tensões inflacionistas e o respetivo impacto na recuperação gradual do rendimento real das famílias, na melhoria da procura externa e na normalização das cadeias de abastecimento globais, a par de uma maior absorção dos fundos europeus.

A incerteza em torno das previsões indicadas é elevada, pelo que as perspetivas de crescimento permanecem rodeadas de riscos descendentes e as de inflação, de riscos ascendentes, sendo, naturalmente, muito afetadas pela duração do conflito militar na Ucrânia e respetivo impacto nos mercados financeiros, sobretudo de *commodities*, assim como, pelas reações da política monetária para contenção da inflação.

06

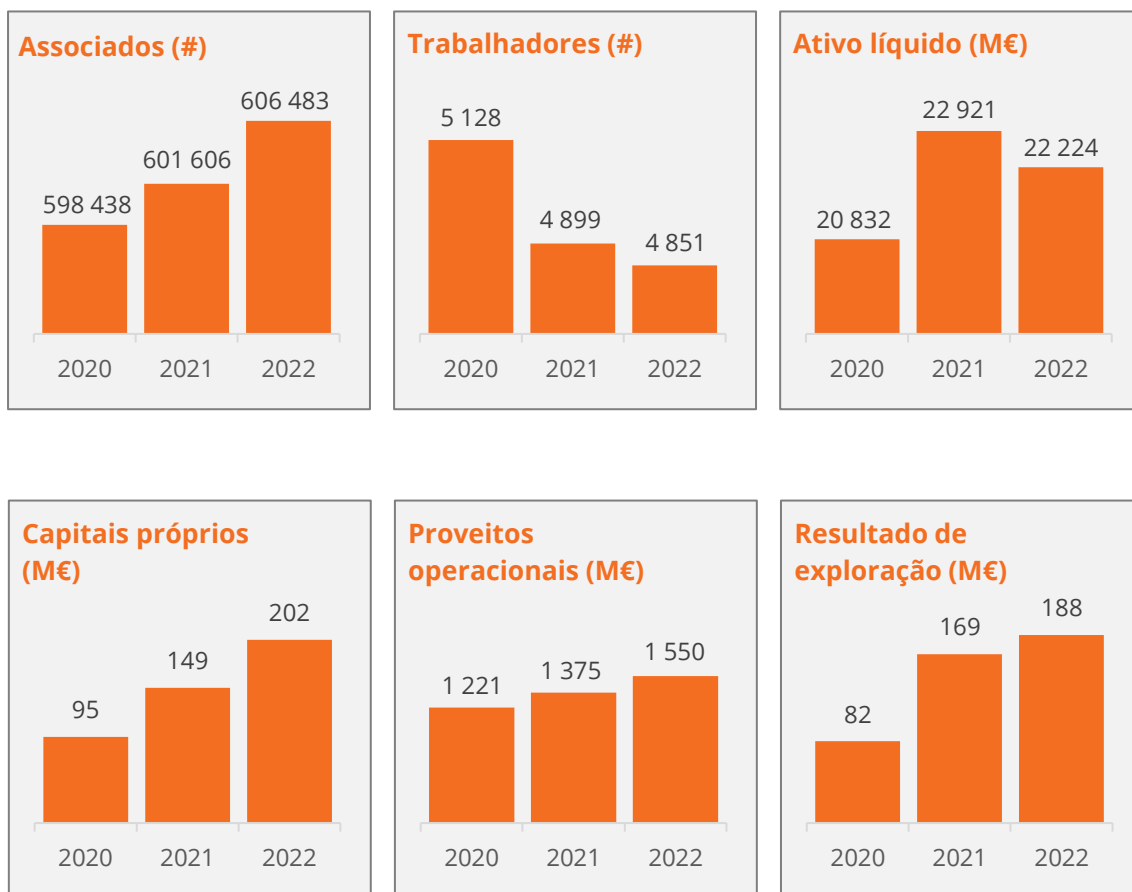
Síntese de Indicadores



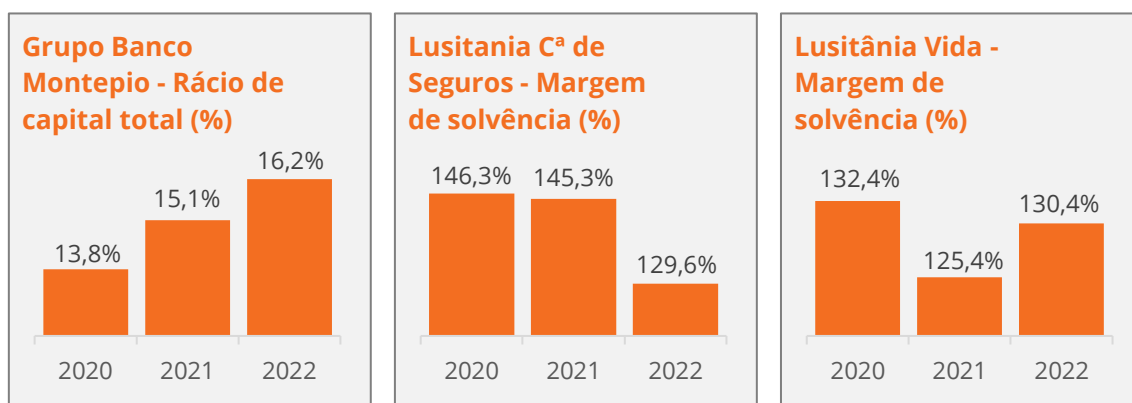
Síntese de Indicadores

| Indicadores Globais | 2022 | 2021 | 2020 |
|---|---------|---------|---------|
| ATIVIDADE | | | |
| Associados (#) | 606 483 | 601 606 | 598 438 |
| Trabalhadores (a 31 de dezembro) (#) | 4 851 | 4 899 | 5 128 |
| Montepio Geral Associação Mutualista (#) | 53 | 53 | 54 |
| Banco Montepio (#) | 3 406 | 3 478 | 3 721 |
| Lusitania Companhia de Seguros (#) | 518 | 522 | 533 |
| Lusitania Vida (#) | 32 | 34 | 32 |
| Futuro (#) | 37 | 35 | 33 |
| Residências Montepio (seniores e estudantes) (#) | 741 | 726 | 702 |
| Outros (#) | 64 | 51 | 53 |
| Balcões Bancários (#) | 266 | 281 | 322 |
| Rede Doméstica (#) | 246 | 261 | 298 |
| Rede Internacional (#) | 20 | 20 | 24 |
| ESTRUTURA FINANCEIRA | | | |
| Ativo líquido (M€) | 22 224 | 22 921 | 20 832 |
| Passivo (M€) | 22 022 | 22 772 | 20 737 |
| Capitais próprios (M€) | 202 | 149 | 95 |
| Capitais próprios atribuíveis ao MGAM (M€) | 189 | 134 | 84 |
| RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA | | | |
| Proveitos operacionais (M€) | 1 550 | 1 375 | 1 221 |
| Gastos operacionais (M€) | 1 361 | 1 207 | 1 139 |
| Resultado de exploração (M€) | 188 | 169 | 82 |
| Resultado do exercício (M€) | 88 | 73 | -86 |
| Resultado do exercício atribuível ao MGAM (M€) | 91 | 72 | -89 |
| INDICADORES SOLVABILIDADE - PRINCIPAIS EMPRESAS DO GRUPO | | | |
| MGAM - Capitais próprios / Ativo líquido (%) | 9,7% | 9,8% | 8,6% |
| Banco Montepio - Rácio de capital total (%) | 16,2% | 15,1% | 13,8% |
| Lusitania Companhia de Seguros - Margem de solvência (%) | 129,6% | 145,3% | 146,3% |
| Lusitania Vida - Margem de solvência (%) | 130,4% | 125,4% | 132,4% |
| Futuro SGFP, SA - Margem de solvência (%) | 166,0% | 145,0% | 148,0% |

Indicadores de Atividade, Estrutura Financeira e Rentabilidade



Indicadores de Solvabilidade



07

Principais Atividades



Principais Atividades

No âmbito do Grupo Montepio, para além da atividade mutualista do MGAM, a atividade mais expressiva é a bancária, desenvolvida pelo Banco Montepio, a que se juntam as seguintes atividades:

- ▶ Seguros, desenvolvida pelas entidades:
 - Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., em seguros ramos reais;
 - Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., do ramo seguros de vida;
- ▶ Gestão de fundos de pensões – a que se dedica a Futuro, SGFP, S.A.;
- ▶ Gestão de organismos de investimento coletivo – realizada pela Montepio Gestão de Activos, SGOIC, S.A., no segmento de ativos mobiliários e imobiliários;
- ▶ Gestão de residências sénior e de prestação de serviços de saúde – desenvolvida pela Residências Montepio, S.A.;
- ▶ Gestão de residências para estudantes – a que se dedica a Montepio Residências para Estudantes, S.A.;
- ▶ Gestão imobiliária – área em que operam as sociedades Bolsimo – Gestão de Activos, S.A. e Montepio Gestão de Activos Imobiliários, A.C.E..

Atividade Mutualista - MGAM

Em 2022, o Montepio Geral Associação Mutualista iniciou a execução das Linhas de Orientação Estratégica (LOEs) 2022-2025.

A Associação tem desenvolvido a sua atividade no sentido de concretizar as orientações estratégicas de aumento, vinculação e satisfação dos Associados, de crescimento sustentado e diversificado da sua atividade, de desenvolvimento do seu Sistema de Governo e das políticas de Sustentabilidade e de garantir o alinhamento estratégico das empresas, obtendo sinergias e simplificando o Grupo, bem como, otimizar a estrutura e o funcionamento, prosseguindo o desenvolvimento tecnológico e aumentando a eficiência.

Linhas de Orientação Estratégica 2022-2025



Em 2022, o MGAM deu continuidade aos esforços de admissão, vinculação e satisfação dos Associados, que se traduziram num crescimento da base associativa. Foram promovidas diversas ações promocionais orientadas à dinamização da subscrição, aumento de receitas e, por conseguinte, ao aumento da vinculação, nomeadamente, campanhas de comunicação e de admissão associativa, suportadas em ofertas resultantes de parcerias. Ainda neste âmbito, destaca-se a implementação do Novo Modelo de Vinculação do Associado, que permitiu redefinir as atividades atribuídas à função de Gestor Mutualista, bem como, melhorar a qualidade do atendimento e aprofundar a relação com o Associado.

No domínio da oferta mutualista, salientam-se os trabalhos de revisão do Regulamento de Benefícios, com vista a dotar o MGAM de uma oferta, ainda com maior valor, enquanto se dá resposta a necessidades, nomeadamente, financeiras e regulatórias. Neste domínio, efetuaram-se ajustes à oferta atual de modalidades e outros de âmbito regulatório prioritário, bem como, foram estudadas novas modalidades para enriquecimento, nos domínios da oferta de saúde, benefícios de habitação e apoio ao envelhecimento.

No âmbito da disponibilização da oferta de outros benefícios complementares, é de relevar o desenvolvimento do Programa Fidelização/Vantagens, para um melhor aproveitamento das parcerias, a sua diversificação e simplificação da estrutura de descontos, tendo em vista o alargamento dos benefícios para os associados às diferentes fases do seu ciclo de vida e adequação ao seu perfil e necessidades.

A nível da oferta de equipamentos e serviços sociais, designadamente para a população jovem, o ano de 2022, ficou marcado pela inauguração da Residência de Lisboa – João do Rio, junto à Alameda Dom Afonso Henriques, e pela ampliação da Residência de Lisboa – Santos, junto à Avenida 24 de Julho, que se revelaram casos de sucesso desde o primeiro momento de divulgação.

No domínio da habitação, a Associação, arrancou em maio de 2022, com a construção de seis edifícios na Quinta do Pinheiro, na Baixa do Porto, onde serão disponibilizados 117 apartamentos, maioritariamente destinados a arrendamento, uma loja e 192 lugares de

estacionamento, estando a data de conclusão prevista para 2024. Contudo, os edifícios da Quinta do Pinheiro são apenas uma parte de uma estratégia mais ambiciosa e geograficamente abrangente por parte da Associação, que envolve a requalificação de edifícios na Avenida dos Aliados, também no Porto, o investimento em nova construção junto à Praça de Espanha, em Lisboa, e na antiga fábrica Triunfo, nas margens do rio Mondego, em Coimbra, assim como, a compra de um edifício com 24 apartamentos em Vila Real de Santo António.

Em 2022, o MGAM continuou a trabalhar no aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controlo dos riscos de conformidade, promovendo o cumprimento com os requisitos legais, regulamentares e estatutários. As atividades e iniciativas mais relevantes desenvolvidas durante o ano de 2022, em matéria de conformidade, foram as seguintes: elaboração do Regulamento de funcionamento da Assembleia de Representantes; reforço do controlo do risco de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, na vertente de operações com contrapartes; implementação e acompanhamento de uma Política de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas; reforço dos controlos sobre o cumprimento dos requisitos regulamentares às campanhas publicitárias e ao envio de comunicações eletrónicas e estudo de possibilidade de adoção pelo MGAM do regime especial de tributação dos grupos de sociedades. Ainda neste âmbito, o MGAM deu continuidade, ao longo de 2022, à atuação Socialmente Responsável, através da Fundação Montepio e do Gabinete de Responsabilidade Social, destacando-se o projeto da Frota Solidária, na sua 15ª edição, a 12ª Edição do Prémio Voluntariado Jovem do Montepio e a 1ª edição do Prémio de Mérito Escolar do Grupo Montepio, iniciativa que distingue a excelência académica dos filhos dos trabalhadores do Grupo, a frequentar o ensino secundário.

Em matéria de sustentabilidade o MGAM prosseguiu o caminho anteriormente traçado para a definição de uma Política Ambiental, com o Cálculo da Pegada de Carbono relativa a 2021 e deu início à redefinição da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo Montepio.

Em 2022, prosseguiram as iniciativas de simplificação do Grupo, com destaque para a atividade seguradora, com a dissolução da Montepio Seguros, em outubro de 2022, visando a eliminação de redundâncias, a simplificação de estruturas e a redução de custos, passando todas as suas participações a ser detidas diretamente pelo MGAM. O ano de 2022 ficou, ainda, marcado pelo processo de fusão, por incorporação da Montepio Valor – SGOIC, S.A. na Montepio Gestão de Activos – SGOIC, S.A., prosseguindo o reforço do alinhamento estratégico do Grupo, a simplificação de estruturas, a obtenção de sinergias e uma alocação de recursos mais eficiente.

No âmbito do Grupo Banco Montepio, foi implementada a estratégia de redução das participações internacionais. Neste contexto, efetuou-se a dissolução e liquidação voluntária do Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.. A 4 de outubro de 2022, a Montepio Holding acordou a venda da participação detida no capital social do Finibanco Angola S.A ao Access Bank Plc, um banco comercial nigeriano.

Em novembro de 2022, na área da saúde, alienou-se à CUF, SA a participação social detida pelo MGAM na SAGIES – Segurança e Saúde no Trabalho, S.A., com vista a garantir a simplificação da estrutura empresarial do Grupo Montepio.

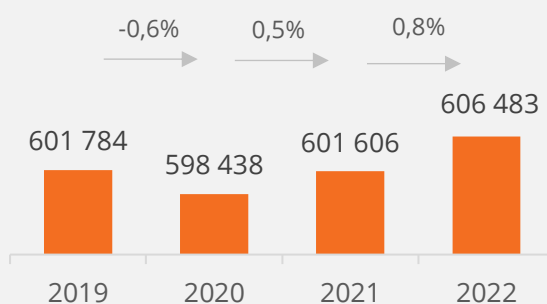
Em 2022, prosseguiram os esforços do MGAM para acelerar a transformação digital através do desenvolvimento de um conjunto alargado de projetos tecnológicos, que visam melhorar a experiência do Associado, garantir a eficiência dos processos internos e mitigar o risco da atividade mutualista. De entre os diversos projetos, destaca-se a segregação da Base de Dados, entre o MGAM e o Banco Montepio, a dotação das diversas unidades orgânicas com a Informação de gestão considerada fundamental para suporte à tomada de decisão, a centralização num único cartão de todos os descontos e benefícios atribuídos pelo MGAM, a otimização do processo de habilitação a benefícios, com vista à otimização e eficiência dos processos internos do MGAM e a eliminação da emissão física de documentos relativos ao processo de admissão de Associados e de subscrição de modalidades.

No domínio das Pessoas, o ano de 2022 ficou marcado pelo lançamento da Academia Mutualista, que contemplou um plano de formação abrangente sobre a oferta mutualista, tendo sido ministradas 17 sessões de formação à distância. Adicionalmente, procedeu-se ao desenvolvimento do regulamento do quadro próprio de trabalhadores do MGAM, com definição das categorias, funções e níveis salariais.

O MGAM encerrou o ano de 2022 com 606 483 associados efetivos, valor que compara com 601 606 no final de 2021, ou seja, um aumento de 0,8%.

Evolução da Base Associativa (#)

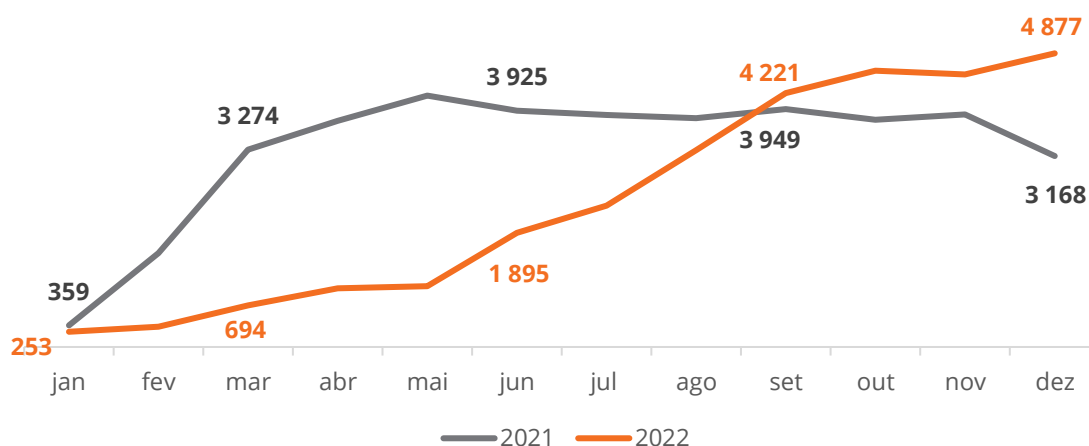
No final de 2022, a base associativa registou um aumento de 0,8%, representando um acréscimo líquido de 4 877 associados, dando continuidade à tendência de crescimento que se verificou em 2021 (0,5%).



Quanto ao fluxo de movimento associativo, verifica-se um número superior ao de 2021, tendo-se registado 37 314 entradas de associados. As readmissões dizem respeito a associados que tinham perdido o vínculo associativo, nomeadamente, por situações de falta de pagamento de quotas ou vencimento da última subscrição ativa, as quais ascenderam a 1 793.

No que respeita às saídas, houve um acréscimo, no número de falecimentos, mas uma diminuição das cessões de direitos, desistências e eliminações. Contudo, atingiu-se um fluxo líquido positivo de 4 877 associados no final de 2022, que compara com um fluxo líquido de 3 168, no final de 2021.

Evolução do Fluxo Líquido de Associados (#)



Em 2022, o número total de subscrições de modalidades mutualistas foi de 935 244 (939 512, em 2021), traduzindo um decréscimo de -4 268 subscrições. No entanto, verificou-se o crescimento do número de subscrições na modalidade Montepio Poupança Complementar e Montepio Poupança Reforma.

Relevam-se, pelo contributo desfavorável, as modalidades: Montepio Proteção 5 em 5, Montepio Proteção Outros Encargos (que inclui as Modalidades de Proteção Crédito Habitação, Proteção Crédito Individual e Montepio Proteção Outros Encargos) e a Modalidade Montepio Capital Certo.

A evolução mencionada levou a que a média de subscrições, por associado, evoluísse desfavoravelmente, de 1,56 para 1,54.

Número Total de Subscrições

| | 2022 | | 2021 | | Variação | |
|----------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|--------------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Modalidades Capitalização | 588 599 | 62,9% | 577 500 | 61,5% | 11 099 | 1,9% |
| M Poupança Complementar | 431 689 | 46,2% | 416 848 | 44,4% | 14 841 | 3,6% |
| M Capital Certo | 132 886 | 14,2% | 138 296 | 14,7% | -5 410 | -3,9% |
| M Poupança Reforma | 23 968 | 2,6% | 22 300 | 2,4% | 1 668 | 7,5% |
| Modalidade Capitais Coletivos | 56 | 0,0% | 56 | 0,0% | 0 | 0,0% |
| Modalidades Atuariais | 346 645 | 37,1% | 362 012 | 38,5% | -15 367 | -4,2% |
| sem reservas | 114 178 | 12,2% | 120 001 | 12,8% | -5 823 | -4,9% |
| M Proteção Encargos | 114 178 | 12,2% | 120 001 | 12,8% | -5 823 | -4,9% |
| com reservas | 232 467 | 24,9% | 242 011 | 25,8% | -9 544 | -3,9% |
| M Proteção 5 em 5 | 204 462 | 21,9% | 213 448 | 22,7% | -8 986 | -4,2% |
| M Proteção 18-30 | 16 703 | 1,8% | 16 732 | 1,8% | -29 | -0,2% |
| M Pensões de Reforma | 2 342 | 0,3% | 2 596 | 0,3% | -254 | -9,8% |
| M Proteção Vida | 1 411 | 0,2% | 1 344 | 0,1% | 67 | 5,0% |
| Outras | 7 549 | 0,8% | 7 891 | 0,8% | -342 | -4,3% |
| Total | 935 244 | 100,0% | 939 512 | 100,0% | -4 268 | -0,5% |

O montante das receitas associativas, em jóias, quotizações e capitais aplicados nas modalidades mutualistas, ascendeu a 848,5 milhões de euros, no final de 2022, representando um acréscimo, de 24,8% (168,5 milhões de euros), face a 2021. A variação supra mencionada resulta de um crescimento dos valores captados, tanto nas modalidades de capitalização como nas modalidades atuariais, destacando-se a modalidade Montepio Capital Certo, com a emissão e subscrição de 30 séries, no total de 588,4 milhões de euros (+142,0 milhões de euros face a 2021), a modalidade Montepio Poupança Complementar, no total de 138,5 milhões de euros (+3,1 milhões de euros face a 2021), e as modalidades atuariais com um montante de 99,9 milhões de euros (+23,1 milhões de euros face a 2021).

Os custos inerentes a associados, que representam a totalidade de custos do MGAM com a atividade diretamente relacionada com os associados, incluindo os custos inerentes a benefícios vencidos e reembolsos, atingiram o montante de 762,7 milhões de euros em 2022, que compara com 553,6 milhões de euros verificados no ano anterior.

O aumento dos custos inerentes a associados deveu-se, essencialmente, à componente de reembolsos e vencimentos das modalidades de capitalização, com um acréscimo de +197,3 milhões de euros, face a 2021.

(Milhões de euros)

| MGAM - Associados, Atividade e Resultados (base individual) | 2022 | 2021 | Variação (%) |
|--|-------------|-------------|---------------------|
| Associados (#) | 606 483 | 601 606 | 0,8 |
| Subscrições de modalidades mutualistas (#) | 935 244 | 939 512 | -0,5 |
| Ativo líquido | 3 756 | 3 716 | 1,1 |
| Capitais próprios (Fundos próprios, reservas e resultados) | 366 | 365 | 0,3 |
| Margem da atividade associativa | 86 | 126 | -32,1 |
| Variação de provisões técnicas | 48 | 106 | -55,0 |
| Gastos operacionais | 27 | 30 | -8,9 |
| Resultado líquido | 50 | 45 | 12,7 |
| Autonomia Financeira (Capitais próprios / Ativo líquido) | 9,7% | 9,8% | -0,7 |

O ativo líquido totalizava, no final de 2022, 3 756,7 milhões de euros, que compara com 3 716,3 milhões de euros, em 2021, traduzindo um acréscimo homólogo de 1,1%.

O aumento do ativo líquido da Associação foi induzido, essencialmente, pelas variações das propriedades de investimento de 34,6 milhões de euros, dos ativos por impostos diferidos, em 25,9 milhões de euros, do investimento noutras empresas do Grupo em 25,0 milhões de euros e da carteira de títulos em 14,3 milhões de euros. Estas variações mais que compensaram as reduções das disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, dos empréstimos a associados e da rubrica de ativos tangíveis e intangíveis.

Não obstante o crescimento do ativo, o aumento da carteira de títulos, deduzida daqueles cujos emitentes pertencem ao Grupo, traduziu-se numa melhoria do rácio de liquidez, que passou de 11,0%, no final de 2021, para 11,1%, no final de 2022.

A carteira de títulos, em 31 de dezembro de 2022, ascendia a um montante de 563,5 milhões de euros, que compara com 549,2 milhões de euros, registados no final de 2021.

Esta evolução reflete uma variação homóloga de 2,6%, para o que contribuiu o incremento dos saldos de obrigações de dívida pública, no montante de +57,6 milhões de euros, e o decréscimo do saldo de obrigações diversas, no montante de -37,9 milhões de euros.

O valor da participação do Montepio Geral Associação Mutualista no capital social do Banco Montepio, em 2022, totalizava 1 500,1 milhões de euros, representando 39,9% do ativo líquido, correspondente a um valor bruto de investimento de 2 375,6 milhões de euros, ao qual está associada imparidade no montante total de 875,5 milhões de euros.

A carteira de propriedades de investimento evoluiu de 360,6 milhões de euros, em 2021, para 395,1 milhões de euros, em 2022, traduzindo um crescimento de 9,6%.

Para este acréscimo, de 34,6 milhões de euros, contribuiu a aquisição de um imóvel denominado “Edifício Lote 30 Campus Universitário de Sintra” (8,8 milhões de euros), a valorização de carteira (justo valor), que ascendeu a 10,6 milhões de euros e a transferência de um imóvel da rubrica de Ativos Tangíveis, pelo seu justo valor de 10,7 milhões de euros.

O valor do passivo, no final de 2022, situou-se em 3 390,9 milhões de euros, apresentando um acréscimo, de 39,3 milhões de euros, em relação ao final de 2021.

Como o MGAM não recorre a financiamento de terceiros, o seu passivo refere-se, exclusivamente, às provisões técnicas constituídas para as responsabilidades com as modalidades subscritas pelos associados, as quais motivaram o referido acréscimo.

No exercício de 2022, o resultado líquido ascendeu a 50,2 milhões de euros, que compara com o valor de 44,6 milhões de euros, alcançado no final de 2021. Para o nível de resultados de 2022 contribuiu a margem associativa, com 85,8 milhões de euros, o resultado de operações financeiras, de 28,4 milhões de euros (que inclui juros líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados de ativos financeiros líquidos de imparidade), e outros resultados de exploração de 23,8 milhões de euros, aos quais se deduziram a variação das provisões técnicas em 47,7 milhões de euros, gastos operacionais no valor de 27,0 milhões de euros, imparidades e provisões, de 8,0 milhões de euros, e impostos que atingiram 5,2 milhões de euros.

Atividade Bancária – Grupo Banco Montepio

A Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A., com a denominação comercial de Banco Montepio (adiante designada por CEMG ou BM) é a principal participada estratégica, tendo sido criada pelo MGAM em 1844, como caixa económica anexa. Após 171 anos como caixa anexa, a CEMG foi autonomizada, em 2015, por força do Decreto-Lei nº 190/2015, de 10 de setembro – novo regime jurídico das caixas económicas, e, em 2018, foi transformada em sociedade anónima. O MGAM é a entidade titular e detém, praticamente a totalidade do capital e o controlo da CEMG, com uma participação de 99,993%, sendo os restantes 0,007% detidos por um conjunto de 37 entidades da Economia Social.

Por sua vez, a CEMG detém um conjunto de entidades, nas quais participa, direta ou indiretamente, maioritariamente no capital e tem o controlo da respetiva gestão,

consolidando, por isso, essas entidades nas suas contas, que são as seguintes: Montepio Holding que detém o Montepio Investimento (com a designação comercial de Banco de Empresas Montepio), Montepio Crédito, Finibanco Angola (entidade em processo de venda à data de 31 de dezembro de 2022) e a SSAGINCENTIVE.

Como se encontra descrito na sua Carta de Princípios, a CEMG desempenha um papel estratégico fundamental no seio do Grupo Montepio, como entidade estratégica instrumental para a sua casa mãe, designadamente, na colocação das modalidades mutualistas e da restante oferta de produtos e serviços das entidades do grupo, na criação de vias comuns para a obtenção de sinergias e na geração de valor em prol dos fins mutualistas.

Em 2022, o Banco Montepio procedeu à simplificação da estrutura societária, tendo sido reforçada a implementação da estratégia de redução das participações internacionais, com a dissolução e liquidação voluntária do Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. e o acordo, por parte da Montepio Holding, da venda da participação detida no capital social do Finibanco Angola S.A ao Access Bank Plc, tendo as demonstrações financeiras de 2022 contemplado essa operação, através da aplicação da IFRS 5, que motivou a contabilização dos resultados e rubricas patrimoniais do Finibanco Angola, S.A. em “operações em descontinuação” e a reexpressão dos valores de 2021, no mesmo critério, para correta comparabilidade.

Adicionalmente, foi aprovada uma operação de redução de capital para cobertura dos resultados transitados negativos, com o objetivo de criar condições para que o Banco Montepio possa proceder à distribuição de resultados.

(Milhões de euros)

| Banco Montepio - Indicadores de Gestão | 2022 | 2021 | Variação (%) |
|---|-------------|-------------|---------------------|
| Crédito a clientes (líquido) | 11 713,1 | 11 629,0 | 0,7 |
| Depósitos de clientes | 13 115,4 | 12 709,5 | 3,2 |
| Resultado líquido | 33,8 | 6,6 | >100 |
| Ativo líquido | 19 106,3 | 19 713,2 | -3,1 |
| Capital próprio | 1 519,5 | 1 363,1 | 11,5 |
| Colaboradores (#) | 3 406 | 3 478 | -2,1 |
| Balcões (#) | 264 | 279 | -5,4 |
| Produto bancário | 370,1 | 367,7 | 0,6 |
| Gastos operacionais | 246,4 | 254,4 | -6,7 |
| Cost-to-Income | 66,6% | 69,2% | -2,6 p.p. |
| Custo do risco | 0,1% | 0,4% | -0,3 p.p. |
| Rácio NPE (Non Performing Exposure) / Crédito bruto | 5,2% | 7,8% | -2,6 p.p. |
| % Imóveis negociação / Ativo líquido | 2,1% | 2,9% | -0,8 p.p. |
| Rácio de liquidez LCR (Liquidity Coverage Ratio) | 249,6% | 264,1% | -14,5 p.p. |
| Rácio Common Equity Tier 1 | 13,7% | 12,7% | 1,0 p.p. |
| Rácio Total Capital | 16,2% | 15,1% | 1,1 p.p. |
| Ativos ponderados pelo risco | 8 276,4 | 8 800,0 | -5,9 |

O Banco Montepio atingiu um nível de resultados líquidos consolidados positivos de 33,8 milhões de euros, representando um aumento de 27,2 milhões de euros, face aos 6,6 milhões de euros registados em 2021. Esta evolução traduziu o desempenho favorável da

margem financeira, que totalizou 251,5 milhões de euros em 2022, comparando com os 232,6 milhões de euros no ano anterior, das comissões líquidas, que ascenderam a 120,5 milhões de euros (+5,1% face a 2021), dos resultados de operações financeiras, que atingiram 12,0 milhões de euros, face aos 10,8 milhões de euros de 2021, e dos custos operacionais que registaram uma redução, de -8,0 milhões de euros. O decréscimo dos custos operacionais foi influenciado pela implementação do plano de ajustamento do quadro de trabalhadores e da rede de retalho, com a redução do quadro de trabalhadores em 72 pessoas e o encerramento de 15 balcões, contribuindo para a melhoria do rácio de eficiência *Cost-to-Income*, que atingiu 66,6%, face aos 69,2% registados em 2021.

A evolução favorável do resultado do exercício foi, também, influenciada pela redução da imparidade de crédito em 2022, que totalizou 13,4 milhões de euros, tendo determinado um custo do risco de 0,1%, que compara favoravelmente com o valor de imparidade de 51,4 milhões de euros e com o custo do risco de 0,4%, registados em 2021. Esta evolução beneficiou da política definida pelo Banco Montepio para a tomada de risco de crédito e das medidas que têm vindo a ser concretizadas nas áreas de acompanhamento e de recuperação de crédito.

As outras imparidades e provisões totalizaram 31,1 milhões de euros em 2022, face aos 31,5 milhões de euros contabilizados em 2021, traduzindo o reforço das provisões e as menores dotações efetuadas para imparidade de outros ativos financeiros e de imóveis de negociação.

Os interesses que não controlam e os resultados das operações em descontinuação apurados em 2022 foram negativos, no montante de -15,6 milhões de euros, incorporam o impacto estimado de -19,1 milhões de euros, resultante da alienação da participação financeira, detida pelo Grupo Banco Montepio, no Finibanco Angola S.A., em resultado do acordo de venda anteriormente referido.

O total do ativo consolidado do Banco Montepio situou-se em 19 106,3 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2022, comparando com os 19 713,2 milhões de euros registados no final de 2021, traduzindo a evolução verificada na rubrica de Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais, parcialmente compensada com a variação positiva dos Outros ativos financeiros ao custo amortizado.

O crédito a clientes (líquido de imparidades) manteve a dinâmica positiva, tendo atingido 11 713,1 milhões de euros no final de 2022, ou seja, 0,7% acima do valor registado no ano anterior, com o crédito *performing* a registar um aumento de 246 milhões de euros face ao valor apurado em 31 de dezembro de 2021. O Banco Montepio tem estado ativo na promoção do financiamento sustentável, através da concessão de empréstimos verdes, da expansão do crédito habitação com classificação energética A ou A+ e do crédito para obras, promovendo a habitação energeticamente eficiente, confortável, economicamente acessível e sustentável, bem como, na disponibilização da Linha Protocolada de Crédito Descarbonização e Economia Circular, reforçando, assim, o seu compromisso com a transição climática. Em 2022, o Banco Montepio reforçou igualmente a sua presença junto das entidades do setor social tendo inovado no financiamento à Economia Social, com a

concessão do primeiro *Social Loan*, firmando a sua atividade estratégica de investimento na inovação social, no combate à pobreza e à exclusão sócio financeira e sanitária, alavancando infraestruturas e soluções em parceria com entidades da Economia Social e dos setores público e privado para um futuro mais sustentável.

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pela proporção dos ativos não produtivos (na sigla inglesa, NPE - *Non Performing Exposures*) sobre o total do crédito, registou uma evolução favorável, tendo o rácio NPE passado de 7,8%, em 31 de dezembro de 2021, para 5,2%, no final de 2022, para a qual, contribuiu a implementação de uma estratégia de contínua redução das exposições não produtivas, tendo o crédito *non-performing* registado uma redução de 320 milhões de euros.

A cobertura das NPE por imparidades atingiu 56,1% no final de 2022 (53,8% em 2021), e se forem considerados, para além das imparidades, também os colaterais e garantias financeiras associadas, a cobertura das NPE aumenta para 100,8%, em 31 de dezembro de 2022, que compara com 95,9% no final de 2021.

Os depósitos de clientes evoluíram favoravelmente, tendo atingido 13 115,4 milhões de euros no final de 2022, representando um acréscimo de 405,8 milhões de euros, face ao valor registado no final 2021, contribuindo para a manutenção de uma sólida posição de liquidez, com o rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio* ou rácio de cobertura de liquidez) a atingir os 249,6% em 31 de dezembro de 2022, confortavelmente acima do requisito mínimo regulamentar de 100%.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de dívida emitida ascendeu a 823,7 milhões de euros, valor que compara com 1 834,4 milhões de euros registados no final de 2021, em resultado da liquidação da 10ª série das Obrigações Hipotecárias, no montante de 750 milhões de euros, das recompras de Obrigações Hipotecárias no montante de 134 milhões de euros e da diminuição das obrigações “Pelican Mortgage” no montante de 114 milhões, tendo-se fixado os outros passivos subordinados nos 217,0 milhões de euros, em linha com o valor de 2021.

Os capitais próprios do Banco Montepio aumentaram 156,4 milhões de euros, face ao verificado no ano anterior, tendo atingido 1 519,5 milhões de euros no final de 2022, devido, fundamentalmente, aos impactos positivos determinados pelo resultado líquido, pela variação da reserva cambial (9 milhões de euros) e pelo desvio atuarial positivo no Fundo de Pensões, líquido de efeitos fiscais, de 119 milhões de euros.

Em 2022, os rácios de capital do Banco Montepio foram reforçados, tendo o rácio de capital total atingido 16,2%, face aos 15,1% verificados no final de 2021 (regras *phasing-in*). Esta evolução favorável foi suportada numa eficiente *performance* financeira e na implementação de medidas de otimização de capital que se traduziram na obtenção de resultados positivos no exercício e na redução dos ativos ponderados pelo risco (na sigla inglesa, RWA – *Risk Weighted Assets*) em 524 milhões de euros, em resultado da estratégia adotada de redução dos ativos não produtivos, do desreconhecimento de créditos à habitação, no âmbito de uma operação de titularização sintética, e da promoção da concessão de crédito em segmentos com menor risco e menor consumo de RWAs (ativos ponderados pelo risco).

Atividade Seguradora e de Gestão de Fundos de Pensões

Em 2022, procedeu-se à dissolução e liquidação da Montepio Seguros, SGPS, com a passagem para o MGAM das participações sociais da Lusitania, Companhia de Seguros (97,72%), que opera no ramo não vida, da Lusitania Vida (99,79%), entidade dedicada ao ramo vida e da Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões (76,77%).

Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.

A Lusitania, atuando no ramo Não Vida, continuou a desenvolver medidas, com o foco na consolidação dos níveis de desempenho com vista ao desenvolvimento sustentável. As linhas orientadoras da atividade da Companhia são baseadas no crescimento dos prémios em segmentos de maior rentabilidade, na promoção da redução da taxa de sinistralidade e na manutenção dos rendimentos financeiros.

(Milhões de euros)

| Lusitania Companhia de Seguros - Indicadores de Gestão | 2022 | 2021 | Variação (%) |
|---|-------------|-------------|---------------------|
| Prémios brutos emitidos (incl. resseguro aceite) | 220,8 | 216,4 | 2,1 |
| Prémios brutos emitidos (excl. resseguro aceite) | 219,1 | 214,4 | 2,2 |
| Taxa de sinistralidade | 55,6% | 59,6% | -4,0 p.p. |
| Taxa de comissionamento | 11,3% | 11,1% | 0,2 p.p. |
| Resultado líquido | 5,1 | 1,2 | >100 |
| Ativo líquido | 539,2 | 577,3 | -6,6 |
| Capital próprio | 53,1 | 81,0 | -34,4 |
| Resultados financeiros | 8,4 | 12,6 | -32,9 |
| Custos por natureza | 51,2 | 50,1 | 2,3 |
| Margem de solvência | 129,6% | 145,3% | -15,7 p.p. |

Ao nível da produção de seguro direto (incluindo resseguro aceite), a Lusitania apresentou uma variação homóloga de 2,1%, tendo-se situado nos 220,8 milhões de euros. Nesta componente, o ramo Transportes foi o que apresentou um crescimento mais significativo, de 8,2%, tal como a modalidade de Acidentes de Trabalho, com um acréscimo de 4,2%, e o ramo automóvel, que cresceu 2,7%. Em sentido inverso, evoluiu a modalidade de Acidentes Pessoais com uma variação de -11,4%.

Em termos de prémios adquiridos, o exercício de 2022 atingiu um volume de 216,9 milhões de euros, refletindo um crescimento de 1,4% e apresentando um comportamento em linha com os prémios brutos emitidos. Neste âmbito, em termos de variação absoluta, destacam-se a modalidade de Acidentes de Trabalho, o ramo Automóvel e a modalidade Doença, com incrementos de 2,3 milhões de euros, 2,9 milhões de euros e 1,8 milhões de euros, respetivamente. O ramo Incêndio e Outros Danos apresentou um decréscimo de -6,0% e o ramo Diversos diminuiu -27,6%.

A rubrica de custos com sinistros apresentou o valor de 120,6 milhões de euros, registando uma diminuição de -5,3%, face ao período homólogo, com especial relevo nos ramos Acidentes e Doença (-15,9 milhões de euros) e Transportes (-1,3 milhões de euros). A diminuição dos custos com sinistros contribuiu para a evolução favorável da taxa de sinistralidade, calculada em função dos prémios adquiridos, fixando-se em 55,6%, e com uma variação de -4,0 p.p. face ao valor registado em 2021, destacando-se a modalidade de Acidentes de Trabalho, com uma taxa de sinistralidade de 51,2% (redução de -29,8 p.p. face ao período homólogo).

A carteira de investimentos atingiu cerca de 455,0 milhões de euros, registando um decréscimo de -9,3% face a 2021, tendo os resultados financeiros líquidos, atingido 8,4 milhões de euros, com uma redução homóloga de -32,9% face a 2021, com ambos os comportamentos associados à conjuntura geopolítica a que se assiste desde fevereiro de 2022, exercendo uma forte pressão negativa nos mercados financeiros.

Os custos por natureza apresentaram um incremento de 2,3%, face ao ano anterior, tendo atingido os 51,2 milhões de euros, sendo a rubrica de fornecimentos e serviços externos a que apresentou um maior acréscimo (+9,0%), refletindo a dinâmica dos trabalhos de implementação de projetos estruturantes para a Companhia.

Deste modo, o resultado líquido situou-se nos 5,1 milhões de euros, refletindo uma variação de 3,9 milhões de euros, face ao final do ano anterior.

A quota de mercado da Lusitania, situou-se nos 3,55% (2021: 3,73%), tendo mantido a 7ª posição no *ranking* da produção Não Vida, publicado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

O eclodir da guerra na Ucrânia e o seu reflexo na evolução negativa dos mercados financeiros, durante 2022, conduziram a desvalorizações na carteira de investimentos da Companhia, levando à necessidade de reequilíbrio da estrutura de fundos próprios. Para o efeito, procedeu-se à conversão de dois empréstimos obrigacionistas subordinados, no valor de 14,5 milhões de euros detidos pelo MGAM, em prestações acessórias de capital no mesmo montante, permitindo uma melhoria no rácio de solvência da Companhia, através do reequilíbrio dos fundos próprios de melhor qualidade. Adicionalmente, foi aprovada uma operação de redução de capital para cobertura dos resultados transitados negativos, com o objetivo de criar condições para que a Lusitania possa proceder à distribuição de resultados.

As responsabilidades da Lusitania encontravam-se, à data de 31 de dezembro de 2022, devidamente representadas. Na componente da gestão de capital, o rácio de cobertura de requisito de capital (SCR) da Lusitania atingiu 129,6%, cumprindo o objetivo de capital (125% SCR), de acordo com o *target* definido na política de apetite ao risco.

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., opera no ramo de Seguros Vida (atuariais e de capitalização) e Planos Poupança Reforma (PPR's).

Em 2022, os prémios brutos emitidos atingiram 91,0 milhões de euros, representando um acréscimo de 34,2%, face a 2021. Do total de prémios emitidos, 69,8 milhões de euros respeitam a produtos PPR, cujo crescimento foi de 53,4%, e o remanescente a outras modalidades de risco e de capitalização com participação nos resultados. Ao total de prémios brutos emitidos acresceu 97,7 milhões de euros relativos a aplicações de investimento, totalizando, em 188,7 milhões de euros, a produção global de seguro direto da Lusitania Vida.

(Milhões de euros)

| Lusitania Vida - Indicadores de Gestão | 2022 | 2021 | Variação (%) |
|---|-------------|-------------|---------------------|
| Prémios brutos emitidos | 91,0 | 67,8 | 34,2 |
| Custos com sinistros (líquidos de resseguro) | 20,9 | 24,9 | -15,8 |
| Custos e gastos de exploração líquidos | 5,6 | 9,7 | -42,4 |
| Resultado líquido | 7,5 | 5,5 | 37,7 |
| Ativo líquido | 952,2 | 1 133,7 | -16,0 |
| Capital próprio | 31,4 | 123,3 | -74,5 |
| Margem de solvência | 130,4% | 125,4% | 5,0 p.p. |

Em 2022, a Lusitania Vida obteve um resultado líquido do exercício de 7,5 milhões de euros, face a 5,5 milhões de euros de 2021, traduzindo um acréscimo de 37,7%, o qual incorpora 20,9 milhões de euros de custos com sinistros, líquidos de resseguro, representando um decréscimo de -15,8% relativamente a 2021, 5,6 milhões de euros de custos e gastos de exploração líquidos, traduzindo uma redução homóloga de -42,4%, e 18,4 milhões de euros de rendimentos líquidos dos investimentos.

A volatilidade registada nos ativos financeiros, desde o início de 2022, originaram uma contração no valor dos ativos da Companhia e, consequentemente, no valor dos fundos próprios de solvência. Assim, foi necessário implementar um plano de recuperação financeira a partir de março desse ano, o qual implicou uma série de medidas, nomeadamente sobre a carteira de ativos financeiros, com o objetivo principal de assegurar níveis de solvência adequados à atividade da Companhia.

As medidas implementadas tiveram impacto na evolução do ativo líquido, que contraiu -16,0%, atingindo 952,2 milhões de euros, e no capital próprio, que se fixou em 31,4 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 74,5%, incorporando a diminuição das reservas de reavaliação.

A quota de mercado da Lusitania Vida, de acordo com a informação da ASF, atingiu 1,5%, no *ranking* de produção global do mercado, situando-se na 15ª posição, e 3,0% no *ranking* de produção vida, ocupando o 9º lugar.

O impacto da evolução negativa dos mercados financeiros na carteira de investimentos, foi devidamente acautelado pela Companhia a longo do ano, tendo-se verificado uma recuperação da cobertura das responsabilidades, sendo o valor do rácio de cobertura de requisito de capital (SCR) da Lusitania Vida, à data de 31 de dezembro de 2022, de 130,4%, com um acréscimo de 5,0 p.p., face aos 125,4% registados no final de 2021.

Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

A Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Fundos de Pensões, S.A., é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de fundos de pensões, dirigidos a particulares e empresas.

O ano de 2022 foi marcado pela quebra dos mercados financeiros e consequente *performance* negativa dos diversos fundos de pensões sob gestão, em virtude da conjuntura económica global desfavorável, decorrente da referida guerra entre a Rússia e a Ucrânia, agravamento da inflação e subida acentuada das taxas de juro, o que afetou negativamente os resultados do ano, por comparação com 2021.

(Milhões de euros)

| Futuro SGFP - Indicadores de Gestão | 2022 | 2021 | Variação (%) |
|--|---------|---------|--------------|
| Ativos sob gestão | 1 792,1 | 1 943,2 | -7,8 |
| Serviços prestados | 8,0 | 9,8 | -18,3 |
| Resultado líquido | 0,08 | 1,21 | -93,1 |
| Ativo líquido | 12,5 | 13,1 | -4,7 |
| Capital próprio | 10,4 | 10,5 | -0,9 |
| Margem de solvência | 166,0% | 145,0% | 21,0 p.p. |
| Autonomia financeira (Capital próprio / Ativo líquido) | 82,9% | 79,8% | 3,1 p.p. |

Durante o ano de 2022, a Futuro contou com a angariação de novos clientes, quer no segmento de clientes particulares, quer no segmento de empresas, atingindo uma carteira de ativos sob gestão que ascendia a 1 792,1 milhões de euros, valor que compara com 1 943,2 milhões de euros no final de 2021, o que corresponde a um decréscimo de -7,8%.

O desempenho da FUTURO foi, contudo, mais favorável do que o da média do setor, que registou um decréscimo dos ativos sob gestão de -11,6%, permitindo à FUTURO consolidar a sua posição no mercado, aumentando a sua quota de 8,1% para 8,4% e subindo um lugar no *ranking* de todas as empresas gestoras de fundos de pensões, passando a ocupar a 5ª posição, no final do ano de 2022, de acordo com a informação provisória da ASF.

As vendas e prestações de serviços, compostos por comissões de gestão, atingiram um montante de 8,0 milhões de euros, representando um decréscimo de -18,3%, face a 2021, em resultado da evolução negativa dos ativos sob gestão, contribuindo para um decréscimo significativo do resultado líquido, em -93,1%, que se fixou em 84 milhares de euros.

O nível de capitais próprios, que atingiu 10,4 M€ em 2022, tem permitido uma margem de solvência acima do mínimo exigível, terminando o ano em 166,0%.

Gestão de Ativos

Em dezembro de 2022, foi concretizada a fusão da Montepio Valor, SGOIC, S.A. por incorporação na Montepio Gestão de Activos, SGOIC, S.A., operação que teve em vista o reforço do alinhamento estratégico do Grupo Montepio, em ordem a obter sinergias e

ganhos de escala e de eficiência, designadamente através de uma mais eficiente alocação de recursos e da redução de custos.

Montepio Gestão de Activos, SGOIC, SA

A Montepio Gestão de Activos, SGOIC, S.A. (adiante designada por MGA) concentra a sua atividade na gestão de fundos de investimento mobiliário, na gestão de fundos de investimento imobiliário e na gestão discricionária de carteiras.

(Milhões de euros)

| Montepio Gestão de Activos - Indicadores de Gestão | 2022 | 2021 (reexpresso) | Variação (%) |
|--|---------|----------------------|--------------|
| Ativos sob gestão | 2 066,7 | 2 216,2 | -6,7 |
| Fundos de investimento mobiliário (FIM's) | 180,9 | 175,8 | 2,9 |
| Fundos de investimento imobiliário (FII's) | 411,6 | 400,2 | 2,8 |
| Gestão de carteiras | 1 474,2 | 1 640,2 | -10,1 |
| Resultado líquido | 0,3 | 1,6 | -79,1 |
| Ativo líquido | 9,5 | 10,3 | -7,9 |
| Capital próprio | 7,3 | 7,7 | -5,6 |
| Comissões líquidas | 5,3 | 7,2 | -25,5 |
| Gastos operacionais | 4,8 | 5,1 | -5,8 |
| Cost-to-income | 90,6% | 71,3% | 19,3 p.p. |

O total de ativos sob gestão registou, comparativamente com o valor do final de 2021, um decréscimo de -6,7%, atingindo os 2 066,7 milhões de euros, penalizado pela evolução negativa dos mercados financeiros em 2022. Para este desempenho, contribuíram o segmento dos ativos sob gestão em fundos de investimento mobiliário, com um crescimento de 2,9% (+5,1 milhões de euros) face a 2021, atingindo 180,9 milhões de euros, o segmento dos ativos sob gestão em gestão em fundos de investimento imobiliário, com um crescimento de 2,8% (+11,4 milhões de euros), face a 2021, e o segmento da gestão discricionária de carteiras, que atingiu 1 474,2 milhões de euros, representando uma variação negativa de -10,1% (-166,0 milhões de euros), face ao ano anterior.

O desempenho dos fundos de investimento mobiliário, geridos pela MGA, refletiu as condições muito desfavoráveis que se observaram nos mercados, em 2022, tendo-se verificado rendibilidades negativas na generalidade dos fundos geridos, excetuando-se o fundo Montepio Euro Energy, com uma rendibilidade superior a 15%, tendo atingido a 1ª posição no *ranking* dos fundos de investimento mobiliários nacionais com maior retorno, em 2022.

Os fundos de investimento imobiliário evidenciaram uma evolução positiva, ao nível da rendibilidade, com o fundo Valor Prime a exibir uma valorização de 3,66%, em 2022, superior aos 3,50%, registados em 2021, tendo recebido o prémio da Associação de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP) de melhor fundo de investimento imobiliário aberto em 2022, enquanto nos fundos fechados, o Fundinvest e o Imourbe, revelaram rendibilidades significativas, acima dos respetivos referenciais de mercado.

A atividade de gestão de carteiras constitui, em termos do seu peso no valor de ativos sob gestão, o segmento mais relevante da atividade da empresa, representando 71,3% no final de 2022, fundamentalmente concentrada em clientes institucionais, nomeadamente, Fundos de Pensões e Planos de Poupança de Reforma.

O MGA obteve um resultado líquido positivo, de 0,3 milhões de euros, face a 1,6 milhões de euros observados em 2021 (valor reexpresso em resultado da fusão da Montepio Valor, SGOIC, S.A.), para o qual contribuiu a redução das comissões líquidas em -25,5% (-1,8 milhões de euros), em virtude da desvalorização dos ativos em carteira e do respetivo decréscimo das comissões variáveis de gestão. A quebra das comissões foi atenuada pela evolução positiva dos gastos operacionais, que se reduziram em -5,8% (-0,3 milhões de euros), face ao final de 2021.

Atividade de Gestão de Residências Sénior e de Serviços de Saúde

Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA

A Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A. (adiante designada por RM) direciona a atividade na gestão de residências assistidas e na prestação de serviços de saúde e de apoio à população sénior. As valências disponibilizadas incluem os cuidados continuados de curta, média e longa duração, no quadro de acordos celebrados com as entidades da saúde e da segurança social, os centros de dia, os serviços pessoais ao domicílio (SAD), a teleassistência e as clínicas de saúde, com diversas soluções destinadas a promover o bem-estar e a melhorar a qualidade de vida, com acompanhamento próximo e focado no cliente.

A RM finalizou o ano de 2022 com oito residências em pleno funcionamento, situadas no Porto, Vila Nova de Gaia, Coimbra, Paredes, Montijo, Lisboa - Parque das Nações, Lisboa - Entrecampos, e Albergaria-a-Velha, as quais prestavam cuidados a 395 residentes privados, 103 utentes transferidos de hospitais, ao abrigo de contratualização pública de camas de retaguarda junto do Serviço Nacional de Saúde (correspondendo a 91% da capacidade disponível) e a 498 utentes de cuidados continuados (94% da capacidade disponível).

Durante o ano de 2022, a RM promoveu o lançamento de várias iniciativas, como as “Clínicas de Saúde Residências Montepio”, com abertura das Clínicas nas RM Entrecampos e Montijo, a parceria com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) para a constituição dos balcões SNS24 nas Residências Montepio, inovando e reforçando as alianças estratégicas com as autoridades do sector da saúde, o novo serviço de “Residência Virtual”, bem como, a promoção de atividades culturais e de prevenção na saúde, com a abertura das Residências às comunidades locais.

A RM foi premiada, pelo quinto ano consecutivo, com o Prémio Cinco Estrelas Regiões, reconhecendo os esforços continuados da melhoria de processos e procedimentos, bem como, da excelência do serviço prestado pelos seus trabalhadores. Esta distinção comprova a qualidade de referência, em termos do grau de satisfação dos utentes e a confiança e notoriedade da marca.

O ano de 2022 foi marcado, de forma muito expressiva, pela guerra, que ainda decorre. A pressão da inflação e do aumento das taxas de juro condicionam, de forma muito significativa, a sua atividade.

O total de rendimentos no ano 2022 atingiu 35,1 milhões de euros (crescimento de 12,2% face ao período homólogo). Destaca-se o rendimento resultante da contratualização de camas de retaguarda (CARE), de cerca de 3,5 milhões de euros e da atividade de Serviços de Apoio no Domicílio (SAD), com rendimentos no montante de, aproximadamente, 1,2 milhões de euros (+32% face a 2021).

(Milhões de euros)

| Residências Montepio - Indicadores de Gestão | 2022 | 2021 | Variação (%) |
|--|-------------|-------------|---------------------|
| Taxa média de ocupação | 92,3% | 86,0% | 6,3 p.p. |
| Volume de negócios | 35,1 | 31,3 | 12,2 |
| Resultado líquido | 0,6 | 0,6 | -7,1 |
| Ativo líquido | 9,5 | 8,5 | 11,2 |
| Capital próprio | 1,4 | 0,9 | 66,5 |
| Nº de residências | 8 | 8 | 0,0 |
| EBITDA (<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>) | 1,4 | 1,4 | -0,8 |
| Gastos totais | 34,7 | 30,7 | 13,1 |
| Autonomia financeira (Capital próprio / Ativo líquido) | 15,0% | 10,0% | 5,0 p.p. |

Os gastos totais situaram-se em 34,7 milhões de euros, representando um incremento de 4,0 milhões de euros, face a 2021 (13,1%), e incorporaram gastos com recursos humanos (quadro e subcontratados), no valor de 14,2 milhões de euros (+8,3% face a igual período de 2021), consequência dos efeitos da pandemia COVID-19 e das condições impostas pelas autoridades de saúde, resultando na necessidade extraordinária da subcontratação de recursos especializados, agravando os custos. Os fornecimentos e serviços externos (FSE's) totalizaram 19,8 milhões de euros (mais 17,7% face ao período homólogo).

Com um nível de proveitos superior ao dos gastos, a Residências Montepio atingiu em 2022, um EBITDA positivo de 1,4 milhões de euros e um resultado líquido de 0,6 milhões de euros, ambos os valores similares aos registados no ano anterior.

O ativo líquido registou um acréscimo de 11,2%, fixando-se em 9,5 milhões de euros e o capital próprio aumentou 66,5%, para 1,4 milhões de euros, incorporando o resultado líquido do exercício e contribuindo para o acréscimo da autonomia financeira, que passou de 10,0%, em 2021, para 15,0% em 2022.

Atividade de Gestão de Residências para Estudantes

Montepio Residências para Estudantes, SA

A Montepio Residências para Estudantes, S.A. (adiante designada por Residências Montepio U Live), criada em abril de 2018, disponibiliza alojamento universitário de qualidade, no centro das grandes cidades, a preços moderados.

Atualmente, vivem nas Residências Montepio U Live cerca de 320 estudantes universitários, de diversas nacionalidades, maioritariamente portugueses, oriundos de várias zonas do continente e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, que desenvolvem o seu percurso académico, em áreas de interesse tão diversas como a Economia, a Medicina, a Engenharia, a Arquitetura, o Design ou as Ciências do Desporto.

O exercício de 2022 ficou marcado pela inauguração da Residência de Lisboa – João do Rio, junto à Alameda Dom Afonso Henriques, e pela ampliação da Residência de Lisboa – Santos, junto à Avenida 24 de Julho, tratando-se de projetos que registaram grande acolhimento desde o primeiro momento de divulgação da oferta, com a pré-reserva dos 68 novos quartos em apenas duas semanas.

Adotando as melhores práticas internacionais, as Residências Montepio U Live mantiveram ativo o Plano de Contingência específico para a prevenção da COVID-19, composto por um conjunto de medidas com o objetivo de salvaguardar e proteger a saúde dos residentes e dos trabalhadores, das quais se destacam o acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19 e o reforço das medidas de limpeza e desinfeção dos espaços e dos equipamentos das Residências Montepio U Live.

(milhares de euros)

| Montepio Residências para Estudantes - Indicadores de Gestão | 2022 | 2021 | Variação (%) |
|--|-------------|-------------|---------------------|
| Taxa média de ocupação | 87,0% | 84,0% | 3,0 p.p. |
| Volume de negócios | 1 025,0 | 734,7 | 39,5 |
| Resultado líquido | 22,2 | 0,6 | 3 567,0 |
| Ativo líquido | 894,5 | 791,7 | 13,0 |
| Capital próprio | 682,7 | 660,6 | 3,4 |
| Nº de residências | 8 | 7 | 1 |
| EBITDA (<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>) | 85,0 | 46,3 | 83,5 |
| Gastos totais | 997,3 | 733,8 | 35,9 |
| Autonomia financeira (Capital próprio / Ativo líquido) | 76,3% | 83,4% | -7,1 p.p. |

Com uma taxa de ocupação de 100%, nas residências de Lisboa, Porto e Évora e de aproximadamente 50% na residência de Braga – Júlio Fragata, as Residências Montepio U Live estão a reforçar a sua oferta, em Lisboa e no Porto, e projetam expandir-se para a cidade de Coimbra.

Inseridas num sector de atividade em que o ritmo anual é pautado por anos letivos, o volume de negócios de 2022, que inclui oito meses referentes ao ano letivo 2021-2022 e quatro meses referentes ao ano letivo 2022-2023, ultrapassou um milhão de euros que compara com 0,7 milhões de euros registados em 2021, traduzindo um crescimento de 39,5%.

Os gastos totais, no montante de 997,3 milhares de euros, registaram um aumento, de 263,5 milhares de euros (35,9%), traduzindo o acréscimo de gastos com pessoal, de fornecimentos e serviços externos e de amortizações, associados às despesas e investimentos relativos à abertura da residência de Lisboa – João do Rio.

O EBITDA em 2022 foi de 85,0 milhares de euros, tendo o resultado líquido atingido os 22,2 milhares de euros, o que compara com os 0,6 milhares de euros do ano anterior, contribuindo para a prossecução do plano de expansão das Residências Montepio U Live.

Atividade de Gestão Imobiliária

Bolsimo Gestão de Activos, SA

A Bolsimo Gestão de Activos, S.A. (adiante designada por Bolsimo) efetua a gestão de ativos imobiliários, concentrando as atividades na aquisição e recuperação de créditos concedidos por instituições de crédito, na venda de imóveis adjudicados no âmbito de recuperação de créditos adquiridos e no arrendamento a terceiros de imóveis próprios.

(Milhões de euros)

| Bolsimo - Indicadores de Gestão | 2022 | 2021 | Variação (%) |
|--|-------------|-------------|---------------------|
| Carteira de imóveis | 31,9 | 29,9 | 6,6 |
| Propriedades de investimento | 43,3 | 39,5 | 9,7 |
| Volume de negócios (Vendas + Rendas) | 11,0 | 25,5 | -56,7 |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas | 3,0 | 12,2 | -75,4 |
| Resultado líquido | 2,1 | 8,7 | -75,6 |
| Ativo líquido | 104,6 | 110,0 | -4,9 |
| Capital próprio | 60,8 | 58,7 | 3,6 |
| EBITDA (<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>) | 3,4 | 12,2 | -72,3 |
| Autonomia financeira (Capital próprio / Ativo líquido) | 58,1% | 53,3% | 4,8 p.p. |

A Bolsimo obteve um resultado líquido de 2,1 milhões de euros, que compara com 8,7 milhões de euros registados no ano anterior. Para este resultado, contribuiu um volume de proveitos relativos às vendas e serviços prestados, líquidos do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, de 6,0 milhões de euros, inferior aos 11,5 milhões de euros registados em 2021 (ano em que o volume de vendas de imóveis atingiu um valor muito significativo de 23,7 milhões de euros) e um crescimento de 15,8%, das rendas recebidas, que atingiram 2,1 milhões de euros, face a 1,8 milhões de euros em 2021.

O ativo líquido situou-se em 104,6 milhões de euros, que compara com 110,0 milhões de euros no final do ano anterior, para o que contribuiu o decréscimo de -10,6 milhões de euros das outras contas a receber e a um aumento de 5,8 milhões de euros do conjunto das propriedades de investimento e dos inventários de imóveis.

O capital próprio aumentou 2,1 milhões de euros em 2022, atingindo 60,8 milhões de euros, que compara com 58,7 milhões de euros em 2021, beneficiando do aumento registado no resultado líquido e permitindo uma melhoria do nível de autonomia financeira.

Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E.

No âmbito da gestão de imobiliário, o Grupo dispõe, ainda, desde 2014, de um ACE (Agrupamento Complementar de Empresas), para a área do imobiliário - Montepio Gestão

de Activos Imobiliários (MGAI), com um capital social de 2,4 milhões de euros, - participado pelo MGAM (65%) e pelas restantes empresas do Grupo Montepio, com destaque para o Banco Montepio (26%), que presta serviços especializados de gestão imobiliária, abrangendo, sobretudo, quatro grandes grupos de carteiras de imóveis:

- Imóveis de negociação do Banco Montepio, do Banco de Empresas Montepio e da SSAINCENTIVE, compostos, essencialmente, por imóveis provenientes da recuperação de créditos;
- Imóveis de serviço próprio do Banco Montepio;
- Imóveis de rendimento do MGAM;
- Imóveis de serviço do MGAM.

Em 2022, o MGAI possuía um ativo, essencialmente corrente, de 4,2 milhões de euros.

O resultado líquido do exercício é nulo, em virtude do ACE imputar aos participantes a totalidade dos seus gastos.

08

Responsabilidade Social e Sustentabilidade



Responsabilidade Social e Sustentabilidade

No âmbito da Responsabilidade Social e Sustentabilidade a temática *ESG (Environmental, Social e Governance)* tem assumido uma importância crescente e as organizações têm de se adaptar e olhar para todas as envolventes do seu contexto.

Dando seguimento à integração dos desafios dos princípios *ESG*, o MGAM efetua o reporte da atividade não financeira, através do Relatório de Sustentabilidade, de forma a dar a conhecer às Partes Interessadas a resposta das entidades do Grupo Montepio, em termos de sustentabilidade, tendo por base o referencial *Global Reporting Initiative – GRI Standards*. O Relatório de Sustentabilidade permite conhecer os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, que estão mais alinhados com o Grupo Montepio, bem como, as Metas e as Ações que contribuem para que as mesmas sejam atingidas.

O compromisso do Grupo com a Agenda 2030 foi firmado com a adesão da Fundação Montepio à Aliança ODS Portugal, logo no seu início, em dezembro de 2015, e é uma iniciativa da *Global Compact Network Portugal*, rede portuguesa do *United Nations Global Compact* que reúne entidades que se comprometem a trabalhar para a realização dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015.

Em 2022, o Grupo Montepio prosseguiu o caminho, anteriormente traçado, para a definição de uma Política Ambiental, com o Cálculo da Pegada de Carbono relativa a 2021.

Também em 2022, o Grupo Montepio deu início à redefinição da Estratégia de Sustentabilidade, de forma a permitir a atualização da sua matriz de materialidade à luz dos novos desafios e tendo em conta a integração de mais entidades participadas. A redefinição da estratégia de sustentabilidade conduzirá o Grupo Montepio a uma melhor atuação e monitorização das suas ações, bem como, a um reporte mais abrangente e alinhado com a política de sustentabilidade do Grupo.

Consciente da importância dos princípios *ESG*, o MGAM efetuou uma revisão das Linhas de Orientação Estratégicas para 2022, visando o reforço da incorporação destes princípios nos seus eixos de atuação, em particular, no desenvolvimento das políticas de Sustentabilidade, reforçando a aplicação dos princípios de natureza Ambiental, Social e de Governo, bem como, na disponibilização aos trabalhadores do acesso a uma oferta formativa vasta e em linha com as competências necessárias para a sua função atual e/ou futura, contemplando Programas de *Reskilling* e *Upskilling*, promovendo assim, o desenvolvimento do talento interno.

Apresenta-se, de seguida, um sumário com alguns desenvolvimentos ocorridos em 2022, no seio das maiores entidades do Grupo Montepio.

Afirmação da identidade e atividades responsáveis

Em 2022, o Grupo Montepio continuou a afirmar-se com um Grupo único no panorama nacional pela sua origem e base mutualista e, consequentemente, pela sua vocação de poupança e proteção sociais universais, para todos os seus associados e clientes, em todas as fases da sua vida, bem como, para os Clientes do Setor Empresarial e para as Instituições da Economia Social e empreendedores sociais.

Em 2022, destaca-se o crescimento de 0,8% da base associativa para os 606 483 associados do MGAM e uma taxa de penetração em Clientes da Economia Social e Solidária (com finalidade social) pelo Banco Montepio de 27%, em resultado do crescimento de Clientes de cerca de 5% face ao período homólogo, concretizando assim, a estratégia de contínuo crescimento da base de clientes do Setor Social enquanto pilar diferenciador. O Banco Montepio terminou o ano de 2022 com mais de 115 milhões de euros de crédito concedido no Setor da Economia Social e Solidária, o que reflete um crescimento de cerca de 10%, comparativamente com o ano de 2021. Esta variação, reforça o trabalho já anteriormente iniciado como principal *driver* de atuação, conjuntamente com o alargamento da base de Clientes, à estratégia de financiamento a este setor. Destaque para a Linha de Crédito +Impacto Social, com financiamento de cerca de 34 milhões de euros durante o ano de 2022 a projetos que vão contribuir significativamente para o alargamento da rede de equipamentos, para o aumento da qualidade e para a incorporação de inovação e sustentabilidade nas respostas sociais das Entidades da Economia Social e Solidária (EESS). Além da cadeia de valor interna, as EESS têm disponíveis soluções únicas que acrescentam valor ao dia-a-dia das Instituições, de que são exemplos a Solução ESocial, uma solução integrada de produtos, serviços e vantagens exclusivas para as EESS, a Conta Acordo, uma facilidade de descoberto (*plafond* exclusivo) para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que facilita a gestão de tesouraria, e o Seguro Voluntariado, seguro de acidentes pessoais, doença e responsabilidade civil – obrigatório para todas as instituições que contam com a colaboração de voluntários.

Na atividade seguradora, a Lusitania Companhia de Seguros realizou o lançamento de dois novos produtos: Seguros Paramétricos, do Azeite e da Amêndoa. Estes garantem aos produtores uma proteção para o seu rendimento baseada nos riscos de produtividade e preço de venda. Para os clientes que possuem ou utilizam Drones, foi desenvolvido o Seguro Lusitania Drones, que cobre em território nacional, os danos patrimoniais causados a terceiros, em voo ou no solo, com possibilidade de assegurar, também, os danos do equipamento.

Na componente de cuidados de saúde, destaca-se em 2022 o lançamento da segunda “Clínica de Saúde Residências Montepio”, instalada na residência do Montijo, a continuação da renovação dos equipamentos nas diferentes unidades e o desenvolvimento de serviços complementares de assistência remota. Destaca-se ainda, a continuação do reforço das

alianças estratégicas entre as Residências Montepio e as entidades do setor da saúde, nomeadamente, a parceria desenvolvida com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, com o objetivo de facilitar e promover os acessos aos serviços administrativos digitais e de telessaúde entre os centros de saúde e os utentes e clientes da Residências Montepio, assim como, dos seus trabalhadores.

Na componente dos serviços de alojamento a estudantes universitários, destaca-se em 2022 a abertura da residência de Lisboa João do Rio, com 62 quartos que rapidamente ficaram plenamente ocupados.

Os exemplos relatados não esgotam toda a dinâmica da oferta de produtos e serviços no domínio da satisfação de necessidades sociais e da sustentabilidade, bem como, no apoio aos clientes, por parte das restantes entidades subsidiárias do Grupo Montepio, designadamente, em seguros do ramo vida, fundos de pensões, fundos de investimento, e disponibilização de imóveis para arrendamento.

Desenvolvimento do Sistema de Governo

No âmbito do desenvolvimento do sistema de governo e da gestão de riscos, as entidades do Grupo Montepio têm vindo a prosseguir o desenvolvimento dos processos de identificação e gestão dos diversos riscos a que as suas atividades estão sujeitas, bem como, ao reforço dos sistemas de controlo interno.

No caso do MGAM, os estatutos em vigor foram aprovados pela Assembleia Geral de Associados de 4 de novembro de 2019, tendo, posteriormente, sido objeto de registo definitivo pela Direção Geral da Segurança Social. Nos referidos estatutos estão definidos os seguintes órgãos do MGAM: Assembleia Geral, Assembleia de Representantes, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Durante o ano de 2022, realizaram-se diversos ajustamentos na estrutura organizacional do MGAM, com o intuito de conseguir uma maior e melhor adequação funcional e operacional, por forma a proporcionar a melhor resposta aos Associados e, em simultâneo, dar resposta aos requisitos regulamentares e reforçar os processos do sistema de controlo interno.

Neste contexto, existem cartas de missão nas entidades do grupo diretamente dependentes do MGAM, que garantem o alinhamento estratégico, a observância dos princípios e valores do Grupo e a prossecução de objetivos concretos e quantificados.

Ao nível do apoio à gestão, importa referir a atividade dos Comités de Apoio ao Conselho de Administração: Comité de Controlo de Custos, Comité de Investimentos, Comité de Risco e Comité de Controlo Interno. Adicionalmente, com abrangência de análise e de ação ao nível do Grupo Montepio, releva-se o Comité Estratégico do Grupo e o Comité de Sustentabilidade.

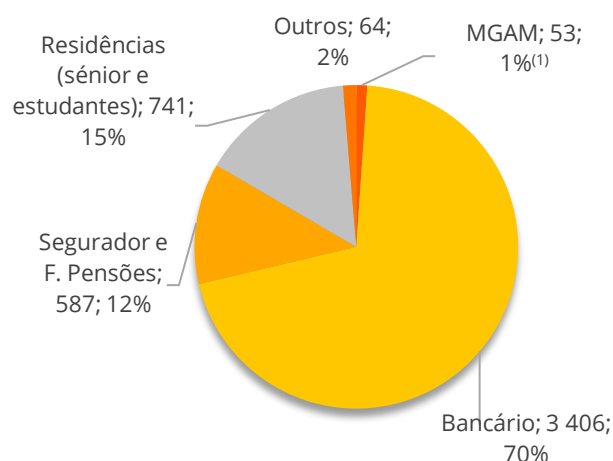
Para a prossecução dos valores mutualistas, as várias empresas do Grupo dispõem, em função da sua atividade, de políticas que regulam os seguintes temas:

- Remuneração dos trabalhadores;
- Avaliação de desempenho;
- Regulamento das funções de controlo interno (quando aplicável);
- Gestão do risco de branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo;
- Gestão de conflitos de interesse;
- Transações com partes relacionadas;
- Comunicação de irregularidades (*Whistleblowing*);
- Sustentabilidade;
- Proteção de dados;
- Gestão de reclamações;
- Seleção de Fornecedores.

Valorização dos Trabalhadores

No final de 2022, o Grupo Montepio tinha ao serviço um total de 4 851 trabalhadores, dos quais, 70% pertenciam ao negócio bancário, seguindo-se as Residências (sénior e de estudantes), com 15%, e a atividade seguradora e fundo de pensões, com as entidades Lusitania Companhia de Seguros, Lusitania Vida e Futuro, com 12% dos trabalhadores. O MGAM tem um quadro próprio de trabalhadores de 53 trabalhadores, mas, recorre a trabalhadores do quadro do Banco Montepio, através de contratos de cedência (181).

Nº de Trabalhadores em 2022: 4 851



- (1) Considerando os trabalhadores com contrato de cedência, exercem funções no MGAM um total de 234 trabalhadores, sendo 53 do quadro próprio e 181 com contrato de cedência, correspondendo a 5% do total dos trabalhadores do Grupo.

Em 2022, globalmente, o número de trabalhadores do Grupo Montepio observou uma redução de 48 trabalhadores, maioritariamente explicado pela variação ocorrida no negócio bancário (-72), no âmbito do Programa de ajustamento do Banco Montepio. Ao invés, as Residências Montepio (sénior e estudantes) continuaram a prosseguir o aumento do quadro de trabalhadores, com mais 15, decorrente, essencialmente, dos esforços de desenvolvimento e colocação de novos serviços e produtos.

No conjunto MGAM, Banco Montepio, Lusitania Companhia de Seguros, Lusitania Vida, Futuro e Montepio Gestão de Ativos, realizaram-se mais de 180 mil horas de formação, em 2022, verificando-se um crescimento de 75% nas horas de formação realizadas, face a 2021.

No MGAM, deu-se continuidade à formação em Economia Social e Mutualismo, num total de 360 horas, que contou com a participação de elementos do quadro técnico, diretivo e elementos dos órgãos associativos. Já no Banco Montepio, além da formação regulamentar, com um total de 103 218 horas de formação, destacam-se na área de Banca e Negócios as duas novas edições do Programa Montepio Avança, dirigido exclusivamente para trabalhadores da rede de balcões, com o objetivo de atualizar conhecimentos técnicos e de ação comercial, conhecer novas tendências do setor e formar os trabalhadores sobre procedimentos e políticas internas.

| Indicadores sobre Formação | 2022 | 2021 | Variação (%) |
|---|---------|--------|--------------|
| Montepio Geral Associação Mutualista | | | |
| Horas de formação | 6 338 | 3 807 | 0,66 |
| Participantes (#) | 232 | 196 | 0,18 |
| Investimento em formação (m€) | 79,5 | 42,6 | 0,87 |
| Banco Montepio | | | |
| Horas de formação | 144 888 | 84 244 | 0,72 |
| Participantes (#) | 3 083 | 3 008 | 0,02 |
| Investimento em formação (m€) | 582,0 | 479,3 | 0,21 |
| Lusitania Companhia de Seguros | | | |
| Horas de formação | 25 033 | 13 213 | 0,89 |
| Participantes (#) | 1 030 | 679 | 0,52 |
| Investimento em formação (m€) | n.d. | n.d. | n.d. |
| Lusitania Vida | | | |
| Horas de formação | 777 | 410 | 0,90 |
| Participantes (#) | n.d. | n.d. | n.d. |
| Investimento em formação (m€) | n.d. | n.d. | n.d. |
| Futuro | | | |
| Horas de formação | 1 627 | 1 141 | 0,43 |
| Participantes (#) | n.d. | n.d. | n.d. |
| Investimento em formação (m€) | n.d. | n.d. | n.d. |
| Montepio Gestão de Ativos | | | |
| Horas de formação | 1 575 | n.d. | n.d. |
| Participantes (#) | 43 | n.d. | n.d. |
| Investimento em formação (m€) | 14,9 | 10,5 | 0,42 |

Além da componente salarial, o Grupo Montepio tem procurado dinamizar oportunidades de desenvolvimento da carreira dos seus trabalhadores, quer na mesma organização, quer em outras empresas do Grupo, procurando satisfazer a realização profissional dos seus trabalhadores.

No caso do Banco Montepio, num contexto de retorno aos resultados positivos, foi possível em 2022 voltar a distribuir uma remuneração anual variável aos trabalhadores, em figura de bónus ou incentivos conforme a tipologia de funções, premiando o contributo das nossas Pessoas nos indicadores alcançados. O Plano Flex foi a solução encontrada para que esta remuneração variável pudesse ser aplicada de forma flexível, através de diferentes modalidades.



No plano da oferta de benefícios, o Grupo Montepio distingue-se pela positiva, pela incorporação de um leque alargado de apoios aos trabalhadores nas dimensões de saúde, de educação, sociais e de lazer. Face ao contexto socioeconómico vivido em 2022, além de um apoio extraordinário dado aos trabalhadores, foram reforçados os seguintes benefícios em vigor:

- Disponibilização do Crédito Habitação ACT – com aumento do *plafond* individual para 200 mil euros nas novas operações do processo ACT de 2023, reforço do *plafond* global para abranger mais trabalhadores, alargamento do prazo até aos 70 anos de idade (com limite de 40 anos de maturidade);
- Apoio escolar a filhos de trabalhadores – renovação para 2023 do apoio complementar a todos os níveis de ensino, subsídio de material e de alojamento, pagamento em dezembro do subsídio de material e de um trimestre de complemento escolar;
- Implementação da 1ª edição do “Prémio de Mérito Escolar do Grupo Montepio”, em 2022 – prémio que visa reconhecer e valorizar o mérito e esforço dos alunos, filhos dos trabalhadores do Grupo Montepio. Esta iniciativa, de responsabilidade social interna, acolheu um total de 143 candidaturas, relativas ao ano letivo de 2021-2022, de alunos, filhos de trabalhadores do Grupo Montepio integrados no ensino secundário, com enfoque nos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, tendo sido atribuídos prémios a 75 candidaturas, num apoio de 49 mil euros recebido sob a forma de um Plano de Poupança Mutualista, sendo ainda beneficiados, ao longo de 2023, por formações em literacia financeira e em literacia mutualista.
- Selo *Healthy Workplaces* de nível 2 Banco Montepio – distinção da Ordem dos Psicólogos Portugueses para incentivo e divulgação das melhores orientações e práticas que se desenvolvem em Portugal, no que diz respeito, à Segurança, Saúde e ao Bem-Estar Ocupacional. Em 2022, como forma de resposta aos temas de ordem Social e de Saúde Mental dos trabalhadores, o Banco manteve ativo o Programa de Assistência Psicossocial, com acompanhamento psicológico e social integrados.
- Disponibilização da vacina contra a gripe sazonal, de forma gratuita, para todos os trabalhadores interessados.



- 1ª Edição do *Open Day* no Banco Montepio – Para celebrar o trabalho e dedicação dos trabalhadores e com o objetivo de contribuir para a sua felicidade e qualidade de vida, o Banco Montepio organizou a 1ª Edição do *Open Day*, com oferta de momentos de relaxamento do corpo e da mente, através de sessões terapêuticas.
- 2ª Edição *Weekend* do Bem-Estar Banco Montepio – que consistiu em 4 dias dedicados à alimentação saudável, saúde mental e exercício físico, com atividades online e atividades presenciais.
- Semana do Bem-Estar do Montepio – é uma semana, com periodicidade anual, que conta com atividades diárias dedicadas à saúde e bem-estar de todos os Trabalhadores. Esta iniciativa tem como objetivos: estimular uma cultura de saúde e bem-estar; contribuir para equipas mais produtivas e felizes; incentivar a mudanças em prol da saúde; promover ambientes mais saudáveis. Tendo em conta o sucesso das últimas edições, o Banco Montepio organizou, em 2022, a 4ª Edição da Semana do Bem Estar, que alcançou 2 008 participações em atividades *online* e presenciais.



Compromisso com a Sustentabilidade

Os serviços financeiros têm um papel fundamental na transição para uma sociedade global sustentável, que se rege pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), nomeadamente, nas áreas de regeneração ambiental, inclusão social e prosperidade económica.

Perante os novos requisitos ESG (*Environmental, Social and Governance*), o MGAM tem procurado responder à importância das matérias de sustentabilidade, sendo os eixos de atuação abordados, quer nos requisitos ESG, quer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 ONU), intrínsecos à missão do MGAM e aos seus valores, designadamente:

- Ética e transparência;
- Solidariedade e cooperação;
- Profissionalismo, competência e responsabilidade; e
- Participação e liberdade de opinião.

Neste último ponto, é determinante recordar, os princípios de igualdade e democraticidade subjacentes ao MGAM, de acordo com os quais todos os Associados são iguais, cada associado tem direito a um voto, independentemente da sua capacidade financeira, todos têm os mesmos direitos de participação na vida e nas decisões da Instituição.

O MGAM pretende criar valor para todos os seus *stakeholders*, começando pelos seus Associados, mas não descurando a Sociedade em geral, os Reguladores, a Tutela, os Trabalhadores, as empresas do Grupo Montepio, os Mediadores e Promotores Mutualistas, as Entidades de Cooperação e Difusão do Mutualismo, as Entidades da Economia Social e os

seus Parceiros e Fornecedores, dando cumprimento à solidária missão mutualista que cumpriu, em 2022, 182 anos de existência.

Em matéria de responsabilidade social e de sustentabilidade, o MGAM é apoiado pelo seu Gabinete de Responsabilidade Social, através do Comité de Sustentabilidade do Grupo Montepio, na coordenação do Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio, na promoção de iniciativas de responsabilidade social interna, bem como em iniciativas de responsabilidade social externa, promotoras da inclusão social, através de projetos próprios da Fundação Montepio, ou em parceria com outros atores da Economia Social.

O Banco Montepio, consciente do seu papel e responsabilidade, é um dos signatários da Carta de Compromisso para o Financiamento Sustentável em Portugal, que define o modo como o setor financeiro deverá integrar as preocupações ambientais e sociais, nas suas atividades e operações.

Em 2020, na Carta de Compromisso Social, o Banco Montepio comprometeu-se em «Ser o banco de inspiração mutualista do país, por outros 175 anos».

O Banco Montepio aderiu ao *UN Global Compact*, reafirmando a sua missão de evoluir no seu desempenho e contributo para a sustentabilidade, de melhorar a realidade das pessoas, famílias, empresas e apoiar as entidades da economia social, reforçando o seu contributo para um presente mais consciente e solidário, cooperando na construção de um futuro sustentável para as gerações vindouras.

O Banco Montepio subscreve os sete princípios da iniciativa *Women's Empowerment Principles (WEPs)* das Nações Unidas, no âmbito do seu plano de ação pela diversidade, igualdade, inclusão e respeito pelos Direitos Humanos Universais.

Desde 2020, que o Banco tem vindo a implementar iniciativas promotoras da igualdade de género, em concordância com o quinto ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas: “Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas”, abolindo todas as formas de discriminação e violência, em todos os lugares, nas esferas pública e privada, e promovendo a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança.

Enquanto membro do *European Savings Banks Group (ESBG / WSBI)*, o Banco Montepio faz parte de uma longa tradição de atividade bancária, socialmente responsável que agrega caixas económicas europeias e internacionais que partilham valores e posicionamentos, quanto às suas políticas e estratégias de negócio, inspirados em três “R”:

- Retalho (*Retail*) – disponibilização ativa de serviços financeiros de retalho a consumidores individuais, famílias, pequenas e médias empresas (PME) e autoridades locais;
- Regional – rede de distribuição descentralizada, com alcance local e regional;
- Responsável – abordagem social e ambientalmente responsável do negócio com retorno para a sociedade e mitigação dos impactos ambientais.

Enquanto membro da rede europeia *ESBG*, o Banco Montepio integra o *World Savings and Retail Banking Institute (WSBI)*, que reúne 88 membros em 67 países em todo o mundo, compreendendo aproximadamente 6.400 caixas económicas e bancos de retalho. Em 2022, o total de ativos dos membros do WSBI ascendia a mais de 13.000 biliões de dólares.

Difusão do Mutualismo

O MGAM atua de acordo com os valores e princípios mutualistas consagrados no Código das Associações Mutualistas (Decreto-lei n.º 59/2018, de 2 de agosto). É num contexto de reforço da cooperação entre associações mutualistas que a Associação Mutualista Montepio é membro efetiva da *Association Internationale de la Mutualité (AIM)* e tem vindo a acompanhar, de perto, o desenvolvimento do Plano Ação Europeu para a Economia Social.

Com o mesmo objetivo, de potenciar sinergias entre associações mutualistas e, em conjunto, definir estratégias para melhorar o conhecimento do mutualismo e dos seus benefícios, o MGAM integra a Associação Portuguesa de Mutualidades (APM-RedeMut), assumindo o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração e integrando, em representação desta organização, os mais importantes fóruns de discussão das políticas económicas e sociais como o Conselho Económico e Social (CES), o Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) e a Confederação Portuguesa para a Economia Social (CPES).

Neste âmbito, durante o ano de 2022, o MGAM contribuiu para a construção de um conjunto de políticas públicas, com relevância para o setor mutualista, designadamente a impulsionada pela CPES, como o Estatuto Fiscal para a Economia Social, e a promovida pelo CNES, como o Acordo para a Formação Profissional e Qualificação da Economia Social, que deu origem à recente constituição do Centro para a Economia e Inovação Social.

Em termos de responsabilidade social, o MGAM integra as seguintes parcerias estratégicas, participando e promovendo as suas iniciativas, nomeadamente, grupos de trabalho, formações e ações de sensibilização:

- Âmbito internacional: é membro efetivo das duas maiores plataformas de voluntariado: CEV/EVEN (a nível europeu) e IAVE (a nível mundial).
- Âmbito nacional: participação nos órgãos sociais da Confederação Portuguesa de Voluntariado, participação no GRACE – Grupo de Reflexão e Apoio para a Cidadania Empresarial; representação do Conselho Consultivo da APPDI – Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão; e participação na APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial.

Ao longo de 2022, o Banco Montepio manteve-se ao lado das Entidades da Economia Social e Solidária (EESS), nas suas iniciativas de inovação e evolução da sua atividade. Estas instituições puderam contar com o Banco Montepio, enquanto parceiro financeiro, com uma natureza muito própria, que tem, desde sempre, preocupações de cariz social presentes na sua forma de atuação.

Como mecenas da cultura, a Lusitania Companhia de Seguros apoia vários Museus, Fundações e Exposições, permitindo o desenvolvimento e divulgação do Património Cultural Português. Adicionalmente, a preocupação com a comunidade e a solidariedade social é um dos eixos de dedicação da Lusitania Companhia de Seguros, apoiando várias instituições

que, diariamente, defendem estas causas, nomeadamente a Acreditar, a Associação Alzheimer Portugal, Associação Nuvem Vitória, entre outras.

Enquanto empresa do Grupo Montepio, a gestão e atuação da Residências Montepio tem por base princípios e valores de matriz mutualista, que edificam a cultura da empresa, vertidos no código de conduta, perseguindo elevados padrões de ética, rigor e profissionalismo, a par de boas práticas de responsabilidade social e sustentabilidade. Destaca-se, também, a promoção de atividades culturais e de prevenção na saúde, com a abertura das unidades residenciais às comunidades locais, nomeadamente, aquando da comemoração do Dia do Idoso.

Fundação Montepio

Em 2022, a Fundação Montepio concretizou a sua atividade de acordo com as Linhas de Orientação Estratégica, dando continuidade a alguns dos projetos previstos no Plano de Ação. O donativo anual de 500 mil euros, atribuído pelo MGAM, permitiu operacionalizar um conjunto de projetos solidários e apoiar Instituições de Solidariedade Social.

Ao nível dos projetos próprios, a Fundação deu continuidade ao projeto Frota Solidária Montepio e ao Prémio Voluntariado Jovem Montepio.

A Fundação manteve, em 2022, a sua presença, enquanto membro do Centro Português de Fundações, continuando a assegurar a presença nas Assembleias Gerais e nos Grupos de Trabalho Temáticos “Social” e “ODS”.

Instituições Beneficiadas com a Frota Solidária em 2022



O projeto Frota Solidária Montepio concretizou, em 2022, a sua 15ª edição, com a atribuição de dez viaturas adaptadas a igual número de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que trabalham com públicos vulneráveis, nomeadamente, pessoas portadoras de deficiência, crianças e jovens, pessoas idosas e população económica e socialmente desfavorecida. Este projeto de cariz social, procura reduzir as desigualdades sociais, estando alinhado com preocupações ambientais, uma vez que as viaturas atribuídas asseguram o controlo de emissões de CO2, sendo híbridas ou elétricas. O projeto Frota Solidária consubstancia uma



cadeia de solidariedade objetiva e transparente, orientada para a inclusão e para a redução das desigualdades sociais, e envolve os contribuintes, através da consignação fiscal, a Fundação Montepio, enquanto entidade promotora, financiadora e distribuidora das viaturas, a seguradora Lusitania, que oferece a primeira anuidade do seguro automóvel, a empresa Auto Ribeiro, que adapta e transforma as viaturas, e as IPSS beneficiadas, que atuam junto de públicos mais vulneráveis.

Em 2022, foram beneficiadas 10 Instituições com a Frota Solidária, distribuídas por 10 distritos do território nacional.

Por constrangimentos na disponibilização das viaturas, por parte dos fornecedores, em virtude dos atrasos provocados pela COVID-19, bem como, pela guerra na Ucrânia, em 2022, foram entregues em 2022, 5 das 10, viaturas atribuídas em 2021. As restantes 5 viaturas atribuídas em 2021, foram entregues em 2023 e as 10 viaturas atribuídas em 2022, estima-se que possam ser entregues em 2023.

De referir que, desde o início desta iniciativa, o projeto Frota Solidária já atribuiu 258 viaturas, ao longo de 15 edições.



Em 2022 foi lançada a 12ª Edição do Prémio Voluntariado Jovem do Montepio, com o objetivo de incentivar e promover a participação dos jovens em projetos de voluntariado que possam responder a problemas sociais. Em formato digital, foram apresentados, por 10 entidades diferentes, 10 projetos de soluções de intervenção social local, elaborados por jovens estudantes ou residentes em comunidades que abrangem Portugal Continental e Regiões Autónomas. Os referidos projetos mereceram a avaliação de um Júri, maioritariamente externo, constituído por representantes do GRACE, da Confederação Portuguesa de Voluntariado, do Centro Português de Fundações e da APPDI - Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão. A aplicabilidade e operacionalidade dos projetos vencedores serão acompanhadas, também, nos respetivos territórios, pelos voluntários do Grupo Montepio. A Fundação Montepio, enquanto promotora e gestora do Prémio Voluntariado Jovem Montepio, tem em curso a seleção final dos projetos vencedores, com base na avaliação do Júri.

Reconhecimento Externo

Prémio 5 Estrelas – Montepio Geral Associação Mutualista



O arranque de 2022 ficou marcado pela atribuição, pelo terceiro ano consecutivo, do Prémio Cinco Estrelas, galardão atribuído à Associação. O MGAM obteve a classificação de “Extraordinária, realmente Cinco Estrelas”, tendo a marca, oferta e serviços sido avaliados a partir de testes de *focus group*, inquéritos de satisfação e estudos de mercado, e alcançado uma satisfação global de 80,10% (8,01 em 10 pontos possíveis), com destaque para a dimensão Intenção de Recomendação, que registou uma classificação de 8,26 (variação positiva de 3,0% face à edição anterior).

Grande Prémio Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE) –

Montepio Geral Associação Mutualista



A Cerimónia de entrega dos Prémios APCE 2020-2021 realizou-se em novembro de 2022 e distinguiu a Revista Montepio Digital e a página de Instagram do Montepio Associação Mutualista, nas categorias “Publicação Externa” e “Campanha de Redes Sociais”, respetivamente.

Prémio Escolha do Consumidor que distingue o Banco Montepio como Marca Nº1 do Crédito Habitação 2022



O Crédito Habitação do Banco Montepio foi eleito escolha do consumidor. Este prémio destacou-se pelos bons resultados, obtendo um nível de Satisfação de 81,66% e um nível de Recomendação de 83,06%. Em relação aos atributos mais valorizados pelos consumidores, em relação aos produtos e serviços, o banco destacou-se maioritariamente em: “Confiança no banco”; “Explicação detalhada de produtos”; “Facilidade na entrega de documentos”; “Prazo de crédito flexível” e “Disponibilidade do Gestor para tratar do processo”, relativamente à concorrência.

“Facilidade na entrega de documentos”; “Prazo de crédito flexível” e “Disponibilidade do Gestor para tratar do processo”, relativamente à concorrência.

Merco Empresas e Líderes, Banco Montepio uma das 100 empresas com melhor reputação corporativa



O Banco Montepio é uma das 100 empresas com melhor reputação corporativa em Portugal. De acordo com os resultados divulgados pelo Merco, no seu estudo Merco Empresas, o Banco Montepio aparece colocado na 56ª posição, a sua melhor posição alcançada.

Superbrands 2022 – Banco Montepio



O Banco Montepio é uma *Superbrand*, pela 13ª vez. A atitude e a determinação não dependem de números de sorte. Ao longo dos 178 anos, o Banco Montepio tem vindo a fortalecer o valor da marca, que resulta no reconhecimento dos consumidores. Reforçando o compromisso com as famílias, as empresas e as entidades da economia social. A somar ao Prémio de Marca de Excelência *Superbrands*, a marca Banco Montepio conquistou, pela primeira vez, o Prémio Criatividade ‘Melhor Capa do Ano’. Este ano, o Banco Montepio escolheu falar sobre igualdade de género, um direito humano consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948 pela Organização das Nações Unidas, sabendo-se que a realidade vivida ainda é outra. O Banco Montepio quer e está a

escrever uma história diferente, que derrube muros e encurte distâncias no caminho para a plena igualdade de direitos e oportunidades, procurando fazer ‘a mudança que quer ver no mundo’.

Escolha Acertada Deco Proteste – Seguro Lusitania Multirriscos Condomínio “Super”



O Seguro Lusitania Multirriscos Condomínio “Super”, foi considerado pela Deco Proteste como “Escolha Acertada” uma distinção de confiança na relação qualidade preço, divulgada através dos meios digitais da Companhia. Trata-se de uma solução para salvaguardar a proteção do condomínio, respondendo à obrigatoriedade legal de subscrever um seguro que garanta o risco de incêndio, raio e explosão para edifícios em propriedade horizontal.

Melhor Fundo de Ações Nacional na II Edição dos Prémios Rankia Portugal – Montepio Gestão de Activos



A Montepio Gestão de Activos foi vencedor do Prémio “Melhor Fundo Nacional de Ações” com o fundo Montepio *Euro Energy*, na II Edição dos Prémios Rankia Portugal. A categoria de fundos distingue, entre outras sub categorias, o melhor fundo nacional de ações e, é neste âmbito, que os eleitores da Rankia destacaram o Montepio Gestão de Ativos.

Melhor Fundo de Investimento Imobiliário Aberto atribuído pela APFIPP/Jornal de Negócios – Montepio Gestão de Activos

A Associação de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), em parceria com o Jornal de Negócios, atribuiu os Prémios Melhores Fundos Jornal de Negócios/APFIPP – 2022, tendo atribuído ao “Valor Prime”, o prémio de Melhor Fundo de Investimento Imobiliário Aberto.

Seguro PPR da Lusitania Vida continua a merecer o título de Escolha Acertada em 2022



O PPR, Lusitania Poupança Reforma PPR, da Lusitania Vida continuou a ser eleito como Escolha Acertada no estudo mais recente da PROTESTE INVEST sobre PPR. Este plano é destacado, como o produto ideal para criar um complemento de reforma com entregas regulares ou livres de pequenos montantes, alterável, indexado anualmente, suspenso ou retomado em qualquer momento, para quem já está a 10 anos ou menos da reforma.





Prémio 5 Estrelas – Categoria Residências Sénior



As Residências Montepio foram premiadas na 5ª edição do Prémio Cinco Estrelas Regiões 2022, como a marca número Um para os consumidores, na categoria “Residências Sénior” para os distritos de Aveiro, Coimbra e Setúbal. Este Prémio distingue, não só a excelência dos serviços que as equipas Residências Montepio prestam aos seus utentes, de um modo integrado, individualizado e continuado, bem como, os edifícios modernos, de elevada qualidade, desenhados exclusivamente para responder às necessidades da população sénior, que permitiram assim atingir um elevado nível de satisfação junto dos consumidores.

Proteger o Ambiente

Na componente ambiental, durante o ano 2022, o Grupo Montepio desenvolveu esforços no sentido de mitigar o seu impacto no consumo de recursos naturais, promovendo a eficiência energética e consumos sustentáveis.

| Evolução dos Consumos | |  Eletricidade (GJ) |  Combustíveis (GJ) |  Papel (t) |  Resíduos (t) |
|-----------------------|-----------------------|--|--|---|---|
| MGAM | | | | | |
| | 2021 | 5 645 | 1 202 | 10 | 2 |
| | 2022 | 6 573 | 1 314 | 18 | 3 |
| | Variação 22-21 | 928 | 112 | 8 | 1 |
| Banco Montepio | | | | | |
| | 2021 | 35 453 | 15 405 | 164 | 141 |
| | 2022 | 35 801 | 15 509 | 118 | 51 |
| | Variação 22-21 | 348 | 104 | -46 | -90 |
| Lusitania-CS | | | | | |
| | 2021 | 5 238 | 4 136 | 47 | 2 |
| | 2022 | 5 252 | 4 679 | 49 | 3 |
| | Variação 22-21 | 14 | 543 | 2 | 1 |
| Lusitania Vida | | | | | |
| | 2021 | 2 | 888 | n.d. | n.d. |
| | 2022 | 2 | 592 | n.d. | n.d. |
| | Variação 22-21 | 0 | -296 | n.d. | n.d. |

GJ-Gigajoules; t-toneladas

Ao nível dos diferentes consumos, verificou-se, ao longo de 2022, um crescimento dos consumos de eletricidade e combustíveis no MGAM e Lusitania Companhia de Seguros, motivado pela diminuição do teletrabalho e regresso ao trabalho presencial no pós pandemia. No caso do Banco Montepio, no decorrer de 2022, o efeito pandemia foi-se esvanecendo e os consumos tanto de eletricidade, como de combustíveis, regressaram a nível regulares. A redução do consumo de eletricidade conseguida em 2021, devido ao

encerramento de balcões e a manutenção de parte dos trabalhadores em regime híbrido de trabalho (presencial-teletrabalho), permitiu a manutenção dos consumos elétricos praticamente nos mesmos níveis. No caso da Lusitania Vida, verificou-se uma redução do consumo de combustíveis, derivado da troca na frota de algumas viaturas, por viaturas elétricas. Contudo, no âmbito do consumo de combustíveis, importa ainda destacar que a substituição da frota de carros a gasóleo por elétricos ou híbridos a gasolina não ocorreu ao ritmo desejado pelo Grupo Montepio, em virtude da escassez de novas viaturas que se verificou durante o ano de 2022 no mercado automóvel.

O aumento do consumo total de papel da Associação, em 2022, foi motivado pelo maior volume de vencimentos programados e reaplicações de modalidades mutualistas, pelo envio do novo cartão único do Associado, que ocorreu a partir do segundo semestre do ano, pelo aumento do número de cartas enviadas relativas a melhorias de benefícios, por via do aumento do número de Associados e pelo regresso à “normalidade” laboral. Já no Banco Montepio, as medidas em curso no âmbito da desmaterialização de processos e o aumento da adesão à banca digital por parte dos Clientes, iniciadas em 2021, possibilitaram uma redução de 28,1% face ao ano anterior, tendo sido consumidas menos 46 toneladas de papel em 2022. No caso da Lusitania Companhia de Seguros verificou-se um acréscimo do consumo de papel dado o regresso ao trabalho presencial.

Por fim, a produção de resíduos da Associação cifrou-se em 3,1 toneladas, em 2022. De salientar que, neste âmbito, para além do regresso ao trabalho presencial, ocorreram pedidos adicionais de recolha de contentores, justificados por mudanças internas nos edifícios da Associação. Em 2022, verificou-se uma redução na recolha de resíduos no Banco Montepio, a qual está em linha com a redução do consumo de papel e que é o espelho da normal produção de resíduos da atividade do Banco. Comparativamente com o ano de 2021, foram recolhidas menos 90 toneladas, o que equivale a uma variação de -63,8%. Esta variação é justificada pelo programa de encerramento de balcões (sobretudo em 2020 e 2021), bem como, pelo expurgo de Arquivo, de elevada dimensão, no final de 2020 e primeiro trimestre de 2021, que originaram o envio de papel confidencial para tratamento.

Assim, em 2022, o Grupo Montepio, continuou a desenvolver iniciativas visando o aumento da eficiência energética e de recursos que, em simultâneo, potenciam e representam uma diminuição de custos e de impactos no ambiente.

09

Sistema de Controlo Interno e Gestão de Riscos



Sistema de Controlo Interno e Gestão de Riscos

9.1. Sistema de Controlo Interno

Os estatutos em vigor foram aprovados pela Assembleia Geral de Associados de 4 de novembro de 2019, tendo posteriormente sido objeto de registo definitivo pela Direção Geral da Segurança Social.

Nos referidos estatutos, estão definidos os seguintes órgãos do MGAM:

- a. Assembleia Geral;
- b. Assembleia de Representantes;
- c. Conselho de Administração;
- d. Conselho Fiscal.

A **Assembleia Geral** é constituída por todos os Associados efetivos que, à data da convocação da reunião da Assembleia, sejam maiores, tenham sido admitidos há mais de dois anos e que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, tendo cada Associado direito a um voto. À Assembleia Geral compete:

- Aprovar os Estatutos e respetivas alterações;
- Eleger e destituir, por votação secreta, os membros dos Órgãos e Cargos Associativos;
- Deliberar sobre a cisão, fusão, transformação, dissolução e liquidação;
- Deliberar sobre a adesão ou desvinculação a uniões, federações ou confederações do universo mutualista, assim como, a outros organismos, nacionais ou internacionais, representativos das atividades prosseguidas pela Associação;
- Homologar as deliberações da Assembleia de Representantes sobre aprovação do Regulamento de Benefícios do MGAM, do Regulamento da Assembleia Geral, do Regulamento Eleitoral e respetivas alterações;
- Deliberar sobre as matérias não compreendidas na competência dos restantes Órgãos Associativos.

A **Assembleia de Representantes**, tem como funções, designadamente, entre outras:

- Deliberar sobre o Regulamento de Benefícios;
- Eleger ou destituir os membros de comissões ou grupos de trabalho, quando tal lhe seja proposto pelo Conselho de Administração;
- Apreciar e votar, anualmente, o programa de ação e orçamento e o relatório e as contas individuais e consolidadas;
- Efetuar a apreciação geral da administração e fiscalização do MGAM e fiscalizar a atuação dos Órgãos Associativos;

- Apreciar e votar a proposta de aplicação de excedentes técnicos ou subvenções nas modalidades permitidas;
- Eleger, quadrienalmente, uma comissão para fixação da remuneração dos titulares dos órgãos e cargos associativos;
- Autorizar o MGAM a demandar os titulares dos órgãos e cargos associativos por atos praticados no exercício das suas funções;
- Deliberar sobre a alienação, ou outra forma de disposição, de participações, parciais ou totais, em entidades que consolidem no MGAM e sobre a aquisição de participações que venham a consolidar no seu balanço ou em quaisquer outros ativos financeiros que importem um investimento igual ou superior a 5% do ativo líquido do MGAM;
- Deliberar sobre os critérios ou limites quanto à aquisição onerosa, permuta e alienação a qualquer título de bem imóveis e outros bens patrimoniais, de rendimento ou de reconhecido valor histórico ou cultural;
- Deliberar sobre a emissão de valores mobiliários representativos de dívida e sobre a sua admissão à negociação em mercado regulamentado;
- Aprovar os regulamentos, e respetivas alterações, que rejam a sua própria atividade e a da Assembleia Geral, sem prejuízo da sua homologação por esta última.

Ao **Conselho de Administração** compete, nos termos da lei e dos estatutos, os mais amplos poderes de gestão e de representação. Nos termos dos novos estatutos, o Conselho de Administração pode ser composto por um presidente e por, no máximo, seis vogais, dos quais dois não executivos.

O **Conselho Fiscal** é composto por um presidente e dois vogais e deve, em regra, integrar um revisor oficial de contas, salvo se a revisão de contas estiver confiada a uma sociedade de revisores oficiais de contas. Compete ao Conselho Fiscal exercer o controlo e fiscalização do MGAM nos termos e pelos meios definidos na lei.

Atualmente a revisão oficial de contas está a cargo da *PricewaterhouseCoopers & Associados* – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia.

Durante o ano de 2022, realizaram-se diversos ajustamentos na estrutura organizacional do MGAM e ao nível da estrutura do Grupo, com o intuito de conseguir uma maior e melhor adequação funcional e operacional, por forma a proporcionar a melhor resposta aos Associados e, em simultâneo, dar resposta aos requisitos regulamentares e reforçar os processos do sistema de controlo interno. A estrutura do Grupo Montepio está explicitada no ponto 4 do presente relatório.

Função de Gestão de Riscos

A Função de Gestão de Riscos assenta num Sistema de Gestão de Riscos composto por estratégias, processos e procedimentos de prestação de informação que permitem, de forma constante, identificar, mensurar, monitorizar, gerir e comunicar os riscos (individual e

globalmente) a que a Associação está, ou pode vir a estar exposta, e as respetivas interdependências.

O Sistema de Gestão de Riscos permite, com base na Taxonomia de Riscos da Instituição, identificar os principais riscos que afetam materialmente os objetivos estratégicos definidos no Programa de Ação, catalogando-os de acordo com as categorias e subcategorias respetivas, assim como, a definição de ações de mitigação desses riscos, definição do Perfil de Risco e do Apetite ao Risco, do apoio no processo de tomada de decisão e da criação de uma cultura organizacional consciente do importante papel que a gestão do risco desempenha na Associação.

A contínua implementação do referido sistema envolve o desenvolvimento e atualização de políticas de gestão de riscos e dos processos que permitem melhorar a sua identificação, quantificação, controlo e mitigação.

Nesta função destaca-se o Comité de Risco, cuja função essencial é a de assessorar o Conselho de Administração na análise do apetite ao risco e das estratégias de risco gerais, atuais e futuras, bem como, das políticas relativas à assunção, gestão, controlo, cobertura e fatores de redução de risco, genéricas, atuais e futuras da Instituição.

Durante o ano de 2022, destaca-se a entrada em vigor da Política de Gestão de Risco de Liquidez, que formaliza os princípios e regras de controlo do risco de liquidez, incluindo a definição de responsabilidades no processo de gestão dos níveis de liquidez, a atualização do valor de uma reserva de liquidez, assim como, de limites de risco sobre indicadores de liquidez, em condições normais e em esforço, que refletem a tolerância ao risco da Instituição.

Função de Compliance

A função de *Compliance* está inserida na estrutura organizacional do MGAM, sendo parte integrante do sistema de controlo interno, atua como segunda linha de defesa, desempenhando as atividades de controlo do cumprimento do normativo, efetuando o aconselhamento às diversas áreas da Instituição e ao Conselho de Administração em temas específicos da sua área de trabalho.

Tem como atribuições:

- Garantir o alinhamento dos processos e da conduta com os requisitos legais, regulamentares, estatutários e com os normativos internos;
- Zelar pelo cumprimento do normativo, nomeadamente do código de conduta da Instituição, assegurando a existência de uma cultura ética, de transparência, solidária, profissional e responsável, princípios fundamentais do mutualismo;
- Promover o cumprimento do quadro normativo em matérias de: (i) prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (PBCFT) e (ii) prevenção da corrupção e infrações conexas (PCIC);

- Diligenciar a elaboração, aprovação e monitorização de políticas referentes à gestão de conflitos de interesses, políticas de transações com partes relacionadas e outras políticas associadas à conduta;
- Colaborar no processo de formação das pessoas da Instituição, através da realização de ações sobre temas da sua competência, designadamente, no que se refere ao código de conduta e a temáticas de PBCFT e de PCIC;

A função de *Compliance* é independente das outras unidades orgânicas, com autoridade e estatuto próprio, encontrando-se dotada de Recursos Humanos próprios, unicamente afetos ao exercício da função;

Função Atuarial

Com grande tradição na Associação, a função atuarial apresenta como principais competências as abaixo indicadas, relevando-se a sua importância no processo de adaptação da Instituição ao regime de Solvência II (salvaguardada a especificidade do MGAM):

- Monitorizar o cálculo das Reservas Matemáticas dos produtos atuariais;
- Colaborar no desenvolvimento de novos produtos ao nível do cálculo atuarial;
- Realizar as tarefas técnicas no âmbito da gestão atuarial dos produtos atuariais;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, nomeadamente, no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo.

Durante o ano, a função atuarial deu continuidade à implementação de um sistema de cálculo das provisões técnicas, tendo sido, igualmente, priorizados os trabalhos decorrentes do Grupo de Trabalho para a revisão do Regulamento de Benefícios do MGAM.

Função Auditoria Interna

A função de auditoria interna, que observou desenvolvimentos no decurso do exercício de 2022, é independente das funções operacionais e apoia o MGAM na sua missão de gerir com rigor, transparência e profissionalismo, os fundos constituídos pelas quotas e contribuições dos seus Associados, através de uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de governação, de gestão de riscos e de controlo interno.

Transposta para normas regulamentares e políticas de atuação, das quais se destacam a Carta de Auditoria Interna, o Código de Ética da Função de Auditoria Interna, o Manual de Auditoria Interna e o Plano Anual de Auditoria Interna, a atividade do Gabinete de Auditoria Interna (GAI) é desenvolvida na prossecução do Plano Anual de Auditoria Interna e visa aferir a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos outros elementos do sistema de governação.

A atividade da função visa proporcionar uma avaliação objetiva e independente da eficácia dos processos de gestão do risco, de controlo e de governação, assim como, desenvolver

um conjunto de iniciativas, numa ótica de consultoria, focadas na melhoria contínua dos processos e procedimentos.

A atividade do GAI é desenhada de forma a acrescentar valor e contribuir para a melhoria das operações da Associação Mutualista Montepio e do Grupo Montepio.

O modelo de organização estabelecido é baseado nas três linhas de defesa, modelo que atribui funções e tarefas na organização de uma forma que distingue três grupos (ou linhas) que participam numa gestão de risco eficaz:

| | |
|--------------------------|--|
| Primeira Linha de Defesa | Áreas de atividade e de apoio à atividade |
| Segunda Linha de Defesa | Funções: Gestão de Riscos, <i>Compliance</i> e Atuariado |
| Terceira Linha de Defesa | Função Auditoria Interna |

As empresas do Grupo Montepio têm formalizadas as funções de controlo interno ao nível do que são os requisitos para cada setor de atividade.

10

Balanço Consolidado



Balanço Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022 o ativo consolidado do MGAM ascendia a 22 223,9 milhões de euros, valor inferior em -697,1 milhões de euros ao observado no final do exercício de 2021 (-3,0%). Os maiores contributos para o balanço consolidado do MGAM, em 2022, provêm do Banco Montepio, com um balanço consolidado de 19 106,3 milhões de euros (19 713,2 milhões de euros, em 2021), do MGAM, com um balanço, em base individual, de 3 756,7 milhões de euros (3 716,3 milhões de euros, em 2021), da Lusitania vida, com um balanço individual de 952,2 milhões de euros (1 133,7 milhões de euros, em 2021) e da Lusitania companhia de Seguros, com um balanço individual de 539,2 milhões de euros (577,3 milhões de euros, em 2021).

Na evolução das principais rubricas do ativo verifica-se um decréscimo das disponibilidades e aplicações, por via da aplicação de liquidez em títulos, geradores de maior rendimento, tendo a rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito (OIC) totalizado 1 556,0 milhões de euros, com uma variação de -1 796,2 milhões de euros (-53,6%), que inclui caixa e disponibilidades em bancos centrais, com uma redução de -1 584,2 milhões de euros, disponibilidades em OIC, com um decréscimo de -56,1 milhões de euros, e as aplicações em OIC, com uma diminuição de -155,9 milhões de euros. A carteira de títulos e outros instrumentos registou um aumento, de 987,7 milhões de euros (19,7%), com o principal contributo de outros ativos financeiros ao custo amortizado, com um acréscimo de 1 838,1 milhões de euros (61,2%), que mais que compensaram a redução observada em ativos financeiros para negociação e ao justo valor, no montante global de -850,5 milhões de euros (-42,4%).

(Milhões de euros)

| | 2022 | 2021 | Variação | |
|---|-----------------|-----------------|---------------|-------------|
| | Valor | Valor | Valor | % |
| Caixa, disponibilidades e aplicações em BC e OIC | 1 556,0 | 3 352,2 | -1 796,2 | -53,6 |
| Crédito a clientes | 11 705,8 | 11 662,8 | 43,0 | 0,4 |
| Carteira de títulos e outros instrumentos | 5 998,1 | 5 010,4 | 987,7 | 19,7 |
| Ativos não correntes detidos p/venda e prop. investimento | 320,9 | 376,1 | -55,1 | -14,7 |
| Ativos não correntes detidos p/venda op. descontinuação | 199,7 | 0,4 | 199,3 | >100 |
| Ativos tangíveis e intangíveis | 360,6 | 399,9 | -39,3 | -9,8 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 22,3 | 32,0 | -9,7 | -30,4 |
| Ativos por impostos correntes e diferidos | 1 413,2 | 1 385,5 | 27,7 | 2,0 |
| Outros ativos e Investimentos em associadas | 647,3 | 701,7 | -54,4 | -7,8 |
| Total do Ativo | 22 223,9 | 22 921,1 | -697,1 | -3,0 |

A carteira de crédito situou-se em 11 705,8 milhões de euros, com um aumento de 43,0 milhões de euros (0,4%), face aos 11 662,8 milhões de euros observados em 31 de dezembro de 2021, com o crédito *performing* a registar um aumento de 246 milhões de euros face ao valor apurado em 31 de dezembro de 2021, numa dinâmica de promoção do financiamento sustentável e de reforço do financiamento junto das entidades do setor social.

Os ativos não correntes detidos para venda e propriedades de investimento fixaram-se em 320,9 milhões de euros no final de 2022, registando uma redução homóloga de -55,1 milhões de euros. Para esta variação, contribuíram 87,2 milhões de euros referentes a alienações de imóveis efetuadas durante o ano. Em contrapartida, registaram-se aquisições de imóveis no montante de 14,8 milhões de euros, alterações de justo valor de 9,6 milhões de euros e transferências de 6,6 milhões de euros.

Os ativos não correntes detidos para venda - operações em descontinuação, evidenciaram um acréscimo de 199,3 milhões de euros, na sequência da conclusão do processo de dissolução voluntária e liquidação do Banco Montepio Geral Cabo Verde e do acordo de venda do Finibanco Angola, passando a entidade a cumprir os critérios previstos na IFRS 5 e a ser considerada como entidade em descontinuação.

Em 2022, a rubrica de ativos por impostos correntes e diferidos, no montante de 1 413,2 milhões de euros, representando 6,4% do total do ativo consolidado, aumentou, face ao valor de 2021, 27,7 milhões de euros, para o que contribuiu o acréscimo dos ativos por impostos diferidos, no montante de 23,0 milhões de euros, e de 4,8 milhões de euros, dos ativos por impostos correntes.

Os ativos tangíveis e intangíveis, no montante de 360,6 milhões de euros, em 2022, evidenciam uma variação homóloga, de -39,3 milhões de euros (-9,8%), representando 1,6% do ativo, comparativamente a 1,7%, registados no final de 2021.

A rubrica de outros ativos ascendeu, a 647,3 milhões de euros, valor que compara com 701,7 milhões de euros registados no final de 2021, correspondente a uma redução de -54,4 milhões de euros (-7,8%). Neste agregado, a rubrica mais relevante, no valor de 443,1 milhões de euros, corresponde a ativos recebidos em recuperação de crédito, que observou, no ano de 2022, uma redução de -146,6 milhões de euros (-24,9%), em linha com a estratégia de desalavancagem do balanço, consubstanciada na redução dos ativos não produtivos (*Non-Performing Assets*).

Em 2022, o passivo ascendeu a 22 022,1 milhões de euros, traduzindo um decréscimo, face a 2021, de -750,0 milhões de euros (-3,3%). Esta variação foi induzida, por:

- i. Recursos de bancos centrais e OIC, cujo valor passou de 3 457,4 milhões de euros, em 2021, para 3 231,6 milhões de euros, em 2022. Esta rubrica engloba as tomadas de fundos junto do BCE, que, em 2022, ascenderam a 2 890,0 milhões de euros, que compara com 2 902,0 milhões de euros, em 2021, e o *funding* obtido junto de outras instituições de crédito, no montante de 341,6 milhões de euros, que, em 2021, ascendeu a 555,4 milhões de euros.

(Milhões de euros)

Estrutura e evolução do passivo e capitais próprios

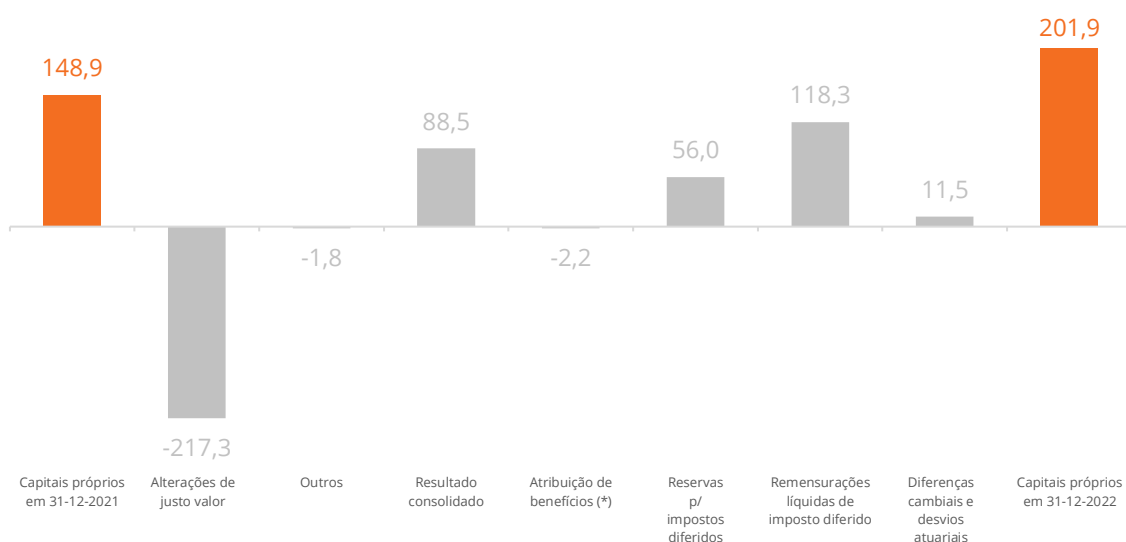
| | 2022 | | 2021 | | Variação | |
|---|-----------------|--------------|-----------------|--------------|---------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Recursos de bancos centrais e OIC | 3 231,6 | 14,5 | 3 457,4 | 15,1 | -225,8 | -6,5 |
| Recursos de clientes | 12 973,0 | 58,4 | 12 598,0 | 55,0 | 375,0 | 3,0 |
| Dívida emitida | 637,6 | 2,9 | 1 648,4 | 7,2 | -1 010,8 | -61,3 |
| Passivos não correntes detidos p/venda op. descontinuação | 101,7 | 0,5 | 0,3 | 0,0 | 101,4 | >100 |
| Contratos de investimento | 642,0 | 2,9 | 749,0 | 3,3 | -107,0 | -14,3 |
| Provisões técnicas | 4 019,7 | 18,1 | 3 928,9 | 17,1 | 90,8 | 2,3 |
| Outros passivos | 416,5 | 1,9 | 390,1 | 1,7 | 26,4 | 6,8 |
| Total do passivo | 22 022,1 | 99,1 | 22 772,1 | 99,4 | -750,0 | -3,3 |
| Fundos próprios e excedentes técnicos | 177,3 | 0,8 | 145,4 | 0,6 | 32,0 | 22,0 |
| Reservas de justo valor | -127,6 | -0,6 | 88,5 | 0,4 | -216,1 | <-100 |
| Reservas por impostos correntes e diferidos | 79,6 | 0,4 | 43,9 | 0,2 | 35,7 | 81,2 |
| Reserva geral | 175,1 | 0,8 | 167,7 | 0,7 | 7,4 | 4,4 |
| Reservas e resultados transitados | -206,4 | -0,9 | -383,4 | -1,7 | 177,0 | -46,2 |
| Resultado atribuível ao MGAM | 90,8 | 0,4 | 71,6 | 0,3 | 19,2 | 26,9 |
| Total dos capitais próprios atribuíveis ao MGAM | 188,8 | 0,8 | 133,7 | 0,6 | 55,1 | 41,2 |
| Interesses que não controlam | 13,1 | 0,1 | 15,3 | 0,1 | -2,2 | -14,3 |
| Total dos capitais próprios | 201,9 | 0,9 | 148,9 | 0,6 | 52,9 | 35,5 |
| Total do passivo e dos capitais próprios | 22 223,9 | 100,0 | 22 921,1 | 100,0 | -697,1 | -3,0 |

- ii. Dívida emitida, no montante de 637,6 milhões de euros, em 2022, que apresenta um decréscimo, face a 2021, de -1 010,7 milhões de euros (-61,3%), na sua quase globalidade referente à rubrica de responsabilidades representadas por títulos, por via das operações realizadas pelo Banco Montepio de liquidação da 10ª série das Obrigações Hipotecárias, no montante de 750 milhões de euros, das recompras de Obrigações Hipotecárias no montante de 134 milhões de euros e da diminuição das obrigações “Pelican Mortgage” no montante de 114 milhões, dado que os outros passivos subordinados se mantiveram estáveis, em 30,9 milhões de euros (31,2 milhões de euros em 2021).
- iii. Recursos de clientes, situando-se em 12 973,0 milhões de euros, que comparam com 12 598,0 milhões de euros, em 2021, representando uma variação de 375,0 milhões de euros (3,0%).
- iv. Provisões técnicas, segunda principal rubrica do passivo, que passaram de 3 928,9 milhões de euros, em 2021, para 4 019,7 milhões de euros, em 2022, representando um acréscimo de 90,8 milhões de euros (2,3%), com o contributo de 49,9 milhões de euros (1,3%) das provisões técnicas que estão constituídas no âmbito da atividade mutualista, que visam garantir aos associados e ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais e encargos com as diversas modalidades subscritas e 40,9 milhões de euros (1,0%), resultantes das provisões associadas à atividade seguradora.
- v. Contratos de investimento, correspondentes a contratos emitidos pela área seguradora, ramo vida, sem participação nos resultados, discricionária e *unit linked*, no montante de 642,0 milhões de euros, em 2022, apresentam um decréscimo, face ao ano anterior, de

107,0 milhões de euros (-14,3%), com 96,7 milhões de euros resultantes de novas colocações.

- vi. Passivos não correntes detidos para venda – operações em descontinuação, com um acréscimo de 101,4 milhões de euros, em 2022, em função da conclusão do processo de dissolução voluntária e liquidação do Banco Montepio Geral Cabo Verde e do acordo de venda do Finibanco Angola, passando a entidade a cumprir os critérios previstos na IFRS 5 e a considerada como entidade em descontinuação.

Demonstração da variação dos capitais próprios consolidados em 2022 (M€)



(*) aos associados, relativa à aplicação dos resultados do MGAM de 2021, conforme deliberação da Assembleia de Representantes de 31 de março de 2022

Os capitais próprios consolidados ascenderam a 201,9 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2022, traduzindo uma variação de 52,9 milhões de euros, face a 2021. Esta variação foi determinada, na sua maioria, pelo resultado consolidado, no montante de 88,5 milhões de euros, pelas alterações de justo valor, líquidas de reservas por impostos diferidos, em -161,3 milhões de euros, pelas remensurações líquidas de imposto diferido, em 118,3 milhões de euros e pelas diferenças cambiais e desvios atuariais, de 11,5 milhões de euros.

A atribuição de benefícios e os outros movimentos de consolidação tiveram um impacto residual nos capitais próprios consolidados, em -4,0 milhões de euros.

11

Resultado Consolidado



Resultado Consolidado

Em 2022, o produto consolidado das diversas atividades do Grupo Montepio (proveitos operacionais), no montante de 1 549,7 milhões de euros, observou um aumento, de 12,7%, face ao montante obtido em 2021 (reexpresso¹). O quadro *infra* explicita a composição desta rubrica.

(Milhões de euros)

| Evolução e Composição do produto das atividades consolidadas | 2022 | | 2021 (reexpresso) | | Variação | |
|--|----------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Margem Financeira | 296,9 | 19,2 | 278,5 | 20,2 | 18,4 | 6,6 |
| Rendimento de instrumentos de capital | 1,2 | 0,1 | 2,2 | 0,2 | -1,0 | -46,7 |
| Rendimentos líquidos de serviços e comissões | 96,8 | 6,2 | 102,6 | 7,5 | -5,8 | -5,7 |
| Resultados de operações financeiras | -0,1 | 0,0 | 12,2 | 0,9 | -12,3 | <-100 |
| Proveitos inerentes a associados e prémios de seguros adquiridos líquidos de resseguro | 1 130,3 | 72,9 | 933,7 | 67,9 | 196,6 | 21,1 |
| Outros resultados | 24,6 | 1,6 | 46,2 | 3,4 | -21,5 | -46,7 |
| Produto da Atividade | 1 549,7 | 100,0 | 1 375,4 | 100,0 | 174,3 | 12,7 |

A margem financeira atingiu um montante de 296,9 milhões de euros, observando um acréscimo de 18,4 milhões de euros (6,6%) face a 2021, beneficiando do aumento das taxas de juro de mercado, que favorecem a rentabilidade das operações e o *repricing* da carteira de crédito. Os juros recebidos registaram um acréscimo de 6,1 milhões de euros (1,9%), com especial relevo para o aumento dos juros recebidos pelas operações de crédito, em 8,5 milhões de euros, que compensaram a queda dos juros da carteira de derivados, em -1,4 milhões de euros e das disponibilidades e aplicações, em -1,1 milhões de euros. Os juros pagos registaram uma redução de -12,3 milhões de euros (-27,1%) e incluem os decréscimos dos juros de recursos de clientes, em -2,5 milhões de euros, dos juros de passivos financeiros detidos para negociação, em -7,8 milhões de euros, e dos juros relativos às operações de titularização sintética realizadas pelo Banco Montepio, em -1,8 M€.

A rubrica de rendimentos líquidos de serviços e comissões registou um decréscimo, de -5,8 milhões de euros, face ao ano anterior, situando-se em 96,8 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2022. Esta evolução resultou da conjugação da diminuição, de -3,2 milhões de euros, nos rendimentos de serviços e comissões e do aumento ocorrido nos encargos com serviços e comissões, no montante de 2,6 milhões de euros.

Os resultados de operações financeiras situaram-se em -0,1 milhões de euros, em 2022, apresentando uma redução, face a 2021, de -12,3 milhões de euros, a qual incorpora uma

¹ Na sequência da assinatura do acordo para a venda do Finibanco Angola e subsequente aplicação da IFRS 5, esta entidade passou a ser apresentada como uma unidade em descontinuação, tendo-se procedido à reexpressão de 2021 da demonstração dos resultados, apresentando o resultado na rubrica "Resultados de operações em descontinuação" (cf. ponto 13, nº 1. alínea a).

variação negativa de -5,4 milhões de euros em resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e um decréscimo de -7,6 milhões de euros em resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, explicado, maioritariamente, pelo decréscimo das valias obtidas, em 2022, na venda de títulos de emissores públicos, em -7,0 milhões de euros, dos quais, -1,0 milhões de euros referentes a dívida portuguesa, valor que, em 2021, foi positivo em 1,5 milhões de euros. Os resultados de reavaliação cambial registaram um acréscimo de 0,7 milhões de euros, totalizando 10,6 milhões de euros.

Evolução do Produto das Atividades (M€)



Os proveitos inerentes a associados e prémios de seguros adquiridos, líquidos de resseguro, no montante de 1 130,3 milhões de euros, apresentaram um crescimento, face a 2021, de 196,6 milhões de euros (21,1%), para a qual concorreu, principalmente, o aumento das quotizações e capitais recebidos na atividade mutualista, em 168,7 milhões de euros, e os prémios líquidos de resseguro das atividades seguradoras, em 33,2 milhões de euros,

A rubrica outros resultados observou um decréscimo de -46,7%, ascendendo a 24,6 milhões de euros, em 2022. Esta rubrica incorpora os resultados obtidos na alienação de outros ativos, que se fixaram em 33,6 milhões de euros (29,9 milhões de euros, em 2021), e outros resultados de exploração, de -8,9 milhões de euros (16,3 milhões de euros, em 2021).

Em 2022, os gastos operacionais consolidados situaram-se em 1 361,2 milhões de euros, tendo registado um acréscimo, de 154,6 milhões de euros (12,8%), face a 2021.

Os gastos de funcionamento ou de estrutura, no montante de 354,3 milhões de euros, observaram uma diminuição, de -4,6 milhões de euros, explicada, fundamentalmente, pela componente de custos com pessoal, que decresceram para 208,7 milhões de euros, face a 214 milhões de euros registados em 2021, representando um decréscimo de -5,4 milhões de euros (-2,5%), em função do decréscimo de custos, face a 2021, relacionados com o Programa de Ajustamento do quadro de colaboradores do Banco Montepio.

(Milhões de euros)

Evolução dos gastos operacionais, provisões e imparidades consolidados

| | 2022 | 2021 (reexpresso) | Variação | |
|---|----------------|----------------------|--------------|--------------|
| | | | Valor | % |
| Custos com pessoal | 208,7 | 214,0 | -5,4 | -2,5 |
| Gastos gerais administrativos | 102,8 | 102,2 | 0,5 | 0,5 |
| Amortizações | 42,8 | 42,7 | 0,2 | 0,4 |
| Gastos de funcionamento | 354,3 | 358,9 | -4,6 | -1,3 |
| Custos inerentes a associados e com sinistros líquidos de resseguro | 902,9 | 703,7 | 199,1 | 28,3 |
| Variação das provisões técnicas | 104,1 | 144,0 | -39,9 | -27,7 |
| Gastos operacionais | 1 361,2 | 1 206,7 | 154,6 | 12,8 |
| Imparidade do crédito | 13,3 | 51,3 | -38,0 | -74,1 |
| Imparidade de outros ativos | 33,5 | 23,4 | 10,1 | 42,9 |
| Outras provisões | 4,2 | -5,6 | 9,8 | >100 |
| Imparidades e provisões | 50,9 | 69,1 | -18,2 | -26,3 |

Os gastos gerais administrativos, no valor de 102,8 milhões de euros, observaram uma estabilização, face ao ano anterior, atento o esforço de racionalização e contenção de custos, no seio do Grupo Montepio, e as amortizações e depreciações totalizaram 42,8 milhões de euros, valor que compara com 42,7 milhões de euros registados em 2021.

A variação dos custos inerentes a associados e com sinistros líquidos de resseguro, no montante, de 199,1 milhões de euros, foi induzida, principalmente, pela atividade mutualista, cujos custos inerentes a associados, no montante de 762,7 milhões de euros, registaram um aumento de 209,1 milhões de euros, face a 2021, principalmente na componente de vencimentos e reembolsos antecipados. Comportamento contrário observaram os custos com sinistros de seguros, líquidos de resseguro, no montante de 140,2 milhões de euros, com uma variação de -9,9 milhões de euros face a 2021.

A variação das provisões técnicas registou um decréscimo de -39,9 milhões de euros (-27,7%), fixando-se em 104,1 milhões de euros no final de 2022. Esta evolução traduz, essencialmente, a variação das provisões matemáticas do ramo vida, líquidas de resseguro, que evidenciaram um decréscimo de -39,3 milhões de euros, face ao valor registado no final de 2021.

O total consolidado de imparidades e provisões constituídas ascendeu a 50,9 milhões de euros, em 2022, que compara com 69,1 milhões de euros constituídos em 2021, traduzindo uma redução de -18,2 milhões de euros (-26,3%), para o que contribuiu a variação da imparidade para crédito em -38,0 milhões de euros, situando-se em 13,3 milhões de euros em 2022, a qual inclui um decréscimo de dotações, líquidas de reversões de -34,3 milhões de euros.

A imparidade de outros ativos, no montante de 33,5 milhões de euros, observou um acréscimo de 10,1 milhões de euros (42,9%) face a 2021, incluindo o acréscimo de imparidades de ativos financeiros de 4,3 milhões de euros, nomeadamente pelo reforço da dotação de imparidades de outros ativos financeiros ao custo amortizado, e o aumento da imparidade de outros ativos em 5,8 milhões de euros, essencialmente na componente de

ativos tangíveis e intangíveis, embora esta componente, em 2021, tivesse sido influenciada por reversão de imparidade, no montante de 6,1 milhões de euros.

A rubrica de outras provisões observou um aumento de 9,8 milhões de euros, atingindo 4,2 milhões de euros em 2022, evolução igualmente influenciada por um menor nível de reversões de imparidades, quer ao nível das provisões para garantias e compromissos assumidos, quer em outros riscos e encargos.

(Milhões de euros)

Evolução dos resultados consolidados

| | 2022 | 2021 (reexpresso) | Variação | |
|---|--------------|----------------------|-------------|-------------|
| | | | Valor | % |
| Resultado operacional | 137,5 | 99,7 | 37,9 | 38,0 |
| Resultados por equivalência patrimonial | 1,0 | 0,3 | 0,7 | >100 |
| Resultados antes de impostos | 138,6 | 100,0 | 38,6 | 38,6 |
| Impostos | -37,1 | -29,1 | -8,0 | 27,5 |
| Resultado de operações em descontinuação | -13,0 | 2,4 | -15,4 | <-100 |
| Resultado consolidado do exercício | 88,5 | 73,3 | 15,2 | 20,8 |
| Interesses que não controlam | -2,3 | 1,7 | -4,0 | <-100 |
| Resultado atribuível ao MGAM | 90,8 | 71,6 | 19,2 | 26,9 |

O resultado operacional, no montante de 137.5 milhões de euros, em 2022, superou, em 37,9 milhões de euros, o obtido em 2021, dado que, os contributos positivos dos proveitos operacionais e das imparidades e provisões mais do que compensaram o acréscimo registado nos gastos operacionais.

O resultado de operações em descontinuação, no montante de -13,0 milhões de euros, reflete o contributo do resultado das entidades em processo de dissolução (Banco Montepio Geral Cabo Verde) e de venda (Finibanco Angola), classificadas como entidades em descontinuação.

Evolução do Resultado Operacional (M€)

Os impostos atingiram 37,1 milhões de euros, em 2022, aumentando 8,0 milhões de euros face ao valor de 2021 (29,1 milhões de euros), para o que contribuíram as variações registadas nos impostos diferidos, de 11,4 milhões de euros, e nos impostos correntes, de -3,4 milhões de euros, face a 2021.

O resultado líquido consolidado do exercício de 2022 ascendeu a 88,5 milhões de euros, que compara com 73,3 milhões de euros, em 2021. O resultado atribuível ao MGAM totalizou 90,8 milhões de euros, um valor superior em 19,2 milhões de euros ao realizado no ano anterior, que se fixou em 71,6 milhões de euros.

Lisboa, 11 de maio de 2023

O Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Luis Manuel dos Santos Silva Patrão

12

Demonstrações Financeiras Consolidadas



Demonstrações financeiras consolidadas

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração dos Resultados Consolidados em 31 de dezembro de 2022

(milhares de euros)

| | Notas | 2022 | 2021 - Reexpresso |
|--|-----------|------------------|----------------------|
| Juros e rendimentos similares | 3 | 329 984 | 323 916 |
| Juros e encargos similares | 3 | 33 132 | 45 459 |
| Margem financeira | | 296 852 | 278 457 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 4 | 1 194 | 2 241 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 5 | 139 158 | 142 383 |
| Encargos com serviços e comissões | 5 | (42 368) | (39 764) |
| Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | 6 | (17 397) | (11 972) |
| Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 7 | 6 686 | 14 278 |
| Resultados de reavaliação cambial | 8 | 10 624 | 9 886 |
| Resultados de alienação de outros ativos | 9 | 33 564 | 29 865 |
| Proveitos inerentes a associados e prémios de seguro adquiridos, líquidos de resseguro | 10 | 1 130 330 | 933 734 |
| Outros resultados de exploração | 11 | (8 925) | 16 322 |
| Total de proveitos operacionais | | 1 549 718 | 1 375 431 |
| Custos com pessoal | 12 | 208 666 | 214 027 |
| Gastos gerais administrativos | 13 | 102 776 | 102 247 |
| Custos inerentes a associados e custos com sinistros, líquidos de resseguro | 14 | 902 859 | 703 745 |
| Variação das provisões técnicas | 15 | 104 102 | 143 977 |
| Depreciações e amortizações do exercício | 16 | 42 840 | 42 656 |
| Total de custos operacionais | | 1 361 243 | 1 206 651 |
| Imparidade do crédito | 17 | 13 303 | 51 329 |
| Imparidade de outros ativos financeiros | 18 | 7 953 | 3 656 |
| Imparidade de outros ativos | 18 | 25 511 | 19 755 |
| Outras provisões | 19 | 4 169 | (5 624) |
| Resultado operacional | | 137 539 | 99 664 |
| Resultados por equivalência patrimonial | 20 | 1 024 | 319 |
| Resultado antes de impostos | | 138 563 | 99 983 |
| Impostos | | | |
| Correntes | 36 | (25 618) | (29 042) |
| Diferidos | 36 | (11 518) | (75) |
| Resultado após impostos de operações em continuação | | 101 427 | 70 866 |
| Resultado de operações em descontinuação | 58 | (12 974) | 2 385 |
| Resultado líquido consolidado após impostos | | 88 453 | 73 251 |
| Resultado líquido do exercício atribuível ao MGAM | | 90 801 | 71 557 |
| Interesses que não controlam | 51 | (2 348) | 1 694 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 88 453 | 73 251 |

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração Consolidada do rendimento integral em 31 de dezembro de 2022

(milhares de euros)

| | Notas | 2022 | | | |
|---|-------|-----------------------------|--------------------------------|------------|------------------------------------|
| | | Operações em continuação | Operações em descontinuação | Total | Interesses que não controlam |
| Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados | | | | | |
| Reservas de justo valor | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e crédito a clientes | 50 | | | | |
| Instrumentos de dívida | | (216 146) | - | (216 146) | (214 945) |
| Impostos diferidos e correntes | 36 | 54 155 | - | 54 155 | 53 886 |
| Diferenças cambiais resultante da consolidação | | 11 546 | - | 11 546 | 9 376 |
| | | (150 445) | - | (150 445) | (151 683) |
| Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados | | | | | |
| Reservas de justo valor | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e crédito a clientes | 50 | | | | |
| Instrumentos de capital | | (1 149) | - | (1 149) | (1 149) |
| Outras reservas de justo valor | | 1 873 | - | 1 873 | 1 873 |
| Impostos diferidos e correntes | 36 | (20 102) | - | (20 102) | (20 102) |
| Remensurações de benefícios pós-emprego e de longo prazo | 54 | 138 392 | - | 138 392 | 138 392 |
| | | 119 014 | - | 119 014 | 119 014 |
| Total outro rendimento integral do exercício | | (31 431) | - | (31 431) | (32 669) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 101 427 | (12 974) | 88 453 | 90 801 |
| Total de rendimento integral consolidado do exercício | | 69 996 | (12 974) | 57 022 | 58 132 |

(milhares de euros)

| | Notas | 2021 Reexpresso | | | |
|---|-------|-----------------------------|--------------------------------|-----------|------------------------------------|
| | | Operações em continuação | Operações em descontinuação | Total | Interesses que não controlam |
| Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados | | | | | |
| Reservas de justo valor | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e crédito a clientes | 50 | | | | |
| Instrumentos de dívida | | (48 501) | - | (48 501) | (48 501) |
| Impostos diferidos e correntes | 36 | 11 793 | - | 11 793 | 11 793 |
| Diferenças cambiais resultante da consolidação | | 12 020 | - | 12 020 | 9 541 |
| | | (24 688) | - | (24 688) | (27 167) |
| Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados | | | | | |
| Reservas de justo valor | | | | | |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e crédito a clientes | 50 | | | | |
| Instrumentos de capital | | (12 746) | - | (12 746) | (12 746) |
| Impostos diferidos e correntes | 36 | (5 533) | - | (5 533) | (5 533) |
| Remensurações de benefícios pós-emprego e de longo prazo | 54 | 28 200 | - | 28 200 | 28 200 |
| | | 9 921 | - | 9 921 | 9 921 |
| Total outro rendimento integral do exercício | | (14 767) | - | (14 767) | (17 246) |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 70 991 | 2 260 | 73 251 | 71 557 |
| Total de rendimento integral consolidado do exercício | | 56 224 | 2 260 | 58 484 | 54 311 |

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Montepio Geral – Associação Mutualista

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2022

(milhares de euros)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| Ativo | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 21 | 1 383 834 | 2 968 024 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 22 | 60 976 | 117 087 |
| Aplicações em instituições de crédito | 23 | 111 214 | 267 075 |
| Crédito a clientes | 24 | 11 705 790 | 11 662 833 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 25 | 38 212 | 7 979 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 26 | 186 145 | 260 130 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 27 | 931 407 | 1 738 107 |
| Derivados de cobertura | 28 | - | 5 411 |
| Outros ativos financeiros ao custo amortizado | 29 | 4 842 314 | 3 004 197 |
| Investimentos em associadas | 30 | 6 240 | 5 998 |
| Ativos não correntes detidos para venda | 31 | 11 | 38 862 |
| Ativos não correntes detidos para venda - operações em descontinuação | 58 | 199 687 | 429 |
| Propriedades de investimento | 32 | 320 933 | 337 230 |
| Outros ativos tangíveis | 33 | 300 343 | 344 462 |
| Provisões técnicas de resseguro cedido | 34 | 22 271 | 32 005 |
| Ativos intangíveis | 35 | 60 260 | 55 396 |
| Ativos por impostos correntes | 36 | 13 455 | 8 684 |
| Ativos por impostos diferidos | 36 | 1 399 794 | 1 376 816 |
| Outros ativos | 37 | 641 055 | 690 334 |
| Total do Ativo | | 22 223 941 | 22 921 059 |
| Passivo | | | |
| Recursos de bancos centrais | 38 | 2 889 991 | 2 902 003 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 39 | 341 623 | 555 412 |
| Recursos de clientes | 40 | 12 973 033 | 12 598 038 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 41 | 606 651 | 1 617 125 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 25 | 17 697 | 7 470 |
| Derivados de cobertura | 28 | - | 335 |
| Passivos não correntes detidos para venda - operações em descontinuação | 58 | 101 738 | 329 |
| Contratos de investimento | 42 | 642 036 | 749 019 |
| Provisões | 43 | 41 714 | 44 846 |
| Provisões técnicas | 44 | 4 019 690 | 3 928 937 |
| Passivos por impostos correntes | | 18 882 | 26 689 |
| Passivos por impostos diferidos | 36 | 0 | - |
| Outros passivos subordinados | 45 | 30 936 | 31 189 |
| Outros passivos | 46 | 338 093 | 310 718 |
| Total do Passivo | | 22 022 084 | 22 772 110 |
| Capitais próprios | | | |
| Fundos próprios | 47 | 106 579 | 103 489 |
| Excedentes técnicos | 48 | 70 644 | 41 873 |
| Reservas de justo valor | 50 | (127 551) | 88 543 |
| Reservas por impostos correntes e diferidos | 50 | 79 568 | 43 911 |
| Reserva geral | 49 | 175 109 | 167 700 |
| Outras reservas e resultados transitados | 50 | (206 374) | (383 394) |
| Resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao MGAM | | 90 801 | 71 557 |
| Total dos Capitais Próprios atribuíveis ao MGAM | | 188 776 | 133 679 |
| Interesses que não controlam | 51 | 13 081 | 15 270 |
| Total do Capital Próprio | | 201 857 | 148 949 |
| Total do Passivo e Capital Próprio | | 22 223 941 | 22 921 059 |

A CONTABILISTA CERTIFICADA
Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente
Idália Maria Marques Salvador Serrão
João Carlos Carvalho das Neves
Rui Pedro Brás de Matos Heitor
Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
Alípio Barrosa Pereira Dias
Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Montepio Geral – Associação Mutualista

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados em 31 de dezembro de 2022

(milhares de euros)

| | Notas | Fundos próprios | Excedentes técnicos | Reservas de justo valor | Reservas por impostos correntes e diferidos | Reserva geral | Outras reservas e resultados acumulados | Capital Próprio atribuível ao MGAM | Interesses que não controlam | Total dos Capitais Próprios |
|---|-------|-----------------|---------------------|-------------------------|---|----------------|---|------------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 89 086 | 15 588 | 110 678 | 37 651 | 227 550 | (396 992) | 83 561 | 11 277 | 94 838 |
| Diferenças cambiais (resultante da consolidação) | | - | - | - | - | - | 9 541 | 9 541 | 2 479 | 12 020 |
| Alterações de justo valor | 50 | - | - | (22 135) | - | - | (39 112) | (61 247) | - | (61 247) |
| Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registada por contrapartida de reservas | | - | - | - | 11 793 | - | - | 11 793 | - | 11 793 |
| Remensurações no exercício | 54 | - | - | - | (5 533) | - | 28 200 | 22 667 | - | 22 667 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | - | - | - | - | - | 71 557 | 71 557 | 1 694 | 73 251 |
| Total do rendimento integral consolidado do exercício | | - | - | (22 135) | 6 260 | - | 70 186 | 54 311 | 4 173 | 58 484 |
| Distribuição de resultados | 50 | 14 403 | 31 588 | - | - | 2 816 | 291 | 49 098 | - | 49 098 |
| Recurso aos Excedentes técnicos e fundo de reservas | 50 | - | (3 441) | - | - | (63 519) | 17 862 | (49 098) | - | (49 098) |
| Distribuição de excedentes dos CRPC | 50 | - | (4 872) | - | - | 4 872 | - | - | - | - |
| Atribuição de rendimentos às modalidades de capitalização | 50 | - | - | - | - | (1 022) | (90) | (1 112) | - | (1 112) |
| Reclaculo de juros | | - | (2) | - | - | 15 | - | 13 | - | 13 |
| Cobertura da insuficiência dos produtos CRPC | 50 | - | 3 012 | - | - | (3 012) | - | - | - | - |
| Outros movimentos de consolidação | | - | - | - | - | - | (3 094) | (3 094) | (180) | (3 274) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 103 489 | 41 873 | 88 543 | 43 911 | 167 700 | (311 837) | 133 679 | 15 270 | 148 949 |
| Diferenças cambiais (resultante da consolidação) | | - | - | - | - | - | 9 376 | 9 376 | 2170 | 11 546 |
| Alterações de justo valor | 50 | - | - | (216 094) | - | - | - | (216 094) | (1 201) | (217 295) |
| Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registada por contrapartida de reservas | | - | - | - | 55 759 | - | - | 55 759 | 269 | 56 028 |
| Remensurações no exercício | 54 | - | - | - | (20 102) | - | 138 392 | 118 290 | - | 118 290 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | - | - | - | - | - | 90 801 | 90 801 | (2 348) | 88 453 |
| Total do rendimento integral consolidado do exercício | | - | - | (216 094) | 35 657 | - | 238 569 | 58 132 | (1 110) | 57 022 |
| Distribuição de resultados | 50 | 3 090 | 36 669 | - | - | 14 094 | 5 332 | 59 185 | - | 59 185 |
| Recurso aos Excedentes técnicos e fundo de reservas | 50 | - | (7 761) | - | - | (6 837) | (44 586) | (59 184) | - | (59 184) |
| Distribuição de excedentes dos CRPC | 50 | - | (146) | - | - | 146 | - | - | - | - |
| Atribuição de rendimento complementar às modalidades de capitalização | 50 | - | - | - | - | - | (2 189) | (2 189) | - | (2 189) |
| Cobertura da insuficiência dos produtos CRPC | 50 | - | 9 | - | - | 6 | - | 15 | - | 15 |
| Reservas de revalorização de ativos fixos tangíveis, líquida de imposto diferido | | - | - | - | - | - | 314 | 314 | - | 314 |
| Pagamento de dividendos | | - | - | - | - | - | - | - | (965) | (965) |
| Ganhos relativos a instrumentos de capital | | - | - | - | - | - | 1 873 | 1 873 | - | 1 873 |
| Outros movimentos de consolidação | | - | - | - | - | - | (3 049) | (3 049) | (114) | (3 163) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 106 579 | 70 644 | (127 551) | 79 568 | 175 109 | (115 573) | 188 776 | 13 081 | 201 857 |

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Montepio Geral – Associação Mutualista
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(milhares de euros)

| | Notas | 2022 | 2021 |
|---|-------|--------------------|------------------|
| Fluxos de caixa de atividades operacionais | | | |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | 90 801 | 71 557 |
| Variação dos recursos em outras instituições de crédito | 23 | 155 861 | 87 546 |
| Variação do crédito a clientes | 24 | (42 956) | (93 758) |
| Variação nos outros ativos financeiros ao custo amortizado | 29 | (1 838 117) | (639 816) |
| Variação dos recursos de bancos centrais | 38 | (12 012) | 1 519 458 |
| Variação do recursos de outras instituições de crédito | 39 | (213 789) | (265 226) |
| Variação dos recursos de clientes | 40 | 374 995 | 260 041 |
| Variação das provisões técnicas | 44 | 90 753 | 156 616 |
| Variação das provisões técnicas de resseguro cedido | 34 | 9 734 | 2 116 |
| Variação de outras provisões | 43 | (3 132) | (6 564) |
| Variação dos Impostos | | (35 555) | (844) |
| Variação de outros ativos e passivos | | 76 994 | 50 823 |
| | | (1 346 424) | 1 141 949 |
| Fluxos de caixa de atividades de investimento | | | |
| Variação nos ativos financeiros de negociação | 25 | (30 234) | 9 266 |
| obrigatoriamente ao justo valor através de resultados | 26 | 73 985 | 179 473 |
| Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 27 | 806 701 | (108 331) |
| Variação nos derivados de cobertura | 28 | 5 076 | 5 220 |
| Variação nos investimentos em associadas | | (242) | (183) |
| Variação nos ativos não correntes detidos para venda | 31 | 38 851 | (33 378) |
| Variação nos ativos não correntes detidos para venda - operações em descontinuação | 58 | (97 849) | (108 463) |
| Variação nas propriedades de investimento | 32 | 16 298 | 17 502 |
| Variação nos ativos intangíveis | 35 | (4 864) | (645) |
| Variação nos ativos tangíveis | 33 | 44 119 | 8 831 |
| Variação de contratos de investimento | 42 | (106 983) | 147 208 |
| | | 744 858 | 116 500 |
| Fluxos de caixa de atividades de financiamento | | | |
| Outras variações em reservas | | (35 704) | (21 439) |
| Variação de passivos subordinados | 45 | (253) | 11 578 |
| Variação das responsabilidades representadas por títulos | 41 | (1 010 474) | 321 060 |
| Variação dos passivos financeiros detidos para negociação | 25 | 10 227 | (6 128) |
| Variação dos interesses que não controlam | | (2 188) | 3 993 |
| Pagamentos de locação | | (342) | (4 683) |
| | | (1 038 734) | 304 381 |
| Variação líquida em caixa e equivalentes | | (1 640 300) | 1 562 830 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | | 3 085 111 | 1 522 281 |
| Caixa e equivalentes no fim do exercício | | 1 444 811 | 3 085 111 |
| Caixa e equivalentes no fim do exercício engloba: | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 21 | 1 383 834 | 2 968 024 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 22 | 60 976 | 117 087 |
| Total | | 1 444 811 | 3 085 111 |

A CONTABILISTA CERTIFICADA
Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente
Idália Maria Marques Salvador Serrão
João Carlos Carvalho das Neves
Rui Pedro Brás de Matos Heitor
Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
Alípio Barrosa Pereira Dias
Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Consolidadas



Notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas

NOTA INTRODUTÓRIA

O Montepio Geral – Associação Mutualista (“Associação” ou “MGAM”), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social nas áreas da segurança social e da saúde e promover a cultura e a melhoria da qualidade de vida dos seus Associados, suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. O MGAM iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840, tendo completado 182 anos em 2022.

Em 2 de agosto de 2018, foi publicado o novo Código das Associações Mutualistas (CAM) – anexo ao Decreto-Lei n.º 59/2018, que entrou em vigor em 2 de setembro de 2018. O CAM assenta na afirmação da identidade mutualista, reformulando a definição do conceito de associação mutualista, relevando a sua natureza associativa, como pessoa coletiva de direito privado, os seus propósitos mutualistas, a indicação de que as associações mutualistas são Instituições Particulares de Solidariedade Social, que se integram na economia social, descreve, em vários artigos, os princípios mutualistas, reforça a participação dos associados, replicando os princípios da democracia representativa, através da criação de uma assembleia de representantes, a reafirmação da gestão autónoma e independente das associações relativamente às entidades públicas e a quaisquer outras entidades, sem prejuízo da implementação de instrumentos de fiscalização por parte do Estado.

Mas, as principais alterações do CAM são as que se referem à criação de um regime específico de supervisão para as associações mutualistas de maior dimensão económica, isto é, que captem, anualmente, um volume bruto de quotas das modalidades superior a 5 milhões de euros e o valor bruto total dos respetivos fundos exceda 25 milhões de euros, e que foram indicadas em despacho ministerial específico, as quais ficam sujeitas a um regime especial de supervisão, que determina a aplicação, com as devidas adaptações, de requisitos do setor segurador, aplicável pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As associações mutualistas abrangidas pelo regime especial de supervisão ficaram sujeitas a um regime transitório com o prazo de 12 anos, a contar da data do referido despacho ministerial, para se adaptarem aos novos requisitos dele decorrentes, sendo que o novo

regime lhes será plenamente aplicável a partir da data em que termina esse prazo, desde que reúnam os requisitos legalmente exigidos para esse efeito.

Para formular contributos sobre a aplicação dos diversos requisitos prudenciais às especificidades das associações mutualistas e emitir parecer no âmbito da elaboração de normas regulamentares pela ASF relativas ao regime transitório previsto, tendo em especial atenção a natureza específica das modalidades mutualistas, foi criada uma Comissão de Acompanhamento, composta por representantes dos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, das Finanças, da Direção-Geral da Segurança Social, da ASF e das associações abrangidas pelo regime especial de supervisão.

Em 29 de novembro de 2018 foi publicado o referido Despacho ministerial conjunto dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Despacho 11392-A/2018) que veio determinar a sujeição do Montepio Geral Associação Mutualista ao regime transitório aplicável pela ASF, definida como Supervisor Financeiro.

Já em 2019, uma clarificação adicional do enquadramento regulamentar do Montepio Geral Associação Mutualista ocorreu, no dia 16 de janeiro, com a publicação da Lei 7/2019, a qual, com as adaptações necessárias, acrescentou as Associações Mutualistas - artigo 33.º-A - no RJASR - Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora e aplicou as novas regras em matéria de distribuição de modalidades mutualistas estabelecidas pela transposição da Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de janeiro de 2016 (Diretiva de distribuição de seguros).

Tal como previsto no referido DL nº 59/2018, durante o período do regime transitório, a ASF tem vindo a solicitar reportes regulares sobre a atividade e a situação económico-financeira do MGAM e definiu, por norma regulamentar – Norma Regulamentar nº 3/2020-R, publicada em 2 de junho de 2020, a prestação inicial de informação pelas associações mutualistas abrangidas pelo regime transitório de supervisão.

O MGAM, cumprindo o disposto na referida NR nº 3/2020-R preparou e remeteu à ASF, no prazo estabelecido, em 1 de setembro de 2020, um conjunto de informação, qualitativa e quantitativa, muito abrangente, incluindo um plano inicial de convergência para o referido regime especial de supervisão. Neste âmbito importa destacar que, relativamente aos requisitos financeiros, não foram definidos os critérios de adaptação do regime das entidades seguradoras (regime Solvência II) às especificidades das associações mutualistas, como previsto no CAM.

Em sessão extraordinária da Assembleia Geral de Associados, realizada a 4 de novembro de 2019, foi aprovado o projeto de alteração dos estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista para adaptação dos mesmos ao novo Código das Associações Mutualistas. Em 26 de outubro de 2020, a Direção-Geral da Segurança Social (DGSS) registou, em definitivo, os Estatutos da Associação, mudança fundamental para que estes ficassem em linha com o novo Código das Associações Mutualistas, tendo os mesmos entrado em vigor no dia 2 de novembro de 2020. Com a entrada em vigor dos novos estatutos foi extinto o Conselho Geral e a Associação passou a ter como órgãos associativos, para além da Assembleia-Geral,

do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, a Assembleia de Representantes, que tem 30 elementos.

Durante o ano de 2021, na sequência da revisão do Plano de Convergência, com as adaptações que a Associação Mutualista considera serem necessárias para o cumprimento de um regime de supervisão financeiro que obedeça a regime especial, o qual deve salvaguardar as especificidades resultantes da natureza jurídica das associações mutualistas, os fins prosseguidos, o regime aplicável à sua constituição, às características da sua atividade, à autonomia dos seus associados, nomeadamente, na aprovação do regulamento de benefícios, conforme preconiza o Código das Associações Mutualistas, a ASF veio assumir que são variantes significativas ao regime de solvência, pelo que estas alterações não podem ser assumidas no quadro legal vigente. Deste modo, só poderão eventualmente ser admitidas mediante alterações legislativas.

Em 2022 não houve desenvolvimentos relevantes nesta matéria.

Em 31 de dezembro de 2022 fazem parte do Grupo as empresas nas quais o MGAM detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

| | 2022 | | 2021 | | | |
|---|--------------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|---------------------------------|
| | % de interesse económico | % de direitos de voto | % de interesse económico | % de direitos de voto | Método de consolidação | Atividade |
| Subsidiárias | | | | | | |
| Caixa Económica Montepio Geral Caixa Económica Bancária, S.A. | 99,99% | 99,99% | 99,99% | 99,99% | Integral | Banca |
| Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI) | - | - | 99,99% | 100,00% | Integral | Banca |
| Montepio Holding, SGPS, S.A. | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Integral | Gestão de participações sociais |
| Montepio Investimento S.A. | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Integral | Banca |
| Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Integral | Financeira |
| Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. | - | - | 100,00% | 100,00% | Integral | Gestão de fundos mobiliários |
| Finibanco Angola, S.A. | 80,21% | 80,22% | 80,21% | 80,22% | Integral | Banca |
| Montepio Seguros, SGPS, S.A. | - | - | 99,81% | 100,00% | Integral | Gestão de participações sociais |
| Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. | 97,72% | 97,72% | 97,55% | 97,74% | Integral | Seguros não vida |
| Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. | 99,79% | 99,79% | 99,60% | 99,79% | Integral | Seguros vida |
| Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. | 76,77% | 76,77% | 76,62% | 76,77% | Integral | Gestão de fundos de pensões |
| Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A. | 95,72% | 97,59% | 95,55% | 97,59% | Integral | Gestão de condomínios |
| Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior, S.A. | 99,79% | 100,00% | 99,60% | 100,00% | Integral | Imobiliária |
| Montepio Gestão de Activos – S.G.O.I.C., S.A. | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | Integral | Gestão de fundos mobiliários |
| Bolsímo – Gestão de Activos, S.A. | 99,90% | 100,00% | 99,78% | 100,00% | Integral | Gestão de activos |
| Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A. | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | Integral | Residências assistidas |
| Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E | 99,93% | 100,00% | 99,92% | 100,00% | Integral | Serviços |
| Ssagincitive - Sociedade de Serviços Auxiliares e de Gestão de Imóveis S.A. | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Integral | Gestão de imóveis |
| Montepio Residências de Estudantes, S.A. | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | Integral | Alojamento para estudantes |
| Moçambique Companhia de Seguros, S.A. | 51,36% | 51,81% | 51,33% | 51,81% | Integral | Seguros |
| Fundação Montepio Geral | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | Integral | Fundação |
| Associadas | | | | | | |
| Novacâmbios-Instituição de Pagamento, S.A. | 30,00% | 30,00% | 30,00% | 30,00% | Equivalência patrimonial | Câmbios |
| Silvip, S.A. | 26,40% | 26,40% | 26,40% | 26,40% | Equivalência patrimonial | Gestora de fundos imobiliários |
| Sagies, S.A. | - | - | 27,00% | 27,00% | Equivalência patrimonial | Cuidados de saúde |
| Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A. | 32,00% | 32,00% | 32,00% | 32,00% | Equivalência patrimonial | Capital de risco |
| HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A. | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | Equivalência patrimonial | Restauração e hotelaria |
| Clínica CUF Belém, S.A. | 30,17% | 30,53% | 30,12% | 30,53% | Equivalência patrimonial | Cuidados de saúde |
| CESource ACE | 20,00% | 20,00% | 20,00% | 20,00% | Equivalência patrimonial | Serviços |

As alterações no perímetro de consolidação em 2022 face ao exercício de 2021, resultam das seguintes situações:

- Em 13 de outubro de 2022, o MGAM adquiriu à Lusitania Companhia de Seguros SA e à Lusitania Vida as ações que estas detinham no Montepio Seguros SGPS SA, ficando com 100% desta sociedade.
- Em 25 de outubro o Montepio Seguros SGPS, SA procede ao aumento de capital no valor de 17.500 milhares de Euros, subscrito e realizado integralmente pelo MGAM através da conversão do crédito existente sob forma de dívida sénior, em capital (ver nota 20).
- Em 25 de outubro de 2022, foi deliberado pelo acionista único, o MGAM, a dissolução e liquidação da Montepio Seguros SGPS, S.A., com a entrega em espécie, das seguintes participações: (i) 9 771 958 ações, representativas do capital social da Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., cada uma com o valor nominal de Euros 1,25; (ii) 798 322 ações, representativas do capital social da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A., cada uma com o valor nominal de Euros 25 e; (iii) 394 128 ações, representativas do capital social da Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., cada uma com o valor nominal de Euros 5.
- Em 17 de novembro de 2022 o MGAM alienou a participação que detinha na associada Sagies – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A., pelo montante de Milhares de Euros 1 050.
- Em dezembro de 2022, após aprovação pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, foi concluído o processo de Fusão da participada Montepio Valor – S.G.O.I.C., SA na participada Montepio Gestão de Ativos – S.G.O.I.C., SA.

Adicionalmente, e conforme política contabilística descrita na nota 1 b), o Grupo consolida igualmente pelo método integral os seguintes fundos de investimento:

| Fundo de Investimento | 2022 | | 2021 | | Sede | Ano de aquisição | Ano de constituição | Método de consolidação |
|---|--------------------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|--------|------------------|---------------------|------------------------|
| | % de interesse económico | % de direitos de voto | % de interesse económico | % de direitos de voto | | | | |
| Valor Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Lisboa | 2013 | 2013 | Integral |
| Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Lisboa | 2012 | 2009 | Integral |
| PEF - Portugal Estates Fund | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Lisboa | 2013 | 2013 | Integral |
| Carteira Imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário (FEIIA) | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Lisboa | 2013 | 2013 | Integral |
| Pelican Mortgages Nº 3 | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Lisboa | 2007 | 2007 | Integral |
| Pelican Mortgages Nº 4 | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Lisboa | 2008 | 2008 | Integral |
| Aqua Mortgages Nº 1 | 99,99% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Lisboa | 2008 | 2008 | Integral |
| Aqua Finance Nº 4 | - | - | 99,99% | 100,00% | Lisboa | 2017 | 2017 | Integral |
| Pelican Finance nº 2 | 0,00% | 100,00% | 99,99% | 100,00% | Lisboa | 2021 | 2021 | Integral |

Finibanco Angola

Em 2015 foi estabelecido um contrato para a alienação de 1.727.782 ações do Finibanco Angola, representativas de 30,57% do capital social, por 26.346.178 dólares americanos.

A alienação dos 30,57% do Finibanco Angola foi efetuada sem existir qualquer pagamento associado. Os direitos associados à detenção das ações ficaram na posse do Grupo,

incluindo o direito de voto e o direito ao dividendo. Desta forma, considerando que não ocorreu uma transferência substantiva dos riscos e dos benefícios associados, o Grupo não procedeu ao desreconhecimento das ações objeto da transação, ou seja, não reconheceu a alienação da participação financeira, até que seja efetuada a respetiva liquidação financeira.

Em 2017, foi realizada a liquidação financeira correspondente a 11.476 ações, representativas de 0,20% do capital social, no montante de 174.984 dólares americanos, passando o Grupo a deter 81,37% da subsidiária Finibanco Angola.

Em maio de 2018 foi efetuada a liquidação financeira correspondente a 65.040 ações, representativas de 1,15% do capital social, no montante de 991.764 dólares americanos, passando o Grupo a deter 80,22% da subsidiária Finibanco Angola.

Após a liquidação financeira das duas transações, o Grupo continuou a deter o controlo do Finibanco Angola.

A Montepio Holding acordou a venda da participação detida no capital social do Finibanco Angola ao Access Bank Plc, um banco comercial com sede em Lagos, na Nigéria, e estima-se que se venha a verificar no segundo trimestre de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras consolidadas consideram as demonstrações financeiras desta entidade pela aplicação da IFRS 5 como uma unidade em descontinuação, encontrando-se os seus ativos e passivos apresentados nas rubricas de Ativos e Passivos não correntes detidos para venda – Operações em descontinuação, respetivamente, e os resultados em Resultados de operações em descontinuação, conforme descrito na nota 58.

A demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi reexpressa para efeitos comparativos, encontrando-se neste momento o Grupo a aguardar o conjunto das condições precedentes, nomeadamente as autorizações dos reguladores.

Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Unipessoal, S.A. – em Liquidação

A liquidação do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Unipessoal, S.A. – em Liquidação, foi concluída em 30 de setembro de 2022.

1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

Até 31 de dezembro de 2011, inclusive, o MGAM preparou as suas demonstrações financeiras consolidadas com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei nº 422/93 de 28 de dezembro. Não obstante, em 31 de dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo ("ESNL") e do artigo 4º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, a Associação adotou os IFRS, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, passando a apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os IFRS tal como adotadas na União Europeia.

Este novo regime veio igualmente obrigar à preparação de demonstrações financeiras consolidadas.

As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas, para efeitos de reconhecimento e mensuração, em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do MGAM em 12 de maio de 2023. O Conselho de Administração espera que as mesmas sejam aprovadas em Assembleia de Representantes sem alterações significativas.

Os valores das demonstrações financeiras consolidadas estão expressos em milhares de Euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se

encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 bb).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Associação e do Grupo, bem como da sua capacidade para fazer face às suas exigências de liquidez, as quais dependem da evolução da atividade de relacionamento da Associação com os seus Associados, e das atividades das participadas que compõem o seu Grupo. Para uma melhor compreensão dos riscos considerados pelo Conselho de Administração na avaliação da adequação deste pressuposto ver nota 57 Gestão de Riscos.

Comparabilidade da informação

O Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2022, conforme descrito na nota 61. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior. Contudo, na sequência da assinatura do acordo para a venda do Finibanco Angola e subsequente aplicação da IFRS 5, esta entidade passou a ser apresentada como uma unidade em descontinuação, tendo-se procedido à reexpressão de 2021 da demonstração dos resultados, apresentando o resultado na rubrica “Resultados de operações em descontinuação”, conforme e apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

| | 2021 - Como reportado | Efeito da reexpressão | 2021 - Reexpresso |
|--|--------------------------|--------------------------|----------------------|
| Juros e rendimentos similares | 335 755 | (11 839) | 323 916 |
| Juros e encargos similares | 46 378 | (919) | 45 459 |
| Margem financeira | 289 377 | (10 920) | 278 457 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | 2 242 | - | 2 242 |
| Rendimentos de serviços e comissões | 144 128 | (1 745) | 142 383 |
| Encargos com serviços e comissões | (39 861) | 97 | (39 764) |
| Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | (11 972) | - | (11 972) |
| Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 14 278 | - | 14 278 |
| Resultados de reavaliação cambial | 9 813 | 73 | 9 886 |
| Resultados de alienação de outros ativos | 29 865 | - | 29 865 |
| Proveitos inerentes a associados e prémios de seguro adquiridos, líquidos de resseguro | 933 734 | - | 933 734 |
| Outros resultados de exploração | 15 186 | 1 136 | 16 322 |
| Total de proveitos operacionais | 1 386 790 | (11 359) | 1 375 431 |
| Custos com pessoal | 219 079 | (5 052) | 214 027 |
| Gastos gerais administrativos | 105 675 | (3 428) | 102 247 |
| Custos inerentes a associados e custos com sinistros, líquidos de resseguro | 703 745 | - | 703 745 |
| Variação das provisões técnicas | 143 977 | - | 143 977 |
| Depreciações a amortizações do exercício | 43 892 | (1 236) | 42 656 |
| Total de custos operacionais | 1 216 368 | (9 716) | 1 206 652 |
| Imparidade do crédito | 54 257 | (2 929) | 51 328 |
| Imparidade de outros ativos financeiros | (950) | 4 606 | 3 656 |
| Imparidade de outros ativos | 19 756 | - | 19 756 |
| Outras provisões | (6 349) | 725 | (5 624) |
| Resultado operacional | 103 708 | (4 045) | 99 664 |
| Resultados por equivalência patrimonial | 319 | - | 319 |
| Resultado antes de impostos | 104 028 | (4 045) | 99 984 |
| Impostos | | | |
| Correntes | (30 044) | 1 002 | (29 042) |
| Diferidos | 607 | (682) | (75) |
| Resultado após impostos de operações em continuação | 74 591 | (3 725) | 70 867 |
| Resultado de operações em descontinuação | (1 340) | 3 725 | 2 385 |
| Resultado líquido consolidado após impostos | 73 251 | - | 73 252 |
| Resultado líquido do exercício atribuível ao MGAM | 71 557 | | 71 557 |
| Interesses que não controlam | 1 694 | | 1 694 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | 73 251 | | 73 251 |

b) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos e gastos do MGAM e das suas subsidiárias ("Grupo"), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas, assim como o valor contabilístico destas participações financeiras mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto) e tem a capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades relevantes da entidade.

Conforme estabelecido na IFRS 10, o Grupo procede à análise do objetivo e da estruturação do modo como as operações de uma entidade são desenvolvidas na avaliação do controlo sobre a mesma. As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina. A participação de terceiros nestas empresas é apresentada na rubrica Interesses que não controlam.

As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases/etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do *goodwill*, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

As empresas associadas são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

1. representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
2. participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
3. transações materiais entre o Grupo e a participada;
4. intercâmbio de pessoal de gestão; e
5. fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Na aplicação do método da equivalência patrimonial os ganhos ou perdas não realizadas em transações entre o Grupo e as suas Associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas Associadas são reduzidos ao valor do investimento, no balanço consolidado. As políticas contabilísticas das Associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de

forma consistente por todas as empresas do Grupo. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da Associada.

Entidades Estruturadas

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularizações, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, ou seja, quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados às suas atividades, nomeadamente por via das obrigações emitidas com maior grau de subordinação.

Goodwill

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos. O registo dos gastos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária é diretamente imputado a resultados.

O *goodwill* positivo, resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O *goodwill*, resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor total ou o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos e passivos e passivos contingentes da adquirida, respetivamente consoante a opção tomada. Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *badwill*. Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos gastos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* é alocado às unidades geradoras de caixa a que pertence, para efeitos de realização dos testes de imparidade, os quais são efetuados pelo menos uma vez por ano. As perdas de imparidade no *goodwill* não são reversíveis. Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o *goodwill*, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do *goodwill* às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada

através de uma abordagem do justo valor relativo, das novas unidades geradores de caixa que resultam da reorganização.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios se aplicável, quando a determinação do preço contingente final ocorrer 1 ano após a data de aquisição de controlo do negócio, ou caso a determinação deste preço ocorra a menos de 1 ano após a data referida, quando os ajustamentos digam respeito a informações obtidas relativas a factos ocorridos após a data de aquisição.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus rendimentos ou financiam a sua atividade. Na consolidação, o valor dos ativos e passivos, incluindo o *goodwill*, de subsidiárias residentes no estrangeiro que não sejam consideradas de moeda funcional de uma economia hiperinflacionária, é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Se a moeda funcional de uma unidade operacional estrangeira é a moeda de uma economia hiperinflacionária, então as suas demonstrações financeiras são ajustadas primeiramente para refletir o poder de compra à data do balanço atual e depois convertidas na moeda de apresentação utilizando a taxa de câmbio à data do balanço atual.

Nesse sentido, os itens não monetários são atualizados, no final do período de relato, através da aplicação de um índice geral de preços, desde a data de aquisição ou da última data de revalorização, conforme o que tiver ocorrido mais recentemente. Os itens de rendimentos e gastos, incluindo outro rendimento integral, são igualmente atualizados,

sendo apurado o ganho e perda na posição monetária líquida, que reflete o ganho ou perda da posição líquida monetária da unidade operacional estrangeira.

Relativamente a Angola, em 31 de dezembro de 2018, a taxa de inflação acumulada nos últimos três anos aproximou-se de 100% o que é uma condição quantitativa objetiva, para além da existência de outras condições previstas na IAS 29, que a moeda funcional das demonstrações financeiras do Finibanco Angola, S.A. a essa data corresponde à moeda de uma economia hiperinflacionária, à semelhança do que havia acontecido em 31 de dezembro de 2017. Desta forma as demonstrações financeiras do Finibanco Angola, S.A. foram ajustadas pelos índices de inflação, antes de serem transpostas para a moeda de apresentação do grupo e antes da sua integração na consolidação, com: i) as quantias dos itens não monetários do balanço do Finibanco Angola, S.A., ao custo ou custo menos a depreciação reexpressas pela aplicação do índice geral de preços em Angola; e ii) a perda na posição monetária líquida incluída no resultado líquido do Montepio.

Desde 2019 não se verificaram as condições previstas na IAS 29 para a qualificação da economia angolana como hiperinflacionária. O término da aplicação da IAS 29 resulta da inflação em Angola no final de 2019 situar-se nos 16,9% e a inflação acumulada nos últimos três anos ser inferior a 100%. Assim, o Grupo cessou a aplicação dos índices de inflação com referência a 1 de janeiro de 2019.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efetiva, a diferença apurada é registada em resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respetiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas resultantes dessas transações, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transações com associadas e entidades

controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Instrumentos financeiros – IFRS 9

c.1) *Classificação dos ativos financeiros*

O Grupo classifica os seus ativos financeiros numa das seguintes categorias de valorização:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Os requisitos de classificação para instrumentos de dívida e de capital são apresentados como se segue:

c.1.1) *Instrumentos de dívida*

Instrumentos de dívida são instrumentos que satisfazem a definição de passivo financeiro na perspetiva do emitente, tais como empréstimos, obrigações públicas e privadas e contas a receber adquiridas de clientes com contratos de *factoring* sem recurso.

A classificação e valorização subsequente destes instrumentos nas categorias anteriores é efetuada com base nos dois elementos seguintes:

- o modelo de negócios do Grupo para a gestão de ativos financeiros, e
- as características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros.

Com base nestes elementos, o Grupo classifica os seus instrumentos de dívida, para efeitos da sua valorização, em uma das três categorias seguintes:

- a) Ativos financeiros ao custo amortizado, quando são cumpridas as duas condições seguintes:
 - é gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e
 - as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.

Adicionalmente aos instrumentos de dívida geridos com base num modelo de negócio cujo objetivo é o de recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, os quais se encontram registados na rubrica Outros ativos financeiros ao custo amortizado, a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado inclui ainda Aplicações em outras instituições de crédito e Crédito a clientes.

- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, quando são cumpridas as duas condições seguintes:
- é gerida como um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda, e
 - as condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida.
- c) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, sempre que devido ao modelo de negócio do Grupo ou devido às características dos seus fluxos de caixa contratuais, não seja apropriado classificar os ativos financeiros em nenhuma das categorias anteriores. Na data de transição, para classificar ativos financeiros nesta categoria, o Grupo também teve em consideração se espera recuperar o valor contabilístico do ativo através da venda a um terceiro.

Nesta carteira são igualmente incluídos todos os instrumentos para os quais se cumpra alguma das seguintes características:

- sejam originados ou adquiridos com o objetivo de os transacionar no curto prazo.
- sejam parte de um grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para os quais existem evidências de ações recentes com o objetivo de obter ganhos no curto prazo.
- sejam instrumentos derivados que não cumpram a definição de contrato de garantia financeira nem tenham sido designados como instrumentos de cobertura.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflete a forma como o Grupo gere os seus ativos numa ótica de geração de fluxos de caixa. Assim, importa perceber se o objetivo do Grupo é apenas receber os fluxos de caixa contratuais dos ativos ou se pretende receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda dos ativos. Se nenhuma destas situações é aplicável (e.g. os ativos financeiros são detidos para negociação), então os ativos financeiros são classificados como parte de “outro” modelo de negócio e reconhecidos ao justo valor através dos resultados. Os fatores considerados pelo Grupo na identificação do modelo de negócio para um conjunto de ativos, incluem a experiência passada no que diz respeito à forma (i) como os fluxos de caixa são recebidos, (ii) como o desempenho dos ativos é avaliado e reportado à administração, (iii) como os riscos são avaliados e geridos e (iv) como os administradores são remunerados.

Os títulos detidos para negociação são detidos, essencialmente, com o objetivo de serem vendidos no curto prazo, ou de fazerem parte de um portefólio de instrumentos financeiros geridos em conjunto, para os quais há uma evidência

clara de um padrão recente de ganhos de curto prazo. Estes títulos são classificados em “outros” modelos de negócio e reconhecidos ao justo valor através dos resultados.

A avaliação do modelo de negócio não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumento do risco de crédito dos ativos financeiros, ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais, se essas vendas forem pouco frequentes (ainda que significativas em valor) ou se valor imaterial, tal individualmente como quando agregadas (ainda que infrequentes). Para este efeito o Banco Montepio considerada pouco frequente uma venda até 10% do valor nominal das vendas do portfólio e como infrequente 4 vendas por ano, independentemente do intervalo temporal entre as transações.

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), o Grupo determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

No caso de um ativo financeiro contemplar um ajuste periódico da taxa de juro, mas a frequência desse ajuste não coincidir com o prazo da taxa de juro de referência (por exemplo, a taxa de juro é ajustada a cada três meses), o Grupo avalia, no momento do reconhecimento inicial, essa incoerência na componente dos juros para determinar se os fluxos de caixa contratuais representam apenas pagamentos de capital e juro sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito mínimo sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Avaliação SPPI

Quando o modelo de negócio passa por deter ativos com o intuito de (i) receber os fluxos de caixa contratuais ou (ii) receber os fluxos de caixa contratuais e vender estes ativos, o Grupo avalia se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (o teste *solely payments of principal and interest* “SPPI”). Nesta avaliação, o Grupo considera se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contrato de empréstimo básico, ou seja, o juro inclui apenas considerações

relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito, outros riscos normais de crédito e uma margem de lucro que é consistente com um contrato de crédito básico. Quando os termos contratuais introduzem exposição a risco ou variabilidade dos fluxos de caixa que são inconsistentes com um simples contrato de empréstimo, o instrumento financeiro é classificado e mensurado ao justo valor através dos resultados.

Os ativos financeiros com derivados embutidos são considerados na sua totalidade, aquando da determinação se os fluxos de caixa correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (teste "SPPI").

c.2) Instrumentos de capital

Instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspetiva do emitente, isto é, são instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no ativo líquido do emissor. Um exemplo de instrumentos de capital próprio são as ações ordinárias.

Os investimentos em instrumentos de capital, são uma exceção aos critérios gerais de valorização descritos acima. Regra geral, o Grupo exerce a opção de, no reconhecimento inicial, designar irrevogavelmente na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os investimentos em instrumentos de capital que não se classificam como detidos para negociação e que, no caso de não exercer a dita opção, se classificariam como ativos ao justo valor através dos resultados. As perdas de imparidade (e reversões de imparidade) não são registadas separadamente de outras alterações de justo valor.

c.3) Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro, quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

(i) Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de clientes e outros empréstimos;

(ii) Passivos financeiros detidos para negociação

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo, conforme nota 1 d);

(iii) Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados (*Fair Value Option*)

Esta categoria inclui os instrumentos financeiros designados pelo Banco no seu reconhecimento inicial nesta categoria desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os passivos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos ou passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos ou passivos e dos derivados (*accounting mismatch*);
- os passivos financeiros contêm derivados embutidos.

c.4) **Reconhecimento e valorização inicial dos instrumentos financeiros**

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através dos resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os gastos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através dos resultados, os gastos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados.

Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Grupo não tivesse efetuado a transação. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

Os ativos financeiros são reconhecidos no balanço na data de transação – data em que o Grupo se compromete a comprar os ativos, exceto se existir estipulação contratual ou figura legal aplicável que determine que a transferência dos direitos ocorre em data posterior.

No reconhecimento inicial, quando o justo valor dos ativos e passivos financeiros difere do preço de transação, a entidade deve reconhecer esta diferença da seguinte forma:

- Quando o justo valor é evidenciado pela cotação num mercado ativo de um ativo ou passivo equivalente (ou seja, *inputs* de nível 1) ou com base numa técnica de valorização que usa apenas dados de mercado observáveis, a diferença é reconhecida como ganho ou perda, e
- Nos restantes casos, a diferença é diferida e o momento do reconhecimento inicial do ganho ou perda é determinado individualmente. Esta diferença pode então ser (i) amortizada ao longo da vida do instrumento, (ii) diferida até que o justo valor do instrumento possa ser determinado usando dados observáveis de mercado, ou (iii) reconhecida através da liquidação do ativo ou passivo.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes

instrumentos, quer na data do seu reconhecimento inicial quer subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

c.5) Valorização subsequente dos instrumentos financeiros

Após o seu reconhecimento inicial, o Grupo valoriza os seus ativos financeiros ao (i) custo amortizado, ao (ii) justo valor através de outro rendimento integral ou (iii) ao justo valor através dos resultados.

Os valores a receber de operações comerciais que não possuem uma componente significativa de financiamento e os créditos comerciais e instrumentos de dívida de curto prazo que são inicialmente valorizados pelo preço de transação ou pelo capital em dívida, respetivamente, são valorizados pelo referido valor deduzido de perdas por imparidade.

Imediatamente após o reconhecimento inicial, é também reconhecida uma imparidade para perdas de crédito esperadas (ECL), para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e investimentos em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, resultando no reconhecimento de uma perda em resultados quando o ativo é originado.

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos gastos de transação incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos financeiros designados ao justo valor através dos resultados, os quais são registados ao justo valor.

Sempre que existe uma alteração de estimativa dos cash-flows futuros, é descontada a nova estimativa de cash-flows futuros à taxa de juro efetiva inicialmente estimada. A diferença entre o somatório deste novos cash-flows futuros descontados à taxa de juro efetiva inicialmente estimada e o valor atualmente em balanço é reconhecida em resultados. Subsequentemente, os juros continuam a ser periodificados com base na taxa efetiva original considerando os novos cash-flows estimados e o custo amortizado do passivo recalculado.

TLTRO III

No momento inicial do reconhecimento do programa TLTRO III o Grupo definiu a sua taxa de juro efetiva tendo por base a sua melhor estimativa quanto ao cumprimento das métricas definidas pelo programa. Subsequentemente, tendo o Grupo assegurado no segundo semestre de 2021 o cumprimento das métricas de variação do volume de crédito elegível definidas pelo BCE referentes ao período de referência especial decorrido entre 1 de março de 2020 e 31 de março de 2021, o qual foi confirmado pelo BCE em setembro de 2021, em conformidade com o disposto na IFRS 9 e na medida em que existiu uma alteração significativa dos fluxos de caixa futuros, o Grupo atualizou a estimativa do valor de balanço deste passivo financeiro tendo para o efeito descontado a nova estimativa de fluxos de caixa futuros à taxa efetiva inicialmente estimada. A diferença entre o somatório dos novos fluxos de

caixa futuros descontados à taxa de juro efetiva inicialmente estimada e o valor atualmente em balanço foi reconhecida diretamente em resultados na rubrica de Outros resultados de exploração.

Não obstante a 31 de dezembro de 2021 já ter terminado o período especial adicional de observação, importa ressaltar que a política seguida pelo Grupo nesta matéria foi de apenas atualizar a taxa de juro efetiva do programa TLTRO III após o recebimento da confirmação formal por parte do BCE, o qual apenas ocorreu em junho de 2022. Assim, a 31 de dezembro de 2022 o Grupo relevou esta confirmação formal por parte do BCE quanto ao cumprimento das metas de variação do volume de crédito para os períodos já findos, tendo efetuado a respetiva remensuração do passivo, mediante o recálculo do custo amortizado da operação (por aplicação do parágrafo B5.4.6 da IFRS 9). No que concerne aos períodos subsequentes, e tendo em consideração que os cash-flows futuros já não dependem do cumprimento de métricas, estando apenas sujeitos à volatilidade do respetivo indexante, a política seguida pelo Grupo coincide com o cálculo a cada período de reporte dos cash-flows futuros utilizando a melhor estimativa da taxa de juro disponível, recalculando a taxa de juro efetiva a aplicar prospectivamente para efeitos do cálculo do custo amortizado da operação.

c.6) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são calculados à taxa efetiva e reconhecidos na margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, gastos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Os rendimentos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no Estágio 1 ou 2 são apurados aplicando a taxa de juro efetiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto.

O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado antes da dedução da respetiva imparidade. Para os ativos financeiros incluídos no Estágio 3, os juros são reconhecidos em resultados com base no seu valor de balanço líquido de imparidade. O reconhecimento de juros é sempre realizado de forma prospetiva, i.e., para os ativos financeiros que entrem em Estágio 3, os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para ativos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCIs), a taxa de juro efetiva reflete as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do ativo financeiro.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através dos resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (margem financeira).

c.7) *Reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros*

As reclassificações de ativos financeiros só poderão ocorrer quando o Grupo alterar o seu modelo de negócio de gestão de ativos financeiros, alterações essas que se esperam que sejam muito pouco frequentes. Nesse caso, todos os ativos financeiros afetados deverão ser reclassificados. A reclassificação deve ser aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não devendo reexpressar quaisquer ganhos, perdas (incluindo ganhos ou perdas de imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos. A IFRS 9 não permite a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral ou quando a opção pelo justo valor foi exercida para ativos ou passivos financeiros. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados de categoria.

c.8) *Modificação de créditos*

Ocasionalmente o Grupo renegoceia ou modifica os fluxos de caixa contratuais de créditos a clientes. Nesta situação, o Grupo avalia se os novos termos do contrato são substancialmente diferentes dos termos originais. O Grupo faz esta análise considerando, entre outros, os seguintes fatores:

- se o devedor está em dificuldades financeiras, se a modificação apenas reduz os fluxos de caixa contratuais para um montante que é expectável que o devedor consiga pagar;
- se foi introduzido algum novo termo significativo, tal como a participação nos resultados ou *equity-based return*, que afete substancialmente o risco do crédito;

- extensão significativa da maturidade do contrato quando o devedor não está em dificuldades financeiras;
- alteração significativa da taxa de juro;
- alteração da moeda em que o crédito foi contratado;
- inclusão de um colateral, uma garantia ou outra melhoria associada ao crédito, que afete significativamente o risco de crédito associado ao empréstimo.

Se os termos do contrato forem significativamente diferentes, o Grupo desreconhece o ativo financeiro original e reconhece o novo ativo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efetiva. A data de renegociação é considerada a data de reconhecimento inicial para efeitos do cálculo de imparidade e é igualmente considerada para o propósito de aferir se ocorreu um aumento significativo do risco de crédito. No entanto, o Grupo também avalia se o novo ativo financeiro reconhecido está em imparidade no reconhecimento inicial, especialmente quando a renegociação está relacionada com o facto do devedor não ter efetuado os pagamentos originalmente acordados. As diferenças no montante contabilístico são reconhecidas em resultados, como um ganho ou perda de desreconhecimento.

Os ativos financeiros comprados ou originados em imparidade, no reconhecimento inicial não tem imparidade. Em vez disso, as perdas de crédito esperadas ao longo da vida são incorporadas no cálculo da taxa de juro efetiva. Consequentemente, no reconhecimento inicial, o valor contabilístico bruto deste ativo é igual ao valor contabilístico líquido.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação, ou modificação, não resulta em desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto com base nos fluxos de caixa revistos do ativo financeiro e reconhece um ganho ou perda desta modificação em resultados. O novo montante contabilístico bruto é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efetiva original.

Após a modificação, o Grupo pode determinar que o risco de crédito melhorou significativamente e que os ativos passaram de Estágio 3 para Estágio 2 (ECL *lifetime*) ou de Estágio 2 para Estágio 1 (ECL 12 meses), com exceção dos ativos financeiros comprados ou originados em imparidade que estão classificados em Estágio 3. Sendo que esta situação apenas pode ocorrer quando o desempenho do ativo modificado estiver de acordo com os novos termos do contrato durante um período de doze meses consecutivos. Adicionalmente, o Banco continua a monitorizar se houve um aumento significativo do risco de crédito destes ativos, aplicando modelos específicos para ativos modificados.

c.9) ***Desreconhecimento que não resulte de uma modificação***

Os ativos financeiros concedidos são desreconhecidos quando os fluxos de caixa que lhes estão associados se extinguem, são cobrados ou alienados a terceiros e o

(i) Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo, ou (ii) o Grupo nem transfere nem detém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção do ativo e não detém controlo sobre o ativo. Os ganhos e perdas obtidos na alienação de créditos a clientes a título definitivo são registados em Outros resultados de exploração. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor contabilístico desses ativos, líquido de perdas de imparidade.

O Grupo participa em transações em que detém o direito contratual de receber fluxos de caixa de ativos, mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a outras entidades e transfere substancialmente todos os riscos e benefícios. Estas transações resultam no desreconhecimento do ativo se o Grupo:

- Não tiver qualquer obrigação de efetuar pagamentos, a não ser que receba montantes equivalentes dos ativos;
- Estiver proibido de vender ou penhorar os ativos;
- Tiver a obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba dos ativos sem atrasos materiais.
- As garantias concedidas pelo Grupo (ações e obrigações) através de acordos de recompra e operações de concessão e de contração de empréstimos de valores mobiliários não são desreconhecidas porque o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios com base no preço de recompra pré-estabelecido, não se observando assim os critérios de desreconhecimento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada.

c.10) Política de abates

O Grupo reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar esse ativo total ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pelo Grupo se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao ativo são registados em contas extrapatrimoniais.

c.11) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo determina perdas por imparidade para os instrumentos de dívida que são mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de rendimento integral, bem como para outras exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos. Os requisitos da IFRS 9 têm como objetivo o reconhecimento de perdas esperadas das operações, avaliadas em base individual ou coletiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis, fiáveis e devidamente fundamentadas que estejam disponíveis, incluindo ainda informação numa perspetiva *forward looking*.

As perdas por imparidade dos instrumentos de dívida que estão mensurados ao custo amortizado são reconhecidas por contrapartida de uma rubrica de imparidade

acumulada de balanço, que reduz o valor contabilístico do ativo, enquanto que a imparidade dos ativos mensurados ao justo valor por outro rendimento integral é reconhecida em contrapartida de outro rendimento integral.

As perdas por imparidade do exercício de crédito a clientes são reconhecidas na demonstração de resultados na rubrica Imparidade de clientes e as dos restantes ativos financeiros na rubrica Imparidade de outros ativos financeiros.

As perdas por imparidade das exposições que tenham risco de crédito associado e que não se tratem de posições registadas no ativo são registadas como uma provisão na rubrica Provisões no passivo do balanço. As dotações e reversões são registadas na rubrica Outras provisões na demonstração de resultados.

Para efeitos do registo contabilístico das perdas por imparidade dos instrumentos de dívida, devem ser tidas em consideração as seguintes definições:

- a) Perdas de crédito: correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa em dívida ao Grupo, de acordo com as condições contratuais do ativo financeiro e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber (ou seja, a totalidade da insuficiência de fluxo de caixa), descontados à taxa de juro efetiva original ou à taxa de juro efetiva na data a que as demonstrações financeiras se referem, quando a taxa é variável. Para ativos financeiros comprados ou originados em imparidade com perdas de crédito, os fluxos de caixa são descontados à taxa de juro efetiva ajustada pela qualidade do crédito.

No caso de compromissos assumidos comparam-se os fluxos de caixa contratuais em dívida ao Grupo que se esperam receber no caso de utilização do compromisso e os fluxos de caixa que se esperam receber aquando do reconhecimento do ativo. No caso de garantias bancárias, consideram-se os pagamentos que o Grupo espera realizar menos os fluxos de caixa que espera receber do ordenador.

O Grupo estima os fluxos de caixa tendo em consideração o prazo contratual definido para as operações. Para efeitos de determinação dos fluxos de caixa são ainda incluídos os decorrentes da venda de garantias reais recebidas, tendo em conta os fluxos que seriam obtidos da sua venda, deduzidos dos gastos necessários para a sua obtenção, manutenção e posterior venda, ou outras garantias que façam parte integrante das condições contratuais, tais como os colaterais financeiros.

- b) Perdas esperadas de crédito: correspondem à média ponderada das perdas de crédito, utilizando como ponderador a probabilidade de ocorrência de eventos de incumprimento (*default*). A seguinte distinção será tida em conta: (i) perdas de crédito esperadas durante a vida da operação (*lifetime*): são as perdas de crédito esperadas que resultam de possíveis eventos de incumprimento durante a vida esperada da operação; (ii) perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses: são parte das perdas de crédito esperadas ao longo da duração do instrumento

que representa as perdas de crédito esperadas que resultam de situações de incumprimento relativamente a um instrumento financeiro suscetíveis de ocorrer no prazo de 12 meses a contar da data de referência.

c.12) Modelo de imparidade de crédito a clientes

A IFRS 9 considera as perdas expectáveis ao longo da vida dos instrumentos financeiros. Desta forma, na determinação da ECL são tidos em consideração fatores macroeconómicos, cujas alterações impactam as perdas esperadas.

O modelo de imparidade é aplicável ao seguinte conjunto de instrumentos do Grupo, que não se encontram mensurados ao justo valor através dos resultados:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (incluindo Crédito a clientes, Aplicações em instituições de crédito e Outros ativos financeiros ao custo amortizado);
- Ativos financeiros classificados como instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral;
- Compromissos e garantias financeiras emitidas.

Os instrumentos sujeitos ao cálculo da imparidade são divididos em três estágios tendo em consideração o seu nível de risco de crédito, conforme segue:

- Estágio 1: sem aumento significativo do risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Neste caso, a imparidade reflete as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer nos doze meses seguintes à data de reporte;
- Estágio 2: instrumentos em que se considera que ocorreu um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, mas para os quais ainda não existe evidência objetiva de imparidade. Neste caso, a imparidade reflete as perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado do instrumento;
- Estágio 3: instrumentos para os quais existe evidência objetiva de imparidade como resultado de eventos que resultaram em perdas. Neste caso, o montante de imparidade reflete as perdas de crédito esperadas ao longo do período de vida residual esperado do instrumento.

O cálculo de imparidade é complexo e requer decisões da Gestão, estimativas e pressupostos, particularmente nas seguintes áreas:

- Avaliação da existência de um aumento de risco significativo desde o momento de reconhecimento inicial; e
- Incorporação de informação *forward-looking* no cálculo da ECL.

c.12.1) Cálculo das ECLs

As ECLs correspondem a estimativas ponderadas não enviesadas de perdas de crédito que são determinadas da seguinte forma:

- Ativos financeiros sem sinais de imparidade à data de reporte: o valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber;
- Ativos financeiros com sinais de imparidade à data de reporte: a diferença entre o valor bruto contabilístico e o valor atual dos fluxos de caixa estimados;
- Compromissos de crédito não utilizados: o valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais resultantes, caso o compromisso seja realizado e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber;
- Garantias financeiras: o valor atual dos pagamentos a reembolsar esperados menos os valores que o Grupo espera recuperar.

c.12.2) Definição de incumprimento

O Grupo alinhou a definição utilizada na ótica regulamentar com a perspetiva contabilística, sendo que os ativos financeiros classificados no estágio 3 correspondem à definição interna de incumprimento (ou *default*).

Os principais critérios de classificação em *default* considerados pelo Banco Montepio são os seguintes:

- Crédito vencido acima dos limites de materialidade definidos há mais de 90 dias consecutivos. Para este efeito, são considerados os seguintes limites de materialidade: (i) limite relativo de 1%; (ii) limite absoluto de 100€ para exposições de retalho e 500€ para exposições de não retalho.
- Clientes individualmente significativos com imparidade individual
- Clientes em falência/insolvência
- Clientes com crédito abatido ao ativo no Grupo
- Operações com reestruturações por dificuldades financeiras, que cumpram os critérios definidos para identificação de incumprimento (e.g. diminuição do justo valor do crédito).

c.12.3) Aumento significativo de risco de crédito (SICR)

De forma a determinar se ocorreu um aumento significativo no risco de crédito desde o momento de reconhecimento inicial do instrumento financeiro (i.e., risco de incumprimento), o Grupo considera como informação relevante toda a que se encontre disponível e sem gastos e/ou esforço excessivo, incluindo tanto informação quantitativa e qualitativa como uma análise baseada no histórico do Grupo (*expert judgement*).

A identificação do aumento significativo de risco de crédito é realizada através da comparação entre:

- A notação de risco da exposição no momento da data de reporte, e
- A notação de risco da exposição, que foi atribuída no momento inicial de reconhecimento da exposição.

O Grupo identifica a ocorrência de um aumento significativo de risco de crédito para uma exposição através da comparação entre a notação de risco atual e a notação de risco atribuída no momento de reconhecimento do contrato, sendo que a variação de notações necessária para se identificar um aumento significativo do risco de crédito é menor quanto mais gravosa for a notação original.

O Grupo considera igualmente o critério da existência de mais 30 dias de atraso na aferição do aumento significativo de risco de crédito, assim como outros indicadores sobre o comportamento dos clientes perante o Grupo e/ou o sistema financeiro (e.g. reestruturações por dificuldades financeiras que não cumpram os critérios para classificação em Estágio 3, crédito vencido na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal).

c.12.4) Critérios de Estágio adicionais e agravamento de notação de risco

No contexto da atual crise pandémica, e com o objetivo de antecipar a degradação de risco associada a exposições que beneficiaram de moratória, foram considerados os seguintes critérios adicionais ao nível de classificação em Estágios 2 e 3:

Estágio 2

- Clientes para os quais o Grupo, através de uma análise específica sobre a qualidade creditícia dos Clientes que beneficiaram de moratória, conclui que será necessário conceder alterações contratuais ou refinanciamentos que cumpram os critérios de classificação como reestruturação por dificuldades financeiras;
- Operações com mais de 0 dias de atraso;
- Clientes do segmento Empresas e ENI: Em 31 de dezembro de 2021 encontram-se classificadas em Estágio 2 os Clientes que beneficiaram de moratória de capital e juros até setembro de 2021;
- Clientes do segmento Particulares: agravamento da notação de *scoring* comportamental de Clientes que beneficiaram de moratória até setembro de 2021, tendo em conta o ajuste a determinadas variáveis de *input*, nomeadamente relacionadas com a evolução dos recursos dos clientes ou com situação profissional de desemprego.

Estágio 3

- Antecipação da classificação em estágio 3 dos Clientes para os quais o Grupo concluiu que será expectável a marcação em *default* por via dos critérios previstos na definição de incumprimento (e.g. reestruturações urgentes; falência/insolvência).

c.12.5) Mensuração da ECL – Análise colectiva

Os principais *inputs* utilizados para a mensuração das perdas esperadas ECLs numa base coletiva incluem as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (*Probability of Default* – PD);
- Perda dado o Incumprimento (*Loss Given Default* – LGD); e
- Exposição dado o Incumprimento (*Exposure at Default* – EAD).

Estes parâmetros são obtidos através de modelos estatísticos internos, e outros dados históricos relevantes, tendo em conta modelos regulamentares já existentes e ajustados de forma a refletir a informação *forward-looking*.

De forma simplificada, a mensuração da ECL através da análise coletiva resulta do produto da PD do ativo financeiro, da LGD e da EAD, descontado à taxa de juro efetiva original do contrato, ou à taxa de juro efetiva na data a que as demonstrações financeiras se referem, quando a taxa é variável.

Para as carteiras de títulos e outros ativos, dada a sua natureza, a abordagem de estimação de imparidade coletiva considera parâmetros fornecidos por fontes externas, os quais consideram as características das exposições (e.g. *rating*, tipologia da contraparte).

As PDs são estimadas com base num determinado período histórico e são calculadas com base em modelos estatísticos. Estes modelos são baseados em dados internos, compreendendo tanto fatores quantitativos como qualitativos. Caso exista uma alteração da notação da contraparte ou da exposição, a estimativa da PD associada também é alterada.

São estimados os seguintes tipos de PD:

- PD a 12 meses: a probabilidade de um incumprimento ocorrer nos próximos 12 meses, considerando informação prospetiva a um ano (para contratos pertencentes ao Estágio 1);
- PD *Lifetime*: a probabilidade de um incumprimento ocorrer durante a vida remanescente do crédito (para contratos pertencentes ao Estágio 2). Neste caso são utilizados parâmetros *lifetime* e que consideram informação prospetiva para um horizonte até 3 anos (*forward looking*) e para os restantes anos considera-se a PD histórica; e
- PD = 100% para todos os contratos pertencentes ao Estágio 3.

Os graus de risco, definidos com base na *mastercale* interna, são um *input* de elevada relevância para a determinação das PDs associadas a cada exposição. O Grupo recolhe indicadores de *performance* e *default* acerca das suas exposições de risco de crédito com análises por tipos de clientes e produtos.

A segmentação das PDs consideradas pelo Grupo encontra-se em linha com a segmentação utilizada na gestão de risco, nomeadamente no que respeita ao tipo

de cliente e ao produto (e.g. Particulares vs. Empresas, crédito à habitação, consumo). Adicionalmente, é considerado um nível de segmentação adicional para cada segmento suportado em análises estatísticas, com base em variáveis de risco, tais como notação de risco, código de atividade económica e indicadores de atraso.

A LGD é a magnitude da perda que se espera que ocorra caso a exposição entre em incumprimento. O Grupo estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em *default* de contrapartes. Os modelos de LGD consideram os colaterais associados e o tempo em incumprimento, bem como os gastos de recuperação. No caso de contratos garantidos por imóveis, os rácios de LTV (*loan-to-value*) são um parâmetro de elevada relevância na determinação da LGD.

A segmentação das LGDs consideradas pelo Banco encontra-se em linha com a segmentação utilizada na gestão de risco, nomeadamente no que respeita ao tipo de cliente e ao produto (e.g. Particulares vs. Empresas, crédito à habitação, consumo). Adicionalmente, é considerado um nível de segmentação adicional para cada segmento suportado em análises estatísticas, com base em variáveis de risco, tais como nível de colateralização, EAD ou tipo de produto.

A EAD representa a perda esperada caso a exposição e/ou cliente entre em incumprimento. O Grupo obtém os valores de EAD a partir da exposição atual da contraparte e de alterações potenciais ao valor atual permitido de acordo com as condições contratuais, incluindo amortizações e pagamentos antecipados. Para compromissos e garantias financeiras, o valor da EAD considera tanto o valor de crédito utilizado como a expectativa do valor potencial futuro que poderá vir a ser utilizado de acordo com o contrato. Para este efeito, são estimados fatores de conversão de crédito (CCF) com base em dados históricos internos, os quais são ajustados de forma a refletir a informação *forward-looking*.

Como descrito anteriormente, com exceção dos ativos financeiros que consideram uma PD a 12 meses por não apresentarem um aumento significativo do risco de crédito, o Grupo Banco Montepio calcula o valor da ECL tendo em conta o risco de incumprimento durante o período máximo de maturidade do contrato, ou em determinadas situações específicas, com base na maturidade comportamental.

c.12.6) Mensuração da ECL – Análise Individual

No grupo dos clientes individualmente significativos, as exposições dos clientes estão sujeitas a análise individual. Esta análise incide sobre a qualidade creditícia do devedor, bem como sobre as expectativas de recuperação de crédito, atendendo, designadamente, à viabilidade económico-financeira do mesmo, aos colaterais e garantias existentes e aos restantes fatores considerados relevantes para esta análise.

Para os ativos financeiros de contrapartes/clientes individualmente significativos classificados em Estágio 3, o valor de imparidade é apurado através do método de

discounted cash-flows, correspondendo o valor de imparidade à diferença entre o valor do crédito e o somatório dos cash-flows esperados relativos às diversas operações do cliente, atualizados segundo as taxas de juro originais de cada operação.

Para os ativos financeiros de contrapartes/clientes individualmente significativos classificadas em Estágio 1 e 2, é atribuída a perda esperada (ECL) de acordo com a metodologia da análise coletiva, dado que individualmente não se observa qualquer nível de imparidade.

São objeto de análise individual todos os Clientes ou grupos económicos que verifiquem as seguintes condições:

- Grupos Económicos com um montante de exposição global $\geq 0,5$ M€ em que pelo menos um dos participantes é titular de operações classificadas em Estágio 3, sendo selecionados os clientes com um montante de exposição $\geq 0,1$ M€;
- Clientes titulares de operações em Estágio 2 com um montante de exposição $\geq 1,0$ M€ e clientes com montante de exposição $\geq 1,0$ M€ que integrem o mesmo Grupo Económico;
- Clientes titulares de operações em Estágio 1 com um montante de exposição $\geq 2,5$ M€;
- Clientes correspondentes a Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) e/ou Clientes titulares de créditos em regime de *Project Finance* com um montante de exposição $\geq 1,0$ M€;
- Outros clientes quando devidamente justificados.

Para a exposição dos clientes ou grupos económicos consideram-se todas as operações creditícias ativas (*on balance e off balance*), excluindo as operações sujeitas a *write-off*.

A análise individual é da responsabilidade da Direção de Análise Especializada de Crédito do Banco Montepio e na avaliação das perdas de imparidade consideram-se, essencialmente, os seguintes fatores:

- Exposição total de cada cliente e/ou grupo económico, notação de risco interna do cliente e/ou grupo económico, *staging* associado a cada operação e a existência de sinais de imparidade;
- Viabilidade económico-financeira do cliente ou grupo económico e a capacidade de geração de *cash-flows* futuros para fazer face ao pagamento da dívida;
- Existência de colaterais associados a cada crédito e respetiva avaliação;
- Património dos clientes ou avalistas;
- Situação de falência ou insolvência dos clientes e/ou dos avalistas;
- Expectativa do prazo de recuperação da dívida.

O valor recuperável é determinado pelo somatório dos *cash-flows* esperados, estimados de acordo com as condições contratuais em vigor e de acordo com as expectativas de cobrabilidade subjacentes, descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O ajustamento de imparidade procede-se quando o valor recuperável é inferior ao valor atual dos *cash-flows* contratuais devidos pelo cliente.

Para a determinação dos *cash-flows* esperados, utilizam-se diferentes estratégias de recuperação, as quais podem contemplar o método da “continuidade de negócio” (*going concern*) e/ou o método da “cessação da atividade” da empresa (*gone concern*):

- No caso de continuidade de negócio (*going concern*) é realizada uma análise crítica aos planos de negócios das empresas ou outros elementos disponíveis para análise, os quais devem incluir informação sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições económicas futuras (cenários *forward-looking*), devendo os mesmos ser representativos da situação económico-financeira presente e futura do cliente. Para o cálculo da imparidade destes clientes, são considerados os fluxos de caixa anualmente previstos, após ajustamento dos pressupostos inicialmente estimados e/ou da aplicação de *haircuts*, se necessário, tendo em consideração os desvios dos valores reais face aos inicialmente projetados, descontados à taxa de juro original efetiva das operações;
- No caso da cessação da atividade (*gone concern*), assume-se a liquidação por colaterais, caso existam, sendo realizada uma análise exaustiva aos mesmos, designadamente ao valor de hipoteca/penhor, ao valor de avaliação, à data de avaliação e à necessidade de aplicação de *haircuts*, em função da antiguidade da avaliação ou outros fatores, ao prazo para a dação/execução e ao prazo para a venda, assim como aos gastos de manutenção e de venda e gastos processuais associados, conforme aplicável. Para o cálculo da imparidade destes clientes são considerados os fluxos de caixa anualmente previstos, após os ajustamentos considerados, descontados à taxa de juro original efetiva das operações;
- Para cada estratégia de recuperação, é efetuado o cálculo da respetiva perda esperada, tendo por base diferentes cenários *forward-looking*, ponderados pela respetiva probabilidade de ocorrência;
- Para casos específicos é possível a utilização de estratégias que combinem quer o método *going concern*, quer o método *gone concern*.

c.13) Crédito titularizado não desreconhecido

O Grupo não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica Crédito a clientes e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo do Grupo ao nível das suas demonstrações financeiras individuais representa a proporção do risco/benefício detido pelo Grupo (envolvimento continuado). As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas pelo Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

c.14) **Securitização sintética**

Em 21 de dezembro de 2022 o Grupo realizou uma operação que configura uma estrutura de securitização sintética, a qual tem por base um portfólio de crédito a particulares com garantia hipotecária. Tratando-se de uma operação sintética, a mesma não tem inerente qualquer cessão de créditos, assentando na contratação de uma garantia financeira que incide sobre a componente *mezzanine* da operação, mantendo o Banco Montepio exposição à componente sénior, júnior e *Synthetic Excess Spread* (de dimensão igual à um *year Expected Loss* do portfólio titularizado). O risco *mezzanine* da operação é assim assumido por contrapartes de mercado, de forma a consubstanciar a transferência significativa de risco, com referência ao portfólio subjacente, promovendo o seu desreconhecimento prudencial. A titularização em apreço foi estruturada de forma a poder ser categorizada como *Simple Transparent and Standardized* (STS), sendo o mesmo atestado pela *Prime Collateralised Securities* (PCS). Tratando-se de uma operação colateralizada, a estruturação recorre à utilização de um *Special Purpose Vehicle* (SPV) estabelecido para o efeito na Irlanda. Este SPV não é sujeito a consolidação pelo Banco Montepio.

Em 18 de dezembro de 2020 o Grupo contratou uma operação que configura uma estrutura de securitização sintética, a qual tem por base uma carteira de créditos de Pequenas e Médias Empresas (PME). A operação obedece a um trancamento de risco à semelhança do que acontece numa titularização tradicional, tendo-se subdividido nas seguintes tranches: sénior (80,3% do portfólio), *mezzanine* (18,0% do portfólio), júnior (1,7% do portfólio) e *Synthetic Excess Spread* (0,54%). Para a tranche sénior e *mezzanine* o Grupo procedeu à transmissão do risco para terceiros através da contratação de duas garantias financeiras que constituem um *hedge* de crédito não sujeito a MtM. Para o efeito, o BEI e o FEI são os garantes da tranche sénior e *mezzanine*, suportando o Grupo uma comissão de 0,3% e 4,5% (após efeito de retrocessão) para garantia de cada uma das tranches, respetivamente. O Grupo Montepio reteve o risco da tranche júnior e do *excess spread*.

As operações em causa têm como objetivo o reforço do rácio CET1, não gerando qualquer acréscimo de liquidez. Sendo apenas capturados os efeitos prudenciais. Nestas operações não existiu qualquer venda de créditos a terceiros, não havendo lugar à transferência de *collections*.

Com estas operações o Grupo reduziu os ativos ponderados pelo risco (RWAs) associados à carteira de crédito a Clientes sem, contudo, haver lugar a desreconhecimento contabilístico dos ativos financeiros. Contudo, na medida em que a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos em questão não foram transferidos, não estão reunidos os critérios de desreconhecimento dos ativos financeiros definidos na política contabilística apresentada em c.9) acima apresentada.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) Os instrumentos de cobertura e os itens cobertos são elegíveis para o relacionamento de cobertura;
- (ii) À data de início da transação, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura, a natureza do risco coberto e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (iii) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- (iv) O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica;
- (v) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação.

Cobertura de justo valor (fair value hedge)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo, o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Nos casos em que o instrumento de cobertura cobre um instrumento de capital próprio designado ao justo valor através de outro rendimento integral, as variações de justo valor são

também reconhecidas em outro rendimento integral. Se a cobertura deixar de cumprir com o requisito da eficácia, mas o objetivo da gestão de risco se mantiver, o Grupo pode proceder ao ajustamento da cobertura para cumprir com os critérios de elegibilidade. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura (no caso do instrumento de cobertura expirar, ser vendido, terminado ou exercido, sem que se tenha procedido à sua substituição de acordo com objetivo de gestão do risco documentado da entidade), o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado em resultados até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

Cobertura de fluxos de caixa

Numa operação de cobertura de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados. Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

e) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação. As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

f) Garantias financeiras e garantias de performance

Garantias Financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros. As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço.

Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados. As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o exercício a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no exercício a que dizem respeito.

Garantias de Performance

As garantias de performance são contratos que resultam na compensação de uma das partes caso a mesma não cumpra a obrigação contratual. As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Grupo tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Crédito a Clientes após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

g) Empréstimo de títulos e transações com acordos de recompra

Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou para com instituições de crédito. Os rendimentos ou gastos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira).

Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido.

Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda (*reverse repos*) numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados.

Os títulos vendidos através de acordos de recompra (*repos*) continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares.

h) Ativos recebidos por recuperação de crédito, ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é altamente provável.

O Grupo também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes, ou grupos de ativos, adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estejam disponíveis para venda imediata e cuja venda seja altamente provável. Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor valor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos gastos de venda com a exceção de ativos por impostos diferidos, ativos por benefícios aos empregados, ativos financeiros no âmbito da IFRS 9 e ativos não correntes, contabilizados ao justo valor conforme IAS 40, sendo as perdas não realizadas assim registadas em resultados do exercício. Quando o valor contabilístico corresponde ao justo valor menos os gastos de venda, o nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde ao nível 3.

Embora o Grupo tenha como objetivo a venda imediata de todos os imóveis e outros ativos recebidos em dação, o Grupo procede à classificação destes ativos na rubrica de Outros ativos, devido ao tempo de permanência dos mesmos em carteira ser superior a 12 meses. O método de contabilização mantém-se face ao disposto acima, sendo registados no seu

reconhecimento inicial pelo menor valor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação.

No que se refere à classificação de participações financeiras como detidas para venda:

- I. no caso das subsidiárias, estas continuam a ser consolidadas até à data da sua alienação, sendo o conjunto dos seus ativos e passivos classificados como Ativos não correntes detidos para venda e Passivos não correntes detidos para venda, mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos gastos de vender, cessando o registo de depreciações/ amortizações;
- II. no caso das associadas mensuradas pelo método da equivalência patrimonial, estas passam a ser mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos gastos de vender, cessando a aplicação da equivalência patrimonial.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os ativos não correntes detidos para venda, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes são reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos e mensurados pelo menor entre: i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que teriam sido reconhecidos, caso esses ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda; e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificados de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

No caso das participações financeiras em associadas mensurados ao método de equivalência patrimonial, a cessação da classificação como detida para venda implica a reposição do método de equivalência patrimonial retrospectivamente.

i) Locações (IFRS 16)

Definição de locação

A definição de locação acarreta um enfoque no controlo do ativo identificado, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um ativo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse ativo identificado, durante um certo período de tempo em troca de uma retribuição.

Ótica do locatário

O Grupo reconhece para todas as locações, com exceção das locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor unitário reduzido:

- um ativo sob direito de uso, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o *Net Present Value* (NPV) do passivo da locação, acrescido de pagamentos efetuados (fixos e/ou variáveis) deduzidos de incentivos à locação recebidos, penalidades por término (se razoavelmente certas), bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do ativo subjacente e/ou

com a restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações de acordo com o prazo de locação de cada contrato e a testes de imparidade);

- um passivo da locação, registado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
- pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
- pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente e utilizando o índice ou a taxa à data de início do contrato;
- as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
- o preço do exercício de uma opção de compra, se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção;
- pagamentos de penalidades por rescisão da locação, se o prazo da locação refletir o exercício de uma opção de rescisão da locação pelo locatário.

Quando que não é possível determinar facilmente a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva *swap*), acrescido de um *spread* de risco do Grupo, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo é considerada essa data como data fim da locação e para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória são consideradas as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação;
- a quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para incorporar a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Grupo remensura um passivo de locação, e calcula o respetivo ajustamento relacionado ao ativo sob direito de uso, sempre que houver:

- uma alteração do prazo da locação, ou na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Nesta situação o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos e utilizando uma taxa de desconto também revista;
- uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos. Nesta situação o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);

- uma alteração do contrato de locação mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta. Nesta situação o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os ativos sob direito de uso são depreciados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do ativo subjacente, ou se o custo do ativo sob direito de uso refletir o facto de o Grupo ir exercer uma opção de compra, o ativo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do ativo subjacente. A depreciação começa na data de entrada em vigor da locação.

O registo dos contratos de locação na demonstração dos resultados consolidados é efetuado nas seguintes rubricas:

- (i) registo em Margem financeira do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
- (ii) registo em Outros gastos administrativos dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de ativos de baixo valor; e
- (iii) registo em Depreciações e amortizações do exercício do custo de depreciação dos ativos sob direito de uso.

O registo dos contratos de locação no balanço consolidado é efetuado nas seguintes rubricas:

- (i) registo em Outros ativos tangíveis, pelo reconhecimento dos ativos sob direito de uso; e
- (ii) registo em Outros passivos pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

Relativamente à classificação dos fluxos de caixa originados pelos contratos de locação, estes são registados na demonstração dos fluxos de caixa:

- (i) na rubrica Fluxos de caixa de atividades operacionais – Variação de outros ativos e passivos inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de ativos de baixo valor;
- (ii) (na rubrica Fluxos de caixa de atividades de financiamento – Pagamentos de locação, que inclui os montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações.

Ótica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores continuarão a classificar as locações como financeiras ou operacionais.

No âmbito da sua atividade, o Grupo classifica como locações financeiras, as operações em que, substancialmente, todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem objeto de locação se transferem para o locatário.

São registados como um empréstimo concedido na rubrica Crédito a clientes do balanço pela soma do valor atual de todas as prestações a receber por parte do locatário durante o prazo da locação e qualquer valor residual não garantido que corresponda ao locador.

Incluem as prestações fixas (menos os pagamentos realizados ao locatário) bem como as prestações variáveis determinadas com referência a um índice ou taxa, assim como o preço do exercício da opção de compra, se houver uma razoável certeza de que esta será exercida pelo locatário, e as penalizações por rescisão do locatário se o prazo da locação refletir o exercício da opção de rescisão.

Os rendimentos financeiros obtidos como locador são registados na demonstração de resultados na rubrica Juros e rendimentos similares.

j) Resultados de operações financeiras (Resultados em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados)

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente mais ou menos valias de alienações de instrumentos de dívida de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e de outros ativos financeiros ao custo amortizado. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também são aqui reconhecidas.

k) Reconhecimento de rendimentos resultantes de serviços e comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos como rédito de contratos com clientes na medida em que as obrigações de *performance* são satisfeitas:

1. Quando são obtidos e à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no exercício a que respeitam (por exemplo: despesas de manutenção de contas);
2. Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço esteja concluído e são registadas em resultados no momento da cobrança (por exemplo: câmbio de moeda, consultoria ou montagem/sindicação de empréstimos);
3. Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os rendimentos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira. As suas características são:
 - (i) Comissões recebidas na realização de operações de crédito que não são avaliadas ao justo valor através de resultados (por exemplo: avaliação de garantias, preparação e processamento da documentação). Estas comissões são recebidas antecipadamente e são diferidas e reconhecidas ao longo da vida da operação;
 - (ii) Comissão acordadas pelo compromisso de conceder financiamento e é provável a concessão de crédito. São comissões recebidas antecipadamente e são diferidas

pela vida esperada do financiamento. Se o compromisso expirar sem a concretização da operação, a comissão é reconhecida em resultados;

- (iii) Comissões pagas na emissão de passivos financeiros ao custo amortizado: São incluídas no valor do passivo financeiros, sendo reconhecidas em resultados pelo custo efetivo da operação.

l) Atividades fiduciárias

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

m) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Os gastos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

| | <i>Número de anos</i> |
|---------------------------------------|-----------------------|
| Imóveis de serviço próprio | 50 |
| Beneficiações em edifícios arrendados | 10 |
| Outros ativos fixos | 2 a 12 |

As beneficiações em edifícios arrendados são contabilizadas como ativos fixos tangíveis, sendo depreciadas pelo menor entre a vida útil dos ativos e o termo do contrato de arrendamento. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção destes ativos são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando constituam montantes significativos. Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos gastos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo

e da sua alienação no final da vida útil. As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

n) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os gastos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são depreciadas.

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objetivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização. Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os gastos de transação, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento reflete as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros resultados de exploração. O nível de justo valor da hierarquia da IFRS 13 corresponde ao nível 3.

O apuramento do justo valor é efetuado por avaliadores independentes devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM, os quais devem usar pelo menos dois dos seguintes métodos:

- Método comparativo de mercado – Este método tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde o imóvel se encontra localizado.
- Método do rendimento - Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados, devendo ser utilizado quando o imóvel se destina a arrendamento, quando o mercado de arrendamento está ativo para o tipo de bem em avaliação ou quando o imóvel se destina a exploração económica.
- Método do custo - O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

Para os imóveis detidos por fundos de investimento dentro do perímetro de consolidação, e de acordo com a Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, considera-se o seu justo valor como a

média aritmética simples de duas avaliações efetuadas por peritos independentes, determinada de acordo com o melhor preço que poderia ser obtido se fosse colocado para venda, em condições normais de mercado, no momento das avaliações, o qual é revisto com uma periodicidade mínima anual ou, no caso de organismos de investimento coletivo abertos, com a periodicidade dos resgates se inferior àquela, e sempre que ocorram aquisições ou alienações ou ainda alterações significativas do valor do imóvel.

o) Ativos intangíveis

Software

O Grupo regista em ativos intangíveis os gastos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado entre 3 e 6 anos. O Grupo não capitaliza gastos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

Outros ativos intangíveis

O valor recuperável dos ativos intangíveis sem vida útil finita registado no ativo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

p) Demonstração dos fluxos de caixa e equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a partir da data da contratação, e com risco insignificante de variações de justo valor, onde se incluem a caixa, as disponibilidades junto de bancos centrais e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Os conceitos utilizados na apresentação das demonstrações de fluxo de caixa são os seguintes:

- Fluxos de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, disponibilidades em bancos centrais e disponibilidades em outras instituições de crédito;
- Atividades operacionais: utiliza-se o método indireto para a apresentação dos fluxos de caixa de atividades operacionais, refletindo o fluxo das atividades típicas das instituições de crédito, bem como outras atividades que não são qualificadas como de investimento ou financiamento;
- Atividades de investimento: a aquisição, venda ou outras alienações de ativos de longo prazo, tais como participações em Empresas filiais e associadas, aquisição de ativos tangíveis e intangíveis e outros investimentos estratégicos não incluídos nas atividades operacionais;
- Atividades de financiamento: atividades que produzem alterações nas operações de financiamento de médio e longo prazo do Grupo que não fazem parte das atividades operacionais, tais como dívida titulada e subordinada, pagamento de contratos de locação, aumentos de capital e distribuição de dividendos.

q) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido, simultaneamente.

r) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

s) Contratos de seguro e contratos de investimento

Classificação

O Grupo emite contratos de seguros através das subsidiárias seguradoras e do próprio MGAM (modalidades mutualistas). O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido inclui participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

(i) Atividade Mutualista

Os rendimentos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento com participação nos resultados

discricionária, são reconhecidos como rendimentos quando devidos pelos Associados. Os benefícios e outros gastos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos rendimentos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões matemáticas.

(ii) Atividade Seguradora

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base pró-rata durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como rendimentos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros gastos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos rendimentos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação. Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

t) Provisões técnicas

(i) Provisão matemática das modalidades mutualistas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, o MGAM efetua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efetuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detetada deverá ser reconhecida pelo MGAM no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

(ii) Subvenções e melhorias de benefícios (atividade mutualista)

As subvenções e melhorias de benefícios traduzem as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas, mas que ainda não se venceram.

(iii) Provisão matemática do ramo Vida (atividade seguradora)

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Montepio Seguros realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(iv) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata temporis*, de acordo com a Norma n.º 19/94-R, da ASF, (tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma n.º 3/96-R, da ASF).

Os gastos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

(v) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros Não Vida.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

De acordo com a Norma Regulamentar n. 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, os custos com pessoal de carácter extraordinário, relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros, a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada, de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

(vi) Provisão para sinistros (atividade seguradora)

Esta provisão foi determinada como segue:

- Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pela ASF e por métodos atuariais;
- Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2022, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por pensões presumíveis de incapacidades permanentes;
- O Grupo calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, da ASF, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, acrescendo 2% de encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou pelas tábuas de mortalidade do INE (Instituto Nacional de Estatística) 2016 a 2018, com declinação por género, tal como em 2021. A taxa técnica considerada em 2022 foi de 2,35% para todos os anos de ocorrência (2021: 1,75%).
- A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pela ASF e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguros. A Companhia paga integralmente as pensões, sendo, posteriormente, reembolsada da parcela da responsabilidade do FAT; e,
- O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, IBNER (Incurred But Not Enough Reserved), e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros já ocorridos e ainda não participados à Lusitania em 31 de dezembro de 2022, IBNR (Incurred But Not Reported),

foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática, acrescidas de inflação à taxa de 2%.

Em linha com o exercício anterior, a percentagem aplicada foi de 4% do valor dos custos do exercício, relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o encerramento do exercício, para uma pequena parte dos ramos, tendo-se optado por métodos atuariais na modalidade Doença e Acidentes de Trabalho e nos ramos Automóvel e Incêndio e Outros Danos. A modalidade Doença inclui uma reserva, apurada pela aplicação de métodos atuariais sobre a totalidade dos sinistros pagos, englobando, assim, os sinistros não declarados e os declarados que ainda não estejam suficientemente provisionados. Nos negócios Acidentes de Trabalho, Automóvel e Incêndio e Outros Danos é calculado pela extrapolação por run-off semelhante ao supra exposto, com vista a apurar o número de sinistros por participar. Multiplicando esta cifra pelo custo médio apurado para o ano de ocorrência em causa, obtendo-se a provisão atuarial para sinistros não declarados.

(vii) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

(viii) Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

(ix) Provisão para participação nos resultados a atribuir ("*Shadow accounting*").

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

O registo efetuado das mais-valias potenciais líquidas das menos-valias, apuradas no âmbito da reavaliação dos ativos afetos aos seguros com participação nos resultados é refletida na Demonstração de Resultado Integral como 'Provisão para participação nos resultados a atribuir ("*shadow*")'.

(x) Teste de adequação das responsabilidades

De acordo com os requisitos da IFRS 4, à data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados do Grupo.

O Grupo procedeu também teste de adequação das responsabilidades tendo por base os cash-flows dos ativos a cobrir responsabilidades bem como os cash-flows dos passivos associados à responsabilidade do ramo de acidentes de trabalho, de acordo com os requisitos da IFRS 4.

(xi) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguros. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

u) Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

O Grupo, através do Banco Montepio, é uma entidade autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o Artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros, o Banco Montepio efetua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Banco Montepio recebe comissões de mediação de contratos de seguros e contratos de investimento, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre o Banco Montepio e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

- comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efetuadas pelo Grupo e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente;

- comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de janeiro) àquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do exercício a que respeitam são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros ativos por contrapartida da rubrica Rendimentos de serviços e comissões – Por serviços de mediação de seguros.

v) Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

O Grupo aceita e/ou cede negócio no decurso da sua atividade normal. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de Companhias de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço pelo seu valor líquido, exceto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

w) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos gastos de venda.

x) Benefícios pós-emprego e de longo prazo

Pensões – Planos de benefícios definidos

(i) Montepio Geral associação Mutualista

No final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa económica bancária S.A. (anteriormente designada por Caixa Económica Montepio Geral) (adiante designada “CEMG” ou “Caixa Económica Montepio Geral”) que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

O MGAM tem a responsabilidade de pagar aos seus Administradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência bem como subsídio por morte, nos termos do estabelecido no contrato do Fundo de Pensões do Montepio Geral, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do MGAM com o plano de benefícios acima referido é estimada anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A responsabilidade líquida do MGAM relativa ao plano de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Administrador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano é calculado pelo MGAM multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o

rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O MGAM reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido na rubrica de custos com pessoal.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo MGAM de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

(ii) Setor bancário

O Banco Montepio e a Montepio Crédito têm a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho que outorgou. Em 2016, foram introduzidas alterações a esse acordo, nomeadamente a alteração da idade de reforma, alinhando com o Regime Geral da Segurança Social, e a atribuição de um prémio de final de carreira que corresponde a 1,5 vezes a retribuição mensal auferida na data da reforma.

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") e subsequentes alterações, o Grupo constituiu um Fundo de Pensões tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência, benefícios de saúde e subsídio de morte.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 25,4%, cabendo 22,4% ao Grupo e 3,0% aos colaboradores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos colaboradores no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a

suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência, para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este Decreto-Lei estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

Em dezembro de 2016, o Grupo outorgou um novo ACT, tendo introduzido um conjunto de alterações ao nível dos benefícios dos colaboradores, nomeadamente a alteração da idade de reforma, em linha com o Regime Geral de Segurança Social, e a atribuição de um prémio de final de carreira, em substituição do prémio de antiguidade que foi extinto.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através do Fundo de Pensões gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no exercício corrente e em exercícios passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e a quota parte do juro

líquido dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre a quota parte do juro líquido dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) gastos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no exercício. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do colaborador atingir a idade da reforma.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte e os encargos com o crédito à habitação, são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos ao Fundo de Pensões são efetuados anualmente pelo Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do Fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

(iii) Setor segurador

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31 de dezembro de 2011 para o setor de seguros, o Grupo concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente das subsidiárias do setor segurador, admitidos até 31 de dezembro de 2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente após 31 de dezembro de 2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22 de maio de 1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social.

Adicionalmente, o Grupo atribuiu um plano de benefício definido aos membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia Geral.

Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo, pré-reformados e Administradores

calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

Relativamente à subsidiária Futuro, o Grupo assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, o Grupo adquiriu unidades de participação do Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pelo Grupo, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no ativo e dos reformados é assegurada pelo Fundo de Pensões Lusitania, gerido pela Lusitania Vida.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Quanto às alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, são de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade ("*settlement*").

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do

termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos dos Fundos de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Montepio Seguros reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) gastos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares consoante a sua natureza.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Com base na decisão do tribunal a Montepio Seguros procede ao reconhecimento da responsabilidade relativa aos trabalhadores associados da SINAPSA de acordo com o Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Pensões – Planos de contribuição definida

(i) Setor bancário

O Grupo tem um plano de contribuição definida para os colaboradores que tenham sido admitidos após 3 de março de 2009. Para este plano, designado contributivo,

são efetuadas contribuições mensais e iguais a 1,5% da remuneração efetiva a cargo da empresa e 1,5% a cargo do colaborador.

(ii) Setor segurador

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Montepio Seguros são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de curto prazo

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Benefícios de cessação de emprego

A ocorrência que dá lugar a esta obrigação é a cessação do vínculo laboral entre o Grupo e o colaborador como consequência de uma decisão do Grupo, a criação de expectativa válida para o colaborador ou a decisão de um colaborador de aceitar benefícios por uma oferta irrevogável do Grupo por contrapartida de dar por terminado o contrato laboral.

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos como um passivo e um custo não recorrente a partir do momento em que o Grupo não pode retirar a oferta realizada ao colaborador ou desde o momento em que se reconhecem os gastos por uma reestruturação que suponha o pagamento de benefícios por cessação do contrato laboral. Estes benefícios são registados como um passivo na rubrica “Encargos a pagar – Gastos com pessoal” do balanço até ao momento da liquidação ou até à transferência para as Responsabilidades com pensões.

Prémio de final de carreira

(i) Setor bancário

Decorrente da assinatura do novo ACT em 5 de julho de 2016, o prémio de antiguidade terminou, tendo o Grupo procedido ao pagamento aos seus colaboradores dos proporcionais respeitantes ao prémio que seria devido à data de entrada em vigor do novo ACT. Em substituição do prémio de antiguidade o novo ACT prevê o pagamento por parte do Grupo de um prémio de final de carreira, devido no momento imediatamente anterior ao da reforma do colaborador caso o mesmo se reforme ao serviço do Grupo, correspondente a 1,5 da sua retribuição mensal no momento do pagamento.

O prémio de final de carreira é contabilizado pelo Grupo de acordo com a IAS 19 como outro benefício de longo prazo a empregados. Os efeitos das remensurações e gastos de serviços passados deste benefício são reconhecidos em resultados do exercício à semelhança do modelo de contabilização dos prémios de antiguidade.

O valor das responsabilidades do Grupo com este prémio de final de carreira é igualmente estimado periodicamente com base no método da unidade de crédito projetada, utilizando pressupostos atuariais baseados em expectativas de futuros aumentos salariais e nas tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base na mesma metodologia descrita para apuramento das responsabilidades nas pensões de reforma.

Prémio de permanência

(ii) Setor segurador

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

As remensurações (desvios atuariais) determinadas são registadas por contrapartida de resultados quando incorridos.

Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

y) Impostos sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2016, o MGAM encontrava-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC»), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido ainda reconhecida por Despacho de 3 de junho de 2003, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, aquela isenção deixou de ser aplicável em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, passando o MGAM a estar sujeito ao regime estabelecido no Código do IRC para as pessoas coletivas e outras entidades que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Até 31 de dezembro de 2011, o Banco Montepio encontrava-se isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ('IRC'), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012, o Banco Montepio passou a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do IRC. Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção dos ativos intangíveis sem vida finita, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

z) Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) quando possa ser efetuada uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo, tendo em consideração a melhor informação disponível sobre as consequências do evento que levou à sua constituição. Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. Esta rubrica inclui ainda as perdas por imparidade relativas a exposições que tenham risco de crédito associado tais como garantias bancárias e compromissos assumidos.

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um ativo possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos que não estão totalmente sob controlo da entidade.

Passivos contingentes

Um passivo contingente é uma obrigação:

- Possível, que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo da entidade; ou
- Presente, que decorre de acontecimentos passados, mas não é reconhecida porque:
 - Não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos para liquidar essa obrigação;
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.
- Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo enquadrados na norma IAS 37 e divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

aa) Eventos subsequentes

O Grupo analisa os eventos ocorridos após a data de balanço, ou seja, os acontecimentos favoráveis e/ou desfavoráveis que ocorram entre a data do balanço e a data em que as

demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão. Neste âmbito podem ser identificados dois tipos de eventos:

- (i) aqueles que proporcionam prova de condições que existiam à data de balanço (eventos após a data de balanço que dão lugar a ajustamentos); e
- (ii) aqueles que sejam indicativos das condições que surgiram após a data de balanço (eventos após a data de balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras que não sejam considerados eventos ajustáveis, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

bb) Julgamentos e estimativas significativas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. Estas estimativas foram apuradas tendo em consideração a melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras, considerando o contexto da incerteza e ambiente económico que resulta do impacto do conflito militar que decorre na Ucrânia. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Perdas por imparidade em ativos financeiros ao custo amortizado e instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral

A determinação das perdas por imparidade para instrumentos financeiros envolve julgamentos e estimativas relativamente aos seguintes aspetos, entre outros:

a) Aumento significativo do risco de crédito:

As perdas por imparidade correspondem às perdas esperadas em caso de *default* num horizonte temporal de 12 meses, para os ativos em estágio 1, e às perdas esperadas considerando a probabilidade de ocorrência de um evento de *default* em algum momento até à data de maturidade do instrumento financeiro, para os ativos em estágio 2 e 3. Um ativo é classificado em estágio 2 sempre que se verifique um

aumento significativo no respetivo risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Na avaliação da existência de um aumento significativo do risco de crédito, o Grupo tem em consideração informação qualitativa e quantitativa, razoável e sustentável.

b) Definição de grupos de ativos com características de risco de crédito comuns:

Quando as perdas de crédito esperadas são mensuradas numa base coletiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns. O Grupo monitoriza a adequação das características de risco de crédito numa base regular para avaliar se mantém a sua similaridade. Este procedimento é necessário para assegurar que, no caso de se verificar uma alteração das características de risco de crédito, a segmentação dos ativos é revista. Esta revisão pode resultar na criação de novos portfólios ou na transferência dos ativos para portfólios já existentes, que reflitam melhor as suas características de risco de crédito.

c) Definição do número e ponderação relativa da informação prospetiva para cada tipo de produto/mercado e determinação de informação prospetiva relevante:

Na estimativa das perdas de crédito esperadas o Grupo utiliza informação prospetiva razoável e sustentável que é baseada em pressupostos sobre a evolução futura de diferentes drivers económicos e a forma como cada um dos drivers impacta os restantes.

d) Probabilidade de incumprimento:

A probabilidade de incumprimento representa um fator determinante na mensuração das perdas de crédito esperadas. A probabilidade de incumprimento corresponde a uma estimativa da probabilidade de incumprimento num determinado período temporal, cujo cálculo é efetuado com base em dados históricos, pressupostos e expectativas sobre as condições futuras.

e) Perda dado o incumprimento:

A perda dado o incumprimento corresponde a uma estimativa de perda num cenário de incumprimento, sendo apurada pela diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os que o Grupo espera receber por via dos fluxos de caixa gerados pelo negócio do Cliente ou dos colaterais do crédito. O apuramento da estimativa de perda dado o incumprimento tem por base, entre outros aspetos, os diferentes cenários de recuperação, informação histórica, os custos envolvidos no processo de recuperação e a estimativa de valorização dos colaterais associados às operações de crédito.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas e apresentadas nas notas 23, 24, 27 e 29, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Decorrente do clima de incerteza do atual contexto económico internacional provocada pelo conflito militar na Ucrânia, e em conformidade com o estipulado na IFRS 9, o Banco Montepio procedeu, para efeitos da mensuração das perdas por imparidade do crédito, à atualização da informação prospetiva relacionada com os dados macroeconómicos disponíveis nos parâmetros de risco, determinando impactos ao nível perda de crédito esperada.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, sendo, na sua ausência, determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes dos reportados nas notas 25, 26 e 27.

O detalhe do cálculo do justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos financeiros valorizados ao justo valor é apresentado na nota 53.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar do mesmo através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente (ver Nota Introdutória), com impacto direto nos resultados consolidados.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

O Grupo cumpre as orientações da IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento do imposto sobre o rendimento relativo à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos

prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período e apresentados na nota 36.

Este aspeto assume uma relevância acrescida para efeitos da análise de recuperabilidade dos impostos diferidos, na qual o Grupo considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluindo a estimativa de resultado antes de imposto, ajustamentos à matéria coletável, a evolução da legislação fiscal e a respetiva interpretação. Desta forma, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração do Grupo, nomeadamente da capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados, da evolução da legislação fiscal e da respetiva interpretação.

Foi apresentada na Assembleia da República em 24 de janeiro de 2019 e aprovada na Reunião Plenária n.º 108 em 19 de julho de 2019 a Proposta de Lei n.º 178/XIII, que veio estabelecer o regime fiscal das imparidades de crédito e das provisões para garantias para os períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019, prevendo a aproximação entre as regras contabilísticas e fiscais para efeitos de dedutibilidade dos gastos com o reforço das imparidades de crédito. Neste sentido, as entidades financeiras do Grupo, até ao final do exercício de 2023, continuarão a aplicar as regras em vigor até 2018, salvo se for exercida antecipadamente a opção pela aplicação do novo regime.

Na estimativa de lucro tributável do exercício foi considerada a manutenção das regras fiscais em vigor até 2018, assumindo-se o não exercício antecipado da opção pela aplicação do novo regime.

Nas projeções de lucros tributáveis futuros, nomeadamente para efeitos da análise de recuperabilidade dos impostos diferidos ativos realizada com referência a 31 de dezembro de 2021, foram observadas as regras fiscais decorrentes da Lei n.º 98/2019 de 4 de setembro, tendo sido consideradas regras fiscais idênticas às vigentes nos exercícios entre 2015 e 2019, na medida em que o Banco Montepio não aderiu ao regime definitivo das imparidades, de onde decorre que os limites previstos no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95 e outras normas específicas devem ser considerados para efeitos do apuramento dos montantes máximos das perdas por imparidade aceites para efeitos fiscais.

Para as subsidiárias localizadas em Portugal, a Autoridade Tributária e Aduaneira tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelas suas subsidiárias residentes em Portugal durante um período de quatro anos, exceto em caso de ter sido efetuada qualquer dedução ou crédito de imposto em que o período é o do exercício desse direito. No caso da subsidiária com sede em Angola o prazo anteriormente referido é de 3 anos. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal que, pela sua

probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios dos pós-emprego e de longo prazo

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos gastos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados e apresentados na Nota 54.

Classificação e valorização de ativos recebidos por recuperação de crédito, ativos não correntes detidos para venda e Propriedades de investimento

A classificação dos imóveis recebidos por recuperação de crédito e ativos não correntes detidos para venda é avaliada à luz da IFRS 5 e as propriedades de investimento à luz da IAS 40.

Os ativos recebidos por recuperação de crédito e os ativos não correntes detidos para venda são mensuradas pelo menor valor entre o seu justo valor líquido de gastos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação. As propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor é determinado tendo por base avaliações periódicas efetuadas por peritos externos registados na CMVM. Metodologias e pressupostos distintos teriam impacto na classificação e na determinação do justo valor dos ativos, os quais são apresentados nas notas 31, 32 e 37.

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas nas rubricas contabilística de provisões técnicas.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática de contratos de vida, provisão para participação nos resultados atribuída, provisão para participação nos resultados a atribuir, teste de adequação das responsabilidades, provisão para prémios não adquiridos, a provisão para desvios de sinistralidade, a provisão para riscos em curso e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização. Dentro desta última inclui-se o teste de adequação das responsabilidades respeitante ao ramo de acidentes de trabalho.

As provisões para sinistros correspondem à melhor estimativa das responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro, e incluem as responsabilidades decorrentes de Acidentes de Trabalho. As provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados.

O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. O Grupo regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros. Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Imparidade em saldos de outros devedores por operações de seguros e outras operações

Os saldos de outros devedores por operações de seguros e outras operações são contabilizados pelo valor da contraprestação acordada, encontrando-se mensurados ao

custo amortizado deduzido de perdas por imparidade. As perdas por imparidade são registadas tendo por base o risco de crédito subjacente das contrapartes e a experiência de perdas reais ao longo de um período considerado como relevante.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos intangíveis de longo prazo (VIF) são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto à determinação do valor recuperável líquido dos ativos intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Com base nos procedimentos efetuados, concluímos que estas estimativas são baseadas em pressupostos e outros fatores consistentes.

Justo valor de propriedades de investimento – Terrenos e edifícios de rendimento

As propriedades de investimento classificadas como terrenos e edifícios de rendimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados e, subsequentemente, ao seu justo valor.

A valorização destas propriedades de investimento faz-se mediante a consideração da ponderação ajustada, a cada caso, dos valores resultantes da aplicação do método comparativo e do método do rendimento. Alterações aos pressupostos considerados em cada um dos métodos de avaliação, podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões e passivos contingentes

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Pressupostos e julgamentos distintos teriam impacto na determinação do montante das provisões, as quais são apresentadas na Nota 43.

Valor recuperável dos imóveis próprios

A mensuração da imparidade tem em conta os princípios definidos na IAS 36, que exige que o seu valor recuperável seja determinado como o menor entre o seu justo valor e o seu valor de uso, sendo calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam obter do uso continuado do ativo e da sua alienação. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferentes conclusões sobre o valor recuperável dos imóveis próprios do Grupo.

2 MARGEM FINANCEIRA E RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7.

Uma atividade de negócio específico pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|---|-----------|--------------------|
| Margem financeira (Nota 3) | 296 852 | 278 457 |
| Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 6) | (17 398) | (11 972) |
| Resultados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 7) | 6 686 | 14 278 |
| | 286 140 | 280 763 |

(milhares de euros)

3 MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|---|----------------|--------------------|
| (milhares de euros) | | |
| Juros e rendimentos similares: | | |
| Juros de crédito | 258 588 | 250 042 |
| Juros de aplicações em instituições de crédito e depósitos em Bancos Centrais | 23 105 | 24 241 |
| Juros de depósitos | 11 | 6 |
| Juros de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 18 913 | 27 714 |
| Juros de outros ativos financeiros ao custo amortizado | 22 274 | 5 267 |
| Juros de derivados de cobertura | 5 210 | 6 580 |
| Juros de ativos financeiros detidos para negociação | 336 | 8 112 |
| Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 135 | 520 |
| Outros juros e rendimentos similares | 1 411 | 1 436 |
| | 329 984 | 323 916 |
| Juros e encargos similares: | | |
| Juros de recursos de clientes | 7 026 | 9 550 |
| Juros de responsabilidades representadas por títulos | 5 496 | 5 440 |
| Juros de outros passivos subordinados | 3 997 | 1 621 |
| Juros de recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito | 8 579 | 7 753 |
| Juros de derivados de cobertura | 2 781 | 2 050 |
| Juros de passivos financeiros detidos para negociação | - | 7 764 |
| Outros juros e encargos similares | 5 253 | 11 281 |
| | 33 132 | 45 459 |
| Margem Financeira | 296 852 | 278 457 |

A rubrica Juros de crédito, relevada no agregado Juros e rendimentos similares, inclui em 2022 comissões no montante de 18.206 milhares de euros (2021: 16.851 milhares de euros) e outros custos/proveitos no montante de 16.575 milhares de euros (2021: 11.193 milhares de euros) contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

No exercício de 2022, em conformidade com a IAS 1 parágrafo 82(a), o Grupo registou o juro de Ativos e passivos financeiros detidos para negociação, nomeadamente o relacionado com instrumentos financeiros derivados, na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

A rubrica Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, relevada no agregado Juros e rendimentos similares, inclui em 2022 o montante de 135 milhares de euros (2021: 96 milhares de euros) referentes aos créditos que não cumprem com o critério SPPI e que se encontram contabilizados ao justo valor através de resultados.

Para as linhas de financiamento provenientes do programa TLTRO III o Grupo considera que a operação consiste num financiamento a taxa variável, indexado à *Deposit Facility Rate* (DFR), estando também sujeita ao cumprimento das metas de variação do volume de crédito

elegível definidas pelo BCE. Em junho de 2022, a subsidiária Banco Montepio obteve a confirmação do Banco Central Europeu do cumprimento das metas de variação do volume de crédito elegível definidas pelo BCE, em particular para o período compreendido entre 24 de junho de 2020 e 23 de junho de 2022. Nessa medida, para o referido período de contagem de juros, o Grupo utilizou a taxa de -1%. A taxa dos períodos subsequentes coincide, até 23 de novembro de 2022, com a média das DFR verificadas desde o início de cada uma das tranches, sendo que a partir desta data a taxa é ajustada com a DFR em vigor em cada momento.

A rubrica Juros e encargos similares – Outros juros e encargos similares inclui em 2022 o montante de 4.168 milhares de euros (2021: 5.950 milhares de euros) referentes ao custo com as operações de titularização sintética.

4 RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica analisa-se como segue:

| | (milhares de euros) | |
|--|---------------------|-------|
| | 2022 | 2021 |
| | Reexpresso | |
| Dividendos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 1 085 | 2 075 |
| Outros instrumentos de capital | 109 | 166 |
| | 1 194 | 2 241 |

Em 2022 esta rubrica inclui essencialmente dividendos recebidos da Unicre no montante 505 milhares de euros e da SIBS de 406 milhares de euros (2021: 1.386 milhares de euros da Unicre, 171 milhares de euros da SIBS e 161 milhares de euros da Monteiro Aranha, S.A.).

5 RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|--|----------------|--------------------|
| (milhares de euros) | | |
| Rendimentos de serviços e comissões: | | |
| Por serviços bancários prestados | 96 237 | 98 000 |
| Por operações realizadas por conta de terceiros | 23 973 | 21 823 |
| Por serviços de mediação de seguros | 6 078 | 1 248 |
| Por garantias prestadas | 3 335 | 3 510 |
| Compromissos assumidos perante terceiros | 1 286 | 9 633 |
| Outros rendimentos de serviços e comissões | 8 248 | 8 169 |
| | 139 157 | 142 383 |
| Encargos com serviços e comissões: | | |
| Por serviços bancários prestados por terceiros | 23 192 | 21 624 |
| Por operações realizadas com títulos | 358 | 893 |
| Por operações de seguro direto e resseguro cedido | 14 881 | 15 568 |
| Outros encargos com serviços e comissões | 3 937 | 1 679 |
| | 42 368 | 39 764 |
| Resultados líquidos de serviços e comissões | 96 789 | 102 619 |

6 RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 Reexpresso | | |
|---|-----------|---------|----------|-----------------|---------|----------|
| | Proveitos | Custos | Total | Proveitos | Custos | Total |
| Ativos e passivos financeiros detidos para negociação | | | | | | |
| Títulos | | | | | | |
| Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | | | | | | |
| De emissores públicos | 3 495 | 5 432 | (1 937) | 2 528 | 1 132 | 1 396 |
| De outros emissores | 62 | 52 | 10 | 304 | 77 | 227 |
| Ações | 864 | 1 415 | (551) | 1 281 | 710 | 571 |
| Unidades de participação | 108 | 350 | (242) | 347 | 237 | 110 |
| | 4 529 | 7 249 | (2 720) | 4 460 | 2 156 | 2 304 |
| Instrumentos financeiros derivados | | | | | | |
| Contratos sobre taxas de juro | 119 558 | 119 222 | 336 | 68 392 | 68 053 | 339 |
| Contratos sobre taxas de câmbio | 34 970 | 35 100 | (130) | 27 159 | 27 307 | (148) |
| Contratos de futuros | 11 070 | 8 888 | 2 182 | 3 836 | 4 040 | (204) |
| Contratos sobre <i>commodities</i> e outras | 464 | 374 | 90 | 562 | 132 | 430 |
| Contratos de opções | 6 845 | 6 789 | 56 | 869 | 759 | 110 |
| | 172 907 | 170 373 | 2 534 | 100 818 | 100 291 | 527 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | | | | | | |
| Obrigações e outros títulos | 74 | 3 053 | (2 979) | 112 | 1 389 | (1 277) |
| Unidades de participação | 3 380 | 6 794 | (3 416) | 9 508 | 10 936 | (1 429) |
| Crédito a clientes | 50 | 759 | (709) | 550 | 787 | (237) |
| | 3 504 | 10 608 | (7 104) | 10 170 | 13 113 | (2 943) |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | | | | | | |
| Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | | | | | | |
| Outros emissores | 306 | 2 267 | (1 961) | 63 404 | 62 507 | 897 |
| Ações | 99 | (93) | 192 | 102 | - | 102 |
| Crédito a clientes | 26 | 131 | (105) | 165 | 143 | 22 |
| | 431 | 2 305 | (1 874) | 63 671 | 62 650 | 1 021 |
| Passivos financeiros ao justo valor através de resultados | | | | | | |
| Recursos de clientes | 2 468 | 222 | 2 246 | 131 | 284 | (153) |
| Responsabilidades representadas por títulos | - | - | - | 39 | - | 39 |
| Outros passivos subordinados | - | - | - | - | 12 636 | (12 636) |
| Outros | - | 9 725 | (9 725) | - | - | - |
| | 2 468 | 9 947 | (7 479) | 170 | 12 920 | (12 750) |
| Derivados de cobertura | | | | | | |
| Contratos sobre taxa de juro | 7 199 | 11 007 | (3 808) | 17 353 | 22 159 | (4 805) |
| | 7 199 | 11 007 | (3 808) | 17 353 | 22 159 | (4 805) |
| Passivos financeiros cobertos | | | | | | |
| Responsabilidades representadas por títulos | 3 519 | 466 | 3 053 | 4 474 | (200) | 4 674 |
| | 3 519 | 466 | 3 053 | 4 474 | (200) | 4 674 |
| | 194 557 | 211 954 | (17 397) | 201 116 | 213 089 | (11 972) |

Os Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados incluem, em 2022, ao nível das unidades de participação um impacto positivo de 1.828 milhares de euros (2022: negativo de 2.560 milhares de euros), determinado pelos efeitos positivos do Fundo VIP de 1.963 milhares de euros, do Fundo *Discovery Portugal Real Estate* de 542 milhares de euros e do Fundo *Aquarius*, FCR de 504 milhares de euros, parcialmente compensado pelo efeito

negativo do Fundo Vega de 1.116 milhares de euros, do Fundo de Reestruturação Empresarial de 546 milhares de euros e do Fundo SC1 Fundo Capital de Risco de 482 milhares de euros.

7 RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 Reexpresso | | |
|---|-----------|--------|-------|-----------------|--------|--------|
| | Proveitos | Custos | Total | Proveitos | Custos | Total |
| Obrigações e outros títulos de rendimento fixo | | | | | | |
| De emissores públicos | 5 063 | 1 333 | 3 729 | 11 799 | 1 063 | 10 737 |
| De outros emissores | 2 474 | - | 2 474 | 64 | - | 64 |
| Ações | - | - | - | - | - | - |
| Outros títulos de rendimento variável | 598 | 115 | 483 | 3 670 | 193 | 3 477 |
| | 8 135 | 1 448 | 6 686 | 15 533 | 1 255 | 14 278 |

Em 2022 a rubrica Obrigações – Emissores públicos inclui valias líquidas negativas obtidas na alienação de obrigações de dívida pública portuguesa no montante de 1.025 milhares de euros. Em 2021 esta rubrica incluía valias líquidas positivas obtidas na alienação de obrigações de dívida pública portuguesa de 1.507 milhares de euros e de obrigações de dívida pública italiana, espanhola, alemã, grega, belga e europeia no montante de 466 milhares de euros.

8 RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 Reexpresso | | |
|---------------------|-----------|--------|--------|-----------------|--------|-------|
| | Proveitos | Custos | Total | Proveitos | Custos | Total |
| Reavaliação cambial | 76 001 | 65 377 | 10 624 | 35 965 | 26 078 | 9 886 |

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira apurados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r).

9 RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|---|--------|--------------------|
| Alienação de ativos financeiros ao custo amortizado | 38 | 14 775 |
| Alienação de outros ativos | 16 529 | 13 390 |
| Alienação de crédito a clientes | 16 997 | 1 700 |
| | 33 564 | 29 865 |

No exercício de 2022 a rubrica Alienação de crédito a clientes considera o resultado da venda de créditos no âmbito da operação Gerês da subsidiária Banco Montepio com a realização de uma mais-valia de 4.118 milhares de euros, bem como o resultado da venda de créditos em sede das operações Alqueva e Alvito também da subsidiária Banco Montepio com a realização de mais-valias de 7.530 milhares de euros e 5.802 milhares de euros, respetivamente.

A rubrica Alienação de outros ativos considera o resultado da venda de imóveis referentes a ativos recebidos em recuperação de crédito.

A rubrica Alienação de ativos financeiros ao custo amortizado considera, no primeiro semestre de 2021, o impacto de alienação de 511 milhões de euros de valor nominal de dívida soberana portuguesa classificada na carteira de *hold to collect*. Esta operação estava enquadrada nos limites definidos no normativo interno do Grupo para este modelo de negócio, sendo classificada como pouco frequente, mas significativa em termos de valor, tendo gerado uma mais-valia de 14.736 milhares de euros.

10 RENDIMENTOS INERENTES A ASSOCIADOS E PRÉMIOS DE SEGUROS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2022 | 2021 |
|---|-----------|-----------|
| Rendimentos inerentes a associados | 848 529 | 680 028 |
| Premios brutos emitidos | 323 378 | 292 546 |
| Premios de resseguro cedido | (34 563) | (36 963) |
| Provisão para prémios não adquiridos (variação) | (2 006) | (667) |
| Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) | (5 008) | (1 209) |
| | 1 130 330 | 933 734 |

Os rendimentos inerentes a associados, os prémios brutos emitidos e os prémios de resseguro cedido desagregam-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--|-------------------------|-----------------------------|-----------|-------------------------|-----------------------------|---------|
| | Prémios brutos emitidos | Prémios de resseguro cedido | Total | Prémios brutos emitidos | Prémios de resseguro cedido | Total |
| Rendimentos inerentes a associados | | | | | | |
| Jóias | 317 | - | 317 | 306 | - | 306 |
| Quotizações e capitais | 847 529 | - | 847 529 | 678 867 | - | 678 867 |
| Outros proveitos inerentes a associados | 683 | - | 683 | 855 | - | 855 |
| | 848 529 | - | 848 529 | 680 028 | - | 680 028 |
| Prémios brutos emitidos e Prémios de resseguro cedido | | | | | | |
| Vida | 90 215 | (3 574) | 86 641 | 67 091 | (3 452) | 63 639 |
| Não Vida | | | | | | |
| Acidentes e doença | 89 902 | (4 466) | 85 436 | 87 705 | (4 870) | 82 835 |
| Incêndio e outros danos | 47 290 | (16 652) | 30 638 | 45 919 | (17 665) | 28 254 |
| Automóvel | 78 804 | (2 575) | 76 230 | 75 582 | (2 592) | 72 989 |
| Marítimo, aéreo e transportes | 2 784 | (1 630) | 1 155 | 2 553 | (1 509) | 1 043 |
| Responsabilidade civil geral | 6 474 | (1 791) | 4 682 | 6 032 | (1 588) | 4 444 |
| Crédito e caução | 238 | (117) | 121 | 308 | (47) | 261 |
| Protecção jurídica | 497 | (9) | 488 | 579 | (31) | 548 |
| Assistência | 7 169 | (3 749) | 3 420 | 6 768 | (5 060) | 1 708 |
| Diversos | 4 | (1) | 3 | 10 | (147) | (138) |
| | 233 162 | (30 989) | 202 173 | 225 455 | (33 510) | 191 945 |
| | 323 377 | (34 563) | 288 814 | 292 546 | (36 963) | 255 584 |
| | 1 171 906 | (34 563) | 1 137 343 | 972 574 | (36 963) | 935 611 |

O aumento ocorrido nos rendimentos inerentes a associados resulta, fundamentalmente, do maior número de subscrições nos produtos mutualistas face ao ano anterior, em particular nas modalidades de capitalização.

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na nota 1 t).

As Quotizações e capitais incluídos na rubrica Rendimentos inerentes a associados, analisa-se como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|---------|---------|
| Modalidades actuariais | | |
| Proteção 5 em 5 | 67 922 | 46 576 |
| Garantia de pagamentos de encargos | 23 688 | 23 641 |
| Capitais para jovens | 6 362 | 4 506 |
| Pensões de reforma | 980 | 921 |
| Capitais de previdência | 672 | 736 |
| Outras | 224 | 397 |
| | 99 848 | 76 777 |
| Outras modalidades | | |
| Encargos médicos administrativos | 2 | 2 |
| Capitais de garantia | 171 | 171 |
| | 173 | 173 |
| Modalidades de capitalização | | |
| Capitais de reforma | 138 476 | 135 383 |
| Poupança reforma | 8 293 | 8 033 |
| Capitais de reforma de prazo certo | 588 404 | 446 444 |
| Modalidades colectivas | 173 | 134 |
| | 735 346 | 589 994 |
| Outros | | |
| Benefício de splidariedade associativa | 11 740 | 11 576 |
| Rendas Vitalícias | 422 | 344 |
| Rendas temporárias | - | 3 |
| | 12 162 | 11 923 |
| | 847 529 | 678 867 |

11 OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|---|-----------------|--------------------|
| (milhares de euros) | | |
| Outros rendimentos de exploração: | | |
| Vendas | 4 544 | 22 922 |
| Prestação de serviços | 49 943 | 41 756 |
| Créditos ressarcidos | 5 427 | 1 321 |
| Reembolso de despesas | 6 317 | 6 433 |
| Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem | 3 406 | 3 187 |
| Recompra de emissões próprias | 4 260 | - |
| Rendimentos e mais-valias de propriedade de investimento | 7 544 | 16 009 |
| Outros | 5 804 | 10 876 |
| | 87 245 | 102 504 |
| Outros gastos de exploração: | | |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 2 995 | 12 180 |
| Impostos | 4 131 | 4 345 |
| Donativos e Quotizações | 1 217 | 1 026 |
| Contribuição para o Setor Bancário | 12 258 | 10 318 |
| Contribuição Ex-ante para o Fundo Único de Resolução | 8 368 | 7 687 |
| Contribuição para o Fundo de Resolução | 6 601 | 6 377 |
| Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos | 2 164 | 2 164 |
| Contribuições para o Sistema de Indemnização de Investidores | 3 | 3 |
| Menos-valias e custos associados a propriedades de investimento | 3 689 | 3 075 |
| Servicing e despesas com recuperação e alienação de crédito | 5 235 | 5 862 |
| Perdas com a valorização de outros passivos | 11 921 | - |
| Outros | 37 588 | 33 145 |
| | 96 170 | 86 182 |
| Outros resultados líquidos de exploração | (8 925) | 16 322 |

Em 2022 a rubrica Outros rendimentos de exploração – Recompra de emissões próprias considera 4.260 milhares de euros relacionados com os proveitos auferidos com a aquisição de dívida emitida no valor de 171.400 milhares de euros, conforme referido na nota 41.

Em 2022 a rubrica Outros rendimentos de exploração – Outros, inclui proveitos associados à recuperação de crédito no montante de 1.626 milhares de euros (2021: 3.482 milhares de euros) e a restituição de impostos no montante de 1.196 milhares de euros.

A rubrica Contribuição para setor bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (Tier 1) e dos fundos próprios complementares (Tier 2) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados.

A rubrica Contribuição ex-ante para o Fundo Único de Resolução corresponde à contribuição anual, apurada nos termos do disposto no artigo 153.º-H, n.º 1, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras que transpõe os artigos 100.º, n.º 4, alínea a), e 103.º, n.º 1, da Diretiva 2015/59/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, e do artigo 20.º, do Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/63 da Comissão, de 21 de outubro de 2014 (“Regulamento Delegado”) e com as condições previstas no Regulamento de Execução 2015/81 do Conselho de 19 de dezembro de 2014 (“Regulamento de Execução”).

Esta contribuição foi determinada pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, com base na metodologia definida no Regulamento Delegado nos termos do disposto nos artigos 4.º, 13.º e 20.º. No âmbito do Mecanismo Único de Resolução esta contribuição deve ser transferida para o Fundo Único de Resolução até 30 de junho de cada ano, em conformidade com o Acordo relativo à Transferência e Mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014, aprovado pela Resolução da Assembleia da República 129/2015, de 3 de setembro, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 67.º do Regulamento (EU) n.º 806/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de julho de 2014 (“Regulamento MUR”).

Adicionalmente, compete ao Conselho Único de Resolução (“CUR”), em estreita cooperação com o Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, proceder anualmente ao cálculo dessas contribuições, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 70.º do Regulamento MUR. O Banco Montepio, nos exercícios de 2022 e 2021 optou pela utilização de compromissos irrevogáveis de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Execução. Nesta base, e com referência a 31 de dezembro de 2022, o Banco Montepio tinha procedido à liquidação de 9.867 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 8.424 milhares de euros) sob a forma de compromissos irrevogáveis de pagamento, encontrando-se registado na rubrica Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro - Depósitos a prazo, conforme na nota 20. Para efeitos dos compromissos irrevogáveis de pagamento apenas é aceite como colateral numerário (*cash collateral*).

A rubrica Contribuição para o Fundo de Resolução corresponde a contribuições periódicas obrigatórias, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013. As contribuições periódicas são calculadas anualmente tendo em conta uma taxa base, determinada por Instrução do Banco de Portugal, podendo ser ajustada em função do perfil de risco da instituição, aplicada sobre a base de incidência objetiva das referidas contribuições. As contribuições periódicas incidem sobre o passivo das instituições participantes do Fundo, definido nos termos do artigo 10.º do referido Decreto-Lei, deduzido dos elementos do passivo que integram os fundos próprios de base e complementares e dos depósitos cobertos pelo Fundo de Garantia de Depósitos.

A rubrica *Servicing* e despesas com recuperação e alienação de crédito regista os custos com o *servicing* aplicado a uma carteira de créditos *non-performing* efetuados por terceiras entidades.

Em 2022 a rubrica Outros custos de exploração – Perdas com a valorização de passivos financeiros considera 11.921 milhares de euros referentes a uma perda decorrente da alteração da estimativa do valor de balanço das linhas de financiamento provenientes da facilidade TLTRO III ocorrida no primeiro semestre de 2022 (ver Nota 1 c.4). Esta alteração resultou (i) da confirmação formal em junho de 2022 por parte do BCE do cumprimento das metas de variação do volume de crédito para os períodos já findos e (ii) da revisão da taxa de juro a aplicar aos próximos períodos, as quais deixam de estar dependentes do cumprimento de métricas, estando apenas associadas à evolução futura da DFR, a qual foi revista em alta pelo BCE, tendo o Grupo procedido à atualização da estimativa dos cash-flows futuros em conformidade. Em consequência, a diferença entre o somatório dos novos cash-flows futuros descontados à taxa de juro efetiva inicialmente estimada e o valor em balanço à data foi reconhecida diretamente na rubrica de Outros resultados de exploração (por aplicação do parágrafo B5.4.6 da IFRS 9).

12 GASTOS COM PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|--|---------|--------------------|
| Remunerações | 146 469 | 145 491 |
| Encargos sociais obrigatórios | 39 972 | 41 489 |
| Encargos com planos de pensões (Nota 54) | 12 381 | 11 012 |
| Outros gastos | 9 844 | 16 035 |
| | 208 666 | 214 027 |

Em 2022, no âmbito do Programa de Ajustamento do quadro de colaboradores, a rubrica de Encargos com o Fundo de Pensões inclui o montante de 6.955 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 4.365 milhares de euros) relacionado com os encargos resultantes de reformas antecipadas e de rescisões por mútuo acordo. Em 2021, a rubrica outros gastos inclui o montante de 4.959 milhares de euros referente ao mesmo programa.

Os gastos com as remunerações e outros benefícios, incluindo os respetivos encargos, atribuídos ao Conselho de Administração do MGAM, à Mesa da Assembleia Geral, à Assembleia de Representantes, ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração das subsidiárias do MGAM e ao Outro pessoal chave de gestão do Grupo são apresentados como segue:

(milhares de euros)

2022

| | Conselho de Administração do MGAM | Mesa da Assembleia Geral, Assembleia de Representantes e Conselho Fiscal do MGAM | Outro pessoal chave da gestão (*) | Total |
|--|---|---|---|---------------|
| Remunerações e outros benefícios a curto prazo | 2 175 | 466 | 14 084 | 16 725 |
| Gastos com pensões de reforma e SAMS | 593 | - | 917 | 1 510 |
| Encargos com a Segurança Social | 442 | 90 | 2 189 | 2 721 |
| Total | 3 210 | 556 | 17 190 | 20 956 |

(*) Inclui as remunerações dos órgãos sociais das subsidiárias do MGAM.

Os gastos com as remunerações e outros benefícios, incluindo os respetivos encargos, atribuídos à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração (incluindo os membros da Comissão de Auditoria), ao Conselho de Administração das subsidiárias do MGAM e ao Outro pessoal chave de gestão do Grupo, durante o exercício de 2021, são apresentados como segue:

(Milhares de Euros)

2021 Reexpresso

| | Conselho de Administração do MGAM | Conselho Geral, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal do MGAM | Outro pessoal chave da gestão (*) | Total |
|--|---|--|---|---------------|
| Remunerações e outros benefícios a curto prazo | 2 122 | 169 | 15 813 | 18 104 |
| Gastos com pensões de reforma e SAMS | 2 | - | 1 472 | 1 474 |
| Encargos com a Segurança Social | 285 | 28 | 2 741 | 3 054 |
| Total | 2 409 | 197 | 20 026 | 22 632 |

(*) Inclui as remunerações dos órgãos sociais das subsidiárias do MGAM.

O efetivo médio de colaboradores ao serviço do Grupo durante os exercícios de 2022 e 2021, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|-----------------------|-------|--------------------|
| Direção e coordenação | 352 | 331 |
| Chefia e gerência | 524 | 550 |
| Técnicos | 1 856 | 1 800 |
| Específicos | 379 | 429 |
| Administrativos | 1 134 | 1 225 |
| Auxiliares | 431 | 440 |
| Estagiários | 2 | 3 |
| Porteiros | 13 | 13 |
| | 4 691 | 4 791 |

13 GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|---|---------|--------------------|
| Rendas e alugueres | 6 354 | 6 328 |
| Serviços especializados | 57 127 | 55 054 |
| Informática | 15 321 | 14 551 |
| Trabalho independente | 3 210 | 3 647 |
| Outros serviços especializados | 38 596 | 36 856 |
| Publicidade e publicações | 5 315 | 5 063 |
| Comunicações e expedição | 5 820 | 7 789 |
| Água, energia e combustíveis | 4 257 | 4 731 |
| Conservação e reparação | 7 343 | 6 724 |
| Seguros | 1 756 | 1 962 |
| Deslocações, estadias e despesas de representação | 1 222 | 860 |
| Material de consumo corrente | 3 623 | 3 298 |
| Formação | 755 | 718 |
| Outros gastos administrativos | 9 205 | 9 720 |
| | 102 776 | 102 247 |

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade o Grupo regista na rubrica de Outros serviços especializados os gastos assumidos com a contratação de consultores externos, com o pagamento de serviços relacionados com bancos de dados, com encargos associados a processamentos efetuados pela SIBS e ainda com gastos relacionados com o pagamento de honorários e avenças.

A rubrica de Outros serviços especializados inclui também os honorários faturados pelos Revisores Oficial de Contas do Grupo no âmbito das suas funções de revisão legal de contas, bem como outros serviços, incluindo os prestados pela sua rede, conforme segue (excluindo IVA):

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|---|-------|--------------------|
| Auditoria | | |
| Serviços de revisão legal de contas | 1 977 | 1 725 |
| Serviços distintos de auditoria exigidos por lei | 286 | 371 |
| Emissão de pareceres para as entidades reguladoras e apoio no desenvolvimento de trabalhos para efeitos de supervisão | 173 | - |
| Emissão de certificações e relatórios diversos | - | 2 |
| | 2 436 | 2 098 |
| Serviços distintos de auditoria não exigidos por lei | 400 | 668 |
| | 2 836 | 2 766 |

14 GASTOS INERENTES A ASSOCIADOS E GASTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--------------------------|-----------------|-------------------------------------|----------|-----------------|-------------------------------------|----------|
| | Montantes pagos | Variação da provisão para sinistros | Total | Montantes pagos | Variação da provisão para sinistros | Total |
| Montantes Brutos | 913 848 | (5 660) | 908 188 | 697 368 | 14 661 | 712 029 |
| Parte dos resseguradores | (10 689) | 5 359 | (5 329) | (8 872) | 587 | (8 284) |
| | 903 160 | (300) | 902 859 | 688 497 | 15 248 | 703 745 |

Os gastos inerentes a associados e gastos com sinistros brutos desagregam-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--------------------------------------|-----------------|-------------------------------------|----------------|-----------------|-------------------------------------|----------------|
| | Montantes pagos | Variação da provisão para sinistros | Total | Montantes pagos | Variação da provisão para sinistros | Total |
| Gastos inerentes a associados | | | | | | |
| Prestações e capitais | 742 334 | - | 742 334 | 532 024 | - | 532 024 |
| Subvenções e melhorias de benefícios | 4 414 | - | 4 414 | 4 655 | - | 4 655 |
| Outros gastos inerentes a associados | 15 942 | - | 15 942 | 16 953 | - | 16 953 |
| | 762 690 | - | 762 690 | 553 632 | - | 553 632 |
| Vida | 28 098 | (10 206) | 17 892 | 26 671 | (1 246) | 25 424 |
| Não Vida | | | | | | |
| Acidentes e doença | 51 379 | (3 560) | 47 819 | 49 516 | 13 544 | 63 059 |
| Incêndio e outros danos | 16 385 | 1 771 | 18 157 | 17 658 | (1 355) | 16 304 |
| Automóvel | 52 928 | 7 246 | 60 175 | 46 053 | 3 788 | 49 841 |
| Marítimo, aéreo e transportes | 107 | 103 | 210 | 1 514 | 67 | 1 581 |
| Responsabilidade civil geral | 880 | (584) | 296 | 936 | (52) | 884 |
| Crédito e caução | 72 | (331) | (259) | 59 | (65) | (6) |
| Proteção jurídica | 1 | (1) | (1) | 0 | - | 0 |
| Assistência | - | 1 | 1 | - | 2 | 2 |
| Diversos | 127 | 97 | 224 | 47 | (10) | 37 |
| | 121 880 | 4 741 | 126 621 | 115 783 | 15 920 | 131 702 |
| Resseguro aceite | 1 180 | (195) | 985 | 1 283 | (13) | 1 271 |
| | 913 848 | (5 660) | 908 188 | 697 368 | 14 661 | 712 029 |

O aumento ocorrido nos gastos inerentes a associados resulta, fundamentalmente, do maior número de resgates antecipados nos produtos mutualistas face ao ano anterior, em particular nas modalidades de capitalização.

Os Outros gastos inerentes a associados referem-se a restituição de quotas, cessões de direitos, pagamentos de capital contratados, afetos a contratos de crédito à habitação, por morte ou invalidez do Associado Subscritor, nas situações de risco cobertas (morte, morte e Invalidez absoluta e definitiva ou morte e invalidez total e permanente, consoante a cobertura subscrita) e gastos promocionais.

A rubrica Prestações e capitais diz respeito aos montantes entregues aos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguros definida na nota 1 t).

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------|----------------|
| Modalidades atuariais | | |
| Capitais de previdência diferidos com opção | 66 691 | 54 120 |
| Capitais para jovens | 6 378 | 5 675 |
| Pensões de reforma | 6 770 | 6 536 |
| Capitais de previdência | 563 | 456 |
| Capitais transferidos para Pensão/Renda | 679 | 688 |
| Outras | 743 | 980 |
| | 81 824 | 68 456 |
| Modalidades de capitalização | | |
| Capitais de reforma | 125 086 | 134 096 |
| Poupança reforma | 4 792 | 6 267 |
| Capitais de reforma de prazo certo | 528 621 | 320 740 |
| Modalidades colectivas | 228 | 293 |
| | 658 727 | 461 396 |
| Outros | | |
| Benefício de solidariedade associativa | 174 | 257 |
| Rendas Vitalícias | 1 522 | 1 809 |
| Rendas temporárias | 87 | 106 |
| | 1 783 | 2 172 |
| | 742 334 | 532 024 |

A rubrica Subvenções e melhorias de benefícios, é analisada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------|--------------|
| Modalidades atuariais | | |
| Capitais de previdência diferidos com opção | 123 | 155 |
| Capitais para jovens | 50 | 69 |
| Pensões de reforma | 2 412 | 2 446 |
| Capitais de previdência | 889 | 902 |
| Capitais transferidos para Pensão/Renda | 40 | 41 |
| Outras | 900 | 1 042 |
| | 4 414 | 4 655 |

15 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|---------|---------|
| Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro | | |
| Montantes Brutos | 102 794 | 142 041 |
| Parte dos resseguradores | 14 | 20 |
| | 102 808 | 142 061 |
| Outras provisões técnicas | | |
| Participação nos resultados, líquida de resseguro | 1 588 | 880 |
| Outras provisões técnicas | (294) | 1 035 |
| | 1 294 | 1 916 |
| | 104 102 | 143 977 |

16 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|--------|------------|
| | | Reexpresso |
| Outros ativos fixos tangíveis: | | |
| Imóveis | 9 246 | 8 293 |
| Equipamento: | | |
| Mobiliário e material | 309 | 466 |
| Máquinas e ferramentas | 428 | 407 |
| Equipamento Informático | 2 752 | 3 246 |
| Instalações interiores | 1 548 | 1 646 |
| Equipamento de transporte | 313 | 310 |
| Equipamento de segurança | 97 | 125 |
| Outro equipamento | 27 | 34 |
| De ativos sob direito de uso | 5 605 | 7 152 |
| De outros ativos tangíveis | 134 | 80 |
| | 20 459 | 21 759 |
| Ativos Intangíveis: | | |
| Software | 20 475 | 20 324 |
| Outros ativos intangíveis | 1 906 | 573 |
| | 22 381 | 20 897 |
| | 42 840 | 42 656 |

A rubrica Ativos sob direito de uso corresponde essencialmente a imóveis (balcões e edifícios centrais) e à frota de viaturas, sendo depreciados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, conforme indicado na política contabilística 1 i).

17 IMPARIDADE DO CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

| | (milhares de euros) | |
|--|---------------------|------------|
| | 2022 | 2021 |
| | | Reexpresso |
| Imparidade de crédito: | | |
| Dotação do exercício, líquida de reversões (Nota 24) | 21 978 | 52 625 |
| Recuperação de crédito e de juros | (8 519) | (4 772) |
| | 13 459 | 47 853 |
| Aplicações em instituições em crédito: | | |
| Dotação do exercício (Nota 23) | 1 505 | 7 363 |
| Reversão do exercício (Nota 23) | (1 661) | (3 887) |
| | (156) | 3 476 |
| | 13 303 | 51 329 |

Esta rubrica regista a estimativa de perdas esperadas determinadas de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c).

18 IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS FINANCEIROS E DE OUTROS ATIVOS

A imparidade para outros ativos financeiros é composta por:

| | (milhares de euros) | |
|---|---------------------|------------|
| | 2022 | 2021 |
| | | Reexpresso |
| Imparidade para ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | | |
| Dotação do exercício (Nota 27) | 2 301 | 2 722 |
| Reversão do exercício (Nota 27) | (2 943) | (909) |
| | (642) | 1 812 |
| Imparidade de outros ativos financeiros ao custo amortizado | | |
| Dotação do exercício (Nota 29) | 8 595 | 2 579 |
| Reversão do exercício (Nota 29) | - | (735) |
| | 8 595 | 1 844 |
| | 7 953 | 3 656 |

A imparidade para outros ativos é composta por:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|---|----------|--------------------|
| Imparidade para ativos não correntes detidos para venda: | | |
| Dotação do exercício (Nota 31) | 15 | 75 |
| Reversão do exercício (Nota 31) | (26) | (107) |
| | (11) | (32) |
| Imparidade para contas a receber | | |
| Dotação do Exercício | 2 662 | (165) |
| Reversão do exercício | - | - |
| | 2 662 | (165) |
| Imparidade para ativos tangíveis | | |
| Dotação do exercício (Nota 33) | 1 992 | - |
| Reversão do exercício (Nota 33) | (265) | (6 099) |
| | 1 727 | (6 099) |
| Imparidade em ativos recebidos por recuperação de créditos | | |
| Dotação do exercício (Nota 37) | 23 677 | 26 596 |
| Reversão do exercício (Nota 37) | (1 129) | (910) |
| | 22 548 | 25 686 |
| Imparidade para outros ativos | | |
| Dotação do exercício (Nota 37) | 2 929 | 4 243 |
| Reversão do exercício (Nota 37) | (4 345) | (3 877) |
| | (1 415) | 366 |
| | 25 511 | 19 755 |

19 OUTRAS PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|---|-----------|--------------------|
| Provisões para garantias e compromissos assumidos: | | |
| Dotação do exercício (Nota 43) | 25 284 | 27 410 |
| Reversão do exercício (Nota 43) | (22 102) | (27 738) |
| | 3 182 | (328) |
| Provisões para outros riscos e encargos: | | |
| Dotação do exercício (Nota 43) | 3 808 | 4 190 |
| Reversão do exercício (Nota 43) | (2 822) | (9 486) |
| | 987 | (5 296) |
| | 4 169 | (5 624) |

20 RESULTADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Os contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras consolidadas pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 Reexpresso |
|---|-------|--------------------|
| Custos | | |
| HTA-Hoteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A. | 495 | 3 |
| Nova Câmbios, S.A. | 151 | (172) |
| Silvip, S.A. | 352 | 241 |
| Sagies - Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A. | - | 99 |
| Bem Comum - Sociedade Capital de Risco, S.A. | (2) | (3) |
| Clínica Cuf de Belém, S.A. | 28 | 151 |
| | 1 024 | 319 |

Em 17 de novembro de 2022 o MGAM alienou a participação que detinha na associada Sagies – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, S.A..

21 CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------|-----------|-----------|
| Caixa | 149 921 | 157 783 |
| Depósitos em Bancos Centrais | | |
| Banco de Portugal | 1 233 913 | 2 788 426 |
| Outros bancos centrais | - | 21 815 |
| | 1 383 834 | 2 968 024 |

A rubrica Depósitos em bancos centrais - Banco de Portugal inclui o montante para satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no valor dos depósitos e outras responsabilidades efetivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as diretrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central equivalente a 1% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades ao longo de cada período de constituição de reservas.

22 DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é apresentada como segue:

| | (milhares de euros) | |
|---|---------------------|---------|
| | 2022 | 2021 |
| Em instituições de crédito no país | 9 548 | 56 158 |
| Em instituições de crédito no estrangeiro | 19 614 | 46 573 |
| Valores a cobrar | 31 814 | 14 356 |
| | 60 976 | 117 087 |

A rubrica Valores a cobrar diz respeito a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

Em 2022 as Disponibilidades em outras instituições de crédito e Bancos Centrais foram remuneradas à taxa média de 1,12% (2021: -0,33%).

23 APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é apresentada como segue:

| | (milhares de euros) | |
|--|---------------------|---------|
| | 2022 | 2021 |
| Aplicações sobre instituições no país | | |
| Depósitos | 8 705 | 46 772 |
| | 8 705 | 46 772 |
| Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro | | |
| Depósitos | 29 690 | 89 658 |
| Aplicações a muito curto prazo | - | 44 |
| Operações de compra com acordo de revenda | - | 39 272 |
| CSA's | 16 039 | 25 139 |
| Outras aplicações | 56 791 | 66 726 |
| | 102 520 | 220 839 |
| | 111 225 | 267 611 |
| Imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito | (11) | (536) |
| | 111 214 | 267 075 |

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Depósitos a prazo, relevada em Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, inclui o montante de 9.867 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 8.424 milhares de euros) referente a um depósito efetuado e aceite como colateral no âmbito da contribuição ex-ante para o Fundo Único de Resolução, conforme nota 11.

Os *Credit Support Annex* (CSA's) são contratos que regulam a entrega, receção e monitorização do colateral entregue/recebido para fazer face à exposição de uma das contrapartes do contrato à outra, na sequência das posições abertas em derivados transacionados em mercado de balcão. Não obstante os colaterais dos contratos de CSA's poderem revestir a forma de valores mobiliários (*securities*) ou dinheiro (cash), no caso do Banco os colaterais são todos em dinheiro.

Os colaterais em dinheiro entregues (constituição ou reforço do colateral) ou recebidos (libertação do colateral) resultam das variações do justo valor dos vários instrumentos de derivados que o Banco negociou com cada uma das contrapartes e consubstanciam-se pela transferência efetiva de fundos (cash), as quais são processadas via TARGET2 para cada uma das contrapartes em causa, como forma de garantia/ caução da exposição do Banco face à contraparte

Nesta base, e no âmbito das operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, e de acordo com o definido nos respetivos contratos, em 31 de dezembro de 2022 a subsidiária Banco Montepio detém o montante de 16.039 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 25.139 milhares de euros) de aplicações em instituições de crédito dadas como colateral das referidas operações.

A rubrica Outras aplicações, relevada em Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro, inclui os valores depositados por veículos constituídos no âmbito das operações de titularização do Grupo.

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito sobre aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|----------|----------|
| Saldo em 1 de Janeiro | 536 | 435 |
| Dotação do exercício (Nota 17) | 1 505 | 7 362 |
| Reversão do exercício (Nota 17) | (1 661) | (3 887) |
| Variação cambial e outros | 73 | (3 374) |
| Outros movimentos | (215) | - |
| Operações em descontinuação | (226) | (0) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 11 | 536 |

A análise da rubrica Aplicações em Instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------|---------|---------|
| Até 3 meses | 2 620 | 170 517 |
| De 3 a 6 meses | 64 528 | 34 970 |
| De 6 meses a 1 ano | 3 998 | 46 778 |
| De 1 ano a 5 anos | 501 | 350 |
| Mais de 5 anos | 4 000 | 4 000 |
| Duração indeterminada | 35 578 | 10 996 |
| | 111 225 | 267 611 |

Na rubrica Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro - Outras aplicações e no período remanescente de duração indeterminada estão incluídas cauções no âmbito da atividade bancária.

Em 2022 as Aplicações em outras instituições de crédito foram remuneradas à taxa média implícita de 1,04% (2021: 0,70%).

24 CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica é apresentada como segue:

| | 2022 | 2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| (milhares de euros) | | |
| A empresas | | |
| Credito não titulado | | |
| Empréstimo | 3 200 139 | 3 066 304 |
| Créditos em conta corrente | 385 349 | 381 677 |
| Locação financeira | 395 106 | 433 157 |
| Desconto e outros créditos titulados por efeitos | 26 786 | 26 524 |
| <i>Factoring</i> | 224 020 | 197 770 |
| Descobertos em depósitos à | 602 | 723 |
| Outros créditos | 327 166 | 361 695 |
| Credito titulado | | |
| Papel comercial | 197 672 | 197 906 |
| Obrigações | 332 153 | 300 700 |
| | 5 088 993 | 4 966 456 |
| A particulares | | |
| Habitação | 5 402 609 | 5 538 792 |
| Locação financeira | 41 426 | 46 555 |
| Consumo e outros créditos | 1 248 728 | 1 184 526 |
| | 6 692 763 | 6 769 873 |
| Crédito ao exterior | | |
| Empresas | - | 42 042 |
| Particulares | - | 3 287 |
| | - | 45 329 |
| Correcção de valor de activos que sejam objecto de operações de cobertura | | |
| Outros créditos | (74) | 30 |
| | (74) | 30 |
| Crédito e juros vencidos: | | |
| Menos de 90 dias | 8 415 | 41 504 |
| Mais de 90 dias | 270 210 | 361 418 |
| | 278 625 | 402 922 |
| | 12 060 307 | 12 184 610 |
| Imparidade para riscos de | (354 517) | (521 777) |
| | 11 705 790 | 11 662 833 |

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica Crédito a clientes inclui créditos afetos à emissão de obrigações hipotecárias realizadas pelo Grupo no montante de 2.753.360 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 2.746.685 milhares de euros), conforme descrito na nota 41.

Em 31 de dezembro de 2022 o Crédito a clientes inclui 775.886 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 994.467 milhares de euros) relativos a créditos que foram objeto de securitização e que, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), não foram objeto de desreconhecimento, conforme referido na nota 56.

Na rubrica Correção de valor de ativos que sejam objeto de operações de cobertura está registado o justo valor da parte da carteira coberta. Esta valorização é registada por

contrapartida de resultados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c). O Grupo realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 53.

A análise da rubrica Crédito a clientes por tipo de taxa de juro em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Crédito contratado a taxa variável | 10 016 922 | 10 276 584 |
| Crédito contratado a taxa fixa | 2 043 385 | 1 908 026 |
| | 12 060 307 | 12 184 610 |

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------|---------|---------|
| Crédito com garantias reais | 189 868 | 277 161 |
| Crédito com outras garantias | 30 665 | 56 699 |
| Crédito titulado | 4 299 | 5 362 |
| Crédito em locação financeira | 33 000 | 33 000 |
| Outros créditos | 20 793 | 30 700 |
| | 278 625 | 402 922 |

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente e finalidade, é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---------------------|---------|---------|
| Empresas | | |
| Construção/Produção | 33 270 | 55 818 |
| Investimento | 141 395 | 190 187 |
| Tesouraria | 56 017 | 88 822 |
| Outras Finalidades | 11 009 | 17 667 |
| Particulares | | |
| Habitação | 15 809 | 27 587 |
| Crédito ao consumo | 17 767 | 16 366 |
| Outras Finalidades | 3 358 | 6 475 |
| | 278 625 | 402 922 |

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de cliente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é a seguinte:

(milhares de euros)

2022

| Crédito a clientes | | | | | |
|-------------------------------|-----------|---------------|------------------|---------------|------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 5 anos | A mais de 5 anos | Indeterminado | Total |
| Crédito com garantias reais | 28 725 | 209 336 | 201 424 | 4 299 | 443 784 |
| Crédito com outras garantias | 199 599 | 672 972 | 8 340 893 | 189 868 | 9 403 332 |
| Crédito em locação financeira | 196 458 | 212 036 | 118 378 | 33 000 | 559 872 |
| Créditos titulados | 320 352 | 119 690 | 239 156 | 30 665 | 709 863 |
| Outros créditos | 219 678 | 211 582 | 494 068 | 18 128 | 943 456 |
| | 964 812 | 1 425 616 | 9 393 919 | 275 960 | 12 060 307 |

(milhares de euros)

2021

| Crédito a clientes | | | | | |
|------------------------------|-----------|---------------|------------------|---------------|------------|
| | Até 1 ano | De 1 a 5 anos | A mais de 5 anos | Indeterminado | Total |
| Crédito com garantias reais | 31 308 | 223 426 | 224 978 | 5 362 | 485 074 |
| Crédito com outras garantias | 129 135 | 584 351 | 8 368 463 | 277 161 | 9 359 110 |
| Crédito em locação | 197 905 | 204 429 | 96 272 | 33 000 | 531 606 |
| Créditos titulados | 352 722 | 151 263 | 259 765 | 56 699 | 820 449 |
| Outros créditos | 202 545 | 154 086 | 604 386 | 27 354 | 988 371 |
| | 913 615 | 1 317 555 | 9 553 864 | 399 576 | 12 184 610 |

O crédito vincendo em locação, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de euros)

2022

| Crédito em locação | | | | |
|--------------------|-----------|---------------|------------------|-----------|
| | Até 1 ano | De 1 a 5 anos | A mais de 5 anos | Total |
| Rendas vincendas | 62 976 | 235 612 | 118 213 | 416 801 |
| Juros Vincendos | (11 798) | (35 577) | (23 754) | (71 129) |
| Valores residuais | 19 309 | 42 559 | 28 992 | 90 860 |
| | 70 487 | 242 594 | 123 451 | 436 532 |

(milhares de euros)

2021

| Crédito em locação | | | | |
|--------------------|-----------|---------------|------------------|-----------|
| | Até 1 ano | De 1 a 5 anos | A mais de 5 anos | Total |
| Rendas vincendas | 61 350 | 250 327 | 128 459 | 440 136 |
| Juros Vincendos | (8 840) | (29 042) | (24 481) | (62 363) |
| Valores residuais | 21 996 | 48 450 | 31 493 | 101 939 |
| | 74 506 | 269 735 | 135 471 | 479 712 |

Em relação à locação operacional, o Grupo não apresenta contratos relevantes como locador.

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

(milhares de euros)

2022

2021

| Imparidade para riscos de | | |
|--|-----------|-----------|
| Saldo em 1 de Janeiro | 521 777 | 779 514 |
| Dotação do exercício, líquida de reversões (Nota 17) | 21 978 | 52 625 |
| Utilização de imparidade | (188 938) | (280 507) |
| Variação Cambial | 2 195 | 4 843 |
| Transferências | 3 234 | (39 192) |
| Juros do estágio 3 | 4 459 | 1 517 |
| Operações em descontinuidade | (10 188) | 2 977 |
| Saldo em 31 de Dezembro | 354 517 | 521 777 |

A utilização de imparidade corresponde a crédito abatido ao ativo em 2022 e 2021 e a operações de venda créditos a entidades terceiras.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

(milhares de euros)

2022

2021

| | | |
|---------------------------------------|---------|---------|
| Crédito com garantias reais e locação | 264 829 | 377 624 |
| Crédito com outras garantias | 53 093 | 83 897 |
| Crédito sem garantias | 36 595 | 60 256 |
| | 354 517 | 521 777 |

A utilização da imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------|---------|---------|
| Crédito com garantias reais | 109 805 | 165 936 |
| Crédito com outras garantias | 21 335 | 69 260 |
| Crédito sem garantias | 57 798 | 45 311 |
| | 188 938 | 280 507 |

O Grupo tem vindo a adotar medidas e práticas de *forbearance*, alinhadas ao contexto de risco, no sentido de ajustar o rendimento disponível ou a capacidade financeira dos Clientes ao seu serviço da dívida. Nesta base, foram adotadas as recomendações entretanto legisladas no âmbito dos regimes de incumprimento (Decreto-Lei n.º 227/2012) e nas Empresas (SIREVE, PER) e que estão amplamente divulgadas no site institucional, nas comunicações e normativos internos, para divulgação e implementação junto dos Clientes que apresentem indícios de dificuldades financeiras.

No que diz respeito às medidas de *forbearance*, de acordo com o Regulamento de Execução (UE) 2015/227, de 9 de janeiro de 2015, foram consideradas alterações contratuais (carência de capital, alargamento do prazo, diferimento de capital, etc.) e consolidação de dívidas noutro contrato com condições ajustadas à situação atual do Cliente.

A 31 de dezembro de 2022 a carteira de crédito inclui créditos que, face a dificuldades financeiras do Cliente, foram objeto de alteração das condições iniciais do contrato no montante de 520.558 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 622.252 milhares de euros) os quais apresentam uma imparidade de 164.182 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 255.198 milhares de euros).

Adicionalmente, a carteira de créditos reestruturados inclui contratos que resultaram de uma reestruturação formal com os Clientes e consequente constituição de novo financiamento em substituição dos anteriores. A reestruturação pode resultar de um reforço de garantias e/ou liquidação de parte do crédito e implicar uma prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro.

A análise dos créditos reestruturados efetivados nos exercícios de 2022 e 2021, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------|----------------|----------------|
| Crédito interno | | |
| Empresas: | | |
| Créditos não titulados | | |
| Empréstimos | 99 644 | 104 069 |
| Créditos em conta corrente | 28 989 | 3 241 |
| Locação financeira | 2 853 | 3 503 |
| Outros créditos | 31 013 | 5 137 |
| Particulares: | | |
| Habituação | 7 661 | 11 602 |
| Consumo e outros créditos | 4 208 | 17 598 |
| | 174 368 | 145 150 |

Em 31 de dezembro de 2022, relativamente aos créditos reestruturados vincendos, o montante de imparidade associado a estas operações ascende a 40.998 milhares de euros, a que corresponde uma taxa de imparidade de 23,5% (31 de dezembro de 2021: 54.773 milhares de euros, taxa de imparidade de 37,7%). A redução na taxa de imparidade face a dezembro de 2021, é explicada pela maior colateralização dos novos contratos reestruturados.

Securitização sintética

Em 21 de dezembro de 2022 o Banco Montepio realizou uma operação que configura uma estrutura de securitização sintética, a qual tem por base um portfólio de crédito a particulares com garantia hipotecária. A data de maturidade legal da operação é 29 de dezembro de 2052 e o respetivo montante ascendia a 878.848 milhares de euros a 31 de dezembro de 2022.

Em 18 de dezembro de 2020, o Grupo Banco Montepio realizou uma operação que configura uma estrutura de securitização sintética, a qual tem como base uma carteira de créditos de Pequenas e Médias Empresas (PME). A data de maturidade legal da operação é 25 março de 2036 e o respetivo montante ascendia a 402.444 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 358.661 milhões de euros). Conforme referido na política contabilística c.14) o Banco Montepio contratou duas garantias do BEI e do FEI para proteção das tranches sénior e mezzanine da operação de securitização sintética, suportando respetivamente, uma comissão de 0,3% e 4,5% com pagamentos trimestrais.

25 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|--------|-------|
| Ativos financeiros detidos para negociação | | |
| Títulos | | |
| Ações | 1 753 | 341 |
| Obrigações | 4 838 | - |
| Unidades de participação | 1 895 | 56 |
| Bilhetes do tesouro | 9 899 | - |
| | 18 385 | 397 |
| Derivados | | |
| Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo | 19 828 | 7 582 |
| | 38 213 | 7 979 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | |
| Derivados | | |
| Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo | 17 697 | 7 470 |
| | 17 697 | 7 470 |

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022, mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 57, são os seguintes:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | |
|---|---------|---------|---------|--------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| Ativos financeiros detidos para negociação | | | | |
| Títulos | | | | |
| Ações | 1 753 | | | 1 753 |
| Obrigações | 4 838 | | | 4 838 |
| Unidades de participação | 1 895 | | | 1 895 |
| Bilhetes do tesouro | 9 899 | | | 9 899 |
| | 18 385 | - | - | 18 385 |
| Derivados | | | | |
| Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo | | 6 817 | 13 011 | 19 828 |
| | 18 385 | 6 817 | 13 011 | 38 213 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | | | |
| Derivados | | | | |
| Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo | - | 7 694 | 10 003 | 17 697 |
| | - | 7 694 | 10 003 | 17 697 |

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2021, mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 53, são os seguintes:

(milhares de euros)

2021

| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
|---|---------|---------|---------|-------|
| Ativos financeiros detidos para negociação | | | | |
| Títulos | | | | |
| Ações | 341 | - | - | 341 |
| Unidades de participação | - | - | 56 | 56 |
| | 341 | - | 56 | 397 |
| Derivados | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos com justo valor positivo | - | 1 376 | 6 206 | 7 582 |
| | 341 | 1 376 | 6 262 | 7 979 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | | | |
| Derivados | | | | |
| Instrumentos financeiros derivativos com justo valor negativo | - | 949 | 6 521 | 7 470 |
| | - | 949 | 6 521 | 7 470 |

A análise dos instrumentos financeiros de negociação (exceto derivativos) por maturidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

(milhares de euros)

2022

| | Inferior a três meses | Entre 3 meses e 1 ano | Entre 1 ano e 5 anos | Superior a 5 anos | Indeterminado | Total |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------|--------|
| Ações | - | - | - | - | 1 753 | 1 753 |
| Obrigações | - | - | - | - | 4 838 | 4 838 |
| Unidades de participação | - | - | - | - | 1 895 | 1 895 |
| Bilhetes do tesouro | - | 9 899 | - | - | - | 9 899 |
| | - | 9 899 | - | - | 8 486 | 18 385 |

(milhares de euros)

2021

| | Inferior a três meses | Entre 3 meses e 1 ano | Entre 1 ano e 5 anos | Superior a 5 anos | Indeterminado | Total |
|--------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------|-------|
| Ações | - | - | - | - | 341 | 341 |
| Unidades de participação | - | - | - | - | 56 | 56 |
| | - | - | - | - | 397 | 397 |

Em 31 de dezembro de 2022 não existem títulos dados em colateral classificados com detidos para negociação.

O valor de balanço dos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2022 e a sua comparação com os respetivos ativos e passivos registados ao justo valor, no caso específico dos derivados para a gestão de risco, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

| 2022 | | | | | | | | | | |
|----------------------|--------------------------------------|----------|----------------------|----------------------|-------------------|--------------------------------|-------------|--------------------------------|------------------|----------------------------------|
| Derivado | | | | | | Ativo / Passivo associado | | | | |
| Produto derivado | Ativo / Passivo financeiro associado | Nocional | Justo valor positivo | Justo valor negativo | Justo valor total | Variação de justo valor no ano | Justo valor | Variação de justo valor no ano | Valor de balanço | Valor de reembolso na maturidade |
| Swap de taxa de juro | Responsabilidades | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Swap de taxa de juro | Crédito a clientes | 959 | 7 | (6) | 1 | 23 | (74) | (104) | 863 | 931 |
| Swap de taxa de juro | Recursos de clientes | 63 906 | - | (1 525) | (1 525) | (1 443) | (2 093) | (2 246) | 61 565 | 63 658 |
| Swap de taxa de juro | - | 577 433 | 16 386 | (13 268) | 3 118 | 3 442 | - | - | - | - |
| Swap Cambial (Short) | - | 36 834 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Swap Cambial (Long) | - | 36 860 | 37 | (25) | 12 | (96) | - | - | - | - |
| Futuros (Short) | - | 10 392 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Futuros (Long) | - | 1 712 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Forwards (Short) | - | 19 887 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Forwards (Long) | - | 19 912 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Opções (Short) | - | 107 286 | 3 398 | (2 873) | 525 | 92 | - | - | - | - |
| Opções (Long) | - | 107 549 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | | 982 730 | 19 828 | (17 697) | 2 131 | 2 018 | (2 167) | (2 350) | 62 428 | 64 589 |

Os derivados para a gestão de risco incluem os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros, mas que não foram designados como derivados de cobertura.

O valor de balanço dos instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2021 e a sua comparação com os respetivos ativos e passivos registados ao justo valor, no caso específico dos derivados para a gestão de risco, pode ser analisado como segue:

(milhares de Euros)

| 2021 | | | | | | | | | | |
|----------------------|--------------------------------------|----------|----------------------|----------------------|-------------------|--------------------------------|-------------|--------------------------------|------------------|----------------------------------|
| Derivado | | | | | | Ativo / Passivo associado | | | | |
| Produto derivado | Ativo / Passivo financeiro associado | Nocional | Justo valor positivo | Justo valor negativo | Justo valor total | Variação de justo valor no ano | Justo valor | Variação de justo valor no ano | Valor de balanço | Valor de reembolso na maturidade |
| Swap de taxa de juro | Responsabilidades | - | - | - | - | - | - | (9) | - | - |
| Swap de taxa de juro | Crédito a clientes | 1 068 | 4 | (26) | (22) | 43 | 30 | 22 | 1 004 | 1 041 |
| Swap de taxa de juro | Recursos de clientes | 25 018 | - | (82) | (82) | (82) | 153 | 153 | 25 009 | 24 856 |
| Swap de taxa de juro | - | 682 386 | 7 529 | (7 853) | (324) | 4 026 | - | - | - | - |
| Swap Cambial (Short) | - | 24 479 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Swap Cambial (Long) | - | 24 597 | 108 | - | 108 | (110) | - | - | - | - |
| Forwards (Short) | - | 745 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Forwards (Long) | - | 745 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Opções (Short) | - | 55 709 | (59) | 491 | 432 | 434 | - | - | - | - |
| Opções (Long) | - | 55 956 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | | 870 703 | 7 582 | (7 470) | 112 | 4 311 | 183 | 166 | 26 013 | 25 897 |

O justo valor das opções corresponde a derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem e o justo valor dos Forwards – Derivados cambiais com maturidades residuais curtas, a liquidar.

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação, por maturidade, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

(milhares de Euros)

2022

| | Nacionais com prazo remanescente | | | Justo valor | | |
|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------|------------------|-------------|--------|---------|
| | Inferior a três meses | Entre 3 meses e 1 ano | Superior a 1 ano | Total | Ativo | Passivo |
| Contratos sobre taxas de juro: | | | | | | |
| Swap de taxa de juro | 7 121 | 60 982 | 574 195 | 642 298 | 16 394 | 14 799 |
| Opções | 5 892 | 18 976 | 126 060 | 150 928 | 3 389 | 2 865 |
| Contratos sobre taxas de câmbio: | | | | | | |
| Swap cambial | 73 694 | - | - | 73 694 | 37 | 25 |
| Forwards | 38 228 | 1 571 | - | 39 799 | - | - |
| Contratos sobre índices / ações | | | | | | |
| Futuros | 12 104 | - | - | 12 104 | - | - |
| Opções | 5 972 | 19 046 | 38 889 | 63 907 | 8 | 8 |
| | 143 011 | 100 575 | 739 144 | 982 730 | 19 828 | 17 697 |

(Milhares de Euros)

2021

| | Nacionais com prazo remanescente | | | Justo valor | | |
|----------------------------------|----------------------------------|-----------------------|------------------|-------------|-------|---------|
| | Inferior a três meses | Entre 3 meses e 1 ano | Superior a 1 ano | Total | Ativo | Passivo |
| Contratos sobre taxas de juro: | | | | | | |
| Swap de taxa de juro | - | 50 620 | 657 852 | 708 472 | 7 533 | 7 961 |
| Opções | - | 603 | 86 043 | 86 646 | (67) | (499) |
| Contratos sobre taxas de câmbio: | | | | | | |
| Swap cambial | 49 076 | - | - | 49 076 | 108 | - |
| Forwards | 1 490 | - | - | 1 490 | 0 | 0 |
| Contratos sobre índices / ações | | | | | | |
| Opções | - | - | 25 019 | 25 019 | 8 | 8 |
| | 50 566 | 51 223 | 768 914 | 870 703 | 7 582 | 7 470 |

26 ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------|---------|---------|
| Obrigações de outros emissores | 14 944 | 20 886 |
| Ações | 1 674 | 6 |
| Unidades de participação | 160 556 | 229 470 |
| Crédito não titulado | 8 970 | 9 768 |
| | 186 145 | 260 130 |

As Unidades de participação relevadas na rubrica Títulos de rendimento variável incluem em 31 de dezembro de 2022 o montante de 62.441 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 63.783 milhares de euros) referente a unidades de participação em fundos especializados

de crédito adquiridas no âmbito da cedência de créditos a clientes, conforme referido na nota 59.

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 53, conforme segue:

(milhares de euros)

2022

| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
|--------------------------------|---------|---------|---------|---------|
| Obrigações de outros emissores | 14 945 | - | - | 14 945 |
| Ações | 1 615 | - | 59 | 1 674 |
| Unidades de participação | 3 720 | - | 156 836 | 160 556 |
| Crédito não titulado | - | - | 8 970 | 8 970 |
| | 20 280 | - | 165 865 | 186 145 |

(milhares de euros)

2021

| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
|--------------------------------|---------|---------|---------|---------|
| Obrigações de outros emissores | 20 886 | - | - | 20 886 |
| Ações | 6 | - | - | 6 |
| Unidades de participação | 20 105 | - | 209 365 | 229 470 |
| Crédito não titulado | - | - | 9 768 | 9 768 |
| | 40 997 | - | 219 133 | 260 130 |

Em 31 de dezembro de 2022 os ativos de nível 3 referentes a unidades de participação da rubrica Títulos de rendimento variável incluem os investimentos efetuados em unidades de participação em fundos de investimento imobiliário, em fundos especializados de recuperação de crédito e em fundos de capital de risco, encontrando-se valorizados de acordo com o valor divulgado sobre o Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela entidade gestora, no montante de 138.800 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 193.659 milhares de euros), dos quais 58.281 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 111.329 milhares de euros) são relativos a fundos de investimento imobiliário.

O património dos fundos especializados de recuperação de crédito resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, os quais se encontram valorizados ao justo valor nas contas dos respetivos fundos, através de metodologias internas utilizadas pela entidade gestora.

O património dos fundos de investimento imobiliário encontra-se valorizado pela entidade gestora com base nos relatórios de avaliação elaborados por peritos registados na CMVM.

Em 31 de dezembro de 2022, para os Títulos de rendimento variável registados no nível 3, a análise de sensibilidade efetuada considerou uma variação do valor do ativo financeiro de

10%, tendo sido, consequentemente, apurado um impacto de 13.880 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 19.366 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos no nível 3 nos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados – Títulos de rendimento variável são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Saldo em 1 de janeiro | 219 133 | 361 608 |
| Aquisições | 14 160 | 4 205 |
| Revalorizações | (380) | (50 739) |
| Alienações | (67 048) | (95 941) |
| Saldo em 31 de dezembro | 165 865 | 219 133 |

Os movimentos ocorridos no nível 3 dos créditos a clientes ao justo valor dizem respeito na sua totalidade a revalorizações nos exercícios de 2022 e 2021.

A análise dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é a seguinte:

(Milhares de Euros)

2022

| | Inferior a três meses | Entre 3 meses e 1 ano | Entre 1 ano e 5 anos | Superior a 5 anos | Indeterminado | Total |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------|---------|
| Obrigações de outros emissores | - | - | - | 14 945 | - | 14 945 |
| Ações | - | 1 088 | - | - | 586 | 1 674 |
| Unidades de participação | - | - | - | - | 159 525 | 160 556 |
| Credito não titulado | - | - | - | 8 970 | - | 8 970 |
| | - | 1 088 | - | 23 915 | 160 111 | 186 145 |

(Milhares de Euros)

2021

| | Inferior a três meses | Entre 3 meses e 1 ano | Entre 1 ano e 5 anos | Superior a 5 anos | Indeterminado | Total |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------|---------|
| Obrigações de outros emissores | - | - | - | 20 886 | - | 20 886 |
| Ações | - | - | - | - | 6 | 6 |
| Unidades de participação | - | - | - | - | 229 470 | 229 470 |
| Credito não titulado | - | - | - | 9 768 | - | 9 768 |
| | - | - | - | 30 654 | 229 476 | 260 130 |

27 ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

2022

| | Custo (1) | Reserva de justo valor | Perdas por imparidade | Valor de balanço |
|----------------------------------|-----------|------------------------|-----------------------|------------------|
| Títulos de rendimento fixo | | | | |
| Obrigações de emissores públicos | 491 689 | (73 615) | (113) | 417 961 |
| Obrigações de outros emissores | 551 081 | (74 236) | (3 163) | 473 682 |
| Papel comercial | 13 003 | 19 | (19) | 13 003 |
| Bilhetes do tesouro | 4 965 | - | - | 4 965 |
| Títulos de rendimento variável | | | | |
| Ações | 15 171 | 12 176 | (5 551) | 21 796 |
| | 1 075 909 | (135 656) | (8 846) | 931 407 |

(Milhares de Euros)

2021

| | Custo (1) | Reserva de justo valor | Perdas por imparidade | Valor de balanço |
|----------------------------------|-----------|------------------------|-----------------------|------------------|
| Títulos de rendimento fixo | | | | |
| Obrigações de emissores públicos | 815 545 | 54 368 | (140) | 869 773 |
| Obrigações de outros emissores | 803 286 | 29 798 | (8 279) | 824 805 |
| Papel comercial | 20 047 | - | - | 20 047 |
| Títulos de rendimento variável | | | | |
| Ações | 15 503 | 12 842 | (4 863) | 23 482 |
| | 1 654 381 | 97 008 | (13 282) | 1 738 107 |

(1) Custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida

Em 4 de março de 2021 o Grupo participou no leilão de oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação ("OPA") lançada pela Sociedade Técnica Monteiro Aranha S.A. (a "Oferteira"), realizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

No âmbito do referido leilão, o Grupo alienou a totalidade da sua participação acionista na Monteiro Aranha S.A. (a "Companhia"), correspondente a 1.262.743 ações ordinárias, equivalente a cerca de 10,31% do capital social da Companhia. A venda proporcionou um encaixe financeiro de 25.944 milhares de euros.

No exercício de 2021, o Grupo alienou a totalidade da sua participação acionista na Almina Holding S.A. (Almina), correspondente a 9.500 ações ordinárias, equivalente a 19,0% do

capital social da Almina. A venda proporcionou um encaixe financeiro de 67.000 milhares de euros.

SIBS

O justo valor da participação de 1,74% detida pelo Banco no capital social da SIBS, relevado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, está suportado numa avaliação que considera as metodologias dos múltiplos de empresas comparáveis (mercado e transação) e *Discounted Cash Flows* (DCF).

Para a avaliação da SIBS com referência a 31 de dezembro de 2022, foi considerada a informação constante nos relatórios e contas em base consolidada referentes aos exercícios de 2020 e de 2021, os documentos preparados pela gestão e atualizados a junho de 2022, o orçamento para o ano fiscal de 2023, assim como informações sobre múltiplos de transações de empresas comparáveis, nomeadamente dos setores das Redes e Sistemas de pagamentos.

Para esta avaliação foi considerado um horizonte previsional de quatro anos, para os quais foi necessário calcular os cash-flows previsionais, tendo por base os cash-flows históricos e as taxas de crescimento estimadas, estas últimas a apresentarem um crescimento acelerado para 2023, sendo que, de 2024 em diante, evoluem em linha com o potencial de crescimento da Empresa.

No método de avaliação através da metodologia DCF foi assumido o pressuposto da continuidade das operações para além do horizonte previsional, tendo sido considerado um cenário conservador para a variação anual dos *cash-flows* em perpetuidade bem como para os níveis de Investimento em CAPEX e depreciações e amortizações. Os cash-flows foram descontados à taxa equivalente do custo médio ponderado do capital, refletindo, assim, o valor temporal do dinheiro e o risco específico da indústria e que se situou em 10,6% com referência a 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 8,1%).

Na avaliação através do método dos múltiplos de mercado, foram considerados múltiplos referentes aos exercícios de 2021 e 2022, e que incluem empresas de diferentes geografias, suportados na base de dados *MergerMarket*.

Unicre

O justo valor da participação de 3,84% detida pelo Banco no capital social da Unicre, relevado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, está suportado numa avaliação que considera a metodologia de *Discounted Cash Flows* (DCF) que teve por base os Cash-flows projetados para um horizonte previsional de cinco anos, uma vez que, à data de avaliação, a informação da Empresa referente ao exercício de 2022 ainda não era pública, e baseou-se nas informações provenientes dos Relatórios e contas da Unicre referentes aos exercícios de 2020 e de 2021.

Devido ao modelo de negócio da Empresa, o Banco Montepio optou por considerar na sua avaliação os fluxos financeiros em termos de receitas, bem como o custo do financiamento

para suportar a atividade da Unicre. A 31 de dezembro de 2022 a taxa de desconto considerada na avaliação foi de 11,0% (31 de dezembro de 2021: 10,1%), o que corresponde ao custo de oportunidade do capital próprio da Empresa, estimado de acordo com a metodologia do modelo CAPM. As componentes desta taxa foram estimadas tendo por base os dados do Professor *Damodaran* e da plataforma Bloomberg.

ABANCA

O justo valor da participação de 0,0848% detida no capital social da ABANCA, relevado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, está suportado numa avaliação que considera a metodologia de *Discounted Cash Flows* (DCF), que teve por base os Cash-flows projetados para um horizonte previsional de cinco anos, tendo-se baseado nas informações provenientes das Apresentações de resultados e dos Relatórios e contas da ABANCA referentes aos exercícios de 2020, de 2021 e do terceiro trimestre de 2022.

Devido ao modelo de negócio da Empresa, a subsidiária Banco Montepio optou por considerar na sua avaliação os fluxos financeiros em termos dos resultados operacionais, tendo-se mantido a estrutura de financiamento estável face aos anos anteriores, bem como o pressuposto de desaceleração do crescimento da atividade e da rentabilidade da Empresa em relação à performance histórica. A 31 de dezembro de 2022 a taxa de desconto considerada na avaliação foi de 11,1% (31 de dezembro de 2021: 8,7%), o que corresponde ao custo de oportunidade do capital próprio da Empresa, estimado de acordo com a metodologia do modelo CAPM. As componentes desta taxa foram estimadas tendo por base os dados do Professor *Damodaran* e da plataforma Bloomberg.

A análise dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquido de imparidade, por níveis de valorização, com referência aos exercícios de 2022 e 2021 é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

2022

| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Instrumentos financeiros ao custo | Total |
|---------------------------------------|---------|---------|---------|-----------------------------------|---------|
| Titulos de rendimento fixo | | | | | |
| Obrigações de emissores publicos | 416 957 | 1 004 | - | - | 417 961 |
| Obrigações de outros emissores | 466 583 | 1 063 | 6 036 | - | 473 682 |
| Papel comercial | - | - | 13 003 | - | 13 003 |
| Bilhetes do tesouro | 4 965 | - | - | - | 4 965 |
| Titulos de rendimento variavel | | | | | |
| Ações | - | - | 20 690 | 1 106 | 21 796 |
| | 888 505 | 2 067 | 39 729 | 1 106 | 931 407 |

(Milhares de Euros)

2021

| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Instrumentos financeiros ao custo | Total |
|---------------------------------------|-----------|---------|---------|-----------------------------------|-----------|
| Títulos de rendimento fixo | | | | | |
| Obrigações de emissores públicos | 868 749 | 1 024 | - | - | 869 773 |
| Obrigações de outros emissores | 812 060 | 1 311 | 11 434 | - | 824 805 |
| Papel comercial | - | - | 20 047 | - | 20 047 |
| Títulos de rendimento variável | | | | | |
| Ações | 37 | - | 22 264 | 1 181 | 23 482 |
| | 1 680 846 | 2 335 | 53 745 | 1 181 | 1 738 107 |

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 53.

Na subsidiária Banco Montepio, para a totalidade dos ativos financeiros registados no nível 3 a análise de sensibilidade efetuada considerou uma variação do valor do ativo financeiro de 10%, tendo sido, consequentemente, apurado um impacto de 3.240 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 4.251 milhares de euros).

Os instrumentos classificados no nível 3 têm associados ganhos e perdas não realizados no montante líquido positivo de 9.302 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: montante positivo de 12.695 milhares de euros) registadas em reservas de justo valor.

Nesta rubrica o Grupo detém alguns títulos mensurados ao custo de aquisição. É entendimento do Grupo que o valor contabilístico apresentado para os instrumentos financeiros ao custo não difere de forma substancial do justo valor, não tendo sido apurado o respetivo justo valor dada a reduzida expressão das posições.

Os movimentos ocorridos no nível 3 nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Saldo em 1 de Janeiro | 53 745 | 106 232 |
| Aquisições | 6 489 | 15 076 |
| Revalorizações | (2 160) | 1 198 |
| Alienações | (3 224) | (67 600) |
| Reembolso | (15 121) | (1 161) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 39 729 | 53 745 |

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|--------------|---------------|
| Saldo em 1 de Janeiro | 13 282 | 8 729 |
| Dotação do exercício (Nota 18) | 2 301 | 2 722 |
| Reversão do exercício (Nota 18) | (2 943) | (909) |
| Utilização de imparidade | (3 469) | (351) |
| Outros movimentos | (325) | 5 118 |
| Operações em descontinuação | - | (2 027) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 8 846 | 13 282 |

A análise dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, por maturidade, em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

| | Inferior a três meses | Entre 3 meses e 1 ano | Entre 1 ano e 5 anos | Superior a 5 anos | Indeterminado | Total |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------|----------------|
| 2022 | | | | | | |
| Titulos de rendimento fixo | | | | | | |
| Obrigações de emissores públicos | - | 89 610 | 136 507 | 191 844 | - | 417 961 |
| Obrigações de outros emissores | 26 716 | 17 323 | 64 352 | 353 435 | 11 856 | 473 682 |
| Papel comercial | 11 995 | 1 008 | - | - | - | 13 003 |
| Bilhetes do tesouro | - | 4 965 | - | - | - | 4 965 |
| | 38 711 | 112 906 | 200 859 | 545 279 | 11 856 | 909 611 |
| Titulos de rendimento variável | | | | | | |
| Ações | - | - | - | - | 21 796 | 21 796 |
| | 38 711 | 112 906 | 200 859 | 545 279 | 33 652 | 931 407 |

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, por maturidade, em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

(Milhares de Euros)

| | Inferior a três meses | Entre 3 meses e 1 ano | Entre 1 ano e 5 anos | Superior a 5 anos | Indeterminado | Total |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------|------------------|
| 2021 | | | | | | |
| Titulos de rendimento fixo | | | | | | |
| Obrigações de emissores públicos | - | 10 276 | 48 682 | 810 815 | - | 869 773 |
| Obrigações de outros emissores | - | 24 701 | 97 508 | 686 165 | 16 431 | 824 805 |
| Papel comercial | 20 047 | - | - | - | - | 20 047 |
| | 20 047 | 34 977 | 146 190 | 1 496 980 | 16 431 | 1 714 625 |
| Titulos de rendimento variável | | | | | | |
| Ações | - | - | - | - | 23 482 | 23 482 |
| | 20 047 | 34 977 | 146 190 | 1 496 980 | 39 913 | 1 738 107 |

No âmbito das operações de cedência de liquidez o valor nominal dos ativos dados em garantia ao Banco Central Europeu relevados nesta rubrica ascende, em 31 de dezembro 2022, a 57.405 milhares de euros após a aplicação de *haircut* (31 de dezembro de 2021: 67.877 milhares de euros), conforme descrito na nota 38.

Estes ativos financeiros dados em garantia podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Grupo nos termos e condições dos contratos celebrados.

28 DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica é apresentada como segue:

| | (milhares de euros) | |
|-----------------------|---------------------|-------|
| | 2022 | 2021 |
| Ativo | | |
| Swaps de taxa de juro | - | 5 411 |
| | - | 5 411 |
| Passivo | | |
| Swaps de taxa de juro | - | 335 |
| | | 335 |
| Valor líquido | - | 5 076 |

O Grupo tinha contratado um *swap* de taxa de juro para cobrir a sua exposição a risco de taxa de juro de uma obrigação emitida à taxa fixa com vencimento em outubro de 2022. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou se se encontra perante coberturas de transações futuras. O Grupo realiza periodicamente testes de efetividade às relações de cobertura existentes.

A análise da carteira de derivados de cobertura, por maturidades, em 31 de dezembro de 2021, é apresentada como segue:

| | (Milhares de Euros) | | | |
|---|------------------------|---------|-----------------|-------|
| | 2021 | | | |
| | Por prazo remanescente | | | |
| | Nacionais | | Justo valor | |
| | outubro de 2022 | Total | outubro de 2022 | Total |
| Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro | | | | |
| Swap de taxa de juro | 750 000 | 750 000 | 5 076 | 5 076 |
| | 750 000 | 750 000 | 5 076 | 5 076 |

A operação de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2021 pode ser analisada como segue:

(Milhares de Euros)

2021

| Produto derivado | Produto coberto | Risco coberto | Nocional | Justo valor do derivado (1) | Variação do justo valor do derivado no exercício | Justo valor do elemento coberto (2) | Variação do justo valor do elemento coberto no exercício (2) |
|---------------------|---|---------------|----------|-----------------------------|--|-------------------------------------|--|
| Swap taxa de juro | Responsabilidades representadas por títulos | Taxa juro | 750 000 | 5 076 | (5 077) | (3 099) | 4 468 |
| Swap taxa de câmbio | Ações | Cambial | - | - | (143) | | |
| | | | 750 000 | 5 076 | (5 220) | (3 099) | 4 468 |

29 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|-----------|-----------|
| Títulos de rendimento fixo | | |
| Obrigações de emissores públicos | 4 601 873 | 3 009 602 |
| Obrigações de outros emissores | 253 938 | - |
| | 4 855 811 | 3 009 602 |
| Imparidade para outros ativos financeiros ao custo amortizado | | |
| | (13 497) | (5 405) |
| | 4 842 314 | 3 004 197 |

O justo valor da carteira de Outros ativos financeiros ao custo amortizado encontra-se apresentado na nota 53.

Os outros ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c). Em 31 de dezembro de 2022 fazem parte do colateral do empréstimo obtido junto do BEI um conjunto de obrigações soberanas italianas, gregas e espanholas com o valor nominal de 376.651 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 537.614 milhares de euros de obrigações soberanas portuguesas, italianas, gregas, irlandesas e espanholas), dadas como garantia e registadas na rubrica Outros ativos financeiros ao custo amortizado, conforme descrito na nota 39.

O valor nominal dos ativos dados em garantia ao Banco Central Europeu no âmbito desta rubrica para efeitos de operações de cedência de liquidez ascende em 31 de dezembro de 2022 a 3.585.822 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 3.778.298 milhares de euros), após a aplicação de *haircut*, conforme descrito na nota 38.

Os títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores, registados em Outros ativos financeiros ao custo

amortizado, apresentam um valor nominal de 1.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

O valor nominal dos títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos foi de 28.000 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 24.000 milhares de euros), conforme nota 52.

Os movimentos de imparidade para outros ativos financeiros ao custo amortizado são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------|--------|----------|
| Saldo em 1 de Janeiro | 5 405 | 8 968 |
| Dotação do exercício | 8 595 | 2 579 |
| Reversão do exercício | - | (735) |
| Utilizações e variação cambial | (43) | (2 826) |
| Transferências e outros | 11 | - |
| Outros movimentos | 315 | - |
| Operações em descontinuação | (786) | (2 581) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 13 497 | 5 405 |

30 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|--------|--------|
| Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos | | |
| HTA-Hoteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A. | 3 716 | 3 278 |
| Nova Câmbios, S.A. | 271 | 121 |
| Silvip, S.A. | 1 055 | 913 |
| Sagies, S.A. | - | 370 |
| Bem Comum - Sociedade Capital de Risco, S.A. | 81 | 86 |
| Clínica Cuf de Belém, S.A. | 1 117 | 1 230 |
| SAS Apostas Online S.A. | 113 | 113 |
| | 6 353 | 6 111 |
| Imparidade em associadas | (113) | (113) |
| | 6 240 | 5 998 |

A relação das associadas que integram o perímetro do Grupo é apresentada na nota introdutória. A informação relativa às empresas associadas é apresentada no quadro seguinte:

(Milhares de Euros)

| | Ativo | Passivo | Capital Próprio | Proveitos | Resultado Líquido | Custo da participação |
|---|--------|---------|--------------------|-----------|----------------------|--------------------------|
| 31 de Dezembro de 2022 | | | | | | |
| HTA-Hoteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A. | 37 272 | 18 688 | 18 584 | 11 156 | 2 474 | 3 716 |
| Nova Câmbios, S.A. | 5 753 | 4 850 | 903 | 5 391 | 503 | 271 |
| Silvip, S.A. | 5 399 | 1 403 | 3 996 | 5 113 | 1 335 | 1 055 |
| Bem Comum - Sociedade Capital de Risco, S.A. | 269 | 7 | 263 | 40 | (7) | 81 |
| Clínica Cuf de Belém, S.A. | 6 969 | 3 266 | 3 703 | 7 029 | 94 | 1 117 |
| 31 de Dezembro de 2021 | | | | | | |
| HTA-Hoteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A. | 37 455 | 21 061 | 16 394 | 7 989 | 14 | 3 278 |
| Nova Câmbios, S.A. | 5 300 | 4 900 | 400 | 3 662 | (575) | 121 |
| Silvip, S.A. | 4 641 | 1 184 | 3 457 | 4 188 | 913 | 913 |
| Sagies, S.A. | 6 913 | 5 543 | 1 370 | 8 588 | 366 | 370 |
| Bem Comum - Sociedade Capital de Risco, S.A. | 281 | 11 | 270 | 42 | (10) | 86 |
| Clínica Cuf de Belém, S.A. | 7 749 | 3 663 | 4 086 | 6 767 | 502 | 1 230 |

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------|--------------|
| Saldo inicial | 5 998 | 5 815 |
| Resultado de associadas (Nota 20) | 309 | 319 |
| Outras reservas e resultados transitados | 303 | (102) |
| Alienações | (370) | (34) |
| Saldo final | 6 240 | 5 998 |

O movimento de imparidade nesta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------|------------|------------|
| Saldo em 1 de Janeiro | 113 | 263 |
| Dotação do exercício | - | - |
| Reversão do exercício | - | - |
| Utilização | - | (150) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 113 | 113 |

O Grupo procede com regularidade à análise da imparidade relativamente aos investimentos em associadas.

Durante o ano de 2021 a NAVISER – Transportes Marítimos Internacionais, S.A. foi dissolvida e liquidada.

31 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica é apresentada como segue:

| | 2022 | 2021 |
|---|-------|--------|
| (milhares de euros) | | |
| Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes | 58 | 38 920 |
| Imparidade para ativos não correntes detidos para venda | (47) | (58) |
| | 11 | 38 862 |

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h).

No dia 29 de dezembro de 2021 o Grupo assinou um contrato promessa de compra e venda de um conjunto de créditos em incumprimento ("NPLs") com garantia (tranche Secured) e um conjunto de imóveis obtidos através de dação em cumprimento, incluindo depósitos de preço. Não tendo sido cumpridas as condições previstas na IFRS 9 para assegurar o seu desreconhecimento do balanço em 31 de dezembro de 2021, concluiu-se, no entanto, que se encontravam reunidas as condições previstas na IFRS 5 para a sua transferência para Ativos não correntes detidos para venda na medida em que era expectável que a venda ocorresse no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor global bruto e as perdas por imparidade dos ativos incluídos na Operação Gerês detalham-se como segue:

| | (milhares de euros) | | | | |
|---------------|---------------------|--------------------|----------------------------|--|-----------|
| | Credito on balance | Depositos de preço | Imóveis recebidos em dação | Ativos financeiros através de resultados | Total |
| Valor bruto | 82 336 | 1 314 | 1 613 | 114 | 85 377 |
| Imparidade | (45 568) | (904) | (69) | - | (46 541) |
| Valor líquido | 36 768 | 410 | 1 544 | 114 | 38 836 |

Os movimentos dos ativos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------|---------------|
| Activos não correntes detidos para venda: | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 38 920 | 5 573 |
| Aquisições | 149 | - |
| Alienações | (39 011) | (5 489) |
| Transferências | - | 38 836 |
| Saldo em 31 de Dezembro | 58 | 38 920 |

Imparidade de ativos não correntes detidos para venda - Movimento do ano

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------|-----------|
| Imparidade para activos não correntes detidos para venda: | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 58 | 89 |
| Dotação do exercício | 15 | 75 |
| Reversão do exercício | (26) | (107) |
| Utilização | - | - |
| Transferência para Outros ativos (Nota 37) | - | 1 |
| Saldo em 31 de Dezembro | 47 | 58 |

32 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A rubrica Propriedades de Investimento inclui os imóveis detidos pelo Valor Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, pelo Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular, pelo Portugal Estates Fund – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado de Subscrição Particular e pela Carteira Imobiliária – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto, os quais são consolidados integralmente conforme política contabilística descrita na nota 1 b), e também os imóveis detidos pela SSAGINCENTIVE – Sociedade de Serviços Auxiliares e de Gestão de Imóveis, S.A.

Em 2022 o montante das rendas recebidas referente aos imóveis registados como propriedades de investimento ascende a 10.887 milhares de euros (2021: 8.528 milhares de euros) e as despesas de manutenção relativas a imóveis arrendados e não arrendados totalizam 4.176 milhares de euros (2021: 5.231 milhares de euros), conforme descrito na nota 11.

A movimentação desta rubrica em 2022, é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

2022

| | Saldo em 1 janeiro | Aquisições | Alienações/ Alteração de perímetro de consolidação | Alterações de justo valor | Transferencias | Outros movimentos | Saldo em 31 de dezembro |
|------------------------------|-----------------------|------------|---|------------------------------|----------------|----------------------|----------------------------|
| Propriedades de investimento | 337 230 | 14 658 | (48 207) | 9 621 | 6 639 | 992 | 320 933 |
| | 337 230 | 14 658 | (48 207) | 9 621 | 6 639 | 992 | 320 933 |

A movimentação desta rubrica em 2021, é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

2021

| | Saldo em 1 janeiro | Aquisições | Alienações/ Alteração de perímetro de consolidação | Alterações de justo valor | Transferencias | Reclassifica- ções | Saldo em 31 de Dezembro |
|------------------------------|-----------------------|------------|---|------------------------------|----------------|-----------------------|----------------------------|
| Propriedades de investimento | 354 732 | 8 388 | (20 815) | 6 987 | (1 237) | (10 825) | 337 230 |
| | 354 732 | 8 388 | (20 815) | 6 987 | (1 237) | (10 825) | 337 230 |

As transferências ocorridas nos exercícios de 2022 e 2021 referem-se, fundamentalmente, (i) a imóveis que se encontravam classificadas em Outros ativos tangíveis mas que, no respetivo exercício, passaram a ser utilizadas por entidades externas ao Grupo, pelo que se procedeu à necessária transferência para a rubrica Propriedades de investimento ou (ii) a imóveis que se encontravam classificados em Propriedades de investimento mas que, no respetivo exercício, passaram a ser utilizados por entidades do Grupo, pelo que se procedeu à necessária transferência para a rubrica Outros ativos tangíveis.

As propriedades de investimento referem-se a edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de ativos desta natureza. O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transacionar o ativo.

A metodologia adotada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o ativo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transações conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infraestruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e para os imóveis que se encontram arrendados, é utilizado o método do rendimento, em que o valor do património imobiliário corresponde ao valor atual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse. Para este efeito parte-se do

valor atual de arrendamento, e considera-se uma yield que reflete o risco de mercado em que o ativo se insere, assim como as características do próprio ativo objeto de avaliação. Assim, os pressupostos utilizados na avaliação de cada ativo variam de acordo com a sua localização e características técnicas tendo sido utilizada em média uma yield entre 5% e 8%.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em Outros resultados de exploração, na medida em que se trata de ativos detidos para valorização. Sempre que, por alteração do uso dos ativos fixos tangíveis, estes sejam transferidos para a rubrica propriedades de investimento, os ativos são mensurados ao justo valor e qualquer excesso apurado face ao valor contabilístico é registado como excedente de revalorização. Os ganhos e perdas subsequentes de revalorização (justo valor) são registados em resultados, de acordo com a IAS 40.

Se uma propriedade de investimento passar a ser utilizada nas atividades operacionais do Grupo, a mesma é transferida para a rubrica de Outros ativos tangíveis e o justo valor à data da transferência passa a ser o seu custo de aquisição para efeitos contabilísticos.

33 OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é apresentada como segue:

| | 2022 | 2021 |
|---|------------|------------|
| (milhares de euros) | | |
| Custo de aquisição: | | |
| Imóveis: | | |
| De serviço próprio | 361 756 | 372 888 |
| Obras em imóveis arrendados | 31 064 | 31 549 |
| Imobilizado em curso | 78 | 7 |
| Equipamento: | | |
| Mobiliário e material | 24 155 | 27 640 |
| Máquinas e ferramentas | 9 478 | 9 401 |
| Equipamento informático | 96 757 | 96 660 |
| Instalações interiores | 34 754 | 34 199 |
| Equipamento de Transporte | 5 562 | 3 169 |
| Equipamento de segurança | 4 546 | 4 616 |
| Outro equipamento | 232 | 297 |
| Património artístico | 10 010 | 10 009 |
| Ativos em locação operacional | 58 | 58 |
| Ativos sob direito de uso | 35 920 | 33 499 |
| Outros ativos tangíveis | 1 591 | 17 063 |
| Outros ativos tangíveis em curso | 1 511 | 10 729 |
| | 617 471 | 651 784 |
| Depreciações acumuladas: | | |
| Relativas ao exercício corrente (Nota 16) | (20 459) | (21 759) |
| Relativas a exercícios anteriores | (296 131) | (284 646) |
| | (316 590) | (306 405) |
| Imparidade: | (538) | (916) |
| | 300 343 | 344 462 |

A rubrica Ativos sob direito de uso corresponde essencialmente a imóveis (balcões e edifícios centrais) e à frota de viaturas, sendo depreciados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, conforme indicado na política contabilística 1 i).

A movimentação desta rubrica no exercício de 2022, é como segue:

(Milhares de Euros)

2022

| | Saldo em 1 Janeiro | Operações em descontinuação | Aquisições/ Dotações | Abates | Regularizações / Transferências | Saldo em 31 Dezembro |
|--------------------------------|-----------------------|--------------------------------|-------------------------|----------|------------------------------------|-------------------------|
| Custo de aquisição: | | | | | | |
| Imóveis: | | | | | | |
| De serviço próprio | 372 888 | (4 320) | 112 | - | (6 924) | 361 756 |
| Obras em imóveis arrendados | 31 549 | (599) | 104 | - | 10 | 31 064 |
| Imobilizado em curso | 7 | - | 71 | - | - | 78 |
| Equipamento: | | | | | | |
| Mobiliário e material | 27 640 | (441) | 161 | (636) | (2 569) | 24 155 |
| Máquinas e ferramentas | 9 401 | (87) | 164 | (11) | 11 | 9 478 |
| Equipamento informático | 96 660 | (1 273) | 2 321 | (1 013) | 62 | 96 757 |
| Instalações interiores | 34 199 | (298) | 5 | (69) | 917 | 34 754 |
| Equipamento de Transporte | 3 169 | (607) | 976 | (931) | 2 955 | 5 562 |
| Equipamento de segurança | 4 616 | (104) | 168 | (139) | 5 | 4 546 |
| Outro equipamento | 297 | - | 5 | - | (70) | 232 |
| Património artístico | 10 009 | - | 7 | - | (6) | 10 010 |
| Ativos em locação operacional | 58 | - | - | - | - | 58 |
| Ativos sob direito de uso | 33 499 | (63) | 784 | (501) | 2 201 | 35 920 |
| Outros ativos tangíveis | 17 063 | (15 763) | 1 701 | - | (1 410) | 1 591 |
| Imobilizações em curso | 10 729 | (9 798) | 267 | - | 313 | 1 511 |
| | 651 784 | (33 353) | 6 846 | (3 300) | (4 505) | 617 471 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Imóveis: | | | | | | |
| De serviço próprio | (103 983) | 748 | (8 868) | - | 2 191 | (109 912) |
| Obras em imóveis arrendados | (28 944) | - | (378) | - | - | (29 322) |
| Equipamento: | | | | | | |
| Mobiliário e material | (26 372) | 484 | (309) | 594 | 2 582 | (23 021) |
| Máquinas e ferramentas | (6 632) | 79 | (428) | 36 | 79 | (6 866) |
| Equipamento informático | (91 471) | 699 | (2 752) | 1 013 | (68) | (92 579) |
| Instalações interiores | (23 727) | 215 | (1 548) | 4 | 17 | (25 039) |
| Equipamento de Transporte | (1 672) | 537 | (313) | 263 | 1 | (1 184) |
| Equipamento de segurança | (4 920) | 566 | (97) | 129 | - | (4 322) |
| Outro equipamento | (158) | 2 | (27) | - | 93 | (90) |
| Património artístico | - | - | - | - | - | - |
| Ativos em locação operacional | (58) | - | - | - | - | (58) |
| Ativos sob direito de uso | (17 491) | - | (5 605) | 390 | (468) | (23 174) |
| Outros ativos tangíveis | (978) | 29 | (134) | - | 62 | (1 021) |
| | (306 406) | 3 359 | (20 459) | 2 429 | 4 489 | (316 590) |
| Imparidade Acumulada: | | | | | | |
| | (916) | - | (1 727) | - | 2 105 | (538) |
| | (916) | - | (1 727) | - | 2 105 | (538) |
| | 344 462 | (29 994) | (15 340) | (871) | 2 089 | 300 343 |

A movimentação desta rubrica no exercício de 2021, é como segue:

(Milhares de Euros)

2021

| | Saldo em 1 Janeiro | Operações em descontinuação | Aquisições/ Dotações | Abates | Regularizações / Transferências | Saldo em 31 Dezembro |
|--------------------------------|-----------------------|--------------------------------|-------------------------|-----------|------------------------------------|-------------------------|
| Custo de aquisição: | | | | | | |
| Imóveis: | | | | | | |
| De serviço próprio | 389 129 | - | 2 142 | (90) | (18 293) | 372 888 |
| Obras em imóveis arrendados | 32 000 | - | 113 | (555) | (9) | 31 549 |
| Imobilizado em curso | 6 | - | 1 | - | - | 7 |
| Equipamento: | - | - | - | - | - | - |
| Mobiliário e material | 30 798 | - | 291 | (3 782) | 333 | 27 640 |
| Máquinas e ferramentas | 8 899 | - | 320 | (138) | 320 | 9 401 |
| Equipamento informático | 107 009 | - | 3 816 | (14 152) | (13) | 96 660 |
| Instalações interiores | 36 969 | - | 139 | (3 969) | 1 060 | 34 199 |
| Equipamento de Transporte | 3 026 | - | 1 112 | (969) | - | 3 169 |
| Equipamento de segurança | 8 066 | - | 35 | (3 485) | - | 4 616 |
| Outro equipamento | 253 | - | 75 | (30) | (1) | 297 |
| Património artístico | 9 948 | - | 2 | - | 59 | 10 009 |
| Ativos em locação operacional | 74 | - | - | (16) | - | 58 |
| Ativos em locação financeira | 36 665 | - | 7 462 | (11 570) | 942 | 33 499 |
| Outros ativos tangíveis | 14 902 | - | 3 430 | (1 298) | 29 | 17 063 |
| Imobilizações em curso | 9 533 | - | 3 829 | (919) | (1 714) | 10 729 |
| | 687 279 | - | 22 767 | (40 973) | (17 287) | 651 784 |
| Depreciações acumuladas | | | | | | |
| Imóveis: | | | | | | |
| De serviço próprio | (103 564) | (680) | (7 618) | 3 | 7 876 | (103 983) |
| Obras em imóveis arrendados | (28 778) | (87) | (675) | 464 | 132 | (28 944) |
| Equipamento: | - | - | - | - | - | - |
| Mobiliário e material | (29 549) | (121) | (466) | 3 800 | (36) | (26 372) |
| Máquinas e ferramentas | (6 345) | (14) | (407) | 10 | 124 | (6 632) |
| Equipamento informático | (102 178) | (94) | (3 246) | 13 272 | 775 | (91 471) |
| Instalações interiores | (25 816) | (58) | (1 646) | 3 774 | 19 | (23 727) |
| Equipamento de Transporte | (1 705) | (49) | (310) | 402 | (10) | (1 672) |
| Equipamento de segurança | (8 109) | (21) | (125) | 3 485 | (150) | (4 920) |
| Outro equipamento | (100) | - | (34) | 33 | (57) | (158) |
| Património artístico | - | - | - | - | - | - |
| Ativos em locação operacional | (74) | - | - | 16 | - | (58) |
| Ativos em locação financeira | (13 246) | - | (7 152) | 3 382 | (475) | (17 491) |
| Outros ativos tangíveis | (2 230) | (8) | (80) | 1 304 | 36 | (978) |
| | (321 694) | (1 131) | (21 759) | 29 945 | 8 234 | (306 406) |
| Imparidade Acumulada: | (12 292) | - | 6 099 | (85) | 5 362 | (916) |
| | (12 292) | - | 6 099 | (85) | 5 362 | (916) |
| | 353 292 | (1 131) | 7 107 | (11 113) | (3 691) | 344 462 |

O movimento de imparidade para outros ativos tangíveis pode ser visto no quadro que se segue:

(milhares de euros)

2022

2021

| | | |
|---|------------|---------------|
| Imparidade para ativos tangíveis | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 916 | 12 292 |
| Dotação do exercício | 1 992 | - |
| Reversão do exercício | (265) | (6 099) |
| Utilização | - | 85 |
| Transferências | (2 105) | (7 194) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 538 | (916) |

A rubrica Transferências refere-se a balcões encerrados que foram transferidos para Outros ativos - Ativos recebidos por recuperação de crédito, conforme descrito na nota 37.

34 PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Esta rubrica é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | | 2021 | | |
|---|-------|----------|--------|-------|----------|--------|
| | Vida | Não Vida | Total | Vida | Não vida | Total |
| Provisão para sinistros | 4 060 | 12 036 | 16 095 | 7 333 | 13 530 | 20 863 |
| Provisão matemática ramo vida | 152 | - | 152 | 166 | - | 166 |
| Provisão para prémios não adquiridos | - | 5 974 | 5 974 | - | 10 949 | 10 949 |
| Provisão para participação nos resultados | 50 | - | 50 | 27 | - | 27 |
| | 4 262 | 18 010 | 22 271 | 7 526 | 24 479 | 32 005 |

35 ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|------------|------------|
| Custo de aquisição: | | |
| Software | 207 190 | 194 579 |
| Outros ativos intangíveis | 34 619 | 15 518 |
| Ativos intangíveis em curso | 7 090 | 12 313 |
| | 248 899 | 222 410 |
| Amortizações acumuladas: | | |
| Relativas ao exercício corrente | (22 382) | (20 897) |
| Relativas a exercícios anteriores | (165 933) | (145 793) |
| | (188 314) | (166 689) |
| Imparidade para ativos intangíveis | (325) | (325) |
| | 60 260 | 55 396 |

No seguimento da aplicação da IFRS 3, o Grupo adquiriu através da Lusitania Vida, ao Finibanco Vida, uma carteira de seguros de vida associados ao crédito à habitação que foi avaliado em 26 de dezembro de 2016 por 7 100 milhares de Euros. Este ativo foi registado como ativo intangível e foi registado pelo seu custo de aquisição estando sujeito a amortizações anuais em linha com os benefícios económicos futuros que se estimam que venham a ser gerados pela carteira adquirida, sendo sujeito a teste de imparidade.

O Grupo recalcula o plano de amortização do ativo em função da estimativa revista dos benefícios económicos futuros esperados associados à carteira remanescente.

De acordo com a estimativa efetuada a 31 de dezembro de 2022, o plano de amortização do VIF em balanço a esta data é a seguinte:

| (Milhares de Euros) | | |
|---------------------|--------------|--------------|
| | 2022 | 2021 |
| Ano | Amortizações | Amortizações |
| 2022 | - | 519 |
| 2023 | 496 | 488 |
| 2024 | 465 | 456 |
| 2025 | 435 | 426 |
| 2026 | 404 | 395 |
| De 2027 a 2031 | 1 530 | 1 490 |
| De 2032 a 2036 | 846 | 822 |
| De 2037 a 2041 | 393 | 378 |
| De 2042 a 2046 | 134 | 131 |
| | 4 703 | 5 105 |

A movimentação desta rubrica em 2022 e 2021 é como segue:

| (Milhares de Euros) | | | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------------------|--|----------------------------|
| 2022 | | | | | | |
| | Saldo em 1 Janeiro | Aquisições/ Dotações | Alienações/ Abates | Regularizações/ Transferências | Efeito das operações em descontinuação | Saldo em 31 Dezembro |
| Custo: | | | | | | |
| Software | 194 579 | 118 | (597) | 13 943 | (853) | 207 190 |
| Outros activos intangíveis | 15 518 | 48 | 1 | 19 228 | (176) | 34 619 |
| Ativos intangíveis em curso | 12 313 | 30 056 | (2 795) | (31 367) | (1 117) | 7 090 |
| | 222 410 | 30 222 | (3 391) | 1 804 | (2 146) | 248 899 |
| Amortizações acumuladas: | | | | | | |
| Software | (159 917) | (20 475) | 596 | (133) | 1 156 | (178 773) |
| Outros ativos intangíveis | (6 772) | (1 906) | - | (455) | (408) | (9 541) |
| | (166 689) | (22 381) | 596 | (588) | 748 | (188 314) |
| Imparidade Acumulada: | (325) | - | - | - | - | (325) |
| | (325) | - | - | - | - | (325) |
| | 55 396 | 7 841 | (2 795) | 1 216 | (1 398) | 60 260 |

(Milhares de Euros)

2021

| | Saldo em 1 Janeiro | Aquisições/ Dotações | Abates | Regularizações/ Transferências | Efeito das operações em descontinuação | Saldo em 31 Dezembro |
|---------------------------------|-----------------------|-------------------------|----------|-----------------------------------|--|----------------------------|
| Custo: | | | | | | |
| Software | 168 828 | 1 544 | (84) | 24 291 | - | 194 579 |
| Outros ativos intangíveis | 15 435 | 56 | (78) | 105 | - | 15 518 |
| Ativos intangíveis em curso | 11 917 | 22 213 | (3 021) | (18 796) | - | 12 313 |
| | 196 180 | 23 813 | (3 183) | 5 600 | - | 222 410 |
| Amortizações acumuladas: | | | | | | |
| Software | (134 865) | (20 324) | 160 | (4 784) | (104) | (159 917) |
| Outros ativos intangíveis | (6 160) | (573) | 3 | (42) | - | (6 772) |
| | (141 025) | (20 897) | 163 | (4 826) | (104) | (166 689) |
| Imparidade Acumulada: | | | | | | |
| | (404) | - | - | 79 | - | (325) |
| | (404) | - | - | 79 | - | (325) |
| | 54 751 | 2 916 | (3 020) | 853 | (104) | 55 396 |

O movimento de imparidade para ativos intangíveis pode ser visto no quadro que se segue:

(milhares de euros)

2022

2021

| | | |
|--|-----|-------|
| Imparidade para activos intangíveis | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 325 | 404 |
| Transferencias | - | (79) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 325 | 325 |

36 IMPOSTOS

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser analisados como seguem:

(Milhares de Euros)

| | Ativo | | Passivo | | Líquido | |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura | | | | | | |
| Imparidade em crédito concedido | 36 203 | 42 625 | - | - | 36 203 | 42 625 |
| Benefícios pós emprego e longo prazo | 22 499 | 18 427 | - | - | 22 499 | 18 427 |
| | 58 702 | 61 052 | - | - | 58 702 | 61 052 |
| Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura | | | | | | |
| Instrumentos financeiros | 99 634 | 58 005 | (12 124) | (32 982) | 87 510 | 25 023 |
| Provisões/ Imparidades | | | - | - | | - |
| Imparidade em crédito concedido | 89 802 | 119 213 | - | - | 89 802 | 119 213 |
| Outros riscos e encargos | 8 436 | 69 | - | 54 | 8 436 | 123 |
| Imparidade em títulos e ativos não financeiros | 4 271 | 5 833 | (38) | - | 4 233 | 5 833 |
| Imparidade em ativos financeiros | 3 657 | 5 609 | - | - | 3 657 | 5 609 |
| Benefícios pós emprego e longo prazo | 48 076 | 51 732 | (20 344) | - | 27 732 | 51 732 |
| Provisões matemáticas | 860 968 | 848 194 | (2) | - | 860 966 | 848 194 |
| Outros | 196 | 3 623 | (37 713) | (34 180) | (37 517) | (30 557) |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 296 273 | 290 594 | - | - | 296 273 | 290 594 |
| | 1 411 313 | 1 382 872 | (70 221) | (67 108) | 1 341 092 | 1 315 764 |
| Total dos impostos diferidos | 1 470 015 | 1 443 924 | (70 221) | (67 108) | 1 399 794 | 1 376 816 |
| Compensação entre impostos diferidos ativos e passivos | (70 221) | (67 108) | 70 221 | 67 108 | - | - |
| Impostos diferidos líquidos | 1 399 794 | 1 376 816 | - | - | 1 399 794 | 1 376 816 |

O MGAM deixou, com efeitos a 1 de janeiro de 2017, e em virtude da não verificação dos respetivos requisitos, de beneficiar da isenção de IRC que lhe era aplicável. A alteração do enquadramento fiscal verificado em 2017, com a consequente alteração na mensuração dos ativos e passivos por impostos correntes e diferidos, teve impacto no exercício económico de 2017.

Tendo deixado de lhe ser aplicável a isenção de IRC de que beneficiava, e em conformidade com orientações administrativas conhecidas da Autoridade Tributária e Aduaneira ("AT"), o MGAM, (i) por um lado, apurou o seu resultado tributável do período de 2017 considerando a perda da isenção de IRC, tendo para o efeito obtido uma resposta da AT a um pedido de informação vinculativo submetido a respeito da forma de apuramento do resultado tributável e, (ii) por outro lado, reconheceu a existência de diferenças temporárias para efeitos de IRC, considerando o regime que lhe seria aplicável se não tivesse beneficiado de qualquer isenção no passado, em observância dos princípios da continuidade e da especialização dos exercícios e em linha com orientações administrativas conhecidas da AT.

No que respeita às diferenças temporárias que deram origem a Impostos Diferidos, as mesmas decorrem, essencialmente, da não dedução fiscal das provisões técnicas para encargos com modalidades associativas.

Com efeito, aquando do respetivo reconhecimento aquelas provisões não são dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável ou prejuízo fiscal do MGAM, na medida em que não têm enquadramento no artigo 39.º do Código do IRC. No entanto, os encargos que

resultem dos eventos a que aquelas provisões se destinavam serão, naturalmente, dedutíveis para efeitos daquele resultado fiscal quando venham a ser incorridos, nos termos gerais do Código do IRC.

No mesmo sentido, o MGAM considerou na determinação dos impostos diferidos ativos os prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores, em observância dos referidos princípios.

Este reconhecimento, cumpre salientar, encontra-se igualmente em linha com as orientações administrativas conhecidas sobre esta matéria, de acordo com as quais os prejuízos fiscais que sejam obtidos no âmbito de uma atividade isenta poderão ser reportáveis aos lucros gerados no conjunto das atividades da entidade uma vez terminada a isenção, desde que observados os limites temporais que permitem o reporte daqueles prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2022, e em função de (i) as taxas a vigorar após essa data e (ii) a expectativa de conversão em gastos e rendimentos aceites fiscalmente e perspetiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a Associação utilizou a taxa (taxa base e derramas) no cálculo de impostos diferidos, de 25,6% (2021: 25,6%) associada a diferenças temporárias e 21% (2021: 21%) em relação ao reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros, pelo que qualquer incerteza quanto à sua recuperação é considerada aquando do apuramento do valor dos ativos por impostos diferidos. Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.2 o), e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os impostos diferidos ativos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras da Associação têm subjacente uma expectativa elevada quanto à sua recuperabilidade.

A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada nas demonstrações financeiras previsionais de 2023-2030, aprovadas pelo Conselho de Administração e que têm subjacentes as Linhas de Orientação Estratégicas (LOEs) e as medidas estratégicas definidas. Essas demonstrações financeiras previsionais foram preparadas tendo por base as previsões conhecidas para as variáveis do contexto macroeconómico, sociodemográfico e dos mercados financeiros e, tendo em vista a concretização dos objetivos e medidas estratégicas dessas linhas de orientação. O crescimento da atividade e das receitas associativas, a evolução dos investimentos e dos custos operacionais foram projetados de forma consentânea com os respetivos fundamentos socioeconómicos e as condições de atuação, e permitem aferir a realização dos ativos por impostos diferidos.

Com base no exercício efetuado a Associação não procedeu ao reconhecimento de impostos diferidos ativos associados ao reporte de prejuízos fiscais no montante de Milhares de Euros 119 908 (2021: Milhares de Euros 139 579).

Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos da participada Banco Montepio

No dia 6 de julho de 2016 teve lugar a Assembleia Geral Extraordinária do Banco Montepio que aprovou a adesão ao Regime Especial Aplicável aos Ativos por Impostos Diferidos (Regime, ou REAID), aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, o qual é aplicável aos gastos e variações patrimoniais negativas contabilizados nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015, bem como aos ativos por impostos diferidos registados nas contas anuais relativas ao último período de tributação anterior àquela data e à parte dos gastos e variações patrimoniais negativas que lhe estejam associados. Nos termos da Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto, o REAID não é aplicável aos gastos e às variações patrimoniais negativas contabilizadas nos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016 nem aos ativos por impostos diferidos a estes associados.

A Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, prevê um enquadramento opcional e com possibilidade de renúncia subsequente, nos termos do qual, em certas situações (resultado líquido negativo nas contas individuais anuais ou de liquidação por dissolução voluntária, insolvência decretada judicialmente ou revogação da respetiva autorização), haverá conversão em créditos tributários dos ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e de deduções de valor de ativos resultantes de perdas por imparidade em créditos e de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados. Neste caso, deverá ser constituída uma reserva especial correspondente a 110% do seu montante, a qual implica a constituição simultânea de direitos de conversão atribuíveis ao Estado de valor equivalente, direitos esses que podem ser adquiridos pelos acionistas mediante pagamento ao Estado desse mesmo valor. Os créditos tributários poderão ser compensados com dívidas tributárias dos beneficiários (ou de entidade com sede em Portugal do mesmo perímetro de consolidação prudencial) ou reembolsáveis pelo Estado. A recuperação dos ativos por impostos diferidos abrangidos pelo regime aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, não está dependente de lucros futuros.

O enquadramento legal antes descrito foi regulamentado pela Portaria n.º 259/2016, de 4 de outubro, sobre o controlo e a utilização dos créditos tributários, e pela Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro, esta última alterada pela Portaria n.º 272/2017, de 13 de setembro, que estabelece as condições e os procedimentos para a aquisição por parte dos acionistas dos referidos direitos do Estado. De acordo com esta legislação, entre outros aspetos, aqueles direitos estão sujeitos a um direito de aquisição por parte dos acionistas na data de criação dos direitos do Estado, exercível em períodos que serão estabelecidos pelo Conselho de Administração até 10 anos após a data da respetiva criação, devendo o banco emitente depositar em nome do Estado o montante do preço correspondente à totalidade dos direitos emitidos, no prazo de 3 meses a contar da data da confirmação da conversão do ativo por imposto diferido em crédito tributário. Este depósito será resgatado

quando e na medida em que os direitos do Estado sejam adquiridos pelos acionistas ou sejam exercidos pelo Estado.

Tendo em consideração que o Banco Montepio apurou um resultado líquido contabilístico negativo em 2020 e 2021, e na sequência da aprovação das contas anuais pelos órgãos sociais e, consequentemente da aplicação do referido Regime, procedeu-se nos exercícios de 2021 e 2022, respetivamente, à conversão em créditos tributários dos ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e de deduções de valor de ativos resultantes de perdas por imparidade em créditos e de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, tendo, para o efeito, sido constituída uma reserva especial correspondente a 110% do seu montante.

Neste sentido, nos termos do artigo 8.º do anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, o Banco Montepio possui uma reserva especial no montante de 5.076 milhares de euros, que corresponde a um crédito tributário de 4.614 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: reserva especial de 4.750 milhares de euros, a que corresponde um crédito tributário de 4.319 milhares de euros) e que em 31 de dezembro de 2022 faz parte integrante do total de ativos por impostos correntes. Estes montantes podem vir a ser alterados no contexto da certificação que a Autoridade Tributária e Aduaneira vai efetuar.

Os impostos diferidos são apurados com base nas taxas de imposto que se antecipa estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas/conhecidas na data de balanço.

A referida rubrica inclui igualmente, em 31 de dezembro de 2022, o montante de 2.081 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 2.317 milhares de euros) relativo a impostos diferidos associados ao gasto decorrente da transferência das responsabilidades com os pensionistas para o Regime Geral da Segurança Social.

O gasto decorrente da transferência das responsabilidades com os pensionistas para o Regime Geral da Segurança Social é dedutível para efeitos fiscais, em partes iguais, a partir de 1 de janeiro de 2012, em função do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (20 anos no caso do Grupo do Banco Montepio).

Nos exercícios de 2022 e 2021, os impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura registados na rubrica de benefícios pós-emprego e de longo prazo a empregados incluem o montante de 30.099 milhares de euros relativos a benefícios pós-emprego e de longo prazo em excesso face aos limites existentes.

Nos exercícios de 2022 e 2021, e em função de (i) as taxas em vigor, (ii) a expectativa de conversão em custos e proveitos aceites fiscalmente, e (iii) a perspetiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a taxa (considerando a taxa base e as derramas) utilizada pelo Banco Montepio no cálculo de impostos diferidos, consoante as situações específicas associadas a diferenças temporárias ou a reporte de prejuízos fiscais, corresponde, respetivamente, a 30,5% e a 21,0%.

Análise da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos da participada Banco Montepio

Os ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros, pelo que qualquer incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis é considerada quando do apuramento do valor dos ativos por impostos diferidos.

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 y), e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo Banco Montepio têm subjacente uma expectativa elevada quanto à sua recuperabilidade. A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos está suportada no plano de negócios a médio longo prazo do Banco Montepio, que constitui uma extensão do exercício planeamento estratégico para o triénio do Grupo. As projeções financeiras refletem as perspetivas da gestão quanto à evolução da atividade e sustentabilidade do modelo de negócio, e atendendo ao contexto macroeconómico e variáveis financeiras, evolução da atividade económica e do risco de crédito, entre outros.

A recuperação dos níveis de rentabilidade, liquidez e capital do Grupo Banco Montepio, encontra-se preconizada em quatro focos estratégicos, tendo como primeira condição a sustentação da posição de capital, o crescimento em áreas de negócio core com enfoque nas famílias, PME e economia social, privilegiando segmentos e produtos com menor consumo de capital com risco mais reduzido, a melhoria da eficiência e da rentabilidade, controlo de custos e a simplificação da estrutura organizativa e processos.

Neste contexto, as perspetivas da melhoria sustentada dos níveis de rentabilidade decorrem dos seguintes itens que se destacam:

- Controlo dos custos operacionais, pese embora as pressões inflacionistas atualmente vividas, através da eliminação de redundâncias e aproveitamento de sinergias, decorrente, entre outros aspetos, da simplificação da estrutura organizativa e dos processos, a par com o reforço da digitalização.
- Incremento do negócio da rede comercial com crescimento em carteiras de crédito com menor risco e consumo de capital, numa gestão adequada da rentabilidade sobre o capital afetado. Potencial de crescimento da margem complementar em cross-selling e novas áreas de negócio, alavancando o potencial da base de clientes que o Grupo Banco Montepio usufrui, beneficiando de um posicionamento ímpar de uma instituição quase bicentenária e de cariz mutualista.
- A posição estrutural do balanço do Grupo Banco Montepio beneficia o crescimento da margem financeira no contexto de subida das taxas de juro. Potencial de crescimento das comissões, evidenciando os impactos de uma gestão do preçário, mediante a adequação do mesmo à proposta de valor para cada segmento, e o aumento progressivo da base de clientes com maior transacionalidade e nível de vinculação.
- Gestão do custo de funding, tendo em conta a adequação da posição de liquidez e fontes de financiamento vis a vis as condições de mercado, em que os recursos de clientes constituem a principal fonte de financiamento da atividade.
- Desalavancagem em ativos não estratégicos com o objetivo de potenciar a rentabilidade sobre o ativo, quer por via da descida sustentada do crédito *non performing* assente na melhoria dos processos de recuperação de crédito e na alienação de carteiras, visando

alcançar um rácio de NPL inferior a 5% a breve trecho, quer por via da redução dos imóveis em balanço.

- Evolução positiva do perfil de risco da carteira de crédito na componente da nova originação, decorrente da alteração da política de concessão de crédito, assim como da estratégia de crescimento em segmentos de negócio com menor risco, com impactos favoráveis ao nível do custo do risco prospetivo e da rentabilidade face ao capital alocado.
- Melhoria da eficiência e do rácio de *cost-to-income* suportada essencialmente pela redução dos custos operacionais, assente na racionalização e implementação de um conjunto de medidas delineadas pelo Conselho de Administração, assim como pelo efeito do crescimento do produto bancário core.

Na sequência desta avaliação, e com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo Banco Montepio reconheceu a totalidade dos ativos por impostos diferidos, não existindo, deste modo, impostos diferidos ativos por reconhecer.

Adicionalmente foi elaborada uma análise de sensibilidade considerando um cenário em que os resultados antes de impostos evoluíam a um ritmo inferior em 10%, face aos considerados nas projeções anteriormente referidas, não tendo sido apurado qualquer impacto ao nível dos impostos diferidos.

Os impostos diferidos ativos registados associados a prejuízos fiscais são analisados como segue:

| Ano de caducidade | (Milhares de Euros) | |
|-------------------|---------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| 2024 | - | 659 |
| 2026 | - | 11 317 |
| 2027 | - | - |
| 2028 | - | 1 560 |
| 2029 | - | 119 001 |
| 2030 | - | 129 492 |
| 2032 | 15 629 | 15 629 |
| 2033 | 18 931 | 12 936 |
| Sem prazo | 261 713 | - |
| | 296 273 | 290 594 |

Os anos de caducidade acima indicados refletem o estipulado no Orçamento do Estado Suplementar para 2020 (Lei n.º 27-A/2020, de 24 julho), nos termos do qual os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 passaram a ser dedutíveis em um ou mais dos 12 períodos de tributação posteriores (ao invés do prazo de reporte de 5 períodos de tributação), sendo que para os períodos de tributação de 2020 e 2021, a dedução de prejuízos fiscais reportáveis pode ascender a 80% do lucro tributável (ao invés de 70%). Adicionalmente a contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados até ao período de tributação de 2019, inclusive, fica suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021.

A Lei do Orçamento do Estado para 2023 (Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro), que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2023, estabelece que os prejuízos fiscais apurados em exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como os apurados anteriormente que

não se encontrem caducados, sejam reportáveis em exercícios futuros sem qualquer limitação temporal, deixando de estar sujeitos a um período máximo de dedução. Adicionalmente, estabelece ainda que o limite da dedução ao lucro tributável é reduzido para 65%, mantendo-se o incremento dos 10 pontos percentuais para os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 (ou seja, a dedução pode ser efetuada até 75% do lucro tributável).

Porém, quanto à limitação temporal referida no parágrafo anterior, esta não se aplica aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023 em que se tenha verificado uma das situações previstas no n.º 1 do artigo 6.º do REAID, aplicando-se aos prejuízos fiscais apurados nestes períodos de tributação o prazo de dedução em vigor em 31 de dezembro de 2022.

Os impostos correntes e diferidos reconhecidos em resultados e reservas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 tiveram as seguintes origens:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|--------------------------------------|---------------------------|--|---------------------------|--|
| | Reconhecido em resultados | Reconhecido em reservas e resultados transitados | Reconhecido em resultados | Reconhecido em reservas e resultados transitados |
| Instrumentos financeiros | 9 121 | 53 366 | 404 | 19 780 |
| Provisões matemáticas | 12 774 | (2) | 27 429 | - |
| Imparidade/ Provisões | (32 080) | 1 008 | (49 395) | (5 455) |
| Benefícios pós-emprego e longo prazo | (3 351) | (16 577) | 5 694 | (10 117) |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 4 765 | 914 | 18 363 | (5 220) |
| Outros | (2 747) | (4 208) | (2 570) | 7 012 |
| Total do imposto diferido | (11 518) | 34 501 | (75) | 6 000 |
| Impostos Correntes | (25 618) | 3 143 | (29 042) | 260 |
| Total do imposto reconhecido | (37 136) | 37 644 | (29 117) | 6 260 |

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao momento reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

| (Milhares de Euros) | | | | |
|--|------|------------------|------|------------------|
| | 2022 | | 2021 | |
| | % | Valor | % | Valor |
| Resultado antes de impostos | | 138 563 | | 101 837 |
| Imposto apurado com base na taxa nominal vigente | 21 | (29 606) | 21 | (20 165) |
| Mais e menos valias fiscais | | (3 675) | | (135) |
| Contribuição extraordinária do setor bancário | | (2 070) | | (2 249) |
| Benefício pós-emprego e Fundo de Pensões | | 2 400 | | (8) |
| Tributações autónomas e derrama estadual | | (9 202) | | (13 434) |
| Benefícios fiscais | | - | | - |
| Constituição/Reversão de provisões/Imparidades tributadas | | (20 806) | | (6 508) |
| Efeito da alteração de taxa de imposto | | (9 251) | | (14 761) |
| Outros | | 13 680 | | 8 473 |
| Utilização de prejuízos fiscais sem imposto diferido reconhecido | | 14 030 | | 19 692 |
| Dedução de prejuízos fiscais não reconhecidos | | - | | - |
| Correções relativas a exercícios anteriores | | 2 410 | | 389 |
| Deduções/(Acréscimos) para efeito do lucro tributável * | | 4 954 | | (411) |
| Justo valor de ativos financeiros | | - | | - |
| Imposto do exercício | | (37 136) | | (29 117) |

A Lei n.º 98/2019, de 4 de setembro, altera as regras aplicáveis às perdas por imparidade reconhecidas a partir de 1 de janeiro de 2019, bem como às perdas por imparidade registadas nos períodos de tributação com início anterior a 1 de janeiro de 2019 e ainda não aceites fiscalmente. O novo regime contempla um período de adaptação máximo de 5 anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2023.

O Grupo Banco Montepio não optou pela aplicação do novo regime fiscal das imparidades, com exceção da entidade Montepio Crédito, pelo que, no que respeita ao apuramento de imposto corrente e diferido referente aos exercícios de 2022 e 2021, efetuou a sua estimativa de impostos com base no regime que vigorou até 31 de dezembro de 2018.

A Autoridade Tributária pode proceder à revisão do resultado fiscal do Grupo durante um período de quatro anos, exceto em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos fiscais, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto em que o período é o do exercício desse direito.

O Grupo Banco Montepio foi objeto de ação inspetiva pela Autoridade Tributária ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades RETGS) até ao exercício de 2020, inclusive, encontrando-se presentemente em curso a inspeção ao exercício de 2021.

No ano de 2018, o Banco Montepio passou a ser a sociedade dominante do Grupo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas no âmbito RETGS, cuja sociedade dominante era anteriormente o Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.

Neste âmbito, é considerado pelo Grupo que os efeitos do apuramento da matéria coletável de acordo com o RETGS são refletidos no apuramento do imposto corrente do período de

cada uma das entidades, incluindo o efeito no apuramento do imposto corrente do período por se utilizar prejuízo fiscal gerado por outra entidade do Grupo.

A rubrica Ativos por impostos correntes no montante de 5.966 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 8 684 milhares de euros) releva essencialmente IRC a recuperar, pagamentos adicionais por conta, pagamentos especiais por conta e pagamentos por conta.

37 OUTROS ATIVOS

Esta rubrica é apresentada como segue:

| | (milhares de euros) | |
|---|---------------------|-------------------|
| | 2022 | 2021 |
| Bonificações a receber do Estado Português | 5 778 | 10 521 |
| Setor público administrativo | 202 | 1 070 |
| Outros devedores | 77 659 | 81 148 |
| Outros ativos | 6 079 | 4 514 |
| Outros proveitos a receber | 8 368 | 4 447 |
| Despesas com custo diferido | 7 106 | 6 941 |
| Inventários | 39 143 | 37 861 |
| Devedores por operações de Seguro Direto e resseguro | 37 247 | 29 316 |
| Empréstimos concedidos | 114 | 130 |
| Responsabilidades com pensões e outros benefícios (ver nota 54) | 140 673 | 10 711 |
| Ativos recebidos em recuperação de crédito | 443 122 | 589 760 |
| Contas diversas | 31 665 | 82 223 |
| | 797 155 | 858 642 |
| Imparidade para outros ativos | | |
| Imparidade para ativos recebidos em recuperação de crédito | (118 927) | (128 382) |
| Imparidade de para outros ativos | (37 173) | (39 926) |
| | (156 100) | (168 308) |
| | 641 055 | 690 334 |

A rubrica Ativos recebidos por recuperação de crédito é apresentada como se segue:

| | (milhares de euros) | |
|--|---------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Ativos recebidos em recuperação de crédito | 443 122 | 589 760 |
| Imparidade para ativos recebidos em recuperação de crédito | (118 927) | (128 382) |
| | 324 195 | 461 378 |

Os ativos registados na rubrica Ativos recebidos por recuperação de crédito estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h).

A 31 de dezembro de 2022 a rubrica Ativos recebidos por recuperação de crédito inclui o montante de 1.781 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 1.675 milhares de euros)

relativos a equipamento resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes e que estão provisionados na sua totalidade.

A resolução de contratos de crédito sobre clientes decorre de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo Cliente em nome do Grupo; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata dos Ativos recebidos por recuperação de crédito. De acordo com a expectativa do Grupo, pretende-se que os referidos ativos sejam alienados num prazo inferior a um ano, existindo uma estratégia para esse fim. No entanto, face às atuais condições de mercado, não é possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado. A referida rubrica inclui em 31 de dezembro de 2022 imóveis para os quais foram já celebrados contratos de promessa de compra e venda no montante de 27.234 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 29.531 milhares de euros).

Os movimentos dos Ativos recebidos por recuperação de crédito nos exercícios de 2022 e de 2021 são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo no início do exercício | 589 760 | 694 438 |
| Aquisições | 16 358 | 28 380 |
| Alienações | (169 681) | (145 866) |
| Outros movimentos | (3 760) | (3 107) |
| Transferências | 11 687 | 15 915 |
| Operações em descontinuação | (1 242) | - |
| Saldo no fim do período | 443 122 | 589 760 |

Os movimentos da imparidade para Ativos recebidos por recuperação de crédito são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo no início do exercício | 128 382 | 132 536 |
| Dotação do exercício | 23 677 | 26 596 |
| Reversão do exercício | (1 129) | (910) |
| Utilizações e outros | (40 548) | (35 133) |
| Transferências | 8 545 | 5 875 |
| Outros movimentos | - | (582) |
| | 118 927 | 128 382 |

A rubrica Transferências refere-se a balcões encerrados que foram transferidos de Outros ativos tangíveis, conforme descrito na nota 33.

A rubrica Responsabilidades com pensões e outros benefícios corresponde ao valor líquido dos ativos e responsabilidades do Fundo de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outros devedores inclui o seguinte:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------|--------|--------|
| Prestações acessórias | 14 910 | 14 910 |
| Outros | 35 148 | 24 413 |
| | 50 058 | 39 323 |

A rubrica Prestações acessórias considera as prestações acessórias subscritas no âmbito de uma operação de cedência de créditos no montante de 14.910 milhares de euros, as quais se encontram totalmente provisionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A rubrica Outros devedores inclui os montantes por liquidar relacionados com operações de factoring, *confirming*, adiantamentos a fornecedores e outros devedores.

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português corresponde aos valores referentes a contratos de crédito à habitação e PME's, apurados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados regularmente.

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|-------|--------|
| Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas | 3 005 | 7 909 |
| Bonificações processadas e ainda não reclamadas | 590 | 551 |
| Bonificações vencidas e ainda não reclamadas | 2 183 | 2 061 |
| | 5 778 | 10 521 |

Os movimentos da imparidade para os restantes outros ativos são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Imparidade para outros ativos | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 39 926 | 44 193 |
| Dotação do exercício | 2 929 | 4 243 |
| Reversão do exercício | (4 345) | (3 876) |
| Utilização de provisões | (3 685) | (1 193) |
| Transferências | 215 | - |
| Outros movimentos | 2 133 | (3 441) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 37 173 | 39 926 |

Em 31 de dezembro de 2022 a imparidade para Outros ativos inclui a imparidade constituída para as exposições de Prestações acessórias de 14.910 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 14.910 milhares de euros), para os Depósitos de preço de 3.186 milhares de euros

(31 de dezembro de 2021: 5.004 milhares de euros), para as Comissões de garantias de 590 milhares de euros, para as Operações factoring de 498 milhares de euros) e para os Outros devedores de 5.412 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 6.805 milhares de euros).

A expectativa dos recebimentos associados aos depósitos de preço é avaliada regularmente, considerando, nomeadamente, o estado de cada processo e a informação conhecida/disponibilizada pelos administradores de insolvência, sendo a estimativa de imparidade associada a estes depósitos de preço ajustada sempre que se mostre necessário.

38 RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica regista os recursos obtidos junto do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e da carteira de outros ativos financeiros ao custo amortizado, conforme descrito nas notas 27 e 29.

Para as linhas de financiamento provenientes da facilidade TLTRO III, a taxa de juro efetiva utilizada nos exercícios de 2022 e 2021 considera as taxas de juro aplicáveis a cada operação no período decorrido e a estimativa do Banco quanto ao cumprimento das metas de variação do volume de crédito elegível definidas pelo BCE. Este procedimento implica periodificar por tranches a taxa de juro de cada uma das operações TLTRO III.

Em 31 de dezembro de 2022 estes recursos são compostos por cinco operações cujas maturidades e valores são os seguintes: em março de 2023, no montante de 279.138 milhares de euros, em junho de 2023, no montante de 883.419 milhares de euros, em setembro de 2023, no montante de 187.130 milhares de euros, em março de 2024, no montante de 1.485.599 milhares de euros e em dezembro de 2024, no montante de 54.705 milhares de euros.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente das operações a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada como segue:

| | 2022 | 2021 |
|-----------------|-----------|-----------|
| Até 6 meses | 1 162 557 | - |
| Mais de 6 meses | 1 727 434 | 2 902 003 |
| | 2 889 991 | 2 902 003 |

As operações são remuneradas às taxas vigentes do Banco de Portugal à data de contratação.

39 RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--|-----------------|-------------|---------|-----------------|-------------|---------|
| | Não remunerados | Remunerados | Total | Não remunerados | Remunerados | Total |
| Recursos de instituições de crédito no país | | | | | | |
| Depósitos à ordem | 10 582 | - | 10 582 | 34 620 | - | 34 620 |
| Depósitos a prazo | - | 1 002 | 1 002 | - | - | - |
| | 10 582 | 1 002 | 11 584 | 34 620 | - | 34 620 |
| Recursos de instituições de crédito no estrangeiro | | | | | | |
| Empréstimo BEI | - | 300 007 | 300 007 | - | 300 007 | 300 007 |
| Depósito à ordem | 25 035 | - | 25 035 | 24 521 | - | 24 521 |
| Operações de venda com acordo de recompra | - | - | - | - | 190 741 | 190 741 |
| Outros recursos | 4 997 | - | 4 997 | 5 523 | - | 5 523 |
| | 30 032 | 300 007 | 330 039 | 30 044 | 490 748 | 520 792 |
| | 40 614 | 301 009 | 341 623 | 64 664 | 490 748 | 555 412 |

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------|---------|---------|
| Até 3 meses | 40 523 | 253 405 |
| 3 meses até 6 meses | 1 001 | - |
| Mais de 5 anos | 300 007 | 300 007 |
| Duração indeterminada | 92 | 2 000 |
| | 341 623 | 555 412 |

O empréstimo do BEI, no montante de 300.000 milhares de euros, tem como principal objetivo o financiamento de PME's, tem um prazo de doze anos, tem carência de quatro anos e amortização constante e tem taxa de 0,019%.

O montante do empréstimo obtido junto do BEI encontra-se colateralizado por obrigações dos Estados português, espanhol, italiano e grego, no valor nominal de 376.651 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 537.614 milhares de euros de obrigações soberanas portuguesas, gregas, espanholas, países baixos e italianas, registadas na rubrica Outros ativos financeiros ao custo amortizado, conforme descrito na nota 29.

40 RECURSOS DE CLIENTES

Esta rubrica é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | | 2021 | | |
|---|-------------|-----------------|------------|-------------|-----------------|------------|
| | Remunerados | Não remunerados | Total | Remunerados | Não remunerados | Total |
| Depósitos à ordem | (56 446) | 6 615 971 | 6 559 525 | (97 372) | 6 407 275 | 6 309 903 |
| Depósitos a prazo | 6 256 829 | - | 6 256 829 | 6 133 364 | - | 6 133 364 |
| Depósitos de Poupança | 135 699 | - | 135 699 | 134 122 | - | 134 122 |
| Outros Recursos | - | 23 073 | 23 073 | - | - | - |
| Correções de valor por operações de cobertura | - | (2 093) | (2 093) | - | 20 649 | 20 649 |
| | 6 336 082 | 6 636 951 | 12 973 033 | 6 170 114 | 6 427 924 | 12 598 038 |

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia, em determinadas condições, de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito autorizadas a receber depósitos. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo, estão definidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 11/94, de 29 de dezembro.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|------------|------------|
| Depósitos à ordem | 6 559 525 | 6 309 903 |
| Depósitos a prazo e de poupança | | |
| Até 3 meses | 1 627 260 | 1 441 323 |
| 3 meses até 6 meses | 1 074 310 | 1 082 765 |
| 6 meses a 1 ano | 1 388 581 | 1 308 127 |
| 1 ano até 5 anos | 2 284 193 | 2 408 620 |
| Mais de 5 anos | 18 184 | 26 651 |
| | 6 392 528 | 6 267 486 |
| | 12 952 053 | 12 577 389 |
| Outros recursos | | |
| Até 3 meses | 23 073 | 20 496 |
| Correções de valor por operações ao fair value option | (2 093) | 153 |
| | 12 973 033 | 12 598 038 |

Em 2022 os recursos de clientes foram remunerados à taxa média de 0,05% (2021: 0,08%).

41 RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------|---------|-----------|
| Dívida | | |
| Obrigações hipotecárias | 327 492 | 1 215 119 |
| Securitizações | 279 159 | 402 006 |
| | 606 651 | 1 617 125 |

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se divulgado na nota 53.

Os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), tendo-se reconhecido em 2021 um ganho no montante de 39 milhares de euros relativo às variações de justo valor.

Os prazos residuais da rubrica Responsabilidades representadas por títulos a 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|---------|-----------|
| 6 meses até 1 ano | 53 | 751 405 |
| 1 ano até 5 anos | 327 439 | 460 615 |
| Mais de 5 anos | 279 159 | 402 006 |
| | 606 651 | 1 614 026 |
| Correções de valor por operações ao <i>fair values option</i> | - | 3 099 |
| | 606 651 | 1 617 125 |

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5.000.000 milhares de euros, o Grupo apresenta emissões vivas que totalizam 2.300.000 milhares de euros ao valor nominal em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

As características das emissões de obrigações hipotecárias vivas a 31 de dezembro de 2022 são apresentadas como segue:

(Milhares de Euros)

| Designação | Valor nominal | Valor ao custo amortizado | Valor de balanço | Data de emissão | Data de reembolso | Periodicidade do pagamento dos juros | Taxa de juro | Rating (Moody's/Fitch/D brs) |
|---------------------------|---------------|---------------------------|------------------|-----------------|-------------------|--------------------------------------|--------------------|------------------------------|
| Obrig. hipotecárias - 6S | 300 000 | 301 102 | | - novembro 2016 | novembro 2023 | trimestral | Euribor 3M + 0,80% | Aa2/AA |
| Obrig. hipotecárias - 8S | 1 250 000 | 1 251 553 | | - dezembro 2016 | dezembro 2026 | trimestral | Euribor 3M + 0,90% | Aa2/AA |
| Obrig. hipotecárias - 9S | 250 000 | 250 723 | | - maio 2017 | maio 2024 | trimestral | Euribor 3M + 0,85% | Aa2/AA |
| Obrig. hipotecárias - 11S | 500 000 | 327 492 | 327 492 | novembro 2019 | novembro 2024 | anual | Fixa em 0,125% | Aa2/AA |
| | 2 300 000 | 2 130 870 | 327 492 | | | | | |

As características das emissões de obrigações hipotecárias vivas a 31 de dezembro de 2021, são apresentadas como segue:

(Milhares de Euros)

2021

| Designação | Valor nominal | Valor ao custo amortizado | Valor de balanço | Data de emissão | Data de reembolso | Periodicidade do pagamento dos juros | Taxa de juro | Rating (Moody's/Fitch/D&B) |
|---------------------------|---------------|---------------------------|------------------|-----------------|-------------------|--------------------------------------|--------------------|----------------------------|
| Obrig. hipotecárias - 6S | 300 000 | 300 102 | - | novembro 2016 | novembro 2023 | trimestral | Euribor 3M + 0,80% | A1/AA-/BBBh |
| Obrig. hipotecárias - 8S | 500 000 | 500 062 | - | dezembro 2016 | dezembro 2026 | trimestral | Euribor 3M + 0,90% | A1/AA-/BBBh |
| Obrig. hipotecárias - 9S | 250 000 | 250 077 | - | maio 2017 | maio 2024 | trimestral | Euribor 3M + 0,85% | A1/AA-/BBBh |
| Obrig. hipotecárias - 10S | 750 000 | 754 033 | 754 033 | outubro 2017 | outubro 2022 | anual | Fixa em 0,875% | A1/AA-/BBBh |
| Obrig. hipotecárias - 11S | 500 000 | 461 085 | 461 086 | novembro 2019 | novembro 2024 | anual | Fixa em 0,125% | A1/AA-/BBBh |
| | 2 300 000 | 2 265 359 | 1 215 119 | | | | | |

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores.

O enquadramento legal e regulamentar destas obrigações encontra-se vertido no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos do Banco de Portugal n.º 5/2006 de 20 de junho, n.º 6/2006 de 11 de outubro, n.º 7/2006 de 11 de outubro e n.º 8/2006 de 11 de outubro e na Instrução do Banco de Portugal n.º 13/2006 de 15 de novembro.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor dos créditos que contragarantem estas emissões, ascende a 2.753.360 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 2.746.685 milhares de euros) de acordo com a nota 24.

O movimento ocorrido no exercício de 2022 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(Milhares de Euros)

2022

| | Saldo em 1 de Janeiro | Emissões | Reembolsos | Compras (Líquidas) | Outros movimentos ^(a) | Saldo em 31 de Dezembro |
|-------------------------|-----------------------|----------|------------|--------------------|----------------------------------|-------------------------|
| Obrigações de Caixa | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações Hipotecárias | 1 215 119 | - | (750 000) | - | (137 627) | 327 492 |
| Securitizações | 402 006 | - | (122 847) | - | - | 279 159 |
| | 1 617 125 | - | (872 847) | - | (137 627) | 606 651 |

^(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2021 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(Milhares de Euros)

2021

| | Saldo em 1 de Janeiro | Emissões | Reembolsos | Compras (Líquidas) | Outros movimentos ^(a) | Saldo em 31 de Dezembro |
|-------------------------|-----------------------|----------|------------|--------------------|----------------------------------|-------------------------|
| Obrigações de Caixa | 3 123 | - | (2 960) | - | (163) | - |
| Obrigações Hipotecárias | 1 218 375 | - | - | - | (3 256) | 1 215 119 |
| Securitizações | 77 690 | 362 028 | (37 712) | - | - | 402 006 |
| | 1 299 188 | 362 028 | (40 672) | - | (3 419) | 1 617 125 |

^(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

As compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), são anuladas no passivo e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

(milhares de euros)

2022

| Descrição da emissão | Data de emissão | Data de reembolso | Taxa de juro | Valor de balanço |
|-------------------------------|-----------------|-------------------|---|------------------|
| PELICAN MORTGAGES n.º 3 | 30/03/2007 | 15/09/2054 | Euribor 3M + 0.13% | 26 165 |
| PELICAN FINANCE n.º 2 A | 06/12/2021 | 25/01/2035 | Euribor 1M + 0,7% | 200 401 |
| PELICAN FINANCE n.º 2 B | 06/12/2021 | 25/01/2035 | Euribor 1M + 1,35% | 14 535 |
| PELICAN FINANCE n.º 2 C | 06/12/2021 | 25/01/2035 | Euribor 1M + 2,25% | 12 288 |
| PELICAN FINANCE n.º 2 D | 06/12/2021 | 25/01/2035 | Euribor 1M + 4,25% | 13 552 |
| PELICAN FINANCE n.º 2 E | 06/12/2021 | 25/01/2035 | Taxa fixa 6,4% | 12 218 |
| OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS - 11S | 14/11/2019 | 14/11/2024 | Taxa Fixa Anual de 0,125% | 500 000 |
| | | | | 779 159 |
| | | | Recompras de Obrigações Hipotecárias 11S | (171 400) |
| | | | Periodificações, custos e proveitos diferidos | (1 108) |
| | | | | 606 651 |

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

(milhares de euros)

2021

| Descrição da emissão | Data de emissão | Data de reembolso | Taxa de juro | Valor de balanço |
|-------------------------------|-----------------|-------------------|---|------------------|
| OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS - 10S | 17/11/2017 | 17/11/2022 | Taxa Fixa Anual de 0,875% | 750 000 |
| PELICAN MORTGAGES n.º 3 | 30/03/2007 | 15/09/2054 | Euribor 3M + 0.13% | 30 618 |
| AQUA FINANCE n.º 4 B | 11/07/2017 | 23/06/2035 | Euribor 3M + 2,65% | 9 174 |
| PELICAN FINANCE n.º 2 A | 06/12/2021 | 25/01/2035 | Euribor 1M + 0,7% | 287 155 |
| PELICAN FINANCE n.º 2 B | 06/12/2021 | 25/01/2035 | Euribor 1M + 1,35% | 20 711 |
| PELICAN FINANCE n.º 2 C | 06/12/2021 | 25/01/2035 | Euribor 1M + 2,25% | 17 521 |
| PELICAN FINANCE n.º 2 D | 06/12/2021 | 25/01/2035 | Euribor 1M + 4,25% | 19 350 |
| PELICAN FINANCE n.º 2 E | 06/12/2021 | 25/01/2035 | Taxa fixa 6,4% | 17 477 |
| OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS - 11S | 14/11/2019 | 14/11/2024 | Taxa Fixa Anual de 0,125% | 500 000 |
| | | | | 1 652 006 |
| | | | Correções de valor por operações ao <i>fair values option</i> | 3 099 |
| | | | Recompras de Obrigações Hipotecárias | (37 100) |
| | | | Periodificações, custos e proveitos diferidos | (880) |
| | | | | 1 617 125 |

42 CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|----------------|
| <i>Saldo em 1 de janeiro</i> | 749 019 | 601 811 |
| Entradas (líquido de comissões) | 96 712 | 267 927 |
| Montantes pagos | (213 409) | (133 355) |
| Variação de ganhos e perdas (Juro técnico) | 9 714 | 12 636 |
| <i>Saldo em 31 de dezembro</i> | <i>642 036</i> | <i>749 019</i> |

Os passivos por contratos de investimento correspondem a contratos classificados como de investimento, sem participação nos resultados discricionária e *unit linked*, comercializados pela subsidiária Lusitânia Vida, Companhia de Seguros, S.A.

43 PROVISÕES

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|---------------|---------------|
| Provisões para garantias e compromissos | 19 517 | 21 368 |
| Provisões para outros riscos e encargos | 22 197 | 23 478 |
| | <i>41 714</i> | <i>44 846</i> |

As Outras provisões para riscos e encargos foram constituídas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à atividade do Grupo, sendo revistas em cada data de reporte de forma a refletir a melhor estimativa do montante de perda. Esta rubrica inclui provisões para contingências fiscais, processos judiciais e fraudes.

Os movimentos das provisões para garantias e compromissos assumidos são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| Provisões para garantias e compromissos assumidos | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 21 368 | 23 324 |
| Dotação do exercício (Nota 19) | 25 284 | 27 410 |
| Reversão do exercício (Nota 19) | (22 102) | (27 738) |
| Utilização | (24) | 662 |
| Variação cambial | - | - |
| Operações em descontinuação | (4 903) | (608) |
| Transferências | (106) | (1 682) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 19 517 | 21 368 |

Os movimentos das provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Provisões para riscos diversos | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 23 478 | 28 086 |
| Dotação do exercício (Nota 19) | 3 808 | 4 190 |
| Reversão do exercício (Nota 19) | (2 822) | (9 486) |
| Utilização | (2 015) | (880) |
| Outros | 13 | 1 685 |
| Operações em descontinuação | (372) | (117) |
| | 107 | - |
| Saldo em 31 de Dezembro | 22 197 | 23 478 |

44 PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Atividade Mutualista: | | |
| Provisões de capitais, pensões e outros | 3 311 928 | 3 260 023 |
| Subvenções e melhorias de benefícios | 51 227 | 53 233 |
| Atividade Seguradora: | | |
| Provisão matemática ramo vida | 243 542 | 187 870 |
| Provisão para sinistros | 348 756 | 352 505 |
| Provisão para prémios não adquiridos | 56 203 | 54 544 |
| Provisão para riscos em curso | 5 432 | 5 714 |
| Provisão para participação nos resultados | 2 602 | 15 048 |
| | 4 019 690 | 3 928 937 |

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

- Provisões matemáticas - destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades atuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 1t).
- Subvenções e melhorias de benefícios – destinam-se a fazer face a responsabilidades com as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas, mas que ainda não se venceram.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de provisões técnicas decompõe-se em:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 | | |
|------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|------------------|-----------------------|--------------------------------------|------------------|
| | Provisões Matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Total | Provisões Matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Total |
| Modalidades de capitalização | 2 773 037 | - | 2 773 037 | 2 677 955 | - | 2 677 955 |
| Modalidades atuariais | 538 891 | 51 226 | 590 117 | 582 068 | 53 233 | 635 301 |
| | 3 311 928 | 51 226 | 3 363 154 | 3 260 023 | 53 233 | 3 313 256 |

Em 31 de dezembro de 2022, as rubricas de Provisões de capitais, pensões e outros, e Subvenções e melhorias e benefícios podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

| 31 de dezembro de 2021 | Movimentos no exercício com impacto em: | | | | | | | | 31 de dezembro de 2022 | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|------------------------|--------------------------------------|--------|
| | Resultados | | | | | | Capitais próprios | | | | |
| | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | |
| Provisões de capitais, pensões e outros | | | | | | | | | | | |
| Modalidades de capitalização | | | | | | | | | | | |
| Capitais de reforma | 1 055 596 | - | 141 771 | - | (125 086) | - | 16 684 | - | 2 009 | 1 074 289 | - |
| Capitais de reforma prazo certo | 1 527 516 | - | 601 073 | - | (528 621) | - | 72 452 | - | - | 1 599 968 | - |
| Poupança reforma | 91 323 | - | 8 591 | - | (4 792) | - | 3 799 | - | 173 | 95 294 | - |
| Modalidades colectivas | 3 521 | - | 184 | - | (228) | - | (43) | - | 8 | 3 485 | - |
| | 2 677 955 | - | 751 619 | - | (658 727) | - | 92 893 | - | 2 189 | 2 773 037 | - |
| Modalidades atuariais | | | | | | | | | | | |
| Capitais de previdência | 21 255 | 19 802 | 1 117 | 447 | (5 558) | (897) | (4 441) | (449) | - | 16 814 | 19 353 |
| Capitais de previdência diferidos com opção | 274 055 | 300 | 74 670 | 8 | (73 044) | (128) | 1 625 | (120) | - | 275 680 | 180 |
| Pensões de Reforma | 190 526 | 18 415 | 5 478 | 492 | (33 592) | (1 299) | (28 114) | (807) | - | 162 412 | 17 608 |
| Capitais para jovens | 48 725 | 203 | 7 692 | 6 | (10 878) | (52) | (3 186) | (47) | - | 45 539 | 157 |
| Pensões de sobrevivência e dotes | 8 653 | 13 424 | 12 | 314 | (3 004) | (851) | (2 992) | (537) | - | 5 661 | 12 887 |
| Rendas Vitalícias / Rendas temporárias | 24 094 | - | 561 | - | (4 951) | - | (4 390) | - | - | 19 704 | - |
| Outros | 14 760 | 1 091 | 752 | 13 | (2 430) | (60) | (1 678) | (47) | - | 13 082 | 1 043 |
| | 582 067 | 53 233 | 90 281 | 1 280 | (133 457) | (3 287) | (43 176) | (2 007) | - | 538 891 | 51 226 |
| | 3 260 023 | 53 233 | 841 901 | 1 280 | (792 184) | (3 287) | 49 716 | (2 007) | 2 189 | 3 311 928 | 51 226 |

Em 31 de dezembro de 2021, as rubricas de Provisões de capitais, pensões e outros, e Subvenções e melhorias e benefícios podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

| 31 de dezembro de 2020 | Movimentos no exercício com impacto em: | | | | | | | | 31 de dezembro de 2021 | | |
|---|---|--------------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|------------------------|--------------------------------------|--------|
| | Resultados | | | | | | Capitais próprios | | | | |
| | Responsabilidade originadas no período | | Montantes pagos | | Total (ver nota 5) | | Rendimento anual complementar | | | | |
| | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | | | | |
| | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | Provisões matemáticas | Subvenções e melhorias de benefícios | |
| Provisões de capitais, pensões e outros | | | | | | | | | | | |
| Modalidades de capitalização | | | | | | | | | | | |
| | 1 053 296 | - | 135 383 | - | (134 096) | - | 1 287 | - | 1 014 | 1 055 596 | - |
| | 1 388 310 | - | 459 938 | - | (320 740) | - | 139 198 | - | 8 | 1 527 516 | - |
| | 89 471 | - | 8 033 | - | (6 267) | - | 1 766 | - | 86 | 91 323 | - |
| | 3 676 | - | 134 | - | (293) | - | (159) | - | 4 | 3 521 | - |
| | 2 534 753 | - | 603 488 | - | (461 397) | - | 142 091 | - | 1 112 | 2 677 955 | - |
| Modalidades atuariais | | | | | | | | | | | |
| | 23 722 | 20 283 | 1 222 | 547 | (3 689) | (1 029) | (2 467) | (482) | - | 21 255 | 19 802 |
| | 286 080 | 452 | 53 761 | 12 | (65 786) | (164) | (12 025) | (152) | - | 274 055 | 300 |
| | 202 738 | 19 237 | 8 613 | 499 | (20 825) | (1 321) | (12 212) | (822) | - | 190 526 | 18 415 |
| | 51 049 | 265 | 5 897 | 8 | (8 221) | (71) | (2 324) | (63) | - | 48 725 | 203 |
| | 9 764 | 13 805 | 9 | 264 | (1 120) | (645) | (1 111) | (381) | - | 8 653 | 13 424 |
| | 26 281 | - | 1 274 | - | (3 461) | - | (2 187) | - | - | 24 094 | - |
| | 16 513 | 1 171 | 710 | 14 | (2 463) | (93) | (1 753) | (79) | - | 14 760 | 1 091 |
| | 616 146 | 55 213 | 71 486 | 1 344 | (105 565) | (3 323) | (34 079) | (1 980) | - | 582 067 | 53 233 |
| | 3 150 899 | 55 213 | 674 974 | 1 344 | (566 962) | (3 323) | 108 012 | (1 980) | 1 112 | 3 260 023 | 53 233 |

No exercício de 2022, verifica-se um acréscimo nas provisões matemáticas, no montante de Milhares de Euros 49 898 (2021: Milhares de Euros 107 144) resultante, fundamentalmente, do facto das subscrições de novos produtos mutualistas ter sido superior ao montante nos resgates.

Em adição, tendo em consideração o valor do Fundo Disponível das modalidades Montepio Poupança Reforma, Montepio Poupança Complementar e Capitais Coletivos, gerado ao longo do ano de 2021, a Assembleia de Representantes que aprovou as demonstrações financeiras do exercício de 2021 deliberou a atribuição de um rendimento anual

complementar de 0,2%, que se traduziu num montante de Milhares de Euros 2 189 (Exercício anterior: 0,1% de rendimento complementar, traduzindo-se em Milhares de Euros 1 112).

As provisões matemáticas têm como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respetivas modalidades, como segue:

2022 e 2021

| Modalidades de subscrição aberta | Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez | Taxa Técnica |
|---|---|--------------|
| Montepio Proteção Vida | TD 88/90 | 0,3% |
| Montepio Pensões de Reforma | TV 88/90 | 0,3% |
| Montepio Pensões de Reforma - Restituição de Quotas | TD 88/90 + TV 88/90 | 0,3% |
| Montepio Proteção 5 em 5 | TD 88/90 | 0,3% |
| Montepio Proteção 18-30 | TD 88/90 | 0,3% |
| Montepio Proteção Invalidez | TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW | 0,3% |

| Modalidades de subscrição fechada | Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez | Taxa Técnica |
|---|---|--------------|
| Capitais de Previdência - 4% | PM 60 G | 4,0% |
| Capitais de previdência - 3% | TD 88/90 (formação) TV 88/90 (curso) | 3,0% |
| Subsídio por Morte | PM 60 G | 4,0% |
| Pensões de Reforma - 4% e 6% | PM 60 G | 4% e 6% |
| Pensões de Reforma - 4% (TV 88/90) | TV 88/90 | 4,0% |
| Pensões de Reforma - 3% | TV 88/90 | 3,0% |
| Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 4% e 6% | PM 60 G | 4% e 6% |
| Pensões de Reforma - Restituição de Quotas - 3% | TD 88/90 + TV 88/90 | 3,0% |
| Pensões de Reforma - Adicional de Invalidez - 4% e 6% | PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW | 4% e 6% |
| Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 4% | PM 60 G | 4,0% |
| Capitais de Previdência Diferidos com Opção - 3% | TD 88/90 | 3,0% |
| Capitais de Previdência a Prazo | PM 60 G | 4,0% |
| Capitais para Jovens - 4% | PM 60 G | 4,0% |
| Capitais para Jovens - 3% | TD 88/90 (formação) TV 88/90 (curso) | 3,0% |
| Pensões para Deficientes | PM 60 G + HW (formação) HW (curso) | 4,0% |
| Capitais Temporários por Invalidez - 4% | PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW | 4,0% |
| Capitais Temporários por Invalidez - 3% | TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW | 3,0% |
| Rendas de Sobrevivência | PM 60 G | 4,0% |
| Capitais Diferidos com Cobertura Adicional | PM 60 G + HW | 4,0% |
| Capitais para Estudos | PM 60 G + HW | 4,0% |
| Pensões de Capitais de Reforma - 4% e 6% | PF 60/64 | 4% e 6% |
| Pensões de Capitais de Reforma - 3% | TV 99/01 | 3,0% |
| Pensões de Poupança Reforma - 3% | TV 99/01 | 3,0% |
| Pensões de Modalidades Coletivas - 3% | TV 99/01 | 3,0% |
| Pensões de Sobrevivência e Dotes | AF (formação) RF (curso) | 4,0% |
| Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas | PM 60 G | 4,0% |
| Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas | AF + CR (formação) RF (curso) | 4,0% |
| Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional) | AF | 4,0% |

| Rendas Vitalícias | Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez | Taxa Técnica |
|-----------------------------|---|--------------|
| Rendas Vitalícias - 4% e 6% | PF 60/64 | 4% e 6% |
| Rendas Vitalícias - 3% | TV 99/01 | 3,0% |
| Rendas Vitalícias - 0,3% | TV 99/01 | 0,3% |

| Rendas Temporárias | Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez | Taxa Técnica |
|---------------------------|---|--------------|
| Rendas Temporárias - 3% | TV 88/90 | 3,0% |
| Rendas Temporárias - 0,3% | TV 88/90 | 0,3% |

Relativamente às modalidades de capitalização, as taxas técnicas variam entre 0,1% e 3,4% (2021: 0% e 2,5%), sendo a taxa média garantida destas modalidades de 1,05% (2021: média de 0,854%).

Adicionalmente, as provisões matemáticas incluem o montante de Milhares de Euros 116 705 (2021: Milhares de Euros 160 232), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 1 t. A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades, à data de 31 de dezembro de 2022, foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 1,11% e 3,29% (2021: 1% e 2,67%). A diminuição do provisionamento decorrente do teste de adequabilidade das responsabilidades face ao período homólogo deve-se, fundamentalmente, ao aumento da estrutura temporal das taxas de juro com impacto direto no referido teste.

O teste da adequação das responsabilidades foi realizado com base em pressupostos atuariais mais adequados face aqueles originalmente previstos nas bases técnicas dos produtos, nomeadamente a alteração das tábuas de mortalidade, face à realidade atual em termos de esperança de vida.

A Associação inclui no teste de adequação das responsabilidades os custos de gestão com as modalidades, tal com preconizado no parágrafo 16 (a) da *IFRS 4*. Estes custos representam o valor médio que a entidade espera incorrer na gestão das responsabilidades até ao seu vencimento/término, o que originou um aumento nas responsabilidades no exercício de 2022 de Milhares de Euros 14 (2021: Milhares de Euros 245).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a provisão matemática do ramo vida é analisada como segue:

| | (milhares de euros) | |
|---|---------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Provisão matemática do ramo vida | | |
| Risco | 24 879 | 31 832 |
| Capitalização | 218 663 | 156 038 |
| | 243 542 | 187 870 |

A provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é analisada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|---------|---------|
| Provisão para sinistros do ramo vida | 16 403 | 26 608 |
| Provisão para sinistros do ramo não vida | | |
| Acidentes e doença | 223 822 | 226 984 |
| Incêndio e outros danos | 13 205 | 11 582 |
| Automóvel | 86 753 | 77 980 |
| Marítimo, aéreo e transportes | 3 013 | 2 974 |
| Responsabilidade civil geral | 5 144 | 5 727 |
| Crédito e caução | 303 | 634 |
| Proteção Jurídica | 10 | 11 |
| Assistência | 4 | 4 |
| Diversos | 99 | 1 |
| | 332 353 | 325 897 |
| | 348 756 | 352 505 |

45 OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------|--------|--------|
| Empréstimos subordinados | 30 936 | 31 189 |
| | 30 936 | 31 189 |

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas como seguem:

(Milhares de Euros)

| 2022 | | | | | | |
|--------------------------------|-----------------|------------|------------------|---|------------------|--|
| Descrição da emissão | Data de emissão | Maturidade | Valor de emissão | Taxa de juro | Valor de balanço | |
| MONTEPIO EMTN SUB 2019/2029 | mar 2019 | abr 2029 | 9 597 | 10,5% nos primeiros 5 anos e a Taxa EurSwap a 5y + Fixing ICE (FFT 11:00 AM) + 10,514% | 9 597 | |
| FINIBANCO VALOR INVEST 2010 | fev 2010 | - | 6 339 | 7,0% nas primeiras 4 datas de pagamento de juros e Euribor 6M acrescida de 2,75%, com um mínimo de 5% nas seguintes | 6 339 | |
| Lusitania Companhia de Seguros | dez 2021 | dez 2031 | 15 000 | 7% | 15 000 | |
| | | | | | 30 936 | |

(Milhares de Euros)

| 2021 | | | | | | |
|--------------------------------|-----------------|------------|------------------|---|------------------|--|
| Descrição da emissão | Data de emissão | Maturidade | Valor de emissão | Taxa de juro | Valor de balanço | |
| MONTEPIO EMTN SUB 2019/2029 | mar 2019 | abr 2029 | 9 597 | 10,5% nos primeiros 5 anos e a Taxa EurSwap a 5y + Fixing ICE (FFT 11:00 AM) + 10,514% | 9 597 | |
| FINIBANCO VALOR INVEST 2010 | fev 2010 | - | 6 592 | 7,0% nas primeiras 4 datas de pagamento de juros e Euribor 6M acrescida de 2,75%, com um mínimo de 5% nas seguintes | 6 592 | |
| Lusitania Companhia de Seguros | dez 2021 | dez 2031 | 15 000 | 7% | 15 000 | |
| | | | | | 31 189 | |

Em relação à emissão Finibanco Valor Invest 2010 o reembolso é efetuado ao valor nominal e, em resultado de leis ou regulamentos aplicáveis, incluindo quaisquer Diretivas ou Regulamentos da União Europeia, que venham estabelecer um regime jurídico da recuperação e liquidação de instituições de crédito (Diretiva 2015/59/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014 e Lei n.º 23-A/2015, de 26 de março), ou qualquer implementação daqueles em Portugal, os valores poderão ser usados para cobrir as perdas do emitente, podendo ser chamados a absorver prejuízos.

46 OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica é apresentada como segue:

| | (milhares de euros) | |
|---|---------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Credores: | | |
| Fornecedores | 14 870 | 22 325 |
| Passivos de locação | 7 100 | 7 442 |
| Outros credores | 150 706 | 115 635 |
| Credores por operações de seguro direto e resseguro cedido | 26 451 | 26 608 |
| Depósitos recebidos de resseguradores | 5 212 | 10 959 |
| Setor Público administrativo | 14 386 | 13 559 |
| Valores a pagar ao pessoal | 32 439 | 36 771 |
| Outros custos a pagar | 33 250 | 21 461 |
| Receitas antecipadas | 1 774 | 1 821 |
| Responsabilidades com pensões e outros benefícios (ver nota 54) | 925 | 421 |
| Contas diversas | 50 980 | 53 716 |
| | 338 093 | 310 718 |

A rubrica de Outros Credores incorpora em 2022 e 2021 operações a liquidar nacionais e estrangeiras que foram regularizados no início do ano de 2023.

A 31 de dezembro de 2022 a rubrica Valores a pagar ao pessoal inclui o valor de 16.605 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 19.603 milhares de euros), relativo à especialização de férias e subsídio de férias. Adicionalmente, a 31 de dezembro de 2022 esta rubrica inclui também o montante de 2.124 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 2.573 milhares de euros) referente ao prémio de final de carreira e o valor de 8.423 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 8.266 milhares de euros) relacionado com o programa de ajustamento do quadro de colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica Passivos de locação corresponde ao valor dos passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16, conforme descrito na política contabilística 1 i), e respeita a contratos de locação operacional de imóveis e de viaturas.

A maturidade dos passivos de locação é como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|----------------|-------|-------|
| Até 1 ano | 1 258 | 1 877 |
| 1 ano a 5 anos | 5 842 | 4 813 |
| Mais de 5 anos | - | 752 |
| | 7 100 | 7 442 |

47 FUNDOS PRÓPRIOS

De acordo com o Artigo 55.º dos Estatutos da Associação, os **Fundos Próprios** ascendem a Milhares de Euros 106 579 e são constituídos para as modalidades cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros (2021: Milhares de Euros 103 489). Os Fundos próprios são constituídos pelo remanescente dos saldos anuais dos correspondentes Fundos disponíveis.

A movimentação desta rubrica é apresentada no Mapa das alterações no capital próprio.

48 EXCEDENTES TÉCNICOS

Os **Excedentes Técnicos** ascendem a Milhares de Euros 70 644 e são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afetos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor (2021: Milhares de Euros 41 873).

A movimentação desta rubrica é apresentada no Mapa das alterações no capital próprio.

49 RESERVA GERAL

A Reserva Geral ascende a Milhares de Euros 175.109 (2020: Milhares de Euros 167.700).

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destina-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

A movimentação desta rubrica é apresentada no Mapa das alterações no capital próprio.

Movimentos ocorridos nos capitais próprios no exercício de 2022:

A distribuição de resultados referentes ao exercício de 2021, inclui transferências entre rubricas do capital próprio da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia de Representantes, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

Assim, para efeitos da distribuição de resultados, a Associação recorreu aos Excedentes técnicos e ao Fundo de reserva geral disponível, para cobertura:

- i) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades no montante de Milhares de Euros 7 761, através dos Excedentes técnicos,
- ii) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades, no montante de Milhares de Euros 6 838, por recurso ao Fundo de reserva geral.

a Assembleia de Representantes deliberou ainda:

- i) a distribuição ao Fundo de reserva geral de algumas modalidades, o montante de Milhares de Euros 14 094;
- ii) a distribuição à reserva para estabilização de resultados, o montante de Milhares de Euros 5 332;
- iii) a distribuição aos Fundos próprios de algumas modalidades e outros fundos, o montante de Milhares de Euros 3 090;
- iv) a distribuição aos Excedentes técnicos, o montante de Milhares de Euros 36 669.

A Assembleia de Representantes deliberou ainda (i) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,20% às modalidades Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos, atendendo ao valor dos seus Fundos Disponíveis e (ii) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,20% à modalidade Montepio Poupança Complementar, com recurso às suas Reservas Gerais. Esta deliberação gerou uma redução nos capitais próprios da Associação, no montante de Milhares de Euros 2 189, por contrapartida de um aumento nas provisões matemáticas no mesmo montante.

No decurso do exercício 2022, a Associação, por encerramento das catorze séries da Modalidade Montepio Capital Certo vencidas no ano de 2022, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas séries, foi aprovada a transferência do montante de Milhares de Euros 146 para o Fundo de reserva Geral.

Movimentos ocorridos nos capitais próprios no exercício de 2021:

A distribuição de resultados referentes ao exercício de 2020, inclui transferências entre rubricas do capital próprio da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento

anual aprovado em Assembleia Geral, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

Assim, para efeitos da distribuição de resultados, a Associação recorreu aos Excedentes técnicos e ao Fundo de reserva geral disponível, para cobertura:

- iii) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades, no montante de Milhares de Euros 3 441, através dos Excedentes técnicos,
- iv) do saldo negativo do fundo disponível de algumas modalidades, no montante de Milhares de Euros 63 519, por recurso ao Fundo de reserva geral.

a Assembleia Geral deliberou:

- v) a distribuição ao Fundo de reserva geral de algumas modalidades, o montante de Milhares de Euros 2 816;
- vi) a distribuição à reserva para estabilização de resultados, o montante de Milhares de Euros 291;
- vii) a distribuição aos Fundos próprios de algumas modalidades e outros fundos, o montante de Milhares de Euros 14 403;
- viii) a distribuição aos Excedentes técnicos, no montante de Milhares de Euros 31 588.

A Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício de 2020 deliberou ainda (i) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,1% às modalidades Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos, atendendo ao valor dos seus Fundos Disponíveis e (ii) a atribuição de um rendimento anual complementar de 0,1% à modalidade Montepio Poupança Complementar, com recurso às suas Reservas Gerais. Esta deliberação gerou uma redução nos capitais próprios da Associação, no montante de Milhares de Euros 1 112, por contrapartida de um aumento nas provisões matemáticas no mesmo montante.

Para assegurar a totalidade das responsabilidades das séries da Modalidade Capital Certo, reembolsadas durante o ano de 2021, foi necessário recorrer ao Fundo de reserva geral, no montante de Milhares de Euros 3 012.

No decurso do exercício 2021, a Associação, por encerramento das dezasseis séries da Modalidade Montepio Capital Certo, vencidas no ano de 2021, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas séries foi aprovada a transferência do montante de Milhares de Euros 4 638 para o Fundo de reserva Geral.

Foram também transferidos de Excedentes Técnicos para o Fundo de Reserva Geral o montante de Milhares de Euros 234, de saldos remanescentes de séries que se venceram no início do ano de 2020, mas cujos saldos não foram transferidos para o Reserva Geral em 2020. Estas séries venceram-se ainda antes do apuramento de resultados de 2020 não sendo possível, à data, determinar quais os saldos finais a transferir.

50 RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica é apresentada como segue:

| | (milhares de euros) | |
|---|---------------------|------------|
| | 2022 | 2021 |
| Reservas de justo valor | (127 551) | 88 543 |
| Reservas por impostos correntes e diferidos | 79 568 | 43 911 |
| Outras reservas e resultados transitados | (206 374) | (383 394) |
| | (254 357) | (250 940) |

As reservas de justo valor incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

As reservas de justo valor analisam-se como segue:

| | (milhares de euros) | |
|---|---------------------|-----------|
| | 2022 | 2021 |
| Custo amortizado dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 27) | 1 086 846 | 1 654 381 |
| Imparidade acumulada reconhecida (Nota 27) | (8 846) | (13 282) |
| Custo amortizado dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidos de imparidade (Nota 27) | 1 078 000 | 1 641 099 |
| Justo valor dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 27) | 942 344 | 1 738 107 |
| Ganhos / Perdas potenciais reconhecidas na reserva de justo valor | (135 656) | 97 008 |
| Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade | - | - |
| Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas | - | - |
| Diferenças de câmbio | 113 | - |
| Shadow account - Participação nos resultados a atribuir (atividade seguradora) | - | (13 557) |
| Reservas de justo valor de imóveis - Transferências de Outros ativos tangíveis para propriedades de investimento | 7 034 | 4 603 |
| Outros movimentos | 958 | 489 |
| | (127 551) | 88 543 |

51 INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | Balança | | Demonstração de Resultados | |
|---|----------|----------|----------------------------|-------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Finibanco Angola, S.A. | 11 442 | 12 903 | (2 666) | 1 125 |
| Lusitania Companhia de Seguros, S.A. | (2 842) | (1 924) | 19 | 39 |
| Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A. | 65 | 256 | 18 | 12 |
| Futuro-Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. | 2 399 | 2 421 | 10 | 282 |
| Sociedade Portuguesa de Administração, S.A. | 32 | 20 | (1) | 3 |
| Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior, S.A. | 2 | (5) | 1 | - |
| Caixa Económica Montepio Geral | 101 | 91 | 2 | - |
| Bolsimo - Gestão de Activos, S.A. | 26 | 52 | 2 | 19 |
| Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A. | - | (27) | - | - |
| Montepio Seguros SGPS, S.A. | - | - | - | 7 |
| MGA ACE | 2 | 1 | - | - |
| Moçambique Companhia de Seguros, S.A. | 1 854 | 1 482 | 267 | 207 |
| | 13 081 | 15 270 | (2 348) | 1 694 |

A movimentação desta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|----------|--------|
| Saldo inicial | 15 270 | 11 277 |
| Ajustamento de transição IFRS 9 | - | - |
| Diferenças Cambiais | 2 170 | 2 479 |
| Dividendos | (965) | - |
| Alteração ao perímetro de consolidação e outras | (728) | (180) |
| | 15 747 | 13 576 |
| Resultado atribuível a interesses que não controlam | (2 666) | 1 694 |
| Saldo final | 13 081 | 15 270 |

52 GARANTIAS E OUTROS COMPROMISSOS

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------|------------|-----------|
| Garantias e avales prestados | 462 194 | 479 831 |
| Compromissos perante terceiros | 1 658 049 | 1 569 331 |
| Custódia e guarda de valores | 8 170 780 | 7 757 554 |
| | 10 291 023 | 9 806 716 |

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------|-----------|
| Garantias e avales prestados | | |
| Garantias e avales | 426 783 | 428 523 |
| Créditos documentários | 35 411 | 51 308 |
| | 462 194 | 479 831 |
| Compromissos perante terceiros | | |
| Compromissos irrevogáveis | | |
| Linhas de crédito irrevogáveis | 720 589 | 694 072 |
| Subscrição de títulos | 708 | 903 |
| Responsabilidades a prazo para Fundo de Garantia de Depósitos | 22 768 | 22 768 |
| Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores | 5 774 | 6 007 |
| Compromissos revogáveis | | |
| Linhas de crédito revogáveis | 908 210 | 845 581 |
| | 1 658 049 | 1 569 331 |

As garantias bancárias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem necessariamente por mobilizações de fundos por parte do Grupo.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus Clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os Clientes do Grupo (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem, substancialmente, que os

Clientes observem o cumprimento de determinados requisitos definidos aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do Cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo para o Fundo de Garantia de Depósitos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 refere-se ao compromisso irrevogável que o Grupo assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

Em 31 de dezembro de 2022, no âmbito do Fundo de Garantia de Depósitos, o Grupo deu como penhor obrigações do tesouro (OT outubro de 2030 e OT fevereiro de 2030), registadas como Outros ativos financeiros ao custo amortizado, com um valor nominal de 28.000 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 24.000 milhares de euros), conforme descrito na nota 29.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial - Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, diz respeito à obrigação irrevogável que o Grupo assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à avaliação da adequação da imparidade constituída tal como referido na política contabilística descrita na nota 1 c), sendo a exposição máxima de crédito representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

53 JUSTO VALOR

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de Clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

Instrumentos financeiros registados no balanço ao justo valor

Os instrumentos financeiros relevados contabilisticamente no balanço ao justo valor foram classificados por níveis em conformidade com o disposto na IFRS 13, conforme segue:

Títulos de dívida e instrumentos de capital

- Nível 1: São incluídos nesta categoria, para além dos instrumentos financeiros admitidos à negociação em mercado regulamentado, as obrigações e unidades de participação em fundos harmonizados, valorizados com base em preços / cotações de mercados ativos, divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços.
Os instrumentos financeiros supramencionados são negociados em mercado ativo, sempre que seja dada cotação para os instrumentos financeiros em causa através de fontes multi-contribuídas para obrigações e o primary exchange para ações.
- Nível 2: São considerados de nível 2 os instrumentos financeiros que não sejam transacionados em mercado ativo ou que sejam valorizados a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, spreads, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. A classificação do justo valor de nível 2 é efetuada de acordo com as seguintes regras:
 - a) Os instrumentos financeiros serão classificados em nível 2 se forem:
 - i. valorizados com base em modelos que utilizam dados observáveis no mercado (como por exemplo curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio). As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros, por exemplo a Bloomberg, mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante, mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos, como por exemplo os indexantes; ou
 - ii. valorizados por recurso a preços de compra indicativos de terceiros, baseados em dados observáveis no mercado.
 - b) Para instrumentos financeiros que não possuam histórico de 30 dias de calendário disponível no sistema, a atribuição do nível de justo valor será realizada atendendo o histórico disponível.

- Nível 3: Os instrumentos financeiros são classificados no nível 3 sempre que não cumpram os critérios para ser classificados como nível 1 ou nível 2, ou o justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, designadamente:
- a) Instrumentos financeiros não admitidos à negociação em mercado regulamentado, que sejam valorizados com recurso a modelos de avaliação e não exista no mercado um consenso geralmente aceite sobre os critérios a utilizar, nomeadamente:
 - i. avaliação preparada de acordo com o Net Asset Value de fundos não harmonizados, atualizados e divulgados pelas respetivas sociedades gestoras;
 - ii. avaliação preparada de acordo com preços indicativos divulgados pelas entidades que participaram na emissão de determinados instrumentos financeiros, sem mercado ativo; ou
 - iii. avaliação preparada de acordo com a realização de testes de imparidade, recorrendo a indicadores de performance das operações subjacentes (e.g. grau de proteção por subordinação às tranches detidas, taxas de delinquência dos ativos subjacentes, evolução dos ratings, etc.).
 - b) instrumentos financeiros valorizados através de preços de compra indicativos baseados em modelos de avaliação teóricos, divulgados por entidades terceiras especializadas.

Instrumentos financeiros derivados

As operações de derivados financeiros, sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro, sobre ações ou índices de ações, sobre a inflação ou sobre uma combinação destes subjacentes são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*) e em mercados organizados (especialmente em bolsas de valores). Para as operações de derivados OTC (*swaps* e opções), a respetiva valorização é efetuada com base em métodos geralmente aceites, privilegiando sempre valores provenientes do mercado.

- Nível 1: Esta classificação inclui os futuros e as opções e outros instrumentos financeiros derivados transacionados em mercado regulamentado.
- Nível 2: Neste nível encontram-se classificados os instrumentos financeiros derivados, negociados em mercado não regulamentado (mercado de balcão / OTC) que não têm componente opcional.

A valorização destes derivados é efetuada através do desconto dos cash-flows das operações, usando como base para o desconto as curvas de taxa de juro de mercado consideradas adequadas para a moeda em causa, vigentes no momento do cálculo. As taxas de juro são obtidas junto da Bloomberg ou Reuters.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Bloomberg ou Reuters - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante, mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro

são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

- Nível 3: Neste nível encontram-se classificadas as opções e os derivados negociados em mercado não regulamentado (mercado de balcão/ OTC), que incorporem elementos opcionais.

A valorização das opções é efetuada a partir de modelos estatísticos que consideram o valor de mercado dos ativos subjacentes e as respetivas volatilidades (considerando-se que estas últimas não são dados observáveis diretamente no mercado). Os modelos teóricos utilizados na valorização de derivados classificados no nível 3 são apresentados conforme segue:

- i. Para opções simples, é utilizado o modelo Black-Scholes, Black, Ho e outros considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis e seus derivados (modelos normalmente usados pelo mercado na valorização deste tipo de operações). Os inputs não observáveis em mercado utilizados na valorização (volatilidades implícitas do subjacente) são recolhidos na *Bloomberg*.
- ii. Para opções exóticas ou para derivados complexos com elementos opcionais incorporados para os quais não existam modelos de valorização disponíveis, o Banco Montepio contrata entidades especializadas que valorizam tais ativos recorrendo a modelos específicos que desenvolvem segundo os critérios e metodologias geralmente aceites.

As valorizações assim obtidas são, no caso de operações interbancárias, avaliadas contra as usadas pelas contrapartes e sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

A valorização de componentes não opcionais, não ajustadas pelo risco de crédito (*cash-flows* das operações), é efetuada a partir do respetivo desconto, usando metodologia similar à utilizada para os derivados sem componente opcional, não deixando por isso o derivado em causa de ser considerado no nível 3.

Instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o Banco Montepio apura o respetivo justo valor com recurso a técnicas de valorização que procuram ter por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respetivos *cash-flows* descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas, ou seja:

- *Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos de Bancos Centrais, Recursos de outras instituições de crédito e Ativos com Acordos de Recompra*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Para os Recursos de Bancos Centrais foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável, atendendo à tipologia das operações e ao prazo associado. A taxa de remuneração das tomadas de fundos junto do Banco Central Europeu é negativa em 0,08%

para as operações vivas em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: negativa em 0,60%).

Para os restantes recursos de Instituições de Crédito, a taxa de desconto utilizada reflete as atuais condições praticadas pelo Grupo em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do exercício). Em 31 de dezembro de 2022 a taxa média de desconto foi negativa de 3,53% (31 de dezembro de 2021: negativa de 0,60%).

Para as aplicações em Instituições de crédito foi aplicada uma taxa de desconto que reflete as condições praticadas pelo Banco Montepio para as operações de prazo residual mais significativas. Atendendo ao curto prazo associado a estes instrumentos financeiros, o valor do balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Outros ativos financeiros ao custo amortizado*

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

- *Crédito a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

- *Crédito a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Para os créditos em situação de incumprimento, considera-se que o valor líquido de imparidade destas operações é uma estimativa razoável do seu justo valor, tendo em conta a avaliação económica que é realizada no apuramento desta imparidade no caso dos Clientes individualmente significativos. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Grupo para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do exercício) e o spread praticado à data de reporte, calculado através da média da produção observada no último trimestre. A 31 de dezembro de 2022 a taxa média de desconto foi de 4,24% para o crédito habitação (31 de dezembro de 2021: 2,20%), de 8,04% para o crédito individual (31 de dezembro de 2021: 7,19%) e de 4,49% para os restantes créditos (31 de dezembro de 2021: 3,38%), assumindo uma projeção das taxas variáveis que se baseia em fundamentais macroeconómicos e nas taxas *forward* de mercado. Os cálculos efetuados incorporam o spread de risco de crédito.

- *Recursos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que estes fluxos de caixa ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do exercício) e o spread do Grupo à data de reporte, calculado através da média da produção registada no último trimestre. A taxa média de desconto em 31 de dezembro de 2022 foi negativa de 1,18% (31 de dezembro de 2021: negativa de 0,04%).

- *Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra refletido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa, e para os quais o Grupo adota contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos internos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos Clientes não institucionais do Grupo.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (spread de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões de obrigações hipotecárias, o justo valor é apurado com base nas cotações difundidas pelo fornecedor de conteúdos financeiros *Bloomberg*.

No que respeita às emissões subordinadas o justo valor foi apurado de forma a refletir os spreads observáveis em mercado de comparáveis adicionados de um prémio de liquidez, tendo em conta a menor profundidade de mercado da dívida subordinada emitida pelo Banco Montepio.

- *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais e Disponibilidades em outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Refira-se que o justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação, não tendo sido determinado com esse objetivo.

Os principais métodos de valorização, hipóteses e inputs utilizados no cálculo da estimativa do justo valor para os níveis 2 e 3, em função do tipo de instrumento financeiro são apresentados conforme segue:

| | Tipo de instrumentos | Métodos de valorização | Principais suposições |
|--|---|--|--|
| Ativos e passivos financeiros detidos para negociação | <i>Swaps</i> | Método de atualização dos fluxos de caixa ² | Curvas de taxa de juro |
| | Derivados ¹ Opções sobre taxa de câmbio | Modelo <i>Black-Scholes</i> | Volatilidades implícitas |
| | Opções sobre taxa de juro | Modelo normal | Probabilidade de default para cálculo de CVA e DVA |
| | Instrumentos financeiros representativos de dívida | Método de atualização dos fluxos de caixa ² | Curvas de taxa de juro Prémios de risco Ativos comparáveis ³ Preços observáveis em mercado |
| Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados | Instrumentos financeiros representativos de capital próprio | | Curvas de taxa de juro Prémios de risco |
| | Instrumentos financeiros representativos de dívida | Método de atualização dos fluxos de caixa ² | Ativos comparáveis ³ Preços observáveis em mercado |
| Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral | Instrumentos financeiros representativos de capital próprio | Método de atualização dos fluxos de caixa ² | Curvas de taxa de juro Prémios de risco |
| | Instrumentos financeiros representativos de dívida | | Ativos comparáveis ³ |
| Ativos financeiros pelo custo amortizado | Valores representativos de dívida | Método de atualização dos fluxos de caixa ² | Curvas de taxa de juro Ativos comparáveis ³ <i>Spreads</i> |
| | Empréstimos e valores a cobrar | | |
| Derivados - Contabilidade de cobertura | <i>Swaps</i> ¹ | Método de atualização dos fluxos de caixa ² | Curvas de taxa de juro Volatilidades implícitas Probabilidade de default para cálculo de CVA e DVA |
| Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado | Depósitos a prazo | Método de atualização dos fluxos de caixa ² | Curvas de taxa de juro |
| | Valores representativos de dívida emitidos | | <i>Spreads</i> |

(1) Na valorização de derivados é feito um ajustamento à valorização para tomar em conta o risco de crédito da contraparte quando a exposição é do Banco ou o risco de crédito do Banco quando a exposição é da contraparte (geralmente designados pelas siglas CVA iniciais de *Credit Valuation Adjustment* e DVA de *Debit Valuation Adjustment*).

(2) Método da atualização dos fluxos de caixa (valor atual líquido): este modelo utiliza os fluxos de caixa de cada instrumento, estabelecidos nos diferentes contratos, e desconta-os para calcular o respetivo valor atual.

(3) Ativos comparáveis (preços de ativos similares): utiliza-se preços de instrumentos financeiros comparáveis ou índices de referência (*benchmarks*) de mercado para calcular o rendimento desde o preço de compra até à sua valorização atual, realizando ajustes posteriores para considerar as possíveis diferenças entre o instrumento valorizado e o instrumento de referência. Também se pode assumir que o preço de um instrumento equivale ao do outro.

Ajustamentos à valorização por Risco de Crédito

Os ajustamentos à valorização por Risco de Crédito da Contraparte (“CVA”) e os ajustamentos à valorização por Risco de Crédito do Banco (“DVA”) são incorporados na valorização dos derivados OTC em consequência do risco associado à exposição creditícia da contraparte e própria, respetivamente.

O valor do CVA é apurado considerando a exposição esperada para cada contraparte em cada prazo futuro, sendo o CVA por contraparte calculado através da soma dos vários valores de CVA nos diversos prazos futuros. Os ajustamentos são então determinados através da estimativa da exposição da contraparte (EAD), da respetiva probabilidade de incumprimento (PD) e perda esperada em caso de incumprimento (LGD), para todos os instrumentos financeiros derivados transacionados ao abrigo de um mesmo contrato negociado com o Grupo com cláusula de compensação (do mesmo *netting set*). Analogamente, o DVA corresponde ao produto da exposição negativa esperada pela probabilidade de incumprimento e pela LGD do Grupo Banco Montepio.

Os valores da PD e da LGD são calibrados através de dados de mercado, utilizando para esse efeito o rating e o setor da contraparte ou informação histórica de probabilidade de incumprimento.

As variações dos ajustamentos de CVA/FVA e DVA/FVA são contabilizadas na rubrica ganhos ou perdas de ativos e passivos detidos para negociação da conta de resultados. O detalhe dos movimentos dos ajustamentos CVA e DVA é apresentado como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|----------------------------------|-------|--------|------|-------|
| | CVA | DVA | CVA | DVA |
| Ajustamento | 51 | 573 | 239 | 671 |
| Do qual : vencimento e derivados | (15) | (260) | 111 | (62) |

Justo valor dos ativos recebidos por recuperação de créditos e de Propriedades de investimento

O justo valor e as imparidades constituídas para ativos imobiliários recebidos por recuperação de crédito são função do valor de avaliação e do valor contabilístico dos imóveis. O valor de avaliação é igual ao menor dos seguintes valores:

- Valor de avaliação presencial;
- Valor de venda (se celebrado contrato para compra e venda).

As avaliações e as reavaliações de imóveis deverão ser efetuadas por peritos avaliadores, regulados pela Lei n.º 153/2015, de 14 de setembro.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho, e para os efeitos previstos no seu artigo 18.º, nos contratos de crédito aos consumidores para imóveis destinados a habitação, o mutuário pode requerer ao Banco a realização de uma segunda avaliação ao imóvel.

Dado que os mesmos avaliadores devem realizar as vistorias às obras em curso sujeitas a financiamento para determinar o montante dos trabalhos realizados a financiar, atendendo à natureza deste tipo de avaliação, a formação e a qualificação profissional destes peritos deverá, cumulativamente, respeitar as qualificações profissionais definidas pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.

Empresas de avaliação externas

A seleção das Empresas de avaliação é realizada com base no universo de entidades registadas como “peritos avaliadores” junto da CMVM e procurando-se sempre assegurar uma adequada diversificação e rotação na realização das avaliações.

As avaliações externas independentes seguem os princípios definidos pelo:

- Aviso n.º 5/2006 do Banco de Portugal (Avaliação de Imóveis Hipotecados em Garantia de Créditos Afetos a Obrigações Hipotecárias);
- Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (Requisitos Prudenciais).

O apuramento do justo valor é feito por avaliadores independentes devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM, os quais devem usar pelo menos dois dos seguintes métodos.

Método comparativo de mercado

Este método determina uma estimativa do montante pelo qual se entende que uma determinada propriedade possa ser transacionada, após um período adequado de comercialização, entre um vendedor e um comprador interessados, em que ambas as partes atuam de forma esclarecida, prudente e não condicionada ou sem coação.

O valor do imóvel é determinado após análise de valores de transação e de oferta de propriedades comparáveis, obtidos através do conhecimento de mercado local e da recolha exaustiva de dados do mercado imobiliário que permitam conhecer a situação da oferta e da procura para imóveis semelhantes e que se constituem fator decisivo no apuramento do Valor de Mercado do imóvel em avaliação.

Método do rendimento

Neste método, o valor de mercado de uma propriedade corresponde ao valor atual de todos os direitos a benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Este método parte do princípio que a gestão e exploração do imóvel se baseia em princípios de legalidade, racionalidade e competência. A análise tem como objetivo a determinação da respetiva capacidade em gerar fluxos de receitas, bem como a periodicidade de ocorrência dos mesmos, inferindo ainda todas as despesas inerentes.

Método do custo

Neste método, a estimativa de valor de uma propriedade corresponde ao custo de construção de um imóvel que cumpra as mesmas funções e com iguais características, materiais e de tecnologia, a preços correntes de mercado. O valor apurado inclui o valor do terreno, os custos inerentes à construção e a margem de lucro de promoção do investimento, bem como inclui uma dedução que corresponde à depreciação, ou perda de valor do imóvel, que resulte de obsolescência física, funcional, económica ou ambiente ou de combinação entre eles.

Para todas as avaliações em que não são utilizados os 3 métodos de avaliação, o perito avaliador deve ter em conta as características do mercado local e as características específicas do imóvel em avaliação. O valor da avaliação adotado será o menor dos valores apurados por ser o mais prudente em termos de garantia.

Propriedades de Investimento

O apuramento do justo valor é feito por avaliadores independentes devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM, os quais devem usar pelo menos dois dos seguintes métodos:

- Método comparativo de mercado;
- Método do rendimento;
- Método do custo;

conforme descrito na nota 1 n).

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2022, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-Americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo:

| 2022 | | | | | |
|---------|----------|-----------------------|-----------------|--------------|--------------|
| Moedas | | | | | |
| | Euro | Dólar Norte-Americano | Libra Esterlina | Franco Suíço | Iene Japonês |
| 1 dia | 1,970000 | 4,285000 | 3,470000 | 0,950000 | -0,075000 |
| 7 dias | 1,904000 | 4,444375 | 3,615000 | 0,910000 | -0,200000 |
| 1 mês | 1,905000 | 4,420000 | 3,640000 | 0,920000 | -0,200000 |
| 2 meses | 2,092000 | 4,630000 | 3,830000 | 1,000000 | -0,200000 |
| 3 meses | 2,253000 | 4,770000 | 3,900000 | 0,970000 | -0,200000 |
| 6 meses | 2,669000 | 5,150000 | 4,345000 | 1,160000 | -0,150000 |
| 9 meses | 2,952000 | 5,235000 | 4,650000 | 1,430000 | -0,100000 |
| 1 ano | 3,102000 | 5,345000 | 4,965000 | 1,660000 | -0,100000 |
| 2 anos | 3,142000 | 5,204321 | 4,904856 | 1,711500 | -0,100013 |
| 3 anos | 3,024000 | 5,065171 | 4,904856 | 1,797000 | -0,100013 |
| 5 anos | 2,961000 | 4,786489 | 4,904856 | 1,941000 | -0,100013 |
| 7 anos | 2,920000 | 4,507043 | 4,904856 | 2,068000 | -0,100013 |
| 10 anos | 2,938000 | 4,088064 | 4,904856 | 2,191000 | -0,100013 |
| 15 anos | 2,934000 | 3,777879 | 4,904856 | 2,276000 | -0,100013 |
| 20 anos | 2,787000 | 3,726000 | 4,904856 | 2,276000 | -0,100013 |
| 30 anos | 2,470000 | 3,472000 | 4,904856 | 2,276000 | -0,100013 |

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2021, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euro, Dólar Norte-americano, Libra Esterlina, Franco Suíço e Iene Japonês utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo:

2021

| Moedas | | | | | |
|---------|-----------|-----------------------|-----------------|--------------|--------------|
| | Euro | Dólar Norte Americano | Libra Esterlina | Franco Suíço | Iene Japonês |
| 1 dia | -0,500000 | 0,135000 | 0,210000 | -0,755000 | -0,110000 |
| 7 dias | -0,478356 | 0,076250 | 0,230000 | -0,695000 | -0,081500 |
| 1 mês | -0,478356 | 0,140000 | 0,240000 | -0,650000 | -0,250000 |
| 2 meses | -0,478356 | 0,150000 | 0,250000 | -0,650000 | -0,220000 |
| 3 meses | -0,478356 | 0,180000 | 0,390000 | -0,650000 | -0,220000 |
| 6 meses | -0,478356 | 0,290000 | 0,610000 | -0,650000 | -0,240000 |
| 9 meses | -0,478356 | 0,410000 | 0,670000 | -0,650000 | -0,150000 |
| 1 ano | -0,485000 | 0,530000 | 0,840000 | -0,670000 | -0,150000 |
| 2 anos | -0,295000 | 0,947000 | 1,232000 | -0,487500 | -0,006300 |
| 3 anos | -0,145000 | 1,186000 | 1,338000 | -0,375000 | -0,001300 |
| 5 anos | 0,016000 | 1,383000 | 1,328000 | -0,230000 | 0,016300 |
| 7 anos | 0,130000 | 1,491000 | 1,275000 | -0,080000 | 0,043800 |
| 10 anos | 0,303000 | 1,602000 | 1,241000 | 0,090000 | 0,106300 |
| 15 anos | 0,492000 | 1,730000 | 1,216000 | 0,232500 | 0,223800 |
| 20 anos | 0,548000 | 1,734000 | 1,216000 | 0,232500 | 0,223800 |
| 30 anos | 0,479000 | 1,710300 | 1,216000 | 0,232500 | 0,223800 |

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

| Volatilidade (%) | | | | | | | |
|------------------|----------|----------|--------|---------|---------|---------|--------|
| Cambial | 2022 | 2021 | 1 mês | 3 meses | 6 meses | 9 meses | 1 ano |
| EUR/USD | 1,0660 | 1,1326 | 8,300 | 8,595 | 8,225 | 8,100 | 7,950 |
| EUR/GBP | 0,88693 | 0,8403 | 7,170 | 7,380 | 7,515 | 7,650 | 7,755 |
| EUR/CHF | 0,9847 | 1,0331 | 5,550 | 5,705 | 5,865 | 5,910 | 5,955 |
| EUR/JPY | 140,66 | 130,38 | 12,550 | 11,792 | 11,220 | 10,780 | 10,530 |
| EUR/AOA | 516,0885 | 635,7510 | - | - | - | - | - |

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo, a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentado como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | | | |
|--|--|--|---------------------|-------------------------|-------------|
| | Ao justo valor através de resultados | Ao justo valor através de reservas | Custo amortizado | Valor contabilístico | Justo valor |
| Ativos Financeiros: | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | - | - | 1 383 834 | 1 383 834 | 1 383 834 |
| Disponibilidades em outras instituições de | - | - | 60 976 | 60 976 | 60 976 |
| Aplicações em instituições de crédito | - | - | 111 214 | 111 214 | 111 207 |
| Crédito a clientes | 863 | - | 11 704 927 | 11 705 790 | 11 790 104 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 38 213 | - | - | 38 213 | 38 213 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 186 145 | - | - | 186 145 | 186 145 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | - | 931 408 | - | 931 408 | 931 408 |
| Outros ativos financeiros ao custo amortizado | - | - | 4 842 314 | 4 842 314 | 4 333 248 |
| Ativos não correntes detidos para venda | - | - | 11 | 11 | 11 |
| | - | - | - | - | - |
| | 225 221 | 931 408 | 18 103 276 | 19 259 905 | 18 835 146 |
| Passivos financeiros: | | | | | |
| Recursos de bancos centrais | - | - | 2 889 991 | 2 889 991 | 2 889 991 |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | - | 341 623 | 341 623 | 282 116 |
| Recursos de clientes | 61 565 | - | 12 911 468 | 12 973 033 | 12 929 210 |
| Responsabilidades representadas por títulos | - | - | 606 651 | 606 651 | 583 885 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 17 697 | - | - | 17 697 | 17 697 |
| Outros passivos subordinados | - | - | 30 936 | 30 936 | 19 679 |
| | 79 262 | - | 16 780 669 | 16 859 931 | 16 722 578 |

(Milhares de Euros)

2021

| | Designado ao justo valor | Ao justo valor através de reservas | Custo amortizado | Valor contabilístico | Justo valor |
|--|-----------------------------|--|---------------------|-------------------------|-------------|
| Ativos Financeiros: | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | - | - | 2 968 024 | 2 968 024 | 2 968 024 |
| Disponibilidades em outras instituições de | - | - | 117 085 | 117 087 | 117 087 |
| Aplicações em instituições de crédito | - | - | 267 075 | 267 075 | 267 075 |
| Credito a clientes | 1 004 | - | 11 661 829 | 11 662 833 | 11 565 737 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 7 924 | - | - | 7 979 | 7 979 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 260 130 | - | - | 260 130 | 260 130 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | - | 1 738 107 | - | 1 738 107 | 1 738 107 |
| Ativos não correntes detidos para venda | - | - | 38 862 | 38 862 | 38 836 |
| Derivados de cobertura | 5 411 | - | - | 5 411 | 5 411 |
| Outros activos financeiros ao custo amortizado | - | - | 3 004 197 | 3 004 197 | 2 981 739 |
| | 274 469 | 1 738 107 | 18 057 072 | 20 069 705 | 19 950 125 |
| Passivos financeiros: | | | | | |
| Recursos de bancos centrais | - | - | 2 902 003 | 2 902 003 | 2 902 003 |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | - | 555 412 | 555 412 | 542 920 |
| Recursos de clientes | 25 009 | - | 12 573 029 | 12 598 038 | 12 607 017 |
| Responsabilidades representadas por títulos | - | - | 1 617 125 | 1 617 125 | 1 616 593 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 7 470 | - | - | 7 470 | 13 572 |
| Derivados de cobertura | 335 | - | - | 335 | 335 |
| Outros passivos subordinados | - | - | 31 189 | 31 189 | 32 881 |
| | 32 814 | - | 17 678 758 | 17 711 572 | 17 715 321 |

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Grupo, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro 2022:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | | | |
|--|-----------|---------|------------|-----------------------------------|-------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Instrumentos financeiros ao custo | Justo valor |
| Ativos Financeiros: | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 1 383 834 | - | - | - | 1 383 834 |
| Disponibilidades em outras instituições de | 60 976 | - | - | - | 60 976 |
| Aplicações em instituições de crédito | - | - | 111 214 | - | 111 207 |
| Credito a clientes | - | 863 | 11 704 927 | - | 11 790 104 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 18 385 | 6 817 | 13 011 | - | 38 213 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 30 974 | - | 155 171 | - | 186 145 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 888 505 | 2 067 | 39 729 | 1 106 | 931 408 |
| Outros ativos financeiros ao custo amortizado | 4 842 314 | - | - | - | 4 333 248 |
| Derivados de cobertura | - | - | - | - | - |
| Ativos não correntes detidos para venda | - | - | 11 | - | 11 |
| | 7 224 989 | 9 747 | 12 024 063 | 1 106 | 18 835 146 |
| Passivos financeiros: | | | | | |
| Recursos de bancos centrais | 2 889 991 | - | - | - | 2 889 991 |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | - | 341 623 | - | 282 116 |
| Recursos de clientes | - | 61 565 | 12 911 468 | - | 12 929 210 |
| Responsabilidades representadas por títulos | - | - | 606 651 | - | 583 885 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | 7 694 | 10 003 | - | 17 697 |
| Derivados de cobertura | - | - | - | - | - |
| Outros passivos subordinados | - | - | 30 936 | - | 19 679 |
| | 2 889 991 | 69 259 | 13 900 681 | - | 16 722 578 |

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Grupo, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2021:

(Milhares de Euros)

| | 2021 | | | | |
|--|-----------|---------|------------|-----------------------------------|-------------|
| | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Instrumentos financeiros ao custo | Justo valor |
| Ativos Financeiros: | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos centrais | 2 968 024 | - | - | - | 2 968 024 |
| Disponibilidades em outras instituições de | 117 087 | - | - | - | 117 087 |
| Aplicações em instituições de crédito | - | - | 267 075 | - | 267 075 |
| Credito a clientes | - | 1 004 | 11 661 829 | - | 11 565 737 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 341 | 1 376 | 6 262 | - | 7 979 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | 40 997 | - | 219 133 | - | 260 130 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 1 680 846 | 2 335 | 53 745 | 1 181 | 1 738 107 |
| Ativos não correntes detidos para venda | - | - | 38 862 | - | 38 836 |
| Derivados de cobertura | - | 5 411 | - | - | 5 411 |
| Outros activos financeiros ao custo amortizado | 3 004 197 | - | - | - | 2 981 739 |
| | 7 811 492 | 10 126 | 12 246 906 | 1 181 | 19 950 125 |
| Passivos financeiros: | | | | | |
| Recursos de bancos centrais | 2 902 003 | - | - | - | 2 902 003 |
| Recursos de outras instituições de crédito | - | - | 555 412 | - | 542 920 |
| Recursos de clientes | - | - | 12 598 038 | - | 12 607 017 |
| Responsabilidades representadas por títulos | - | - | 1 617 125 | - | 1 616 593 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | - | 949 | 6 521 | - | 13 572 |
| Derivados de cobertura | - | 335 | - | - | 335 |
| Outros passivos subordinados | - | - | 31 189 | - | 32 881 |
| | 2 902 003 | 1 284 | 14 808 285 | - | 17 715 321 |

54 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O Grupo assumiu responsabilidades com pensões e outros benefícios aos colaboradores no âmbito das contratações coletivas das atividades dos setores Bancário e Segurador.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

| | Subgrupo Bancário | | Restantes entidades | |
|---|---|-------------------|---------------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Pressupostos financeiros | | | | |
| Taxa de evolução salarial | 2,5% nos primeiros 3 anos e 0,75% nos seguintes | 0,50% | 2,5% - 0,75% | 0,5% - 2% |
| Taxa de crescimento das pensões | 2,5% nos primeiros 3 anos e 0,75% nos seguintes | 0,30% | 2% - 0,5% | 0,30% - 1% |
| Taxa de rendimento do fundo | 4,20% | 1,40% | 4,26% - 3,36% | 0,68% - 1,58% |
| Taxa de desconto | 4,20% | 1,40% | 4,26% - 3,36% | 0,68% - 1,58% |
| Taxa de revalorização | | | | |
| Taxa de crescimento salários Segurança Social | 1,50% | 1,25% | - | - |
| Taxa de crescimento das pensões | 1,25% | 1,00% | - | - |
| Pressupostos demográficos | | | | |
| Tábua de mortalidade | | | | |
| Homens | TV 88/90 - 1 ano | TV 88/90 | TV 88/90/GKF95 | TV 88/90/GKF95 |
| Mulheres | TV 99/01 - 2 anos | TV 88/90 - 3 anos | TV 88/90/GKF95 | TV 88/90/GKF95 |
| Métodos de valorização atuarial | UCP | UCP | UCP | UCP |

Os pressupostos utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices, relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) *duration* das responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, para o subgrupo bancário a *duration* das responsabilidades com pensões dos colaboradores do Grupo ascende a 15,9 e 17,5 anos respetivamente, incluindo ativos e pensionistas.

Para o subgrupo segurador a *duration* das responsabilidades ascende a 12 e 10 anos, respetivamente.

Para a Associação Mutualista a *duration* das responsabilidades ascende a 9 e 9,4 respetivamente.

Para o Montepio Gestão de Ativos a *duration* das responsabilidades ascende a 20 e 24 anos respetivamente.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------|-------|-------|
| Ativos | 2 911 | 3 004 |
| Reformados e sobreviventes | 1 669 | 1 620 |
| | 4 580 | 4 624 |

As responsabilidades por pensões e outros benefícios e respetivos níveis de cobertura, são analisadas como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|---------|---------|
| Responsabilidades com benefícios de reforma | | |
| Pensionistas | 350 974 | 406 929 |
| Ativos | 264 118 | 400 273 |
| | 615 092 | 807 202 |
| Responsabilidades com benefícios de saúde | | |
| Pensionistas | 23 532 | 27 597 |
| Ativos | 23 442 | 38 695 |
| | 46 974 | 66 292 |
| Responsabilidades com subsídios por morte | | |
| Pensionistas | 1 678 | 2 276 |
| Ativos | 991 | 1 736 |
| | 2 669 | 4 012 |
| Total das responsabilidades | 664 735 | 877 506 |
| Coberturas | | |
| Valor dos fundos | 805 408 | 887 797 |
| Ativos/(passivos) líquidos em Balanço (Notas 37 e 46) | 140 673 | 10 291 |
| Remensurações acumuladas reconhecidas em outro rendimento integral | 133 390 | 272 567 |

A evolução das responsabilidades com pensões e outros benefícios é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | | | 2021 | | | |
|---|--------------------|---------------------|--------------------|------------|--------------------|---------------------|--------------------|-----------|
| | Pensões de reforma | Benefícios de saúde | Subsídio por morte | Total | Pensões de reforma | Benefícios de saúde | Subsídio por morte | Total |
| Responsabilidades no início do exercício | 807 203 | 66 292 | 4 012 | 877 507 | 821 106 | 71 104 | 4 103 | 896 313 |
| Reconhecidos em resultados | | | | | | | | - |
| Custo do serviço corrente | 4 054 | 1 487 | 71 | 5 612 | 4 479 | 1 776 | 77 | 6 332 |
| Custo dos juros | 11 317 | 930 | 56 | 12 303 | 9 370 | 817 | 47 | 10 234 |
| Reformas antecipadas, rescisões por mútuo acordo e outros | 6 955 | - | - | 6 955 | 4 372 | - | - | 4 372 |
| Reconhecidos em capitais próprios | | | | | | | | - |
| Remensurações | | | | | | | | - |
| Alterações de pressupostos | (208 093) | (20 255) | (1 492) | (229 840) | (16 773) | (3 515) | (249) | (20 537) |
| Não decorrentes de alterações de pressupostos | 20 310 | (1 480) | 22 | 18 852 | 11 689 | (3 749) | 36 | 7 976 |
| Outros | 171 | - | - | 171 | - | - | - | - |
| Pensões pagas pelo Fundo | (26 584) | - | - | (26 584) | (25 796) | - | - | (25 796) |
| Pensões pagas pelo Grupo | (1 915) | - | - | (1 915) | (1 932) | - | - | (1 932) |
| Liquidação de benefícios CCT | - | - | - | - | 2 180 | - | - | 2 180 |
| Responsabilidades serviços passados Sinapsa | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Contribuição dos participantes | 2 356 | - | - | 2 356 | (1 493) | (141) | (3) | (1 637) |
| Outros movimentos no exercício | (152) | - | - | (152) | - | - | - | - |
| Responsabilidades no final do exercício | 615 622 | 46 974 | 2 669 | 665 265 | 807 202 | 66 292 | 4 011 | 877 505 |

De referir que os fundos de pensões são geridos pela “Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.”

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser analisada como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------|----------------|
| Saldos dos fundos no início do exercício | 887 797 | 887 342 |
| Reconhecidos em resultados | | |
| Quota parte do juro líquido | 12 328 | 10 037 |
| Reconhecidos em capitais próprios | | |
| Remensurações - ganhos e (perdas) | (70 494) | 15 824 |
| Outros | | |
| Contribuições do Grupo | 135 | 10 |
| Contribuições dos participantes | 2 354 | 2 400 |
| Pensões pagas pelo fundo | (26 584) | (25 796) |
| Ganhos e (perdas) atuariais | - | - |
| Liquidação de benefícios | - | - |
| Transferência de responsabilidades | (128) | (2 020) |
| Saldos dos fundos no fim do exercício | 805 408 | 887 797 |

A rubrica Contribuições do Grupo diz respeito às entregas efetuadas em dinheiro pelo Grupo.

Não estão previstas contribuições adicionais para os planos de benefícios definidos para o exercício seguinte, uma vez que se espera que o rendimento do Fundo de Pensões seja suficiente para cobrir as variações das responsabilidades.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os ativos dos Fundos de Pensões, repartidos entre os que evidenciam, ou não, cotação de mercado, podem ser analisados como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|---|-----------------|-------------|-----------------|-------------|
| | Ativos do Fundo | % | Ativos do Fundo | % |
| Títulos de rendimento variável | | | | |
| Ações | 101 965 | 13% | 64 367 | 7% |
| Fundos de investimento de ações | 58 003 | 7% | 123 445 | 14% |
| Obrigações | 550 887 | 68% | 601 075 | 68% |
| Imóveis | 5 078 | 1% | 5 483 | 1% |
| Fundos de investimento imobiliário | 45 403 | 6% | 44 654 | 5% |
| Fundos de capital de risco | 1 723 | 0% | 2 984 | 0% |
| Outros | 987 | | | |
| Aplicações em bancos e outras Instituições de crédito | 41 362 | 5% | 45 789 | 5% |
| | 805 408 | 100% | 887 797 | 100% |

Os ativos dos Fundos de Pensões relacionados com títulos, imóveis e aplicações em bancos de entidades do Grupo são detalhados como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|--------|--------|
| Aplicações em bancos e outras Instituições de crédito | 29 010 | 39 660 |
| Imobiliário | 4 841 | 5 402 |
| Obrigações | 1 557 | 2 121 |
| Outros | - | - |
| | 35 408 | 47 183 |

A evolução das remensurações em balanço pode ser analisada como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|------------|-----------|
| Remensurações no início do exercício | 272 567 | 300 767 |
| (Ganhos) e perdas atuariais no exercício: | | |
| Alteração da taxa de desconto | (302 570) | (38 127) |
| Atualização da taxa de crescimento de salários | 20 303 | (323) |
| Atualização da taxa de crescimento de pensões | 33 945 | - |
| Alteração das tábuas de mortalidade | 12 315 | - |
| Desvios financeiros - nos ativos do plano | 69 870 | (15 781) |
| Outros desvios | 18 081 | 8 035 |
| Resultantes de alterações nas condições do plano | 8 879 | 17 996 |
| Remensurações no fim do exercício | 133 390 | 272 567 |

Os gastos com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídios por morte podem ser analisados como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|--------|--------|
| Custo do serviço corrente | 5 612 | 6 332 |
| Custo /(proveito) dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades | (133) | 226 |
| Rendimento esperado dos fundos | - | - |
| Reformas antecipadas, rescisões de mútuo acordo e outros | 6 955 | 4 454 |
| Saídas fora do programa | (24) | - |
| | 12 410 | 11 012 |

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada em 31 de dezembro de 2022 e 2021 como segue (Notas 37 e 46):

(Milhares de Euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|---------------|
| No início do exercício | 10 291 | (8 972) |
| Contribuição do Grupo | 133 | 132 |
| Custo do serviço corrente | (5 612) | (6 332) |
| (Custo) /proveito dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades | 133 | (202) |
| Remensurações atuariais | 209 529 | 12 378 |
| Remensurações financeiras | (69 108) | 16 104 |
| Pensões pagas pelo Grupo | 1 736 | 1 932 |
| Reformas antecipadas, rescisões por mútuo acordo e outros | (6 955) | (4 365) |
| Liquidação benefício CCT/Sinapsa | - | - |
| Outros movimentos | 526 | (384) |
| No final do exercício | 140 673 | 10 291 |

Os pressupostos atuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões e outros benefícios. Nos termos da IAS 19 procedeu-se à análise de sensibilidade à variação de pressupostos com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, cujos resultados se apresentam no quadro seguinte:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|----------------------------------|---|-----------|---|-----------|
| | Impacto das alterações dos pressupostos financeiros nas responsabilidades | | Impacto das alterações dos pressupostos financeiros nas responsabilidades | |
| | -0,25% | +0,25% | -0,25% | +0,25% |
| Taxa de desconto | 22 421 | (21 244) | 37 536 | (35 197) |
| Taxa de crescimento dos salários | (12 043) | 12 966 | (21 358) | 23 835 |
| Taxa de crescimento das pensões | (18 801) | 19 591 | (30 406) | 31 925 |
| Contribuição SAMS | (2 571) | 2 589 | (3 427) | 3 427 |

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|--------------------|--|---------|--|---------|
| | Impacto das alterações dos pressupostos demográficos nas responsabilidades | | Impacto das alterações dos pressupostos demográficos nas responsabilidades | |
| | - 1 ano | + 1 ano | - 1 ano | + 1 ano |
| Mortalidade Futura | (14 058) | 14 338 | (24 978) | 24 962 |

Decorrente da alteração do ACT, em 31 de dezembro de 2022 o custo associado ao prémio final de carreira ascendeu a 2.124 milhares de euros (2021: 2.573 milhares de euros), que veio substituir o extinto prémio de antiguidade.

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice de seguro de grupo, denominado Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012. No exercício de 2022, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a 385 milhares de euros (2021: 372 milhares de euros).

O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, que ascende a Euros 1.911.600, e inclui, com referência a 31 de dezembro de 2021, 335 participantes ativos.

55 DESINTERMEDIAÇÃO

De acordo com a legislação em vigor as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes em que o Grupo atua como banco depositário são analisados como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------------|-----------|-----------|
| Fundos de investimento mobiliário | 180 913 | 175 839 |
| Fundos de investimento imobiliário | 721 149 | 629 741 |
| Fundo de pensões | 284 930 | 292 638 |
| Bancasseguros | 28 807 | 30 729 |
| | 1 215 799 | 1 128 947 |

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do balanço.

56 SECURITIZAÇÃO DE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, existem quatro operações de titularização (cinco em 31 de dezembro de 2021), das quais três foram originadas no Banco Montepio e uma em conjunto do Banco Montepio e o Montepio Crédito.

Apresentamos de seguida alguns detalhes adicionais das operações de titularização vivas a 31 de dezembro de 2022.

Em 30 de março de 2007, o Banco Montepio celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A (Sagres), um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages* No. 3. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com

um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 762.375 milhares de euros. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 20 de maio de 2008, o Banco Montepio celebrou com a Sagres, um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages* No. 4. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em 1.028.600 milhares de euros. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de dezembro de 2008, o Montepio Investimento, S.A. vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (Tagus), no montante total de 236.500 milhares de euros (*Aqua Mortgages* No. 1). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 6 de dezembro de 2021, o Banco Montepio e o Montepio Crédito celebraram, com a Ares Lusitani – STC, S.A., os contratos conducentes à titularização de um portefólio de crédito ao consumo. A operação de titularização, com a denominação *Pelican Finance* No. 2, tem uma maturidade legal 13 anos (25 de janeiro de 2035), tendo as obrigações associadas uma *Weighted Average Life* de 2,76 anos (assumindo-se um CPR de 7.5%). O capital vincendo dos créditos titularizados (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) era, à data de referência de 31 de outubro de 2021 (Portfolio Determinative Date), 356.774 milhares de euros, tratando-se de um portefólio estático, sem mecanismos de *revolving*. A venda foi efetuada mediante um modelo de colocação pública sindicada, tendo a classe A sido colocada acima do par (100,606%) e as restantes ao par.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações de titularização tradicionais é o Banco Montepio, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efetivação do respetivo depósito para as respetivas Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages* No. 3, *Pelican Mortgages* No. 4, *Aqua Mortgages* No. 1 e *Pelican Finance* No 2).

O Grupo não detém qualquer participação direta ou indireta nas sociedades Tagus, Sagres e Ares Lusitani.

Os créditos abrangidos pelas operações de titularização acima não foram desreconhecidos do balanço uma vez que o Grupo manteve a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados. Caso o Grupo transfira substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção, as operações de titularização são desreconhecidas.

À data de 31 de dezembro de 2022, as operações de titularização efetuadas pelo Grupo são apresentadas como segue:

(Milhares de Euros)

| 2022 | | | | | | | | |
|--------------------------------|------------------|-------|---------------------|------------------|----------------|-----------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| Emissão | Data de início | Moeda | Activo cedido | Crédito | | Títulos emitidos | | |
| | | | | Montante inicial | Montante atual | Valor nominal inicial | Valor nominal colocado em atual | Valores colocados em terceiros (*) |
| <i>Pelican Mortgages</i> No. 3 | março de 2007 | euro | Crédito à habitação | 762 375 | 98 236 | 762 375 | 103 061 | 26 165 |
| <i>Pelican Mortgages</i> No. 4 | maio de 2008 | euro | Crédito à habitação | 1 028 600 | 362 466 | 1 028 600 | 394 155 | - |
| <i>Aqua Mortgage</i> No. 1 | dezembro de 2008 | euro | Crédito à habitação | 236 500 | 59 222 | 236 500 | 61 644 | - |
| <i>Pelican Finance</i> No.2 | dezembro de 2021 | euro | Crédito à habitação | 360 301 | 255 962 | 360 301 | 252 994 | 252 994 |
| | | | | 2 387 776 | 775 886 | 2 387 776 | 811 854 | 279 159 |

* Inclui valor nominal, juros corridos e outros ajustamentos.

À data de 31 de dezembro de 2021, as operações de titularização efetuadas pelo Grupo são apresentadas como segue:

(Milhares de Euros)

2021

| Emissão | Data de início | Moeda | Activo cedido | Crédito | | Títulos emitidos | | |
|--------------------------------|------------------|-------|---------------------|------------------|----------------|-----------------------|---------------------------------|-----------------------|
| | | | | Montante inicial | Montante atual | Valor nominal inicial | Valor nominal colocado em atual | Valores terceiros (*) |
| <i>Pelican Mortgages No. 3</i> | março de 2007 | euro | Crédito à habitação | 762 375 | 116 091 | 762 375 | 119 898 | 30 618 |
| <i>Pelican Mortgages No. 4</i> | maio de 2008 | euro | Crédito à habitação | 1 028 600 | 407 525 | 1 028 600 | 438 986 | - |
| <i>Aqua Mortgage No. 1</i> | dezembro de 2008 | euro | Crédito à habitação | 236 500 | 68 130 | 236 500 | 70 542 | - |
| <i>Pelican Finance No.2</i> | dezembro de 2021 | euro | Crédito à habitação | 360 301 | 354 894 | 360 301 | 360 301 | 362 214 |
| <i>Aqua Finance No. 4</i> | julho de 2017 | euro | Crédito ao consumo | 200 200 | 47 827 | 200 200 | 54 374 | 9 174 |
| | | | | 2 587 976 | 994 467 | 2 587 976 | 1 044 101 | 402 006 |

Adicionalmente, o detalhe dos créditos titularizados não desreconhecidos, por operação de titularização e natureza dos contratos a 31 de dezembro de 2022 é apresentado como segue:

(Milhares de Euros)

2022

| Operações de titularização não desreconhecidas | | | | | |
|--|-----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|--------------|
| | <i>Pelican Mortgage n.º 3</i> | <i>Pelican Mortgage n.º</i> | <i>Aqua Mortgage n.º 1</i> | <i>Pelican Finance n.º 2</i> | Total |
| Crédito interno | | | | | |
| A empresas | | | | | |
| Outros créditos | - | - | - | - | - |
| A particulares | | | | | |
| Habitação | 98 100 | 361 634 | 58 890 | - | 518 624 |
| Consumo e outros créditos | - | - | - | 255 468 | 255 468 |
| | 98 100 | 361 634 | 58 890 | 255 468 | 774 092 |
| Crédito e juros vencidos | | | | | |
| Menos de 90 dias | 57 | 566 | 181 | 39 | 843 |
| Mais de 90 dias | 79 | 266 | 151 | 455 | 951 |
| | 136 | 832 | 332 | 494 | 1 794 |
| | 98 236 | 362 466 | 59 222 | 255 962 | 775 886 |

Adicionalmente, o detalhe dos créditos titularizados não desreconhecidos, por operação de titularização e natureza dos contratos a 31 de dezembro de 2021 é apresentado como segue:

(Milhares de Euros)

2021

| Operações de titularização não desreconhecidas | | | | | |
|--|-----------------------------|----------------------------|------------------------------|---------------------------|---------|
| <i>Pelican Mortgage n.º 3</i> | <i>Pelican Mortgage n.º</i> | <i>Aqua Mortgage n.º 1</i> | <i>Pelican Finance n.º 2</i> | <i>Aqua Finance n.º 4</i> | Total |
| Crédito interno | | | | | |
| A empresas | | | | | |
| Outros créditos | - | - | - | 14 324 | 14 324 |
| A particulares | | | | | |
| Habitação | 115 193 | 405 999 | 67 285 | - | 588 477 |
| Consumo e outros créditos | - | - | 354 875 | 31 143 | 386 018 |
| | 115 193 | 405 999 | 67 285 | 45 467 | 988 819 |
| Crédito e juros vencidos | | | | | |
| Menos de 90 dias | 96 | 546 | 540 | 49 | 1 246 |
| Mais de 90 dias | 802 | 980 | 305 | 4 | 2 311 |
| | 898 | 1 526 | 845 | 19 | 5 648 |
| | 116 091 | 407 525 | 68 130 | 47 827 | 994 467 |

Como forma de financiamento, os veículos de securitização criados (*Pelican Mortgages* No. 3, *Pelican Mortgages* No. 4 e *Aqua Mortgages* No. 1) emitiram obrigações cujo valor nominal se encontra detalhado em seguida, as quais foram subscritas na sua totalidade pelo Banco Montepio no que diz respeito ao *Aqua Mortgages* No. 1, *Pelican Mortgages* No. 4, e parcialmente no que diz respeito ao *Pelican Mortgages* No. 3 e *Pelican Finance* No 2:

No primeiro semestre de 2022 a operação de titularização de créditos *Aqua Finance* No 4 foi liquidada.

As obrigações detidas pelo Banco Montepio ou pelas entidades que integram o perímetro de consolidação do Grupo Banco Montepio ("Interesses retidos pelo Grupo") são eliminadas no processo de consolidação, pelo que apenas são apresentadas em seguida a título informativo.

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de dezembro de 2022, como segue:

| 2022 | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|------------|-----------------------|---------------------|---|-------------------|----------------------------------|---------|------|------|--------------------------------|---------|------|------|
| Emissão | Obrigações | Valor nominal inicial | Valor nominal atual | Interesse retido pelo Grupo (valor nominal) | Data de reembolso | Raiting das obrigações (inicial) | | | | Raiting das obrigações (atual) | | | |
| | | Euros | Euros | Euros | | Fitch | Moody's | S&P | DBRS | Fitch | Moody's | S&P | DBRS |
| <i>Pelican Mortgages</i> No 3 | Class A | 717 375 000 | 93 413 900 | 67 248 762 | 2054 | AAA | Aaa | AAA | n.a. | AA- | A1 | AA+ | n.a. |
| | Class B | 14 250 000 | 2 411 815 | 2 411 815 | 2054 | AA- | Aa2 | AA- | n.a. | A- | Baa3 | BBB | n.a. |
| | Class C | 12 000 000 | 2 031 002 | 2 031 002 | 2054 | A | A3 | A | n.a. | BBB | Ba2 | BB | n.a. |
| | Class D | 6 375 000 | 1 078 970 | 1 078 970 | 2054 | BBB | Baa3 | BBB | n.a. | BBB- | B1 | B+ | n.a. |
| | Class E | 8 250 000 | - | - | 2054 | BBB- | n.a. | BBB- | n.a. | PIF | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class F | 4 125 000 | 4 125 000 | 4 125 000 | 2054 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| <i>Pelican Mortgages</i> No 4 | Class A | 832 000 000 | 288 300 859 | 288 300 859 | 2056 | AAA | n.a. | n.a. | AAA | AA+ | n.a. | n.a. | AAA |
| | Class B | 55 500 000 | 25 521 472 | 25 521 472 | 2056 | AA | n.a. | n.a. | A+ | AA- | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class C | 60 000 000 | 27 590 780 | 27 590 780 | 2056 | A- | n.a. | n.a. | BBB | BBB+ | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class D | 25 000 000 | 11 496 158 | 11 496 158 | 2056 | BBB | n.a. | n.a. | B+ | B- | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class E | 27 500 000 | 12 645 774 | 12 645 774 | 2056 | BB | n.a. | n.a. | B | B- | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class F | 28 600 000 | 28 600 000 | 28 600 000 | 2056 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | B- | n.a. | n.a. | n.a. |
| <i>Pelican Finance</i> n.º 2 | Class A | 285 400 000 | 200 401 356 | - | 2035 | AA- | n.a. | n.a. | AA | AA- | n.a. | n.a. | AA |
| | Class B | 20 700 000 | 14 535 067 | - | 2035 | A | n.a. | n.a. | A | A | n.a. | n.a. | A |
| | Class C | 17 500 000 | 12 288 100 | - | 2035 | BBB+ | n.a. | n.a. | BBB | BBB+ | n.a. | n.a. | BBB |
| | Class D | 19 300 000 | 13 552 019 | - | 2035 | BB+ | n.a. | n.a. | BH | BB+ | n.a. | n.a. | BH |
| | Class E | 17 400 000 | 12 217 882 | - | 2035 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class X | 1 000 | 1 | 1 | 2035 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| <i>Aqua Mortgage</i> No 1 | Class A | 203 176 000 | 41 700 752 | 41 700 752 | 2063 | n.a. | n.a. | AAA | AAA | n.a. | n.a. | A+ | AAA |
| | Class B | 29 824 000 | 16 442 910 | 16 442 910 | 2063 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class C | 3 500 000 | 3 500 000 | 3 500 000 | 2063 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de dezembro de 2021, como segue:

| 2021 | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|------------|-----------------------|---------------------|---|-------------------|----------------------------------|---------|------|------|--------------------------------|---------|------|------|
| Emissão | Obrigações | Valor nominal inicial | Valor nominal atual | Interesse retido pelo Grupo (valor nominal) | Data de reembolso | Raiting das obrigações (inicial) | | | | Raiting das obrigações (atual) | | | |
| | | Euros | Euros | Euros | | Fitch | Moody's | S&P | DBRS | Fitch | Moody's | S&P | DBRS |
| <i>Pelican Mortgages</i> No 3 | Class A | 717 375 000 | 109 311 458 | 78 693 431 | 2054 | AAA | Aaa | AAA | n.a. | BBB | A1 | AA | n.a. |
| | Class B | 14 250 000 | 2 822 267 | 2 822 267 | 2054 | AA- | Aa2 | AA- | n.a. | BBB | Baa3 | BBB | n.a. |
| | Class C | 12 000 000 | 2 376 646 | 2 376 646 | 2054 | A | A3 | A | n.a. | BB+ | B3 | BB | n.a. |
| | Class D | 6 375 000 | 1 262 593 | 1 262 593 | 2054 | BBB | Baa3 | BBB | n.a. | BB | B3 | B+ | n.a. |
| | Class E | 8 250 000 | - | - | 2054 | BBB- | n.a. | BBB- | n.a. | PIF | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class F | 4 125 000 | 4 125 000 | 4 125 000 | 2054 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| <i>Pelican Mortgages</i> No 4 | Class A | 832 000 000 | 323 657 030 | 323 657 030 | 2056 | AAA | n.a. | n.a. | AAA | A+ | n.a. | n.a. | AAA |
| | Class B | 55 500 000 | 28 651 332 | 28 651 332 | 2056 | AA | n.a. | n.a. | A+ | A+ | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class C | 60 000 000 | 30 974 413 | 30 974 413 | 2056 | A- | n.a. | n.a. | BBB | BBB+ | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class D | 25 000 000 | 12 906 006 | 12 906 006 | 2056 | BBB | n.a. | n.a. | B+ | B- | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class E | 27 500 000 | 14 196 606 | 14 196 606 | 2056 | BB | n.a. | n.a. | B | B- | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class F | 28 600 000 | 28 600 000 | 28 600 000 | 2056 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | B- | n.a. | n.a. | n.a. |
| <i>Pelican Finance</i> n.º 2 | Class A | 285 400 000 | 285 400 000 | - | 2035 | AA- | n.a. | n.a. | AA | AA- | n.a. | n.a. | AA |
| | Class B | 20 700 000 | 20 700 000 | - | 2035 | A | n.a. | n.a. | A | A | n.a. | n.a. | A |
| | Class C | 17 500 000 | 17 500 000 | - | 2035 | BBB+ | n.a. | n.a. | BBB | BBB+ | n.a. | n.a. | BBB |
| | Class D | 19 300 000 | 19 300 000 | - | 2035 | BB+ | n.a. | n.a. | BH | BB+ | n.a. | n.a. | BH |
| | Class E | 17 400 000 | 17 400 000 | - | 2035 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | B- | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class X | 1 000 | 1 000 | 1 000 | 2035 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | B- | n.a. | n.a. | n.a. |
| <i>Aqua Mortgage</i> No 1 | Class A | 203 176 000 | 49 446 848 | 49 446 848 | 2063 | n.a. | n.a. | AAA | AAA | n.a. | n.a. | A+ | AAA |
| | Class B | 29 824 000 | 17 594 980 | 17 594 980 | 2063 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| | Class C | 3 500 000 | 3 500 000 | 3 500 000 | 2063 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| <i>Aqua Finance</i> n.º 4 | Class A | 140 000 000 | - | - | 2035 | n.a. | A3 | n.a. | AL | n.a. | A1 | n.a. | AA |
| | Class B | 15 000 000 | 9 174 340 | - | 2035 | n.a. | Ba2 | n.a. | BBBL | n.a. | Baa3 | n.a. | AH |
| | Class C | 45 200 000 | 45 200 000 | 45 200 000 | 2035 | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |

Em cada data de pagamento de juros, a Tagus e a Sagres têm a faculdade de proceder à amortização parcial das obrigações, sendo esta efetivada de forma sequencial e em função do grau de subordinação das obrigações.

Em 21 de dezembro de 2022 o Banco Montepio realizou uma operação que configura uma estrutura de securitização sintética, a qual tem por base um portfólio de crédito a particulares com garantia hipotecária. A data de maturidade legal da operação é 29 de dezembro de 2052 e o respetivo montante ascendia a 878.848 milhares de euros a 31 de dezembro de 2022.

Em 18 de dezembro de 2020 o Banco Montepio realizou uma operação que configura uma estrutura de securitização sintética, que tem como base uma carteira de créditos de Pequenas e Médias Empresas (PME). A data de maturidade legal da operação é 25 março de 2036 e o respetivo montante ascende a 402.444 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 (31 de dezembro de 2021: 358.661 milhares de euros). Esta operação tem uma maturidade média estimada de 2,85 anos.

57 GESTÃO DE RISCOS

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade.

O Grupo faz a gestão de riscos por grandes áreas de negócio, nomeadamente atividade bancária, atividade mutualista e atividade seguradora não vida e vida. A informação apresentada nesta nota não contempla eventuais ajustamentos de consolidação relacionados com saldos intragrupo.

Atividade Bancária

Objetivos da Política de Gestão de Risco

O Grupo bancário encontra-se exposto a um conjunto de riscos, sendo considerados os mais relevantes em termos da componente financeira, o risco de crédito, o risco de concentração, o risco de mercado, o risco de taxa de juro, o risco de mercado da carteira bancária, o risco cambial, o risco de liquidez, o risco imobiliário e o risco de Fundo de Pensões. Adicionalmente, o Grupo encontra-se sujeito a outros riscos de natureza não financeira, como o risco operacional, risco tecnologias de informação e comunicação, o risco de estratégia e o risco de negócio bem como a outros riscos emergentes, nomeadamente os riscos *Environmental, Social and Governance* (ESG) onde se destacam os riscos climáticos. Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou ações, apoiados por sistemas de informação e procedimentos que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas. Para todos os riscos identificados como materiais, o Banco Montepio tem implementado um processo de identificação e revisão dos mesmos, estando sujeitos a um controlo regular e a ações de mitigação, a fim de reduzir a exposição a perdas potenciais e aumentar a robustez e resiliência do Grupo.

O controlo e a gestão eficiente dos riscos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Banco Montepio. Para além de contribuírem

para a otimização do binómio rendibilidade/risco das várias linhas de negócio, asseguram também a manutenção de um perfil de risco adequado ao nível da solvabilidade e da liquidez.

A monitorização desses riscos é centralizada na Direção de Risco, unidade responsável pela função de gestão de risco do Grupo, que informa regularmente os Órgãos de Administração e de fiscalização da evolução do perfil de risco da instituição e se necessário propõe ações de mitigação/ redução de exposição ao risco.

A política de gestão de risco do Grupo é da competência do Órgão de Administração, que define os níveis de tolerância e limites máximos de risco para cada risco específico considerado materialmente relevante, de acordo com os objetivos estratégicos e o plano de negócios definido, sendo esta política revista regularmente. É igualmente da competência do Órgão de Administração, assegurar a existência de um controlo de riscos adequado ao nível do Grupo, nomeadamente através dos respetivos órgãos de fiscalização. A Comissão de Riscos é um órgão não executivo com a função de supervisão da gestão de riscos, tendo por missão o acompanhamento da definição e execução da estratégia de risco e a apetência ao risco do Grupo e verificar se estas são compatíveis com a estratégia sustentável no médio e longo prazos, aconselhando o Conselho de Administração e a Comissão Executiva nestes domínios.

O Órgão de Administração, com o apoio da Comissão de Auditoria (órgão de fiscalização do Banco Montepio), deve assegurar a existência de um nível de capitalização adequado da instituição de forma a responder aos requisitos regulatórios e garantida cobertura de perdas potenciais decorrentes da atividade, bem como uma estrutura de balanço otimizada que permita manter uma capacidade de financiamento e um perfil de liquidez estáveis e seguros, que permitam enfrentar situações de stress, garantindo a continuidade das suas operações e a proteção dos seus depositantes e detentores de dívida não subordinada.

O Grupo tem objetivos claros e bem definidos no seu plano estratégico, nomeadamente quanto aos rácios de capital, de transformação de depósitos em crédito e de liquidez e financiamento, tendo por base a implementação de um modelo de negócio viável e sustentável alinhado com o seu apetite ao risco.

Nesse sentido, a definição do apetite ao risco é suportada em determinados princípios – nomeadamente solidez, sustentabilidade e rendibilidade - sendo elaborada em função do plano estratégico e do posicionamento pretendido no mercado, assim como dos riscos associados à atividade que sejam considerados materialmente relevantes. Para estes, são estabelecidos objetivos em função do nível desejado de retorno e da estratégia de negócio, níveis de tolerância, isto é, intervalos de variação do risco que podem originar decisões sobre medidas corretivas e limites que, sendo ultrapassados, originam medidas corretivas imediatas.

Na definição do apetite ao risco, o Órgão de Administração assegura o alinhamento com as outras componentes organizacionais (estratégia de negócio e vetores globais da estratégia de risco). Adicionalmente, o Órgão de Administração procura assegurar que o apetite ao risco é bem compreendido por toda a organização, principalmente pelas unidades de negócio responsáveis pela tomada de decisão e que possam afetar a exposição ao risco e a sua monitorização.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus fundos próprios e a atividade desenvolvida, assim como a

correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio, assumindo particular relevância, neste âmbito, o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros e não financeiros - crédito, mercado, liquidez, imobiliário e operacional - a que se encontra sujeita a atividade do Grupo.

Com vista a assegurar uma efetiva gestão dos riscos associados às atividades do Grupo, a Direção de Risco é responsável por promover que todas as Empresas do Grupo, incluindo aquelas localizadas no estrangeiro, implementam sistemas de gestão de risco coerentes entre si e em conformidade com os requisitos definidos no Regulamento Interno da função gestão de riscos do Banco Montepio, na Política de Gestão de Risco do Grupo Banco Montepio e nas restantes políticas e normativos internos aplicáveis, sem prejuízo do respetivo enquadramento legal e regulamentar. A Direção de Risco é responsável por monitorizar a atividade de gestão de risco das Empresas do Grupo, numa base consolidada e individual, tendo em vista garantir a consistência dos conceitos de risco utilizados, das metodologias de identificação, avaliação e controlo de risco, dos normativos de suporte e respetivos processos de monitorização do perfil de risco, assim como o cumprimento dos requisitos regulamentares e prudenciais aplicáveis, designadamente em termos consolidados. Estas atividades devem ser asseguradas diretamente pelas funções de gestão de risco dessas entidades, exceto naquelas em que o Órgão de Administração do Banco Montepio decida que o desenvolvimento dessas responsabilidades pela Direção de Risco do Banco Montepio apresenta uma maior eficácia e eficiência.

Risco de crédito

O Risco de Crédito é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições em crédito (incluindo o titulado), linhas de crédito, garantias e derivados.

A gestão de risco de crédito beneficia de um processo robusto de análise e decisão de crédito, suportado num conjunto de ferramentas de apoio ao processo de decisão de crédito. A quantificação do risco de crédito encontra-se também suportada no modelo de cálculo das perdas por imparidade (perda esperada) e na estimação dos requisitos de capital regulamentar e económico (perdas não esperadas).

O princípio fundamental da análise de risco de crédito é a independência face às decisões de negócio. Na análise são utilizados instrumentos e definidas regras de acordo com a materialidade das exposições, a familiaridade com os tipos de risco em causa (e.g. a capacidade de modelização desses riscos) e a liquidez dos instrumentos.

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de retalho e a modelos de rating para o segmento de não retalho.

No âmbito do risco de crédito, relativamente às metodologias de análise, as técnicas e modelos de controlo de risco assentam em modelos econométricos, tendo por base a experiência da instituição na concessão de diversos tipos de crédito e, sempre que possível, também ao nível da recuperação.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Existem modelos de *scoring* de admissão para o crédito a particulares nas carteiras de retalho, designadamente para o crédito à habitação, para o crédito individual e para cartões de crédito.

Relativamente aos Empresários em nome individual (ENI) e Microempresas, são considerados retalho, pelo que são aplicados os modelos de *scoring* respetivos.

Para as carteiras de retalho, existem também modelos de *scoring* comportamental, que são utilizados na monitorização da carteira de crédito, bem como na avaliação de novas propostas de crédito, sendo, nos casos aplicáveis, conjugados com informação do *scoring* aplicacional.

No domínio do crédito ao segmento não retalho, são utilizados modelos de rating interno para Empresas de pequena, média e grande dimensão, com diferenciação por setores de atividade, como o terceiro setor, ou por antiguidade da atividade da Empresa, designadamente Empresas *startup*.

Independentemente da tipologia do modelo aplicável, qualquer proposta, contrato ou Cliente de crédito é classificado numa classe da escala única de risco, ordenada por ordem crescente da Probabilidade de Incumprimento, sendo esta escala composta por 18 classes, das quais as 15 primeiras correspondem a classes de risco *performing*, as classes 16 a 17 correspondem a registo de atrasos e a classe 18 a situações de incumprimento, de acordo com a definição interna em vigor, a qual segue as orientações dos reguladores em termos de requisitos prudenciais.

Permite-se que exista derrogação à resposta que resulta dos sistemas de *scoring*, ratings internos e das tabelas de preçário interno, apenas por níveis de decisão mais elevados, de acordo com princípios de delegação de competências estabelecidos. As situações de rejeição são definidas de modo a minimizar o risco de seleção adversa, sendo que existem definidas classes de risco de rejeição.

Estão também definidos limites delegados por diferentes escalões de decisão, por montante de operação e de exposição global de Cliente, tipo de operação/colateral e da notação de risco atribuída. Neste âmbito, as maiores exposições têm de escalar para níveis de decisão superiores. Os níveis e limites são aprovados pelo Órgão de Administração, sendo que o escalão de decisão mais elevado corresponde ao Órgão de Administração. Nos escalões intermédios é obrigatória a intervenção colegial de pelo menos dois intervenientes, um pertencente à rede comercial e o outro à Direção de Análise de Crédito, órgão independente da estrutura comercial. A Direção de Risco é a unidade responsável pelo desenvolvimento dos modelos de risco de crédito (*scoring e rating*), e pelo controlo e monitorização do risco do Grupo Banco Montepio, em termos globais.

No âmbito do acompanhamento do risco de crédito são elaborados reportes internos com os principais indicadores de risco das carteiras de crédito e métricas sobre a utilização dos modelos de *rating/scoring*. Em termos do acompanhamento preventivo encontra-se em vigor um sistema de alertas para indicadores de agravamento do risco perfil de risco de crédito de uma determinada contraparte (*Early Warning Signs*).

O Grupo Banco Montepio utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a

hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a refletir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efetuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que refletem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respetiva. A grande maioria dos colaterais físicos são reavaliados com uma periodicidade mínima anual. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respetivos ativos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a refletir a sua volatilidade.

O processo de mensuração da perda esperada segue os princípios gerais definidos na IFRS 9. As políticas contabilísticas consideradas neste processo são descritas na nota 1 c.

No âmbito do cálculo da estimativa de perdas por imparidade, foram realizadas análises de sensibilidade sobre as variáveis macroeconómicas consideradas nos modelos *forward-looking* tendo-se obtido os seguintes resultados:

1. Cenário de degradação das projeções macroeconómicas de um ponto percentual: impacto de 2,49% da imparidade total da carteira de crédito;
2. Cenário de melhoria das projeções macroeconómicas de um ponto percentual: impacto de -2,43% da imparidade total da carteira de crédito.

Adicionalmente, foram também realizadas análises de sensibilidade diretamente sobre os parâmetros PD e LGD, tendo-se obtido os seguintes resultados:

1. Cenário de degradação dos parâmetros de 5%: impacto de 7,04% da imparidade total da carteira de crédito;
2. Cenário de melhoria dos parâmetros de 5%: impacto de -6,77% da imparidade total da carteira de crédito.

No que se refere ao processo de incorporação das projeções macroeconómicas nos parâmetros de estimação de imparidade, o processo estabelecido prevê que as projeções sejam atualizadas com uma periodicidade mínima anual.

Abaixo, apresenta-se o resumo da evolução das principais variáveis macroeconómicas consideradas nos modelos:

| | 2022 | 2023 | 2024 |
|---|--------|---------|--------|
| Taxa de Desemprego ⁽¹⁾ | | | |
| Cenário Base | 6,42% | 6,56% | 5,96% |
| Cenário Pessimista | 6,42% | 8,72% | 7,84% |
| Cenário Otimista | 6,42% | 6,15% | 5,62% |
| Taxa de Crescimento do PIB ⁽¹⁾ | | | |
| Cenário Base | 2,63% | 1,62% | 2,26% |
| Cenário Pessimista | 2,63% | -4,36% | 2,85% |
| Cenário Otimista | 2,63% | 3,63% | 2,02% |
| Taxa de Juro Euribor a 3 Meses ⁽²⁾ | | | |
| Cenário Base | 1,34% | 2,55% | 1,52% |
| Cenário Pessimista | 1,34% | 1,55% | 0,01% |
| Cenário Otimista | 1,34% | 2,39% | 1,52% |
| Taxa de Crescimento do Índice do Preço da Habitação ⁽¹⁾ | | | |
| Cenário Base | 4,35% | -3,87% | 1,31% |
| Cenário Pessimista | 4,35% | -12,35% | -1,71% |
| Cenário Otimista | 4,35% | -1,79% | 2,96% |
| Taxa de Crescimento do Rendimento Disponível Per Capita ⁽²⁾ | | | |
| Cenário Base | -2,31% | 1,08% | 2,79% |
| Cenário Pessimista | -2,31% | -2,57% | 1,59% |
| Cenário Otimista | -2,31% | 4,41% | 2,78% |
| Taxa de Crescimento da Exportação de Bens e Serviços ⁽¹⁾ | | | |
| Cenário Base | 9,17% | 2,01% | 1,48% |
| Cenário Pessimista | 9,17% | -3,28% | 0,96% |
| Cenário Otimista | 9,17% | 5,06% | 2,25% |
| Taxa de Crescimento do Consumo das Famílias ⁽¹⁾ | | | |
| Cenário Base | 2,71% | 0,08% | 1,50% |
| Cenário Pessimista | 2,71% | -6,40% | 3,01% |
| Cenário Otimista | 2,71% | 1,65% | 1,40% |

⁽¹⁾ Fonte: Instituto Nacional da Estatística; Projeções: Moody's Analytics

⁽²⁾ Fonte: Eurostat; Projeções: Moody's Analytics

Relativamente ao potencial impacto direto do conflito, a exposição de crédito à Ucrânia e à Rússia não é significativa, nomeadamente nos clientes particulares (a exposição ligada a cidadãos com residência num dos dois países é de 589 milhares de euros com referência a 31 de dezembro de 2022).

Apesar da exposição de crédito impactada de forma direta pelo conflito não ser significativa, existem setores de atividade que estão mais expostos ao impacto indireto da guerra, nomeadamente por via dos aumentos significativos que se têm verificado nos preços da energia e de *commodities*, bem como das disrupções em várias cadeias de abastecimento. Deste modo, o Grupo procedeu a uma análise que permitiu identificar os setores de atividade em que perspetiva que o impacto indireto da guerra seja mais significativo (a exposição dos clientes dos setores de atividade identificados é de 3.797.752 milhares de euros). Com base nesta análise, e atendendo ao facto de que a revisão anual de ratings dos clientes se encontra mais concentrada no final de cada ano, o Grupo procedeu ao reconhecimento de um *overlay*, com base numa abordagem *top-down*, que consistiu em agravar as notações de risco dos clientes dos setores de atividade identificados. O agravamento das notações de risco tem impacto na análise do aumento significativo do risco de crédito e na atribuição da PD a cada cliente.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo ao risco de crédito:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|------------|------------|
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 52 287 | 67 360 |
| Aplicações em instituições de crédito | 106 376 | 229 065 |
| Crédito a clientes | 11 713 097 | 11 667 688 |
| Activos financeiros detidos para negociação | 21 697 | 7 582 |
| Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados | 8 970 | 9 768 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 76 252 | 101 128 |
| Derivados de cobertura | - | 5 411 |
| Outros ativos financeiros ao custo amortizado | 4 119 387 | 3 004 196 |
| Investimentos em associadas | - | - |
| Outros ativos | 81 939 | 76 406 |
| Garantias e avals prestados | 462 194 | 479 831 |
| Linhas de crédito irrevogáveis | 720 589 | 694 072 |
| Linhas de crédito revogáveis | 908 210 | 845 581 |
| | 18 270 998 | 17 188 088 |

A repartição por setores de atividade das principais exposições ao risco de crédito, para o exercício de 2022, encontra-se apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

| Setor de atividade | 2022 | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---------------------------------------|--------------------|--|---|--|------------------------|---|-----------------------------|--------------------------------|--|------------|------------------------|-----------|
| | Disponib. em outras instituições de crédito | Aplicações em instituições de crédito | Crédito a clientes | Ativos financeiros detidos para negociação | Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | Derivados de cobertura | Outros ativos financeiros ao custo amortizado | Garantias e avals prestados | Linhas de crédito irrevogáveis | Provisões para responsabilidades extrapatrimoniais | | | |
| | Valor de Balanço | Valor bruto | Imparidade | Valor bruto | Imparidade | Valor de Balanço | Valor de Balanço | Valor bruto | Imparidade | Valor de Balanço | Valor bruto | Imparidade | Valor extrapatrimonial | Provisões |
| Empresas | | | | | | | | | | | | | | |
| Agricultura, silvicultura e pesca | - | - | - | 115 002 | 4 964 | - | - | - | - | - | 1 137 | 5 994 | 146 | |
| Indústrias extractivas | - | - | - | 18 209 | 407 | - | - | - | - | 5 004 | 1 255 | 2 458 | 20 | |
| Indústrias transformadoras | - | - | - | 1 185 270 | 72 291 | | 211 | - | - | - | 31 768 | 116 402 | 1 855 | |
| Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado | - | - | - | 97 907 | 8 084 | - | - | - | - | 10 837 | 643 | 548 | 24 751 | 310 |
| Abastecimento de água | - | - | - | 72 478 | 812 | - | - | - | - | - | 1 944 | 4 308 | 44 | |
| Construção | - | - | - | 413 205 | 44 089 | | 65 | - | - | - | 114 329 | 114 505 | 8 355 | |
| Comércio por grosso e a retalho | - | - | - | 885 837 | 35 903 | - | 5 734 | - | - | - | 42 924 | 146 015 | 1 712 | |
| Transportes e armazenagem | - | - | - | 385 374 | 12 437 | - | - | - | - | 3 152 | 1 524 | 21 832 | 321 | |
| Atividades de alojamento e restauração | - | - | - | 568 872 | 17 676 | - | - | - | - | - | 10 941 | 26 958 | 634 | |
| Informação e comunicação | - | - | - | 61 764 | 1 804 | - | - | - | - | - | 2 956 | 24 186 | 137 | |
| Atividades financeiras e de seguros | 52 287 | 16 363 | 7 | 371 816 | 48 060 | 19 828 | - | 8 443 | 388 | - | 3 210 | 2 | 196 529 | 642 |
| Atividades imobiliárias | - | - | - | 576 916 | 22 650 | - | 71 | - | - | - | 14 814 | 110 820 | 2 539 | |
| Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | - | - | - | 282 427 | 5 327 | - | 2 817 | - | - | - | 14 813 | 32 666 | 326 | |
| Atividades administrativas e de serviços de apoio | - | - | - | 123 098 | 2 709 | - | - | - | - | - | 5 581 | 23 985 | 175 | |
| Administração pública e defesa, segurança social obrigatória | - | - | - | 28 054 | 175 | 1 869 | - | 58 628 | 113 | - | 4 094 073 | 6 044 | 104 | 444 |
| Educação | - | - | - | 66 512 | 1 103 | - | - | - | - | - | 191 | 4 033 | 48 | |
| Serviços de saúde humana e atividades de ação social | - | - | - | 320 532 | 5 913 | - | - | 4 173 | 24 | - | - | 2 072 | 21 399 | 586 |
| Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas | - | - | - | 58 579 | 2 968 | - | - | - | - | - | 8 657 | 4 980 | 110 | |
| Outros serviços | - | - | - | 109 151 | 4 982 | - | 23 | - | - | - | 3 749 | 11 021 | 139 | |
| Particulares | | | | | | | | | | | | | | |
| Crédito à habitação | - | - | - | 5 581 026 | 32 896 | - | - | 1 065 | 2 | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | 745 585 | 29 267 | - | 49 | 4 495 | 25 | - | 9 804 | 2 | 2 636 | 1 408 |
| | 52 287 | 16 363 | 7 | 12 067 614 | 354 517 | 21 697 | 8 970 | 76 804 | 552 | - | 4 126 080 | 6 693 | 462 194 | 720 589 |

A repartição por setores de atividade das principais exposições ao risco de crédito, para o exercício de 2021, encontra-se apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

| 2021 | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|--|------------|--------------------|------------|---|---|--|---------------------------|--|-------------|------------------------------------|--------------------------------------|--|
| Setor de atividade | Disponib. em outras instituições de crédito | Aplicações em instituições de crédito | | Crédito a clientes | | Ativos financeiros detidos para negociação | Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | Derivados de cobertura | Outros ativos financeiros ao custo amortizado | | Garantias e avales prestados | Linhas de crédito irrevogáveis | Provisões para responsabilidades extrapatrimoniais |
| | Valor de Balanço | Valor bruto | Imparidade | Valor bruto | Imparidade | Valor de Balanço | Valor de Balanço | Valor bruto | Imparida de | Valor de Balanço | Valor bruto | Imparidade | Valor extrapatri | Provisões |
| Empresas | | | | | | | | | | | | | | |
| Agricultura, silvicultura e pesca | - | - | - | 104 781 | 5 223 | - | - | 5 126 | 53 | - | - | - | 947 | 6 286 |
| Indústrias extractivas | - | - | - | 16 232 | 589 | - | - | - | - | - | - | - | 1 314 | 2 535 |
| Indústrias transformadoras | - | - | - | 1 030 727 | 87 057 | - | 845 | - | - | - | - | - | 24 544 | 117 864 |
| Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado | - | - | - | 84 765 | 5 208 | - | - | 3 995 | 444 | - | - | - | 1 073 | 11 002 |
| Abastecimento de água | - | - | - | 67 766 | 1 310 | - | - | - | - | - | - | - | 1 926 | 6 056 |
| Construção | - | - | - | 447 676 | 65 506 | - | 470 | - | - | - | - | - | 102 402 | 96 886 |
| Comércio por grosso e a retalho | - | - | - | 859 602 | 74 691 | - | 5 163 | - | - | - | - | - | 40 742 | 149 636 |
| Transportes e armazenagem | - | - | - | 393 291 | 19 558 | - | - | - | - | - | - | - | 6 099 | 16 871 |
| Atividades de alojamento e restauração | - | - | - | 595 740 | 26 944 | - | - | - | - | - | - | - | 8 966 | 27 879 |
| Informação e comunicação | - | - | - | 63 083 | 2 431 | - | - | - | - | 5 411 | - | - | 1 725 | 24 559 |
| Atividades financeiras e de seguros | 67 360 | 229 529 | 464 | 492 837 | 94 249 | 7 582 | - | 9 388 | 1 560 | - | - | - | 231 750 | 19 212 |
| Atividades imobiliárias | - | - | - | 617 246 | 27 599 | - | 87 | - | - | - | - | - | 17 080 | 115 413 |
| Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | - | - | - | 245 467 | 6 700 | - | 2 614 | - | - | - | - | - | 15 958 | 32 293 |
| Atividades administrativas e de serviços de apoio | - | - | - | 122 026 | 4 107 | - | 263 | - | - | - | - | - | 5 497 | 26 529 |
| Administração pública e defesa, segurança social obrigatória | - | - | - | 37 629 | 573 | - | - | 74 408 | 141 | - | 3 009 601 | 5 405 | 112 | 311 |
| Educação | - | - | - | 63 399 | 2 485 | - | - | - | - | - | - | - | 200 | 4 783 |
| Serviços de saúde humana e atividades de ação social | - | - | - | 279 399 | 8 262 | - | - | 4 091 | 24 | - | - | - | 1 653 | 18 184 |
| Atividades artísticas, de espetáculos e recreativas | - | - | - | 60 403 | 3 108 | - | - | - | - | - | - | - | 10 775 | 8 305 |
| Outros serviços | - | - | - | 154 284 | 17 379 | - | 126 | - | - | - | - | - | 3 382 | 9 468 |
| Particulares | | | | | | | | | | | | | | |
| Crédito à habitação | - | - | - | 5 679 811 | 38 526 | - | - | 1 315 | 2 | - | - | - | - | - |
| Outros | - | - | - | 773 301 | 30 272 | - | 200 | 5 658 | 629 | - | - | - | 3 686 | - |
| | 67 360 | 229 529 | 464 | 12 189 465 | 521 777 | 7 582 | 9 768 | 103 981 | 2 853 | 5 411 | 3 009 601 | 5 405 | 479 831 | 694 072 |
| | | | | | | | | | | | | | | 21 262 |

A exposição de crédito total do Grupo, inclui a rubrica de crédito a clientes (incluindo as entidades sujeitas à aplicação da IFRS 5), as garantias e os avales prestados no montante agregado de 462.194 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 479.831 milhares de euros), as linhas de crédito irrevogáveis no montante de 720.554 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 694.072 milhares de euros) e crédito revogável no montante de 908.210 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 845.581 milhares de euros), discriminada entre análise coletiva e análise individual, é apresentada como segue:

(Milhares de euros)

| Impactos por stage | 2022 | | | 2021 | | |
|---------------------------|-------------------|----------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|
| | Valor bruto | Imparidade | Valor líquido | Valor bruto | Imparidade | Valor líquido |
| Análise Coletiva | 10 748 763 | 163 234 | 10 585 529 | 10 598 513 | 191 867 | 10 406 646 |
| Estágio 1 | 8 672 283 | 18 501 | 8 653 782 | 8 780 406 | 21 695 | 8 758 711 |
| Estágio 2 | 1 870 499 | 56 266 | 1 814 233 | 1 519 143 | 42 375 | 1 476 768 |
| Estágio 3 | 205 981 | 88 467 | 117 514 | 298 964 | 127 797 | 171 167 |
| Análise Individual | 3 409 809 | 210 800 | 3 199 009 | 3 610 437 | 351 172 | 3 259 265 |
| Estágio 1 | 2 340 362 | 10 269 | 2 330 093 | 1 982 421 | 11 761 | 1 970 660 |
| Estágio 2 | 566 005 | 15 759 | 550 246 | 836 536 | 26 603 | 809 933 |
| Estágio 3 | 503 442 | 184 772 | 318 670 | 791 480 | 312 808 | 478 672 |
| | 14 158 572 | 374 034 | 13 784 538 | 14 208 950 | 543 039 | 13 665 911 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da aplicação dos Estágios aos outros ativos financeiros é apresentado como segue:

(Milhares de euros)

| Impactos por Estágio | 2022 | | | 2021 | | |
|------------------------------|------------------|--------------|------------------|------------------|--------------|------------------|
| | Valor bruto | Imparidade | Valor líquido | Valor bruto | Imparidade | Valor líquido |
| Custo Amortizado (CA) | 4 126 080 | 6 693 | 4 119 387 | 3 009 601 | 5 405 | 3 004 196 |
| Estágio 1 | 4 120 289 | 6 051 | 4 114 238 | 2 994 627 | 5 042 | 2 989 585 |
| Estágio 2 | 5 791 | 642 | 5 149 | 14 974 | 363 | 14 611 |
| Justo Valor (FVOIC) | 76 804 | 552 | 76 252 | 103 980 | 2 853 | 101 127 |
| Estágio 2 | 74 520 | 181 | 74 339 | 101 493 | 2 103 | 99 390 |
| Estágio 3 | 2 284 | 371 | 1 913 | 2 487 | 750 | 1 737 |
| Aplicações IC | 106 383 | 7 | 106 376 | 229 529 | 464 | 229 065 |
| Estágio 1 | 106 366 | 7 | 106 359 | 219 726 | 319 | 219 407 |
| Estágio 2 | 17 | - | 17 | 9 803 | 145 | 9 658 |
| | 4 309 267 | 7 252 | 4 302 015 | 3 343 110 | 8 722 | 3 334 388 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a transferência entre Estágios, relativa a Outros ativos financeiros ao custo amortizado (crédito bruto e imparidade), é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 | |
|--|------------------|--------------|------------------|------------------|------------------|
| | Valor bruto | | | | |
| | Estágio 1 | Estágio 2 | Total | Estágio 1 | Total |
| Valor bruto a 1 de janeiro | 3 009 601 | - | 3 009 601 | 2 371 582 | 2 371 582 |
| Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações | 1 110 688 | 5 791 | 1 116 479 | 638 019 | 638 019 |
| Valor Bruto a 31 de dezembro | 4 120 289 | 5 791 | 4 126 080 | 3 009 601 | 3 009 601 |

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 | |
|--|-----------------------|------------|--------------|--------------|--------------|
| | Perdas por imparidade | | | | |
| | Estágio 1 | Estágio 2 | Total | Estágio 1 | Total |
| Valor bruto a 1 de janeiro | 4 619 | - | 4 619 | 8 966 | 8 966 |
| Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações | 1 432 | 642 | 2 074 | (3 561) | (3 561) |
| Valor Bruto a 31 de dezembro | 6 051 | 642 | 6 693 | 5 405 | 5 405 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a transferência entre Estágios, relativa a Outros ativos financeiros ao custo amortizado (crédito bruto e imparidade), é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 | |
|--|-----------|-----------|----------------------|-----------|----------|
| | Estágio 1 | Estágio 2 | Valor bruto Total | Estágio 1 | Total |
| Valor bruto a 1 de janeiro | 229 529 | - | 229 529 | 293 291 | 293 291 |
| Transferência para Estágio 2 | (17) | 17 | - | - | - |
| Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações | (123 146) | - | (123 146) | (63 762) | (63 762) |
| Valor Bruto a 31 de dezembro | 106 366 | 17 | 106 383 | 229 529 | 229 529 |

(milhares de euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|--|-----------|-------|-----------|-------|
| | Estágio 1 | Total | Estágio 1 | Total |
| Perdas por imparidade | | | | |
| Valor bruto a 1 de janeiro | 464 | 464 | 287 | 287 |
| Exposição de novas aplicações líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações | (457) | (457) | 177 | 177 |
| Valor Bruto a 31 de dezembro | 7 | 7 | 464 | 464 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos créditos alvo de análise coletiva, estruturado por segmento e por Estágios, é apresentada como segue:

(Milhares de euros)

| Segmento | 2022 | | | 2021 | | |
|---------------------|-------------------|----------------|-------------------|-------------------|----------------|-------------------|
| | Valor bruto | Imparidade | Valor líquido | Valor bruto | Imparidade | Valor líquido |
| Particulares | 6 732 326 | 61 884 | 6 670 442 | 6 853 094 | 65 024 | 6 788 070 |
| Habitação | 5 681 021 | 32 383 | 5 648 638 | 5 775 736 | 35 356 | 5 740 380 |
| Estágio 1 | 4 765 062 | 1 192 | 4 763 870 | 5 030 978 | 608 | 5 030 370 |
| Estágio 2 | 874 398 | 15 420 | 858 978 | 652 167 | 6 286 | 645 881 |
| Estágio 3 | 41 561 | 15 771 | 25 790 | 92 591 | 28 462 | 64 129 |
| Consumo | 785 001 | 27 274 | 757 727 | 811 469 | 28 083 | 783 386 |
| Estágio 1 | 692 483 | 3 010 | 689 473 | 694 457 | 2 443 | 692 014 |
| Estágio 2 | 57 578 | 4 603 | 52 975 | 77 168 | 4 600 | 72 568 |
| Estágio 3 | 34 940 | 19 661 | 15 279 | 39 844 | 21 040 | 18 804 |
| Cartões | 266 304 | 2 227 | 264 077 | 265 889 | 1 585 | 264 304 |
| Estágio 1 | 248 776 | 924 | 247 852 | 244 940 | 536 | 244 404 |
| Estágio 2 | 14 369 | 285 | 14 084 | 18 615 | 205 | 18 410 |
| Estágio 3 | 3 159 | 1 018 | 2 141 | 2 334 | 844 | 1 490 |
| Empresas | 4 016 437 | 101 350 | 3 915 087 | 3 745 419 | 126 843 | 3 618 576 |
| Não Construção | 3 626 332 | 90 308 | 3 536 024 | 3 351 644 | 113 071 | 3 238 573 |
| Estágio 1 | 2 704 284 | 12 343 | 2 691 941 | 2 512 375 | 16 614 | 2 495 761 |
| Estágio 2 | 826 223 | 32 825 | 793 398 | 709 042 | 29 249 | 679 793 |
| Estágio 3 | 95 825 | 45 140 | 50 685 | 130 227 | 67 208 | 63 019 |
| Construção | 390 105 | 11 042 | 379 063 | 393 775 | 13 772 | 380 003 |
| Estágio 1 | 261 678 | 1 032 | 260 646 | 297 656 | 1 494 | 296 162 |
| Estágio 2 | 97 931 | 3 133 | 94 798 | 62 151 | 2 035 | 60 116 |
| Estágio 3 | 30 496 | 6 877 | 23 619 | 33 968 | 10 243 | 23 725 |
| | 10 748 763 | 163 234 | 10 585 529 | 10 598 513 | 191 867 | 10 406 646 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da imparidade, é apresentado como segue:

(Milhares de Euros)

2022

| | Imparidade calculada em base individual | | Imparidade calculada em base portfólio | | | Total | |
|------------------------------------|---|------------|--|------------|------------------|------------|-------------------------------|
| | Valor do crédito | Imparidade | Valor do crédito | Imparidade | Valor do crédito | Imparidade | Crédito Líquido de Imparidade |
| Crédito a empresas | 3 403 408 | 209 113 | 4 016 438 | 101 350 | 7 419 846 | 310 463 | 7 109 383 |
| Crédito a particulares - Habitação | 4 105 | 551 | 5 681 021 | 32 383 | 5 685 126 | 32 934 | 5 652 192 |
| Crédito a particulares - Outros | 2 296 | 1 136 | 1 051 304 | 29 501 | 1 053 600 | 30 637 | 1 022 963 |
| | 3 409 809 | 210 800 | 10 748 763 | 163 234 | 14 158 572 | 374 034 | 13 784 538 |

(Milhares de Euros)

2021

| | Imparidade calculada em base individual | | Imparidade calculada em base portfólio | | | Total | |
|------------------------------------|---|------------|--|------------|------------------|------------|-------------------------------|
| | Valor do crédito | Imparidade | Valor do crédito | Imparidade | Valor do crédito | Imparidade | Crédito Líquido de Imparidade |
| Crédito a empresas | 3 593 093 | 345 196 | 3 745 418 | 126 843 | 7 338 511 | 472 039 | 6 866 472 |
| Crédito a particulares - Habitação | 6 748 | 1 046 | 5 775 737 | 35 356 | 5 782 485 | 36 402 | 5 746 083 |
| Crédito a particulares - Outros | 10 596 | 4 930 | 1 077 358 | 29 668 | 1 087 954 | 34 598 | 1 053 356 |
| | 3 610 437 | 351 172 | 10 598 513 | 191 867 | 14 208 950 | 543 039 | 13 665 911 |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a transferência entre Estágios, relativa a crédito a clientes (crédito bruto e imparidade), é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

2022

| | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Total |
|-------------------------------------|------------|-----------|-----------|------------|
| Valor bruto a 1 de janeiro | 10 762 827 | 2 355 679 | 1 090 444 | 14 208 950 |
| Transferência para Estágio 1 | 618 716 | (609 794) | (8 922) | - |
| Transferência para Estágio 2 | (874 736) | 927 567 | (52 831) | - |
| Transferência para Estágio 3 | (40 405) | (63 475) | 103 880 | - |
| Write-Offs | (3 955) | (1 666) | (198 911) | (204 532) |
| Exposição de novos créditos líquida | 475 634 | (156 956) | (164 524) | 154 154 |
| Valor bruto a 31 de dezembro | 10 938 081 | 2 451 355 | 769 136 | 14 158 572 |

(Milhares de Euros)

2022

| | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Total |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|
| Perdas por imparidade a 1 de janeiro | 33 456 | 68 978 | 440 605 | 543 039 |
| Transferência para Estágio 1 | 2 370 | (2 289) | (81) | - |
| Transferência para Estágio 2 | (24 560) | 26 737 | (2 177) | - |
| Transferência para Estágio 3 | (15 206) | (20 320) | 35 526 | - |
| Write-Offs | (3 955) | (1 666) | (198 911) | (204 532) |
| Exposição de novos créditos líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações | 21 311 | 938 | 13 278 | 35 527 |
| Perdas por imparidade a 31 de dezembro | 13 416 | 72 378 | 288 240 | 374 034 |

(Milhares de Euros)

2021

| | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Total |
|-------------------------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
| Valor bruto a 1 de janeiro | 9 240 107 | 3 740 016 | 1 414 895 | 14 395 018 |
| Transferência para Estágio 1 | 1 361 842 | (1 355 795) | (6 047) | - |
| Transferência para Estágio 2 | (403 420) | 417 342 | (13 922) | - |
| Transferência para Estágio 3 | (35 271) | (156 412) | 191 683 | - |
| Write-Offs | (521) | (1 199) | (292 906) | (294 626) |
| Exposição de novos créditos líquida | 600 090 | (288 273) | (203 259) | 108 558 |
| Valor bruto a 31 de dezembro | 10 762 827 | 2 355 679 | 1 090 444 | 14 208 950 |

(Milhares de Euros)

2021

| | Estágio 1 | Estágio 2 | Estágio 3 | Total |
|--|---------------|---------------|----------------|----------------|
| Perdas por imparidade a 1 de janeiro | 28 300 | 108 623 | 663 809 | 800 732 |
| Transferência para Estágio 1 | 5 679 | (5 656) | (23) | - |
| Transferência para Estágio 2 | (10 791) | 11 240 | (449) | - |
| Transferência para Estágio 3 | (9 423) | (38 552) | 47 975 | - |
| Write-Offs | (521) | (1 199) | (292 906) | (294 626) |
| Exposição de novos créditos líquida de desreconhecimentos, reembolsos e outras variações | 20 212 | (5 478) | 22 199 | 36 933 |
| Perdas por imparidade a 31 de dezembro | 33 456 | 68 978 | 440 605 | 543 039 |

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito total do Grupo é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| Justo valor dos colaterais | 2022 | 2021 |
|--|------------|------------|
| Análise individual | | |
| Títulos e outros ativos financeiros | 236 896 | 145 092 |
| Imóveis residenciais - Crédito à habitação | 10 330 | 12 436 |
| Imóveis - Construção e CRE | 1 823 710 | 2 096 777 |
| Outros imóveis | 1 662 924 | 1 714 721 |
| Outras garantias | 398 541 | 458 920 |
| Análise coletiva - Estágio 1 | | |
| Títulos e outros ativos financeiros | 796 925 | 416 670 |
| Imóveis residenciais - Crédito à habitação | 10 714 551 | 11 134 569 |
| Imóveis - Construção e CRE | 490 830 | 503 130 |
| Outros imóveis | 823 497 | 795 665 |
| Outras garantias | 525 806 | 351 445 |
| Análise coletiva - Estágio 2 | | |
| Títulos e outros ativos financeiros | 209 106 | 76 282 |
| Imóveis residenciais - Crédito à habitação | 1 899 396 | 1 346 240 |
| Imóveis - Construção e CRE | 177 524 | 150 022 |
| Outros imóveis | 437 373 | 529 691 |
| Outras garantias | 40 268 | 37 392 |
| Análise coletiva - Estágio 3 | | |
| Títulos e outros ativos financeiros | 7 961 | 3 044 |
| Imóveis residenciais - Crédito à habitação | 96 427 | 169 224 |
| Imóveis - Construção e CRE | 27 078 | 36 889 |
| Outros imóveis | 49 109 | 68 177 |
| Outras garantias | 13 400 | 17 350 |
| | 20 441 652 | 20 063 737 |

O Grupo utiliza colaterais reais e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a refletir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efetuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que refletem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respetiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respetivos ativos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a refletir a sua volatilidade. A grande maioria dos colaterais físicos é reavaliada com uma periodicidade mínima anual.

A carteira de crédito total do Grupo, por segmento e respetiva imparidade, constituída nos exercícios de 2022 e 2021, é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|--------------------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
| Segmento | Exposição total | Imparidade total | Exposição total | Imparidade total |
| <i>Corporate</i> | 5 961 843 | 232 306 | 5 853 034 | 369 900 |
| Construção e CRE | 1 458 003 | 78 157 | 1 485 477 | 102 139 |
| Particulares - Habitação | 5 685 126 | 32 934 | 5 782 485 | 36 402 |
| Particulares - Outros | 1 053 600 | 30 637 | 1 087 954 | 34 598 |
| | 14 158 572 | 374 034 | 14 208 950 | 543 039 |

A carteira de crédito viva, por segmento e por ano de produção, no exercício de 2022 é apresentada como segue:

(milhares de euros)

| 2022 | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|---------------------|-----------|------------------------|---------------------|-----------|------------------------|--------------------------|-----------|------------------------|-----------------------|-----------|------------------------|
| <i>Corporate</i> | | | | Construção e CRE | | | Particulares - Habitação | | | Particulares - Outros | | |
| Ano de produção | Número de operações | Montante | Imparidade constituída | Número de operações | Montante | Imparidade constituída | Número de operações | Montante | imparidade constituída | Número de operações | Montante | Imparidade constituída |
| 2004 e anteriores | 535 | 26 911 | 2 234 | 583 | 41 420 | 14 720 | 35 148 | 947 813 | 7 199 | 19 090 | 15 528 | 294 |
| 2005 | 142 | 10 030 | 261 | 140 | 6 624 | 1 204 | 9 095 | 407 913 | 3 615 | 5 077 | 4 872 | 150 |
| 2006 | 199 | 19 055 | 1 536 | 130 | 13 693 | 5 440 | 11 043 | 508 695 | 3 861 | 13 233 | 17 367 | 1 919 |
| 2007 | 325 | 11 337 | 919 | 165 | 25 548 | 5 764 | 11 248 | 517 111 | 4 478 | 35 155 | 38 108 | 803 |
| 2008 | 1 051 | 30 903 | 1 521 | 329 | 14 743 | 2 777 | 5 972 | 273 278 | 2 665 | 55 596 | 71 980 | 758 |
| 2009 | 1 656 | 53 287 | 1 704 | 369 | 21 602 | 4 181 | 3 234 | 165 130 | 1 271 | 43 608 | 46 824 | 1 236 |
| 2010 | 1 511 | 60 323 | 1 652 | 260 | 21 143 | 5 035 | 3 261 | 190 730 | 1 293 | 31 745 | 21 251 | 623 |
| 2011 | 2 190 | 71 905 | 1 633 | 346 | 13 235 | 2 061 | 1 208 | 67 426 | 350 | 25 663 | 22 614 | 644 |
| 2012 | 2 030 | 61 357 | 3 908 | 232 | 19 268 | 6 711 | 725 | 41 458 | 235 | 18 166 | 11 203 | 338 |
| 2013 | 3 434 | 128 675 | 7 381 | 276 | 15 269 | 1 179 | 937 | 52 329 | 292 | 17 557 | 14 232 | 492 |
| 2014 | 4 475 | 264 013 | 22 712 | 1 242 | 52 363 | 960 | 1 123 | 65 968 | 338 | 19 999 | 22 191 | 1 149 |
| 2015 | 4 617 | 190 087 | 37 172 | 515 | 20 259 | 1 150 | 1 299 | 77 361 | 384 | 17 817 | 24 090 | 1 761 |
| 2016 | 5 895 | 386 853 | 13 021 | 803 | 54 939 | 3 774 | 1 868 | 131 819 | 848 | 28 882 | 36 598 | 1 417 |
| 2017 | 8 307 | 309 290 | 13 500 | 727 | 166 180 | 4 330 | 2 571 | 191 214 | 827 | 22 542 | 41 099 | 1 490 |
| 2018 | 9 249 | 303 087 | 35 150 | 1 424 | 69 676 | 2 592 | 2 725 | 213 734 | 908 | 34 211 | 74 531 | 2 266 |
| 2019 | 10 456 | 486 646 | 27 253 | 1 551 | 103 605 | 3 643 | 3 331 | 273 014 | 1 118 | 29 271 | 91 353 | 3 365 |
| 2020 | 13 168 | 775 163 | 20 555 | 1 714 | 204 866 | 4 857 | 3 639 | 335 221 | 949 | 27 378 | 122 074 | 4 870 |
| 2021 | 14 609 | 761 083 | 18 578 | 2 264 | 204 471 | 3 576 | 6 446 | 653 665 | 1 444 | 38 868 | 189 927 | 5 376 |
| 2022 | 20 327 | 2 011 838 | 21 616 | 2 596 | 389 099 | 4 203 | 5 313 | 571 247 | 859 | 35 191 | 187 758 | 1 686 |
| | 104 176 | 5 961 843 | 232 306 | 15 666 | 1 458 003 | 78 157 | 110 186 | 5 685 126 | 32 934 | 519 049 | 1 053 600 | 30 637 |

A carteira de crédito viva, por segmento e por ano de produção, no exercício de 2021 é apresentada como segue:

(Milhares de euros)

| 2021 | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|---------------------|-----------|------------------------|---------------------|-----------|------------------------|--------------------------|-----------|------------|-----------------------|-----------|------------------------|
| <i>Corporate</i> | | | | Construção e CRE | | | Particulares - Habitação | | | Particulares - Outros | | |
| Ano de produção | Número de operações | Montante | Imparidade constituída | Número de operações | Montante | Imparidade constituída | Número de operações | Montante | Imparidade | Número de operações | Montante | Imparidade constituída |
| 2004 e anteriores | 658 | 35 925 | 1 223 | 634 | 55 729 | 19 903 | 39 015 | 1 117 385 | 8 452 | 20 502 | 16 840 | 495 |
| 2005 | 185 | 12 526 | 609 | 160 | 13 124 | 3 710 | 9 898 | 462 546 | 3 916 | 5 366 | 5 285 | 149 |
| 2006 | 270 | 24 143 | 1 949 | 160 | 17 767 | 5 851 | 11 976 | 575 170 | 6 708 | 13 843 | 19 558 | 3 662 |
| 2007 | 482 | 24 389 | 1 216 | 206 | 33 797 | 9 277 | 12 354 | 585 519 | 6 820 | 37 374 | 41 690 | 933 |
| 2008 | 1 257 | 42 021 | 1 886 | 368 | 16 432 | 1 396 | 6 420 | 304 371 | 3 127 | 58 866 | 77 269 | 610 |
| 2009 | 2 001 | 79 867 | 2 795 | 419 | 24 498 | 3 889 | 3 486 | 186 193 | 1 434 | 46 504 | 51 000 | 1 873 |
| 2010 | 1 817 | 76 721 | 4 101 | 327 | 29 917 | 6 078 | 3 545 | 214 278 | 1 564 | 33 898 | 23 335 | 716 |
| 2011 | 2 435 | 95 891 | 3 294 | 383 | 15 688 | 2 234 | 1 309 | 76 413 | 468 | 27 462 | 25 403 | 1 760 |
| 2012 | 2 106 | 82 943 | 5 417 | 366 | 24 575 | 6 952 | 807 | 47 585 | 421 | 19 725 | 12 842 | 465 |
| 2013 | 4 283 | 248 629 | 30 948 | 388 | 24 554 | 1 726 | 1 038 | 60 129 | 243 | 19 219 | 21 000 | 1 238 |
| 2014 | 5 798 | 369 934 | 32 428 | 1 450 | 67 484 | 3 731 | 1 233 | 75 025 | 195 | 22 812 | 29 446 | 2 694 |
| 2015 | 6 025 | 304 369 | 83 867 | 670 | 26 935 | 1 669 | 1 452 | 90 178 | 146 | 20 538 | 33 623 | 2 875 |
| 2016 | 7 936 | 491 740 | 29 880 | 1 012 | 80 612 | 10 231 | 2 041 | 148 682 | 398 | 32 822 | 51 752 | 2 551 |
| 2017 | 10 616 | 411 499 | 25 428 | 1 004 | 242 770 | 8 248 | 2 818 | 219 124 | 332 | 26 731 | 59 478 | 2 068 |
| 2018 | 12 026 | 479 002 | 46 694 | 1 741 | 90 582 | 2 757 | 2 973 | 242 758 | 525 | 39 325 | 99 311 | 2 292 |
| 2019 | 12 441 | 650 128 | 40 062 | 1 964 | 172 173 | 7 429 | 3 604 | 307 446 | 900 | 33 189 | 120 526 | 3 372 |
| 2020 | 15 683 | 1 055 832 | 36 557 | 2 045 | 268 773 | 4 402 | 3 866 | 370 281 | 366 | 33 212 | 160 533 | 3 563 |
| 2021 | 19 794 | 1 367 475 | 21 546 | 2 515 | 280 067 | 2 656 | 6 686 | 699 402 | 387 | 43 925 | 239 063 | 3 282 |
| 2022 | | | | | | | | | | | | |
| | 105 813 | 5 853 034 | 369 900 | 15 812 | 1 485 477 | 102 139 | 114 521 | 5 782 485 | 36 402 | 535 313 | 1 087 954 | 34 598 |

O valor da exposição bruta de crédito e imparidade individual e coletiva por segmento, nos exercícios de 2022 e 2021, é apresentado como segue:

(Milhares de Euros)

| 2022 | | | | | | | | | | |
|-----------|-----------|------------|------------------|------------|--------------------------|------------|-----------------------|------------|------------|------------|
| Avaliação | Corporate | | Construção e CRE | | Particulares - Habitação | | Particulares - Outros | | Total | |
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| | 2 578 957 | 149 425 | 824 451 | 59 688 | 4 105 | 551 | 2 296 | 1 136 | 3 409 809 | 210 800 |
| | 3 382 886 | 82 881 | 633 552 | 18 469 | 5 681 021 | 32 383 | 1 051 304 | 29 501 | 10 748 763 | 163 234 |
| | 5 961 843 | 232 306 | 1 458 003 | 78 157 | 5 685 126 | 32 934 | 1 053 600 | 30 637 | 14 158 572 | 374 034 |

(Milhares de Euros)

| 2021 | | | | | | | | | | |
|-----------|-----------|------------|------------------|------------|--------------------------|------------|-----------------------|------------|------------|------------|
| Avaliação | Corporate | | Construção e CRE | | Particulares - Habitação | | Particulares - Outros | | Total | |
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| | 2 751 977 | 262 510 | 841 116 | 82 687 | 6 748 | 1 046 | 10 596 | 4 930 | 3 610 437 | 351 173 |
| | 3 101 057 | 107 390 | 644 361 | 19 452 | 5 775 737 | 35 356 | 1 077 358 | 29 668 | 10 598 513 | 191 866 |
| | 5 853 034 | 369 900 | 1 485 477 | 102 139 | 5 782 485 | 36 402 | 1 087 954 | 34 598 | 14 208 950 | 543 039 |

O valor da exposição bruta de crédito e imparidade individual e coletiva por setor de atividade para as Empresas, nos exercícios de 2022 e 2021, é apresentado como segue:

(Milhares de Euros)

| 2022 | | | | | | | | | | | | | |
|-----------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|-------------------------|------------|-------------------|------------|-----------|------------|---------|
| Avaliação | Construção | | Indústrias | | Comércio | | Atividades imobiliárias | | Outras atividades | | Total | | |
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | |
| | Individual | 350 181 | 41 899 | 545 037 | 51 731 | 199 121 | 11 373 | 474 269 | 17 789 | 1 834 800 | 86 321 | 3 403 408 | 209 113 |
| | Colectiva | 390 105 | 11 042 | 909 897 | 22 861 | 957 374 | 26 254 | 243 447 | 7 427 | 1 515 615 | 33 766 | 4 016 438 | 101 350 |
| | 740 286 | 52 941 | 1 454 934 | 74 592 | 1 156 495 | 37 627 | 717 716 | 25 216 | 3 350 415 | 120 087 | 7 419 846 | 310 463 | |

(Milhares de Euros)

| 2021 | | | | | | | | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|-------------------------|------------|-------------------|------------|-----------|------------|
| Avaliação | Construção | | Indústrias | | Comércio | | Atividades imobiliárias | | Outras atividades | | Total | |
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| | | | | | | | | | | | | |
| Individual | 356 536 | 61 460 | 483 925 | 63 910 | 231 249 | 43 334 | 499 788 | 22 442 | 2 021 595 | 154 051 | 3 593 093 | 345 197 |
| Colectiva | 393 774 | 13 771 | 793 257 | 30 043 | 910 601 | 34 477 | 251 260 | 6 183 | 1 396 526 | 42 368 | 3 745 418 | 126 842 |
| | 750 310 | 75 231 | 1 277 182 | 93 953 | 1 141 850 | 77 811 | 751 048 | 28 625 | 3 418 121 | 196 419 | 7 338 511 | 472 039 |

O valor dos reestruturados por estágio e por segmento, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentado como segue:

(Milhares de Euros)

| 2022 | | | | | | | | | | |
|-----------|-----------|------------|------------------|------------|--------------------------|------------|-----------------------|------------|-----------|------------|
| | Corporate | | Construção e CRE | | Particulares - Habitação | | Particulares - Outros | | Total | |
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| Estágio 1 | 468 | - | - | - | - | - | - | - | 468 | - |
| Estágio 2 | 72 876 | 3 059 | 11 080 | 827 | 34 827 | 427 | 7 842 | 666 | 126 625 | 4 979 |
| Estágio 3 | 256 207 | 112 334 | 107 451 | 33 009 | 16 976 | 7 608 | 13 135 | 6 252 | 393 769 | 159 203 |
| | 329 551 | 115 393 | 118 531 | 33 836 | 51 803 | 8 035 | 20 977 | 6 918 | 520 862 | 164 182 |

(Milhares de Euros)

2021

| | Corporate | | Construção e CRE | | Particulares - Habitação | | Particulares - Outros | | Total | |
|-----------|-----------|------------|------------------|------------|--------------------------|------------|-----------------------|------------|-----------|------------|
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| Estágio 2 | 29 256 | 1 639 | 9 949 | 420 | 21 698 | 133 | 7 346 | 324 | 68 249 | 2 516 |
| Estágio 3 | 370 707 | 181 007 | 124 670 | 49 475 | 41 789 | 12 919 | 18 274 | 9 800 | 555 440 | 253 201 |
| | 399 963 | 182 646 | 134 619 | 49 895 | 63 487 | 13 052 | 25 620 | 10 124 | 623 689 | 255 717 |

A exposição bruta em cumprimento e incumprimento, nos exercícios de 2022 e 2021 é apresentada como segue:

(Milhares de euros)

2022

| Exposição bruta em cumprimento e incumprimento | | | | | | | Imparidade acumulada e outros ajustamentos de justo valor negativos associados ao risco de crédito para exposições em | | | Colaterais e garantias financeiras recebidas para exposições em | |
|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--------------------------|---------|---|----------------------------------|---------|---|--------------------------|
| | dos quais em cumprimento com atraso >30 dias e <= 90 dias | dos quais reestruturados em cumprimento | dos quais em incumprimento | | | | para exposições em cumprimento | para exposições em incumprimento | | para exposições em incumprimento | dos quais reestruturados |
| | | | dos quais em default | dos quais com imparidade | dos quais reestruturados | | | | | | |
| Crédito titulado (a) | 4 765 709 | - | - | 33 000 | 33 000 | - | 9 373 | - | 14 272 | - | - |
| Outras exposições de crédito em balanço | 12 906 341 | 31 625 | 127 128 | 598 434 | 598 434 | 393 534 | 88 593 | 4 971 | 249 530 | 159 203 | 281 741 |
| Exposições fora de balanço (c) | 2 090 993 | 1 878 | 47 | 78 113 | 78 113 | 360 | 10 623 | 1 | 8 894 | - | - |

(a) Inclui Instrumentos de dívida da carteira de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e papel comercial e obrigações reconhecidas na rubrica de crédito a clientes.

(b) Inclui Crédito a clientes, Disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais e em Outras instituições de crédito e Operações de bolsa a regularizar.

(c) Inclui Linhas de crédito revogáveis e irrevogáveis, Garantias e avais e Créditos documentários prestados.

(Milhares de euros)

2021

| Exposição bruta em cumprimento e incumprimento | | | | | | | Imparidade acumulada e outros ajustamentos de justo valor negativos associados ao risco de crédito para exposições em | | | Colaterais e garantias financeiras recebidas para exposições em | |
|--|---|---|----------------------------|--------------------------|--------------------------|---------|---|----------------------------------|---------|---|--------------------------|
| | dos quais em cumprimento com atraso >30 dias e <= 90 dias | dos quais reestruturados em cumprimento | dos quais em incumprimento | | | | para exposições em cumprimento | para exposições em incumprimento | | para exposições em incumprimento | dos quais reestruturados |
| | | | dos quais em default | dos quais com imparidade | dos quais reestruturados | | | | | | |
| Crédito titulado (a) | 3 645 187 | - | - | 33 000 | 33 000 | - | 12 311 | - | 14 272 | - | - |
| Outras exposições de crédito em balanço | 14 774 758 | 31 812 | 68 070 | 942 302 | 942 302 | 555 721 | 92 542 | 2 514 | 411 375 | 253 180 | 414 074 |
| Exposições fora de balanço (c) | 2 019 484 | 1 341 | 280 | 117 002 | 117 002 | 419 | 6 738 | 2 | 14 524 | 21 | - |

(a) Inclui Instrumentos de dívida da carteira de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e papel comercial e obrigações reconhecidas na rubrica de crédito a clientes.

(b) Inclui Crédito a clientes, Disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais e em Outras instituições de crédito e Operações de bolsa a regularizar.

(c) Inclui Linhas de crédito revogáveis e irrevogáveis, Garantias e avais e Créditos documentários prestados.

O justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de *Corporate*, *Construção* e *Commercial Real Estate* (CRE) e *Habitação*, com referência a 31 de dezembro de 2022, é apresentado como segue:

(Milhares de Euros)

2022

| | Corporate, Construção e CRE | | | | Habitação | | | |
|------------------|-----------------------------|-----------|-------------------------|-----------|-----------|------------|-------------------------|----------|
| | Imóveis | | Outros colaterais reais | | Imóveis | | Outros colaterais reais | |
| | Número | Montante | Número | Montante | Número | Montante | Número | Montante |
| Justo valor | | | | | | | | |
| < 0,5 M€ | 4 808 | 628 938 | 11 117 | 465 112 | 91 220 | 12 233 331 | 251 | 6 801 |
| >= 0,5 M€ e <1M€ | 503 | 351 564 | 167 | 107 629 | 528 | 327 626 | 1 | 500 |
| >= 1 M€ e <5M€ | 540 | 1 178 782 | 125 | 237 921 | 60 | 88 696 | - | - |
| >= 5 M€ e <10M€ | 72 | 506 711 | 12 | 88 911 | 2 | 12 816 | - | - |
| >= 10 M€ e <20M€ | 50 | 683 882 | 2 | 28 578 | - | - | - | - |
| >= 20 M€ e <50M€ | 16 | 493 070 | 3 | 116 000 | - | - | - | - |
| >= 50M€ | 15 | 1 821 281 | 3 | 201 080 | - | - | - | - |
| | 6 004 | 5 664 228 | 11 429 | 1 245 231 | 91 810 | 12 662 469 | 252 | 7 301 |

O justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de *Corporate*, Construção e *Commercial Real Estate* (CRE) e Habitação, com referência a 31 de dezembro de 2021, é apresentado como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2021 | | | | | | | |
|------------------|-----------------------------|-----------|-------------------------|-----------|-----------|------------|-------------------------|----------|
| | Corporate, Construção e CRE | | | | Habitação | | | |
| | Imóveis | | Outros colaterais reais | | Imóveis | | Outros colaterais reais | |
| Justo valor | Número | Montante | Número | Montante | Número | Montante | Número | Montante |
| < 0,5 M€ | 4 808 | 628 938 | 11 117 | 465 112 | 91 220 | 12 233 331 | 251 | 6 801 |
| >= 0,5 M€ e <1M€ | 503 | 351 564 | 167 | 107 629 | 528 | 327 626 | 1 | 500 |
| >= 1 M€ e <5M€ | 540 | 1 178 782 | 125 | 237 921 | 60 | 88 696 | - | - |
| >= 5 M€ e <10M€ | 72 | 506 711 | 12 | 88 911 | 2 | 12 816 | - | - |
| >= 10 M€ e <20M€ | 50 | 683 882 | 2 | 28 578 | - | - | - | - |
| >= 20 M€ e <50M€ | 16 | 493 070 | 3 | 116 000 | - | - | - | - |
| >= 50M€ | 15 | 1 821 281 | 3 | 201 080 | - | - | - | - |
| | 6 004 | 5 664 228 | 11 429 | 1 245 231 | 91 810 | 12 662 469 | 252 | 7 301 |

O rácio de LTV (*loan to value*) dos segmentos de *Corporate*, Construção e CRE e Habitação, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentado como segue:

(Milhares de euros)

| Segmento/ Rácio | 2022 | | | 2021 | | |
|-------------------------------------|-------------------|-----------------|------------|-------------------|-----------------|------------|
| | Número de imóveis | Exposição total | Imparidade | Número de imóveis | Exposição total | Imparidade |
| Corporate | | | | | | |
| Sem imóvel associado ^(*) | - | 4 680 780 | 133 866 | - | 4 507 606 | 258 625 |
| < 60% | 2 167 | 621 502 | 51 977 | 2 370 | 486 691 | 32 128 |
| >= 60% e < 80% | 602 | 267 568 | 15 493 | 688 | 387 690 | 35 152 |
| >= 80% e < 100% | 770 | 356 804 | 28 604 | 803 | 419 585 | 39 340 |
| >= 100% | 10 | 35 190 | 2 365 | 7 | 51 462 | 4 655 |
| Construção e CRE | | | | | | |
| Sem imóvel associado ^(*) | - | 667 609 | 22 978 | - | 569 555 | 25 350 |
| < 60% | 926 | 422 910 | 19 019 | 980 | 448 088 | 22 800 |
| >= 60% e < 80% | 330 | 238 649 | 12 503 | 456 | 254 997 | 16 863 |
| >= 80% e < 100% | 420 | 97 445 | 12 523 | 634 | 186 439 | 27 184 |
| >= 100% | 62 | 31 390 | 11 135 | 66 | 26 398 | 9 944 |
| Habitação | | | | | | |
| Sem imóvel associado ^(*) | - | 32 579 | 1 506 | - | 36 076 | 2 586 |
| < 60% | 61 330 | 2 706 933 | 12 660 | 61 434 | 2 621 080 | 9 297 |
| >= 60% e < 80% | 21 136 | 1 879 839 | 8 695 | 22 990 | 1 968 716 | 8 728 |
| >= 80% e < 100% | 6 002 | 1 041 109 | 8 951 | 7 067 | 1 119 245 | 10 632 |
| >= 100% | 211 | 24 666 | 1 123 | 319 | 37 368 | 5 159 |

(*) Inclui operações com outro tipo de colaterais associados, nomeadamente colaterais financeiros.

O justo valor e o valor líquido dos imóveis recebidos em dação/execução, por tipo de ativo, registados na rubrica de Outros ativos (nota 37) a 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentados como segue:

(milhares de euros)

2022

| Ativo | Número de imóveis | Justo valor do ativo | Valor contabilístico |
|-------------------------------------|-------------------|----------------------|----------------------|
| Terreno | 1 210 | 188 989 | 168 967 |
| Urbano | 935 | 145 203 | 128 278 |
| Rural | 275 | 43 786 | 40 689 |
| Edifícios em desenvolvimento | 349 | 48 219 | 43 590 |
| Comerciais | 53 | 6 287 | 6 013 |
| Habitação | 198 | 41 316 | 36 974 |
| Outros | 98 | 616 | 603 |
| Edifícios construídos | 1 102 | 127 523 | 111 576 |
| Comerciais | 513 | 70 170 | 62 200 |
| Habitação | 289 | 51 668 | 44 171 |
| Outros | 300 | 5 685 | 5 205 |
| | 2 661 | 364 731 | 324 133 |

(milhares de euros)

2020

| Ativo | Número de | Justo valor do | Valor |
|-------------------------------------|--------------|----------------|----------------|
| Terreno | 1 451 | 280 007 | 253 865 |
| Urbano | 1 177 | 233 839 | 210 219 |
| Rural | 274 | 46 168 | 43 646 |
| Edifícios em desenvolvimento | 394 | 59 515 | 52 918 |
| Comerciais | 43 | 5 391 | 5 185 |
| Habitação | 253 | 53 440 | 47 083 |
| Outros | 98 | 684 | 650 |
| Edifícios construídos | 1 524 | 175 028 | 156 807 |
| Comerciais | 715 | 99 905 | 89 625 |
| Habitação | 410 | 67 672 | 59 226 |
| Outros | 399 | 7 451 | 7 956 |
| | 3 369 | 514 550 | 463 590 |

O tempo decorrido desde a dação/execução dos imóveis recebidos em dação/execução, registados na rubrica de Outros ativos (nota 37), a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentado como segue:

(Milhares de euros)

2022

| Tempo decorrido desde a dação/ execução | < 1 ano | >= 1 ano e < 2,5 anos | >= 2,5 anos e < 5 anos | >= 5 anos | Total |
|--|--------------|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| Terreno | 899 | 4 280 | 13 578 | 150 210 | 168 967 |
| Urbano | 39 | 2 873 | 11 194 | 114 172 | 128 278 |
| Rural | 860 | 1 407 | 2 384 | 36 038 | 40 689 |
| Edifícios em desenvolvimento | 65 | 261 | 13 614 | 29 650 | 43 590 |
| Comerciais | - | 166 | 1 824 | 4 023 | 6 013 |
| Habitação | 65 | 95 | 11 623 | 25 191 | 36 974 |
| Outros | - | - | 167 | 436 | 603 |
| Edifícios construídos | 7 686 | 19 704 | 13 612 | 70 574 | 111 576 |
| Comerciais | 5 186 | 9 927 | 7 262 | 39 825 | 62 200 |
| Habitação | 2 437 | 9 272 | 4 494 | 27 968 | 44 171 |
| Outros | 63 | 505 | 1 856 | 2 781 | 5 205 |
| | 8 650 | 24 245 | 40 804 | 250 434 | 324 133 |

(Milhares de euros)

2021

| Tempo decorrido desde a dação/ execução | < 1 ano | >= 1 ano e < 2,5 anos | >= 2,5 anos e < 5 anos | >= 5 anos | Total |
|--|---------------|--------------------------|---------------------------|----------------|----------------|
| Terreno | 2 467 | 8 037 | 87 904 | 155 457 | 253 865 |
| Urbano | 908 | 7 322 | 79 536 | 122 453 | 210 219 |
| Rural | 1 559 | 715 | 8 368 | 33 004 | 43 646 |
| Edifícios em desenvolvimento | 59 | 4 352 | 17 984 | 30 523 | 52 918 |
| Comerciais | 59 | 358 | 2 518 | 2 250 | 5 185 |
| Habitação | - | 3 819 | 15 466 | 27 798 | 47 083 |
| Outros | - | 175 | - | 475 | 650 |
| Edifícios construídos | 25 984 | 16 025 | 29 237 | 85 561 | 156 807 |
| Comerciais | 14 143 | 8 891 | 19 520 | 47 071 | 89 625 |
| Habitação | 11 201 | 4 756 | 8 999 | 34 270 | 59 226 |
| Outros | 640 | 2 378 | 718 | 4 220 | 7 956 |
| | 28 510 | 28 414 | 135 125 | 271 541 | 463 590 |

Risco de Concentração

O risco de concentração decorre da existência de fatores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes entidades ou carteiras, de tal modo que a deterioração de algum desses fatores pode ter um efeito negativo simultâneo na qualidade de crédito de cada uma das contrapartes ou nos resultados de cada classe de ativos e passivos. Num cenário de concentração, o efeito das perdas num número reduzido de exposições pode ser desproporcionado, confirmando a importância da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade. No Grupo, a monitorização do risco de concentração incide principalmente sobre os riscos de concentração de crédito, da carteira de investimentos, de financiamento, de taxa de juro e de risco operacional.

O risco de concentração no crédito é o mais relevante para o Grupo e, como tal, existem diversos procedimentos relacionados com a sua identificação, quantificação e gestão. Por forma a limitar o risco de crédito de concentração de exposição a um Cliente / grupo de Clientes relacionados entre si, foram definidos limites máximos de exposição para as posições agregadas das carteiras de crédito e investimento, para as várias entidades do Grupo.

De modo a minimizar o risco de concentração, o Grupo procura diversificar as suas áreas de atividade e fontes de proveitos, bem como as suas exposições e fontes de financiamento.

A gestão do risco de concentração é realizada de forma centralizada, com uma monitorização regular dos índices de concentração pela Direção de Risco do Banco Montepio. Em particular, o nível de concentração dos maiores depositantes e, no que diz respeito à carteira de crédito, o nível de concentração individual e o grau de diversificação da qualidade da carteira de Empresas são monitorizados regularmente pela Direção de Risco. Encontram-se estabelecidos limites máximos de exposição por Cliente/grupo de Clientes relacionados entre si, sectores de atividade, assim como limites para a concentração dos maiores depositantes.

Risco de mercado

O conceito de risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles quer as respetivas volatilidades.

O Grupo calcula de forma regular o VaR quer para a sua carteira de negociação quer para a carteira de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo o mesmo apurado com base num horizonte temporal de 10 dias úteis e num nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica. Os tipos de risco considerados nesta metodologia são o risco de taxa de juro, o risco cambial, o risco de preço, o risco de spread e o risco de mercadoria.

A carteira de investimento do Grupo está principalmente concentrada em obrigações, sendo que em 31 de dezembro de 2022 representavam 96,2% (31 de dezembro de 2021: 93,5%) do total da carteira, mantendo-se a posição dominantemente em obrigações de emitentes soberanos, essencialmente de Portugal, de Espanha e de Itália.

No que respeita a derivados de crédito, Banco Montepio não detinha qualquer posição nestes instrumentos a 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Ao nível da qualidade do crédito dos títulos de dívida verifica-se que 98,2% da carteira se encontra em níveis de *investment grade* (31 de dezembro de 2021: 97,8%). Destaque para as obrigações soberanas espanholas, portuguesas e italianas notadas com ratings BBB+, BBB e BBB-, respetivamente, que representam 91,8% (31 de dezembro de 2021: 94,0%) da carteira. No que respeita à composição da carteira, verificou-se um decréscimo do peso da exposição a dívida pública italiana de 40,5% para 37,6%, compensada pelo acréscimo do peso das exposições a dívida soberana de Portugal de 22,6% para 25,8%. Destaque para a entrada em 2022 de dívida de emitentes AAA (2,6% do total).

A distribuição da carteira de obrigações, registada nas rubricas de ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e outros ativos financeiros ao custo amortizado, encontra-se apresentada no quadro seguinte:

(Milhares de Euros)

| Rating | 2022 | | 2021 | | Variação | |
|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| AAA | 110 523 | 2,6 | - | - | 110 523 | - |
| AA+ | 5 177 | 0,1 | 453 | - | 4 724 | 1 042,8 |
| AA | 34 187 | 0,8 | - | - | 34 187 | - |
| AA- | 15 395 | 0,4 | 454 | - | 14 941 | 3 291,0 |
| A+ | 107 113 | 2,6 | 406 | - | 106 707 | 26 282,5 |
| A- | - | - | 101 804 | 3,3 | (101 804) | (100,0) |
| BBB+ | 1 202 557 | 28,7 | 955 731 | 30,9 | 246 826 | 25,8 |
| BBB | 1 092 271 | 26,1 | 695 932 | 22,5 | 396 339 | 57,0 |
| BBB- | 1 593 861 | 38,0 | 1 273 794 | 41,2 | 320 067 | 25,1 |
| BB- | 14 550 | 0,3 | 14 987 | 0,5 | (437) | (2,9) |
| CCC | - | - | 36 215 | 1,2 | (36 215) | (100,0) |
| NR | 15 385 | 0,4 | 15 500 | 0,4 | (115) | (0,7) |
| Total | 4 191 019 | 100,0 | 3 095 729 | 100,0 | 1 095 743 | 35,4 |

A posição em obrigações registada na carteira de Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ascende a 69.763 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 91.080 milhares de euros), a posição em outros ativos financeiros ao custo amortizado ascende a 4.119.387 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 3.004.196 milhares de euros) e a posição em Ativos financeiros detidos para negociação ascende a 1.869 milhares de euros.

Em relação à carteira de negociação em 31 de dezembro de 2022 apresentam-se seguidamente os principais indicadores de VaR:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | Média | Mínimo | Máximo | 2021 |
|---------------------------|-------|-------|--------|--------|------|
| VaR de Mercado | 272 | 435 | 7 | 996 | 7 |
| Risco de taxa de juro | 266 | 293 | - | 955 | - |
| Risco cambial | 66 | 156 | 7 | 84 | 6 |
| Risco de preço | 83 | 114 | - | 172 | - |
| Risco de spread (crédito) | 70 | 109 | - | 233 | - |
| Efeito de diversificação | (213) | (237) | - | (448) | - |

O valor do VaR da carteira de negociação aumentou de 31 de dezembro de 2021 para 31 de dezembro de 2022, na medida em que se retomou a negociação corrente de títulos após, no âmbito da estratégia de negociação, se ter procedido ao fecho das posições em ações e obrigações da carteira no final do ano transato. Refira-se que o VaR da carteira de negociação se manteve em níveis moderados durante o ano de 2022, não obstante o aumento generalizado dos níveis de volatilidade decorrentes dos choques exógenos da guerra na Ucrânia e da subida generalizada dos preços, situação que pode ser entendida no âmbito das medidas de mitigação de risco inerentes à situação referida anteriormente.

Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é efetuada por análise de sensibilidade ao risco, numa ótica consolidada para as entidades que integram o Grupo (incluindo a subsidiária registada em operações em descontinuação).

O risco de taxa de juro é aferido de acordo com os impactos na margem financeira, no valor económico e fundos próprios causados por variações nas taxas de juro de mercado. Os principais fatores de risco decorrem do desfasamento de prazos para refixação da taxa e/ou maturidades residuais entre ativos e passivos (*repricing risk*), das variações não paralelas nas curvas de taxa de juro (*yield curve risk*), da inexistência de correlação perfeita entre diferentes indexantes com o mesmo prazo de *repricing* (*basis risk*) e das opções associadas a instrumentos que permitam uma atuação diversa dos intervenientes dependentes do nível de taxas contratadas e praticadas no momento (*option risk*).

Com base nas características financeiras de cada contrato, é feita a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de refixação de taxa e eventuais pressupostos comportamentais.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de *repricing*.

Apresentam-se nos quadros seguintes os gaps de taxa de juro numa ótica consolidada nos exercícios de 2022 e 2021:

(Milhares de euros)

| | Até três meses | Três a seis meses | Seis meses a um ano | Um a cinco anos | Mais de cinco anos |
|-----------------------------------|-------------------|----------------------|------------------------|--------------------|-----------------------|
| 31 de Dezembro de 2022 | | | | | |
| Ativo | | | | | |
| Títulos de dívida | 33 740 | 27 826 | 282 386 | 2 144 391 | 1 757 383 |
| Empréstimos e adiantamentos | 6 351 630 | 3 209 863 | 1 406 712 | 1 061 814 | 421 711 |
| Derivados de cobertura | 1 153 782 | - | - | - | 43 577 |
| Outros | 6 903 | 16 036 | 3 010 | 38 888 | - |
| Total | 7 546 055 | 3 253 725 | 1 692 108 | 3 245 093 | 2 222 671 |
| Passivo | | | | | |
| Títulos de dívida emitidos | 247 100 | - | 50 659 | 650 635 | 12 218 |
| Depósitos com maturidade definida | 1 862 789 | 1 139 178 | 1 434 196 | 1 900 929 | - |
| Outros | 288 074 | 890 900 | 189 571 | 1 688 673 | 230 997 |
| Fora de balanço | 29 251 | 16 036 | 13 | 106 | 997 |
| Total | 2 427 214 | 2 046 114 | 1 674 439 | 4 240 343 | 244 212 |
| GAP (Ativos - Passivos) | 5 118 841 | 1 207 611 | 17 669 | (995 250) | 1 978 459 |
| 31 de Dezembro de 2021 | | | | | |
| Ativo | | | | | |
| Títulos de dívida | 26 612 | 43 212 | 23 528 | 1 186 064 | 1 875 387 |
| Empréstimos e adiantamentos | 6 449 591 | 3 049 157 | 1 328 189 | 919 705 | 390 425 |
| Derivados de cobertura | 89 599 | - | - | - | 50 375 |
| Outros | 1 041 | - | 756 654 | 25 018 | - |
| Total | 6 566 843 | 3 092 369 | 2 108 371 | 2 130 787 | 2 316 187 |
| Passivo | | | | | |
| Títulos de dívida emitidos | 349 223 | - | 811 226 | 651 267 | 36 545 |
| Depósitos com maturidade definida | 1 718 686 | 1 107 354 | 1 471 616 | 2 041 259 | - |
| Outros | 195 311 | - | - | 2 961 326 | 274 358 |
| Fora de balanço | 758 996 | - | 15 | 119 | 1 145 |
| Total | 3 022 216 | 1 107 354 | 2 282 857 | 5 653 971 | 312 048 |
| GAP (Ativos - Passivos) | 3 544 627 | 1 985 015 | (174 486) | (3 523 184) | 2 004 139 |

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | | | 2021 | | | |
|---------------------|-----------|-------------|-----------|-----------|-----------|-------------|-----------|-----------|
| | dezembro | Média anual | Máximo | Mínimo | dezembro | Média anual | Máximo | Mínimo |
| Gap de taxa de juro | 7 327 328 | 5 276 384 | 7 327 328 | 3 836 113 | 3 836 113 | 3 665 365 | 3 836 113 | 3 494 618 |

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço é calculada pela diferença entre o valor atual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa, simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado

Face aos gaps de taxa de juro observados em 31 de dezembro de 2022, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 pontos base motivaria um aumento do valor económico esperado da carteira bancária de 44.163 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: redução 88.244 milhares de euros).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Grupo, nos exercícios de 2022 e 2021, bem como os respetivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | | 2021 | | |
|---|-------------|------------------------|---------|-------------|------------------------|----------|
| | Saldo médio | Taxa de juro média (%) | Juros | Saldo médio | Taxa de juro média (%) | Juros |
| Ativos geradores de juros | | | | | | |
| Disponibilidades em bancos centrais e O | 1 631 251 | 1,12 | 18 503 | 2 203 341 | (0) | (7 298) |
| Aplicações em OIC | 387 295 | 1,04 | 4 069 | 362 932 | 0 | 69 |
| Crédito a clientes | 12 215 110 | 2,09 | 258 588 | 12 294 397 | 2 | 250 095 |
| Carteira de Títulos | 3 877 280 | 0,36 | 14 345 | 3 104 502 | 0 | 6 284 |
| Outros ativos ao justo valor | 9 222 | 1,44 | 135 | 9 010 | 1 | 96 |
| Outros (Inclui derivados) | - | - | 5 212 | - | - | 14 561 |
| | 18 120 158 | 1,64 | 300 852 | 17 974 182 | 1,45 | 263 807 |
| Passivos geradores de juros | | | | | | |
| Recursos BCE | 2 899 053 | 0,27 | 8 029 | 2 531 639 | (0,92) | (23 623) |
| Recursos OIC | 373 289 | 0,15 | 550 | 827 124 | 0,04 | 337 |
| Depósitos de clientes | 12 879 231 | 0,05 | 7 045 | 12 533 808 | 0,08 | 9 608 |
| Dívida senior | 1 304 930 | 0,52 | 6 841 | 1 421 161 | 0,61 | 8 761 |
| Dívida subordinada | 216 474 | 8,81 | 19 334 | 216 406 | 9,09 | 19 939 |
| Outros (Inclui derivados) | - | - | 7 563 | - | - | 16 202 |
| | 17 672 977 | 0,28 | 49 362 | 17 530 138 | 0,18 | 31 224 |
| Margem Financeira | | 1,37 | 251 490 | | 1,28 | 232 583 |

Risco Cambial

No que se refere ao risco cambial da carteira bancária, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de ativos no mercado monetário respetivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os gaps cambiais existentes decorrentes da atividade resultam essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

A repartição dos ativos e passivos, no exercício de 2022 e 2021, por moeda, é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | | | | | |
|--|-------------------|--------------------------|--------------------|--------------|--------------------|------------------|-------------------|
| | Euro | Dólar Norte Americano | Kwanza Angolano | Franco Suíço | Libra esterlina | Outras Moedas | Valor total |
| Ativo por moeda | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos cer | 1 354 507 | 7 508 | 18 108 | 1 771 | 1 062 | 846 | 1 383 802 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 10 307 | 30 484 | - | 6 237 | 3 865 | 1 394 | 52 287 |
| Aplicações em instituições de crédito | 26 734 | 5 579 | 74 046 | 17 | - | - | 106 376 |
| Crédito a clientes | 11 649 353 | 20 865 | 42 812 | - | - | 67 | 11 713 097 |
| Ativos financeiros detidos para negocia | 22 849 | 221 | - | - | - | - | 23 070 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento | 147 770 | - | - | - | - | - | 147 770 |
| Derivados de cobertura | 97 222 | - | - | - | - | - | 97 222 |
| Outros ativos financeiros ao custo amo | - | - | - | - | - | - | - |
| Ativos com acordo de recompra | 3 992 377 | 81 862 | 38 431 | - | 6 717 | - | 4 119 387 |
| Investimentos em associadas e outras | 4 390 | - | - | - | - | - | 4 390 |
| Ativos não correntes detidos para vend | 11 | - | - | - | - | - | 11 |
| Ativos não correntes detidos para venda - | 199 687 | - | - | - | - | - | 199 687 |
| Propriedades de Investimento | 72 726 | - | - | - | - | - | 72 726 |
| Outros ativos tangíveis | 139 767 | - | 52 231 | - | - | - | 191 998 |
| Ativos intangíveis | 47 551 | - | - | - | - | - | 47 551 |
| Ativos por impostos correntes | 5 966 | - | - | - | - | - | 5 966 |
| Ativos por impostos diferidos | 413 604 | - | - | - | - | - | 413 604 |
| Outros ativos | 517 909 | 4 761 | 4 619 | - | 2 | 16 | 527 307 |
| Total Ativo | 18 702 730 | 151 280 | 230 247 | 8 025 | 11 646 | 2 323 | 19 106 251 |
| Passivo por moeda | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais | 2 889 991 | - | - | - | - | - | 2 889 991 |
| Recursos de outras instituições de cré | 340 284 | 1 133 | - | 104 | 75 | 27 | 341 623 |
| Recursos de clientes | 12 837 672 | 139 654 | 91 005 | 2 305 | 16 770 | 27 960 | 13 115 366 |
| Responsabilidades representadas por t | 606 651 | - | - | - | - | - | 606 651 |
| Passivos financeiros detidos para nego | 17 697 | - | - | - | - | - | 17 697 |
| Derivados de cobertura | - | - | - | - | - | - | - |
| Passivos não correntes detidos para venda - Operações descontinuadas | 101 738 | - | - | - | - | - | 101 738 |
| Provisões | 30 213 | 1 | 538 | - | - | - | 30 752 |
| Passivos por impostos correntes | 4 438 | - | - | - | - | - | 4 438 |
| Outros passivos subordinados | 217 029 | - | - | - | - | - | 217 029 |
| Outros passivos | 243 830 | 734 | 13 543 | 665 | 77 | 2 631 | 261 480 |
| Total Passivo | 17 289 543 | 141 522 | 105 086 | 3 074 | 16 922 | 30 618 | 17 586 765 |
| Operações Cambiais a Prazo | - | (6 290) | - | (4 909) | 4 928 | 28 516 | - |
| Gap Cambial | - | 3 468 | 125 161 | 42 | (348) | 221 | - |
| Stress Test | - | (694) | (25 032) | (8) | 70 | (44) | - |

(Milhares de Euros)

| | 2021 | | | | | | | |
|--|-------------------|-----------------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|---------------|-------------------|
| | Euro | Dólar Norte Americano | Kwanza Angolano | Franco Suiço | Libra esterlina | Real Brasileiro | Outras Moedas | Valor total |
| Ativo por moeda | | | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em bancos cer | 2 934 603 | 10 663 | 16 223 | 3 241 | 1 998 | - | 1 268 | 2 967 996 |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 2 512 | 38 807 | - | 926 | 1 106 | - | 24 009 | 67 360 |
| Aplicações em instituições de crédito | 88 957 | 67 485 | 72 607 | 16 | - | - | - | 229 065 |
| Crédito a clientes | 11 579 489 | 48 495 | 39 704 | - | - | - | - | 11 667 688 |
| Ativos financeiros detidos para negocia | 7 582 | - | - | - | - | - | - | 7 582 |
| Outros ativos financeiros ao justo valor através dos resultados | 203 427 | - | - | - | - | - | - | 203 427 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento | 123 338 | - | - | - | - | - | - | 123 338 |
| Derivados de cobertura | 5 411 | - | - | - | - | - | - | 5 411 |
| Outros ativos financeiros ao custo amo | 2 968 614 | 22 067 | 13 515 | - | - | - | - | 3 004 196 |
| Investimentos em associadas e outras | 3 952 | - | - | - | - | - | - | 3 952 |
| Ativos não correntes detidos para vend | 38 862 | - | - | - | - | - | - | 38 862 |
| Ativos não correntes detidos para venda - | 429 | - | - | - | - | - | - | 429 |
| Propriedades de Investimento | 102 933 | - | - | - | - | - | - | 102 933 |
| Outros ativos tangíveis | 201 799 | - | 29 811 | - | - | - | - | 231 610 |
| Ativos intangíveis | 40 150 | - | - | - | - | - | - | 40 150 |
| Ativos por impostos correntes | 6 714 | - | - | - | - | - | - | 6 714 |
| Ativos por impostos diferidos | 459 871 | - | - | - | - | - | - | 459 871 |
| Outros ativos | 517 669 | 30 978 | 3 173 | 681 | 7 | - | 68 | 552 576 |
| Total Ativo | 19 286 312 | 218 495 | 175 033 | 4 864 | 3 111 | - | 25 345 | 19 713 160 |
| Passivo por moeda | | | | | | | | |
| Recursos de bancos centrais | 2 902 003 | - | - | - | - | - | - | 2 902 003 |
| Recursos de outras instituições de créd | 527 452 | 27 137 | - | 25 | 87 | - | 711 | 555 412 |
| Recursos de clientes | 12 501 400 | 168 735 | 66 784 | 2 804 | 13 714 | - | 33 449 | 12 786 886 |
| Responsabilidades representadas por t | 1 617 125 | - | - | - | - | - | - | 1 617 125 |
| Passivos financeiros detidos para nego | 7 470 | - | - | - | - | - | - | 7 470 |
| Derivados de cobertura | 335 | - | - | - | - | - | - | 335 |
| Passivos não correntes detidos para venda - Operações descontinuadas | 329 | - | - | - | - | - | - | 329 |
| Provisões | 29 124 | - | 5 009 | - | - | - | - | 34 133 |
| Passivos por impostos correntes | 2 351 | - | - | - | - | - | - | 2 351 |
| Passivos por impostos diferidos | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos subordinados | 217 265 | - | - | - | - | - | - | 217 265 |
| Outros passivos | 215 445 | 1 944 | 6 533 | 45 | 80 | - | 2 671 | 226 718 |
| Total Passivo | 18 020 299 | 197 816 | 78 326 | 2 874 | 13 881 | - | 36 831 | 18 350 027 |
| Operações Cambiais a Prazo | - | (22 343) | - | (2 033) | 10 711 | - | 11 753 | |
| Gap Cambial | - | (1 664) | 96 707 | (43) | (59) | - | 267 | |
| Stress Test | - | 333 | (19 341) | 8 | 12 | (53) | - | |

O resultado do *stress test* apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios, incluindo interesses que não controlam, devido a uma desvalorização de 20,0% no câmbio de cada moeda contra o euro.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez reflete a incapacidade do Grupo cumprir com as suas obrigações no momento do respetivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

A avaliação do risco de liquidez é feita utilizando indicadores regulamentares definidos, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos limites internos. Este controlo é reforçado com a execução mensal de stress tests, com o objetivo de caracterizar o perfil de risco do Banco Montepio e assegurar que o Grupo cumpre as suas obrigações num cenário de crise de liquidez, e o cálculo do rácio prudencial do LCR e NSFR numa base mensal.

O valor verificado do LCR em 31 de dezembro de 2022 foi de 249,6% (31 de dezembro de 2021: 264,1%).

No que se refere ao rácio de financiamento estável, designado por NSFR, o mesmo situou-se em 125,0% (31 de dezembro de 2021: 125,3%).

Em 31 de dezembro de 2022, o financiamento do Grupo apresentava a seguinte estrutura:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | Não determinado | Até 3 meses | 3 - 6 meses | 6 - 12 meses | > 12 meses |
|--|-------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Recursos de bancos centrais | 2 889 991 | - | 1 162 557 | - | - | 1 727 434 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 341 623 | - | 40 615 | 1 001 | - | 300 007 |
| Recursos de clientes | 13 115 366 | - | 8 292 466 | 1 129 470 | 1 390 581 | 2 302 849 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 606 651 | - | - | - | 53 | 606 598 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 17 697 | - | 72 | 215 | 507 | 16 903 |
| Passivos não correntes detidos para venda - - Operações em descontinuação | 101 738 | 101 738 | - | - | - | - |
| Outros passivos subordinados | 217 029 | - | - | - | 10 706 | 206 323 |
| Outros passivos | 261 480 | 261 480 | - | - | - | - |
| Total de financiamento | 17 551 575 | 363 218 | 9 495 710 | 1 130 686 | 1 401 847 | 5 160 114 |

Em 31 de dezembro de 2021, o financiamento do Grupo apresentava a seguinte estrutura:

(Milhares de Euros)

| | 2021 | Não determinado | Até 3 meses | 3 - 6 meses | 6 - 12 meses | > 12 meses |
|--|-------------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Recursos de bancos centrais | 2 902 003 | - | - | - | - | 2 902 003 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 555 412 | - | 255 405 | - | - | 300 007 |
| Recursos de clientes | 12 786 886 | - | 7 891 904 | 1 105 137 | 1 354 223 | 2 435 622 |
| Responsabilidades representadas por títulos | 1 617 125 | - | - | 751 405 | 460 616 | 405 104 |
| Passivos financeiros detidos para negociação | 7 470 | - | - | (267) | 246 | 7 491 |
| Passivos não correntes detidos para venda - - Operações em descontinuação | 329 | 329 | - | - | - | - |
| Outros passivos subordinados | 217 265 | - | - | - | 10 942 | 206 323 |
| Outros passivos | 226 718 | 226 718 | - | - | - | - |
| Total de financiamento | 18 313 208 | 227 047 | 8 147 309 | 1 856 275 | 1 826 027 | 6 256 550 |

No âmbito da Instrução do Banco de Portugal n.º 28/2014, de 15 de janeiro de 2015, que incide sobre a orientação da Autoridade Bancária Europeia relativa à divulgação de ativos onerados e ativos não onerados (EBA/GL/2014/3), e tendo em consideração a recomendação efetuada pelo Comité Europeu do Risco Sistémico, apresentamos a seguinte informação, com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, relativa aos ativos e respetivos colaterais:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|---|---|---------------------------------|---|-------------------------------------|
| Ativos | Quantia escriturada dos ativos onerados | Justo valor dos ativos onerados | Quantia escriturada dos ativos não onerados | Justo valor dos ativos não onerados |
| Ativos da instituição que presta a informação | 5 101 814 | - | 14 004 437 | - |
| Instrumentos de capital próprio | - | - | 161 143 | 163 784 |
| Títulos de dívida | 1 105 221 | 930 314 | 3 638 713 | 2 780 952 |
| Outros ativos | - | - | 1 632 957 | - |

(Milhares de Euros)

2021

| Ativos | Quantia escriturada dos ativos onerados | Justo valor dos ativos onerados | Quantia escriturada dos ativos não | Justo valor dos ativos não onerados |
|---|---|---------------------------------------|---|--|
| Ativos da instituição que presta a informação | 6 005 589 | - | 13 707 571 | - |
| Instrumentos de capital próprio | - | - | 215 870 | 215 870 |
| Títulos de dívida | 2 122 218 | 1 900 039 | 1 496 387 | 1 169 494 |
| Outros ativos | - | - | 1 607 845 | - |

(Milhares de Euros)

| Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados | Quantia escriturada dos passivos financeiros seleccionados | |
|---|--|-----------|
| | 2022 | 2021 |
| Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados | 3 207 695 | 3 029 480 |
| Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não <i>covered bonds</i> próprias ou ABS oneradas | 5 024 389 | 5 977 700 |

Os ativos onerados estão na sua maioria relacionados com operações de financiamento do Grupo, nomeadamente do BCE, em operações de Repo, através da emissão de obrigações hipotecárias e de programas de securitização. Os ativos utilizados como colateral nos programas de securitização e de emissões de obrigações hipotecárias, quer as colocadas fora do Grupo, quer as destinadas a reforçar a pool de colateral junto do BCE, são constituídos por contratos de crédito sobre clientes. As operações de Repo no mercado monetário são colateralizadas, essencialmente, por obrigações hipotecárias e de securitização, em que Banco Montepio é a originadora, e por operações de crédito titulado.

2022 e 2021, e refletem o elevado nível de colateralização do financiamento *wholesale* do Grupo. O buffer de ativos elegíveis para efeitos do BCE, após *haircuts*, descomprometido e disponível para utilização em novas operações, ascende, em 31 de dezembro de 2022, 2.555.225 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 850.282 milhares de euros).

De referir que o valor global de colaterais disponíveis no Banco Central Europeu (BCE), em 31 de dezembro de 2022 ascende a 5.537.699 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 3.788.708 milhares de euros) com uma utilização de 2.999.306 milhares de euros (31 de dezembro de 2021: 2.957.530 milhares de euros):

(Milhares de Euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Colateral total elegível | 5 930 869 | 4 586 821 |
| Colateral total na <i>pool</i> | 5 537 699 | 3 788 708 |
| Colateral fora na <i>pool</i> | 393 170 | 798 113 |
| Colateral utilizado | 3 375 644 | 3 736 539 |
| Colateral utilizado para BCE | 2 999 306 | 2 957 530 |
| Colateral comprometido noutras operações de | 376 338 | 779 009 |
| Colateral disponível para BCE | 2 538 393 | 831 178 |
| Colateral disponível Total | 2 555 225 | 850 282 |

Risco Imobiliário

O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nos fundos próprios do Banco Montepio, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

O risco imobiliário decorre da exposição em ativos imobiliários, quer sejam provenientes de dação ou de arrematação judicial no âmbito do processo de recuperação de crédito ou de unidades de participação de fundos imobiliários detidos na carteira de títulos. Estas exposições são acompanhadas com base em análises de cenários que procuram estimar potenciais impactos de alterações no mercado imobiliário nas carteiras destes ativos imobiliários e disponibilizar os elementos de informação necessários para a definição da política de gestão do risco imobiliário.

A exposição a imóveis e unidades de participação de fundos imobiliários em 31 de dezembro de 2022 e 2021, excetuando os imóveis incluídos na operação Gerês, apresentava os seguintes valores:

| | 2021 | 2020 |
|---|----------|----------|
| Ativos não correntes detidos para venda | 11 | 26 |
| Imóveis recebidos em dação de crédito | 324 133 | 463 590 |
| Propriedade de Investimento | 72 726 | 102 933 |
| Unidades de Participação de Fundos Imobiliários | 62 723 | 115 568 |
| | 459 593 | 682 117 |
| <i>Stress test</i> | (45 959) | (68 212) |

O resultado do stress test apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios devido a uma variação negativa de 10,0% nos valores dos imóveis e fundos imobiliários.

Não obstante, o descrito na política contabilística divulgada na nota 1 h) relativamente aos imóveis, que o valor realizável líquido dos inventários é determinado com base numa valorização de um avaliador independente. As avaliações imobiliárias têm por base pressupostos cuja influência da conjuntura económica e financeira e capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível, a cada momento, são determinantes. Deste modo, a concretização do valor de avaliação determinado pelos peritos independentes está dependente da verificação dos pressupostos utilizados nas respetivas avaliações pelo que a evolução das condições macroeconómicas e do mercado imobiliário poderá traduzir-se na alteração destes mesmos pressupostos, e consequentemente, ter impacto na recuperabilidade do valor de avaliação dos imóveis. Os relatórios de avaliação imobiliária, considerados para valorização dos referidos inventários, têm em conta a situação pandémica global vivida neste momento, não sendo identificados fatores de incerteza adicional nos mesmos.

Risco Operacional e continuidade de negócio

O risco operacional corresponde à perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda às perdas potenciais resultantes de eventos externos. O Banco Montepio adota o método padrão para a quantificação dos seus requisitos de fundos próprios para risco operacional, suportado na

existência de um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco.

O modelo de gestão de risco operacional implementado obedece ao princípio das 3 linhas de defesa.

A Direção de Risco exerce a função corporativa de gestão de risco operacional do Banco Montepio que é suportada pela existência de interlocutores em diferentes unidades orgânicas que asseguram a adequada implementação da gestão de risco operacional.

A avaliação do perfil de risco operacional para novos produtos, processos e sistemas e a sua monitorização, numa base regular, têm permitido a identificação prévia e a mitigação de situações de risco operacional.

No que respeita à monitorização do risco operacional em 31 de dezembro de 2022, mantiveram-se as atividades de recolha e análise de eventos de perda.

Um dos aspetos essenciais na gestão deste tipo específico de risco consiste na identificação prévia dos riscos operacionais relevantes sempre que se implementa ou revê um produto, um processo ou um sistema, bem como o acompanhamento de planos de ação tendentes a evitar ou mitigar os efeitos da materialização dos riscos com maior frequência / severidade de eventos de perda ou com maior valor residual no âmbito do processo de *self-assessment*.

Monitorização

No âmbito do Sistema de Gestão de risco Operacional do Banco Montepio, os indicadores chave de risco (*Key Risk Indicators - KRIs*) visam monitorizar os fatores de exposição associados aos principais riscos, permitindo medir e acompanhar o apetite ao risco e antecipar a ocorrência de perdas através de ações preventivas.

Nesse sentido, foram monitorizados regularmente os limites definidos e promovidos planos de ação nos casos em que foram ultrapassados.

Estes indicadores fazem parte dos Relatórios de Risco Operacional apresentados à Comissão de Riscos e Comissão Executiva.

Autoavaliação dos Riscos Operacionais

O ciclo de gestão do risco operacional implementado no Banco Montepio assenta na elaboração de um mapa de atividades e respetivos riscos operacionais e controlos permitindo identificar a exposição potencial de cada órgão/unidade orgânica ao risco operacional, determinar o seu perfil de risco e priorizar eventuais ações de mitigação. Os riscos operacionais são mapeados considerando sete categorias principais: fraude interna; fraude externa; práticas de emprego e segurança no trabalho; Cliente, produtos e práticas comerciais; danos em ativos físicos; perturbações das atividades e falhas de sistemas; e execução, entrega e gestão dos processos. Os riscos operacionais e respetivos controlos são autoavaliados com regularidade, em regra em regime de workshops com os representantes de cada órgão/unidade orgânica e o apoio da Direção de Risco.

Com base nos resultados das autoavaliações - realizadas em termos de impactos e frequências para os riscos e de percentagem de eficácia para os controlos - é estabelecida uma matriz de tolerância ao risco residual, que sustentará o nível de risco considerado aceitável para a instituição e que permitirá identificar os riscos para os quais terão de ser equacionadas medidas adicionais de mitigação.

Gestão da Continuidade de Negócio

O ciclo de gestão da continuidade de negócio é suportado por um conjunto de atividades de avaliação, desenho, implementação e monitorização, integradas num ciclo de melhoria contínua que tem por objetivo tornar os processos de negócio mais resilientes, permitindo assegurar a continuidade das operações no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção da atividade.

O Banco Montepio manteve um acompanhamento constante das normas emitidas pela Direção Geral de Saúde, considerando a necessária adaptação às mesmas sempre que se verificava necessário.

O Gabinete de Gestão de Crise, que é responsável pela gestão da crise, pela gestão e execução dos Planos de Continuidade Operacional e pela coordenação das equipas de recuperação do negócio, manteve-se em funcionamento, numa vertente de continuidade operacional e de acompanhamento de recuperação de negócio.

Risco do Fundo de Pensões

O risco do Fundo de Pensões resulta da desvalorização potencial da carteira de ativos do fundo ou da diminuição dos respetivos retornos esperados, bem como do acréscimo das responsabilidades do fundo em consequência da evolução dos diferentes pressupostos atuariais. Perante cenários deste tipo, o Banco Montepio terá que efetuar contribuições não previstas, de modo a manter os benefícios definidos pelo Fundo.

A análise e monitorização regulares da gestão do Fundo de Pensões do Banco Montepio estão a cargo do Comité de Acompanhamento do Fundo de Pensões. Em acréscimo, a Direção de Risco assegura a produção de relatórios mensais com a evolução do valor de mercado da carteira do Fundo de Pensões e de indicadores de risco associados.

Para além da verificação do cumprimento da política de investimento e dos limites legais e prudenciais, a entidade gestora (Futuro) reforçou o controlo e a monitorização recorrendo a diversas medidas de risco e a um conjunto de procedimentos internos que visam manter a gestão prudente do risco. Nesta base, é utilizado um modelo de gestão de risco fundamentado na perspetiva técnica dos estudos “QIS Fundos de Pensões” da EIOPA. O desenvolvimento de indicadores de tolerância para este modelo permite monitorizar as variações desses indicadores, de acordo com a política de investimento definida para o Fundo de Pensões.

A monitorização do risco de mercado assenta no cálculo do VaR, com um intervalo de confiança de 99,5% para o horizonte temporal a um ano. Dado o VaR não constituir uma garantia total de que os riscos não excedem a probabilidade usada, são também efetuados *stress Tests*, com o objetivo de calcular o impacto de diversos cenários extremos sobre o valor da carteira.

A avaliação do nível de liquidez da componente acionista e obrigacionista do Fundo de Pensões é feita através de um *liquidity test*. No caso das ações, esta análise é feita em número de dias para liquidar, tendo em conta os ativos em carteira. Este teste consiste na verificação do grau de liquidez do segmento acionista, avaliando quantos dias são necessários para a sua liquidação no mercado, tendo em conta os custos associados a essas transações e o volume médio histórico das transações nos diversos mercados. Complementarmente, no segmento obrigacionista é feito o cálculo dos recebimentos (cash-flows positivos) decorrentes dos pagamentos de cupões (juros) de obrigações e amortizações ou eventuais

exercícios de *call*, para o período de um mês. O conjunto destes testes permite avaliar o grau de liquidez a curto prazo e monitorizar ou atuar perante a possível escassez de liquidez atempadamente.

Outros riscos

Em relação a outros riscos – risco reputacional, risco de *compliance*, risco de estratégia e negócio – também estes são acompanhados pelo Órgão de Administração, sendo os riscos controlados e tomadas as medidas corretivas em função dos resultados obtidos face aos objetivos/limites estabelecidos, sendo de relevar, designadamente, o acompanhamento e controlo dos desvios face ao plano estratégico e orçamento aprovados.

Políticas de Cobertura e Redução do Risco

Para efeitos de redução do risco de crédito, são tidos em conta os elementos de mitigação do risco associados a cada operação. Em particular, são relevantes as garantias reais hipotecárias e os colaterais financeiros, assim como a prestação de proteção pessoal de crédito, nomeadamente de garantias.

Em termos de redução direta do valor em exposição, estão contempladas as operações de crédito colateralizadas por cauções financeiras, nomeadamente, depósitos a prazo. Nos colaterais financeiros é relevado o risco de mercado, e eventual risco cambial, dos ativos envolvidos, procedendo-se, quando aplicável, ao ajustamento do valor do colateral.

Relativamente às garantias reais hipotecárias, o Banco Montepio tem definidos modelos de avaliação e de reavaliação aplicados aos imóveis que venham a constituir ou que constituam garantias reais das operações de crédito. As avaliações dos bens são realizadas por peritos avaliadores independentes, sendo que a gestão das avaliações e das vistorias encontra-se centralizada numa unidade independente da área comercial. De acordo com o disposto no Regulamento (UE) nº 575/2013 (CRR), é assegurado o cumprimento dos requisitos em matéria de verificação e reavaliação do valor dos bens, consoante os casos, quer por métodos estatísticos e informatizados quer através da revisão ou reavaliação do valor de avaliação por perito avaliador.

Em relação às garantias de crédito, aplica-se na posição em risco o princípio da substituição do risco do Cliente pelo do prestador da proteção, desde que o risco deste último seja inferior ao do primeiro.

O Grupo não utiliza habitualmente processos de compensação patrimonial e extrapatrimonial, assim como não detém derivados de crédito sobre posições na sua carteira.

As técnicas de mitigação do risco de mercado da carteira de *trading* consistem, essencialmente, na cobertura de posições em risco por produtos financeiros com risco simétrico para reduzir o risco total das exposições ou na venda parcial ou total das posições em risco para reduzir a exposição ou anulá-la por completo.

No que respeita à carteira bancária, as técnicas de mitigação do risco de taxa de juro e do risco cambial correspondem à negociação de operações de cobertura com derivados e ao fecho de posições por meio da venda das posições em risco abertas.

Fundos Próprios e Rácios de Capital

O processo de monitorização e gestão de capital do Grupo Banco Montepio tem como objetivo garantir o rigor da determinação e avaliação do nível de capital regulamentar e económico, tendo em consideração o perfil de risco determinado pelo Conselho de Administração e os *add-on* do Banco de Portugal no âmbito do SREP, bem como avaliar os efeitos potenciais, nas condições financeiras do Grupo, resultantes de alterações nos fatores de risco em função de acontecimentos excecionais, mas plausíveis (*stress tests*).

O processo de acompanhamento da evolução da adequação de capital regulamentar é efetuado mensalmente, enquanto que a adequação de capital económico é monitorizada trimestralmente. A monitorização global do perfil de risco e da respetiva adequação de capital fazem parte integrante dos reportes regulares à Comissão de Riscos, Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Conselho de Administração bem como do quadro de *Apetite ao Risco* do Grupo. Este processo dispõe de uma estrutura de governo e de procedimentos para monitorizar a evolução de capital (dentro dos limites objetivo e de tolerância ao risco definidos pelo Conselho de Administração), incluindo a definição de funções e responsabilidades para escalonamento e resolução das quebras dos limites definidos. A responsabilidade pela identificação de quebras dos limites de risco definidos ao nível do Grupo, assim como das entidades em que assume a função de gestão de risco, é da Direção de Risco. Sempre que for identificada uma situação de incumprimento dos referidos limites, a Direção de Risco efetua uma análise dessa situação incluindo os seguintes elementos:

- Identificação do limite quebrado;
- Identificação dos fatores de risco que justificam a referida violação;
- Informação sobre a perspetiva de evolução futura desses fatores de risco;
- Proposta de medidas de redução, assunção, mitigação ou transferência de risco, conforme aplicável;
- Proposta de realocação dos limites de risco, se aplicável.

A responsabilidade de definição de planos de ação de modo a sanar as quebras de limite verificados é da Direção de Risco, em conjunto com as unidades orgânicas de primeira linha.

Os fundos próprios do Grupo são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com a Diretiva 2013/36/EU (CRD IV) e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 (CRR) aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, o Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2017. Os fundos próprios incluem os fundos próprios de nível 1 (*tier 1*) e fundos próprios de nível 2 (*tier 2*). O *tier 1* compreende os fundos próprios principais de nível 1 (*common equity tier 1 – CET1*) e os fundos próprios adicionais de nível 1 com destaque para a seguinte composição genérica:

- Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1): Esta categoria inclui o capital realizado (com dedução de títulos próprios eventualmente detidos), as reservas elegíveis (incluindo as reservas de justo valor), os resultados transitados, os resultados retidos do período quando positivos e certificados ou pela totalidade se negativos. No que se refere às reservas de justo valor, no âmbito do Regulamento 2020/873 o Banco Montepio aderiu à possibilidade de aplicação de filtro prudencial sobre as reservas de justo valor associadas à dívida soberana. O valor de reservas e resultados transitados é corrigido, se existirem, pela reversão dos resultados com passivos financeiros avaliados ao justo valor através dos resultados na parte

referente ao risco de crédito próprio da instituição. Os interesses minoritários são apenas elegíveis na medida necessária para a cobertura dos requisitos de capital do Grupo atribuíveis aos minoritários. É deduzido o valor de balanço dos montantes relativos a goodwill, se existir, outros ativos intangíveis (não associados a programas informáticos), bem como a diferença, se positiva, entre o ativo e a responsabilidade do Fundo de Pensões. Compreende também uma dedução o valor relativo à avaliação prudente apurado de acordo com o artigo n.º 34 e 105 da CRR, bem como os ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais. É igualmente deduzido o valor de tranches equity de acordo com o artigo n.º 36 alínea k) da CRR, resultantes das titularizações sintéticas e tradicional efetuadas entre 2021 e 2022. No que respeita a participações financeiras em entidades do setor financeiro e aos ativos por impostos diferidos por diferenças temporárias que dependem da rendibilidade futura, são deduzidos os valores destas rubricas que individualmente sejam superiores a 10% do CET1, ou posteriormente a 15,0% do CET1 quando consideradas em agregado (apenas na parte não deduzida na primeira barreira de 10,0% e considerando apenas as participações significativas). Os valores não deduzidos ficam sujeitos a ponderação de 250% para o total dos ativos ponderados pelo risco. Relativamente às participações em instituições financeiras, a eventual dedução é realizada proporcionalmente nos correspondentes níveis de capitais detidos. No âmbito da implementação dos requisitos definidos no Regulamento (EU) n.º 575/2013 foi definido um plano transitório que permitiu o reconhecimento gradual de algumas das deduções, sendo que nesta data de referência apenas se mantém o plano transitório aplicável aos ativos por impostos diferidos, que não dependem da rendibilidade futura, em balanço em 1 de janeiro de 2014. Esta plano permite um reconhecimento gradual do valor apurado sujeito a dedução, sendo que em 2022 esse valor é de 80%. Com a revisão da Regulamento (EU) n.º 575/2013, em 27/06/2019, passou a ser alvo de dedução o montante aplicável de cobertura insuficiente para as exposições não produtivas se a exposição tiver sido originada após 26 de abril de 2019. Adicionalmente, o BM definiu em normativo interno próprio um plano de redução de valor prudencial dos imóveis recebidos em dação. Esta redução prudencial é realizada através de dedução prudencial que resulta da aplicação de um plano gradual de haircuts a aplicar aos imóveis conforme a sua antiguidade em balanço. Relativamente às carteiras de imóveis recebidos em dação e propriedades de investimento, o Grupo considerou, em 2022, uma dedução prudencial específica de -20.669 milhares de euros (com impacto de 20 pontos base no CET1). Este impacto resultou da atualização da política interna de haircuts, aplicada ao valor de balanço das carteiras acima referidas tendo em conta a antiguidade dos respetivos imóveis no ativo do Grupo.

- Fundos Próprios de Nível 1 ou Tier 1 (T1): Incorpora os instrumentos equiparados a capital, cujas condições cumpram os requisitos definidos no artigo 52º do Regulamento 575/2013 e que tenham obtido aprovação pelo Banco de Portugal. São igualmente elegíveis os interesses não controlados referentes aos requisitos mínimos de fundos próprios adicionais das instituições para as quais o Grupo não detém a participação pela totalidade. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T1 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

- Fundos Próprios de Nível 2 ou Tier 2 (T2): Incorpora instrumentos equiparados a capital, cujas condições cumpram os requisitos definidos no artigo 63.º da CRR e que tenham obtido aprovação pelo Banco de Portugal. São igualmente elegíveis os interesses não controlados referentes aos requisitos mínimos de fundos próprios totais das instituições para as quais o Grupo não detém a participação pela totalidade. A este capital são deduzidas as eventuais detenções de capital T2 de instituições financeiras sujeitas a dedução.

Os Fundos Próprios Totais ou Capital Total são constituídos pela soma dos três níveis de fundos próprios referidos anteriormente.

No que respeita ao apuramento dos ativos ponderados pelo risco, além dos requisitos de risco de crédito, operacional e de mercado, destaque para a ponderação a 250% dos ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias que dependem da rentabilidade futura e de participações financeiras que estejam dentro do limite estabelecido para não dedução a CET1. No que respeita aos ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias que não dependem da rentabilidade futura, os mesmos estão sujeitos a ponderação de 100% para efeitos de requisitos de capital. É igualmente apurado o requisito de CVA (*Credit Valuation Adjustment*).

Com a aplicação da norma internacional de relato financeiro IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, com efeitos a 1 de janeiro de 2018, e considerando o Regulamento (UE) 2017/2395 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Banco Montepio optou por aplicar numa base contínua durante um período de 5 anos o plano prudencial de *phase-in* definido no referido Regulamento. Consequentemente em 31 de dezembro de 2022, o Banco Montepio reconhece prudencialmente 75% do impacto inicial relativo à adoção da norma IFRS 9, sendo que em 2023 será reconhecido totalmente o impacto.

Com a entrada em vigor do Regulamento 2020/873 do Parlamento Europeu e Conselho, foi revista a componente dinâmica do plano transitório aplicado aos impactos IFRS9, tendo sido introduzido plano adicional relativo aos impactos de acréscimo de imparidade IFRS9 ocorridos após 1 de janeiro de 2020 nos Estágios 1 e 2. Estes acréscimos encontram-se sujeitos a um plano transitório de reconhecimento de 25% em 2022, 50% em 2023 e 75% em 2024 e 100% em 2025

Tal como referido, os efeitos relativos aos ativos por impostos diferidos, que não dependem da rentabilidade futura (ainda que pouco significativos), bem como os efeitos resultantes da adoção da norma contabilística IFRS 9, ainda estão sujeitos a um reconhecimento gradual. Este processo de reconhecimento gradual designa-se por *phase-in*. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios é designada por *full implementation*. Atualmente encontra-se em vigor o processo de *phase*, sendo nesta base que é verificado se determinada entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respetivos requisitos de fundos próprios, certificando assim a adequação do seu capital. Esta relação é refletida nos diferentes rácios de capital, nomeadamente o rácio CET1, rácio T1 e rácio de capital total (rácio correspondente ao respetivo nível de capital em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios).

Para estes rácios são indicados mínimos regulamentares pela CRD IV/CRR de 4,5% para o CET1, de 6% para o *Tier 1* e de 8% para o Capital total. Contudo, sobre estes mínimos regulamentares são aplicadas reservas de fundos próprios (como por exemplo, a Reserva de Conservação, a Reserva Contracíclica e a Reserva para Outras Instituições Sistémicas) cujo

valor é definido pelo Banco de Portugal, e um *add-on* de capital no âmbito do exercício anual do *Supervisory Review and Evaluation Process* (SREP) cujo valor é definido pelo Banco de Portugal. De acordo com o definido pelo Banco de Portugal, os rácios mínimos exigidos podem ser apresentados como segue:

| | 2021 | | | | 2022 | | | |
|--------------|--------|---------|---------|-------------------------|--------|---------|---------|-------------------------|
| | Rácio | Pilar 1 | Pilar 2 | Reservas ⁽¹⁾ | Rácio | Pilar 1 | Pilar 2 | Reservas ⁽¹⁾ |
| CET1 | 9,02% | 4,50% | 1,83% | 2,69% | 9,08% | 4,50% | 1,83% | 2,76% |
| T1 | 11,13% | 6,00% | 2,44% | 2,69% | 11,19% | 6,00% | 2,44% | 2,76% |
| Total | 13,94% | 8,00% | 3,25% | 2,69% | 14,01% | 8,00% | 3,25% | 2,76% |

⁽¹⁾ Considera:

Reserva de conservação de 2,5%;

Reserva O SII de 0,1875% (0,25% após 01 de janeiro de 2022);

Reserva Contra-cíclica atualmente fixada em 0% em Portugal, contudo apresenta o valor de 0,005% dada a distribuição geográfica das exposições do Grupo Banco Montepio em dezembro de 2022.

De acordo com estas disposições, em 31 de dezembro de 2022 os rácios regulamentares, considerando as reservas, para o *Common Equity Tier 1*, *Tier 1* e *Total* eram 9,08%, 11,19% e 14,01%, respetivamente, incluindo as reservas de fundos próprios.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Grupo para 31 de dezembro de 2022 e 2021, em *phasing-in*, apresenta-se como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Capital Common equity Tier 1 | | |
| Capital realizado | 2 420 000 | 2 420 000 |
| Resultados, reservas gerais, especiais e | (911 956) | (1 069 770) |
| Interesses minoritários elegíveis para CET1 | 3 496 | 4 007 |
| Outros ajustamentos regulamentares | (376 156) | (232 716) |
| | 1 135 384 | 1 121 521 |
| Capital Tier 1 | | |
| Interesses minoritários elegíveis para Tier 1 | 763 | 199 |
| Ajustamentos regulamentares | - | - |
| | 1 136 147 | 1 121 720 |
| Capital Tier 2 | | |
| Empréstimos subordinados | 206 323 | 206 323 |
| Interesses minoritários elegíveis para Tier 2 | 420 | 199 |
| Ajustamentos regulamentares | - | - |
| | 206 743 | 206 522 |
| Fundos próprios totais | 1 342 890 | 1 328 242 |
| Requisitos de Fundos Próprios | | |
| Risco de crédito | 563 133 | 606 992 |
| Riscos de mercado | 14 375 | - |
| Risco operacional | 49 752 | 50 841 |
| Outros requisitos | 34 851 | 46 165 |
| | 662 111 | 703 998 |
| Rácios Prudenciais | | |
| Rácio <i>Common Equity Tier 1</i> | 13,7% | 12,7% |
| Rácio <i>Tier 1</i> | 13,7% | 12,7% |
| Rácio de Capital Total | 16,2% | 15,1% |

De referir que os rácios 31 de dezembro de 2022 e 2021 consideram o impacto da adesão ao regime especial de ativos por impostos diferidos, conforme descrito na nota 36.

Conforme informação divulgada pelo BM, no dia 10 de fevereiro de 2023 realizou-se Assembleia Geral, tendo sido tomada por unanimidade a deliberação sobre a reformulação das rubricas do capital próprio com a finalidade especial de reforço dos fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, visando a cobertura dos resultados transitados negativos, mediante redução do capital social em 1.210.000.000,00 euros, sem alteração do número de ações existentes e sem alteração do valor total da situação líquida. Esta alteração não produzirá impacto sobre o montante de fundos próprios da instituição dado que a mesma não implica alterações ao nível da situação líquida do banco.

Apresentam-se em seguida o proforma do sumário dos cálculos de requisitos de capital considerando esta alteração:

(milhares de euros)

2022 Pró-forma

| | |
|--|-----------|
| Capital Common Equity Tier 1 | |
| Capital realizado | 1 210 000 |
| Resultados, Reservas e Resultados não distribuídos | 298 044 |
| Interesses minoritários elegíveis para CET1 | 4 007 |
| Outros ajustamentos regulamentares | (376 156) |
| | 1 135 895 |
| Capital Tier 1 | |
| Interesses minoritários elegíveis para Tier 1 | 763 |
| | 1 136 658 |
| Capital Tier 2 | |
| Empréstimos subordinados | 206 323 |
| Interesses minoritários elegíveis para Tier 2 | 420 |
| | 206 743 |
| Fundos próprios totais | 1 343 401 |
| Requisitos de Fundos Próprios | |
| Risco de crédito | 563 133 |
| Risco de mercado | 14 375 |
| Risco operacional | 49 752 |
| Outros requisitos | 34 851 |
| | 662 111 |
| Rácios Prudenciais | |
| Rácio Common Equity Tier 1 | 13,7% |
| Rácio Tier 1 | 13,7% |
| Rácio de Capital Total | 16,2% |

Com a aplicação da norma internacional de relato financeiro IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, com efeitos a 1 de janeiro de 2018, e considerando o Regulamento (UE) 2017/2395 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Banco Montepio optou por aplicar numa base contínua durante um período de 5 anos o plano prudencial de *phase-in* definido no referido Regulamento. Caso não aplicasse o referido plano transitório, bem como o recente plano transitório definido no Regulamento 2020/873, aos impactos decorrentes da adoção da IFRS 9, os rácios prudenciais do Grupo Banco Montepio em 31 de dezembro de 2022 e 2021 seriam:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Capital Common Equity Tier 1 | 1 102 732 | 1 032 520 |
| Capital Tier 1 | 1 103 495 | 1 032 719 |
| Fundos próprios totais | 1 310 238 | 1 239 242 |
| Requisitos de Fundos Próprios | 659 499 | 697 342 |
| Rácios Prudenciais | | |
| Rácio <i>Common Equity Tier 1</i> | 13,38% | 11,85% |
| Rácio <i>Tier 1</i> | 13,39% | 11,85% |
| Rácio de Capital Total | 15,89% | 14,22% |

Caso apenas fosse aplicado o plano transitório aos impactos iniciais da adoção da IFRS9, não se considerasse o plano transitório aplicável ao acréscimo de imparidade Estágios 1 e 2 após 01 de janeiro de 2020, os rácios prudenciais do Banco Montepio em 31 de dezembro de 2022 e 2021 seriam:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Capital Common Equity Tier 1 | 1 119 267 | 1 099 878 |
| Capital Tier 1 | 1 120 029 | 1 100 078 |
| Fundos próprios totais | 1 326 773 | 1 306 600 |
| Requisitos de Fundos Próprios | 661 046 | 702 267 |
| Rácios Prudenciais | | |
| Rácio <i>Common Equity Tier 1</i> | 13,55% | 12,53% |
| Rácio <i>Tier 1</i> | 13,55% | 12,53% |
| Rácio de Capital Total | 16,06% | 14,88% |

Atividade mutualista

A Associação encontra-se exposta a um conjunto de riscos, sendo considerados os mais relevantes, em termos da componente financeira, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco de concentração, o risco de liquidez e os riscos específicos associados às modalidades. Adicionalmente, a Associação encontra-se sujeita a outros riscos de natureza não financeira, como o risco operacional, o risco reputacional, o risco de estratégia e o risco de negócio. Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou ações, apoiados por sistemas de informação e procedimentos que suportam as medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

O sistema de gestão de riscos da Associação, que está centralizado no Gabinete de Gestão de Riscos, assenta num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade e caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial ao nível entendido como adequado.

Risco de mercado

O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas de juro, taxas de câmbio, preços dos instrumentos financeiros e/ou preços dos bens imobiliários, considerando as respetivas volatilidades.

Neste sentido, a identificação e controlo do risco de mercado são assegurados através da definição e monitorização de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de ativos, que tenha em conta não só as expectativas da evolução dos mercados financeiros, mas igualmente as características das responsabilidades assumidas pela Associação. A evolução da taxa de juro é também monitorizada de forma a permitir uma intervenção com vista a otimizar a rendibilidade dos ativos e a mitigar os efeitos desfavoráveis na valorização de ativos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e variações das taxas de juro.

O risco associado a uma alteração da estrutura temporal das taxas de juro encontra-se presente nos ativos remunerados, particularmente nas obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma descida (subida) do valor de mercado com impacto na reserva de justo valor, no caso dos Ativos Disponíveis para Venda, ou diretamente em resultados, no caso dos títulos contabilizados em Ativos financeiros detidos para negociação ou em Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os fluxos de caixa futuros atualizados considerando a respetiva *yield to maturity*, com variação positiva e negativa de 100 pontos base nas respetivas *yields*.

O impacto da variação da taxa de juro nos ativos financeiros é analisado como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|---|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Resultado | Capital próprio | Resultado | Capital próprio |
| Taxa de juro +1% | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | - | (24 463) | - | (23 958) |
| Ativos financeiros detidos para negociação / Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados | (558) | - | - | - |
| | (558) | (24 463) | - | (23 958) |
| Taxa de juro -1% | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | - | 26 383 | - | 23 958 |
| Ativos financeiros detidos para negociação / Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados | 698 | - | - | - |
| | 698 | 26 383 | - | 23 958 |

Relativamente ao risco cambial, a Associação não apresenta exposições a moedas estrangeiras, não estando, por isso, exposto a este risco.

O risco do mercado mobiliário resulta da volatilidade dos preços de mercado, tratando-se de um risco sistemático. O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|--------------------------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Resultado | Capital próprio | Resultado | Capital próprio |
| Mercado mobiliário +10% | | | | |
| Ações | 38 | 101 | 34 | 90 |
| Fundos de investimento | 56 | 525 | 225 | 731 |
| | 94 | 626 | 259 | 821 |
| Mercado mobiliário -10% | | | | |
| Ações | (40) | (101) | (37) | (90) |
| Fundos de investimento | (124) | (525) | (284) | (731) |
| | (164) | (626) | (321) | (821) |

O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados e capital próprio da Associação devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|---------------------------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Resultado | Capital próprio | Resultado | Capital próprio |
| Mercado imobiliário +10% | | | | |
| Propriedades de investimento | 39 514 | 39 514 | 36 058 | 36 058 |
| | 39 514 | 39 514 | 36 058 | 36 058 |
| Mercado imobiliário -10% | | | | |
| Propriedades de investimento | (39 514) | (39 514) | (36 058) | (36 058) |
| | (39 514) | (39 514) | (36 058) | (36 058) |

Risco de crédito

O risco de crédito considera o risco de perda decorrente de variações da qualidade de crédito dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes e devedores, sob a forma de risco de incumprimento pela contraparte, risco de *spread* ou risco de concentração.

A gestão do risco de crédito baseia-se no cumprimento dos limites definidos na política de investimentos financeiros, no que concerne à exposição por setores de atividade, zona geográfica e qualidade creditícia (classificação por rating), além da análise de impactos que possam vir a ter na atividade.

A repartição por sectores de atividade da exposição ao risco de crédito, para os exercícios de 2022 e 2021, encontra-se apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | | | |
|---|---|--|--|--|------------|
| | Ativos financeiros detidos até à maturidade | Ativos financeiros detidos para negociação | Outros ativos financeiros ao justo através de resultados | Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | |
| Setor de atividade | Valor | Valor | Valor | Valor bruto | Imparidade |
| Atividades de informação e comunicação | - | 380 | - | 6 346 | - |
| Atividades financeiras | - | - | 5 253 | 275 622 | (2 349) |
| Atividades imobiliárias | - | - | - | 45 404 | - |
| Administração e serviços públicos | - | 9 899 | - | 124 768 | - |
| Construção e obras públicas | - | - | - | 4 057 | (149) |
| Eletricidade, gás e água | - | - | - | 9 800 | - |
| Refinação de petróleo | - | - | - | 5 486 | - |
| Indústria | - | - | - | 34 634 | - |
| Retalho | - | - | - | 3 808 | - |
| Transportes | - | - | - | 9 482 | - |
| Outras atividades de serviços coletivos | - | 2 610 | - | 28 735 | (239) |
| Total | - | 12 889 | 5 253 | 548 142 | (2 737) |

(Milhares de Euros)

| 2021 | | | | | |
|---|---|--|--|--|------------|
| | Ativos financeiros detidos até à maturidade | Ativos financeiros detidos para negociação | Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | |
| Setor de atividade | Valor | Valor | Valor | Valor bruto | Imparidade |
| Atividades de informação e comunicação | - | 341 | - | 7 558 | - |
| Atividades financeiras | - | - | 7 310 | 293 721 | (2 348) |
| Atividades imobiliárias | - | - | - | 50 101 | - |
| Administração e serviços públicos | - | - | - | 102 022 | - |
| Construção e obras públicas | - | - | - | 4 711 | (149) |
| Eletricidade, gás e água | - | - | - | 12 988 | - |
| Refinação de petróleo | - | - | - | 6 347 | - |
| Indústria | - | - | - | 32 464 | - |
| Retail | - | - | - | 7 099 | - |
| Transportes | - | - | - | 9 906 | - |
| Outras atividades de serviços coletivos | - | - | - | 17 397 | (238) |
| Outros | - | - | - | - | - |
| Total | - | 341 | 7 310 | 544 314 | (2 735) |

A repartição dos valores mobiliários por zona geográfica é analisada como segue:

(Milhares de Euros)

| 2022 | | | | | |
|----------------------|---|--|--|--|------------|
| | Ativos financeiros detidos até à maturidade | Ativos financeiros detidos para negociação | Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | |
| Zona geográfica | Valor | Valor | Valor | Valor bruto | Imparidade |
| Zona Euro | | | | | |
| Portugal | - | 380 | 4 697 | 337 213 | (388) |
| Alemanha | - | - | 276 | 13 514 | - |
| Espanha | - | 9 899 | - | 56 018 | - |
| França | - | - | - | 21 198 | - |
| Itália | - | - | - | 46 408 | (1 499) |
| Outros U.E. | - | 2 610 | 280 | 36 100 | (13) |
| Outros Países | - | - | - | - | - |
| Outros Europa | - | - | - | 16 116 | - |
| América do Norte | - | - | - | 12 267 | - |
| Outros | - | - | - | 9 308 | (837) |
| Total | - | 12 889 | 5 253 | 548 142 | (2 737) |

(Milhares de Euros)

| 2021 | | | | | |
|----------------------|---|--|--|--|------------|
| | Ativos financeiros detidos até à maturidade | Ativos financeiros detidos para negociação | Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | |
| Zona geográfica | Valor | Valor | Valor | Valor bruto | Imparidade |
| Zona Euro | | | | | |
| Portugal | - | 341 | 5 062 | 362 664 | (387) |
| Alemanha | - | - | 1 069 | 5 499 | (1 499) |
| Espanha | - | - | - | 42 862 | - |
| França | - | - | - | 23 793 | - |
| Itália | - | - | - | 59 402 | - |
| Outros U.E. | - | - | 1 179 | 14 817 | (12) |
| Outros Países | | | | | |
| Reino Unido | - | - | - | 15 147 | - |
| Brasil | - | - | - | 13 650 | - |
| Estados Unidos | - | - | - | 6 480 | (837) |
| Total | - | 341 | 7 310 | 544 314 | (2 735) |

Nas classificações de risco apresentadas foi considerado o critério do segundo melhor *rating* atribuído pelas principais agências de avaliação creditícia. Os quadros seguintes apresentam a desagregação do valor do balanço de acordo com uma escala equivalente às da *Standard & Poor's e Fitch*.

A repartição dos ativos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (obrigações) é analisada como segue:

| 2022 | | | | | |
|--------------|---|--|--|--|------------|
| | Ativos financeiros detidos até à maturidade | Ativos financeiros detidos para negociação | Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | |
| Rating | Valor | Valor | Valor | Valor bruto | Imparidade |
| AAA- a AAA+ | - | 2 611 | - | 31 387 | - |
| AA- a AA+ | - | - | - | 527 | - |
| A- a A+ | - | 9 899 | - | 60 903 | - |
| BBB- a BBB+ | - | - | - | 125 350 | - |
| BB- a BB+ | - | - | - | 49 153 | - |
| B- a B+ | - | - | - | 202 691 | - |
| CCC- a CCC+ | - | - | - | 1 890 | - |
| Sem rating | - | - | - | 53 808 | (2 485) |
| Total | - | 12 510 | - | 525 709 | (2 485) |

(Milhares de Euros)

(Milhares de Euros)

| Rating | Ativos financeiros detidos até à maturidade Valor | Ativos financeiros detidos para negociação Valor | 2021 | | |
|--------------|--|---|---|---|----------------|
| | | | Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados Valor | Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral Valor bruto | Imparidade |
| AA- a AA+ | - | - | - | 579 | - |
| A- a A+ | - | - | - | 7 473 | - |
| BBB- a BBB+ | - | - | - | 130 569 | - |
| BB- a BB+ | - | - | - | 77 159 | - |
| B- a B+ | - | - | - | 210 596 | - |
| CCC- a CCC+ | - | - | - | 6 591 | - |
| Sem rating | - | - | - | 85 524 | (2 485) |
| Total | - | - | - | 518 492 | (2 485) |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as disponibilidades em instituições de crédito e as aplicações em instituições de crédito encontram-se, fundamentalmente, na Caixa Económica Montepio Geral (ver nota 33), cujos depósitos de longo-prazo, em 31 de dezembro de 2022, têm *rating* BB-, B+ e B+ atribuídos, respetivamente, pelas agências *Moody`s*, *Fitch* e *DBRS* e de acordo com uma escala equivalente às notações da *Standard & Poor`s* e *Fitch* (B+ em 31 de dezembro de 2021).

Risco de Concentração

O Risco de Concentração, que decorre da insuficiente diversificação da carteira de ativos em termos de exposição a um emitente / grupo de emittentes, é controlado pela imposição de limites máximos de exposição a uma determinada contraparte, considerando o grupo económico em que se inserem. Estes limites são diferenciados pela natureza da contraparte e pelo nível de risco.

Dada a especificidade institucional do MGAM enquanto associação mutualista que historicamente detém enquanto entidade anexa a CEMG e, dos deveres de apoio enquanto acionista que resultam dessa relação, o investimento no capital desta entidade tem um peso de 39,9% no total do ativo líquido em 31 de dezembro de 2022 (40,4% em 31 de dezembro de 2021), que acresce a 44,7% quando se inclui a exposição em dívida subordinada da CEMG (45,6% em 31 de dezembro de 2021).

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém, da possibilidade da Associação não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os associados e outros credores à medida que elas se vençam.

A Associação, com vista à mitigação deste risco, detém uma reserva de liquidez mínima e assegura a monitorização regular de indicadores de risco de liquidez, determinados em condições normais e em condições de esforço, que têm em consideração, nomeadamente, cenários sobre a reserva de liquidez e sobre as responsabilidades assumidas, estando alguns dos indicadores sujeitos a limites de risco. Adicionalmente é elaborado e reportado um plano de tesouraria, em base mensal, ajustado às necessidades/excedentes da Associação. O controlo dos desfasamentos de entradas e saídas de recursos de liquidez é efetuado de forma sistemática, atendendo quer às variáveis de longo prazo, numa

perspetiva de adequação entre ativos e passivos, quer às variáveis de curto prazo incluindo os resultados do rendimento das suas participações financeiras, mais sujeitas à volatilidade dos mercados e dos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita com recurso a uma margem de segurança de liquidez que procura otimizar ao máximo a rendibilidade dos ativos.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros, participações financeiras e responsabilidades decorrentes das modalidades é apresentada como segue:

(Milhares de Euros)

| 2022 | | | | | | |
|--|--------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | Inferior a 3 meses | Entre 3 meses e 1 ano | Entre 1 ano e 5 anos | Superior a 5 anos | Indeterminado | Total |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa e disponibilidades em instituições de crédito | 42 124 | - | - | - | - | 42 124 |
| Aplicações em instituições de crédito | 5 522 | 55 010 | - | - | - | 60 532 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | 9 899 | - | - | 2 990 | 12 889 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | - | - | - | - | 5 253 | 5 253 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 45 776 | 17 006 | 125 830 | 351 387 | 5 406 | 545 405 |
| Investimentos em subsidiárias e associadas | - | - | - | - | 1 749 248 | 1 749 248 |
| | 93 422 | 81 915 | 125 830 | 351 387 | 1 762 897 | 2 415 451 |
| Passivos | | | | | | |
| Modalidades atuariais | 7 922 | 23 648 | 140 582 | 154 935 | 263 030 | 590 117 |
| Modalidades de capitalização | 52 127 | 53 415 | 1 453 876 | 40 550 | 1 173 069 | 2 773 037 |
| | 60 049 | 77 063 | 1 594 458 | 195 485 | 1 436 099 | 3 363 154 |

(Milhares de Euros)

| 2021 | | | | | | |
|--|--------------------|-----------------------|----------------------|-------------------|---------------|-----------|
| | Inferior a 3 meses | Entre 3 meses e 1 ano | Entre 1 ano e 5 anos | Superior a 5 anos | Indeterminado | Total |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Disponibilidades em instituições de crédito | 77 098 | - | - | - | - | 77 098 |
| Aplicações em instituições de crédito | 4 639 | 70 658 | 251 | - | - | 75 548 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | 341 | 341 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | - | - | - | - | 7 310 | 7 310 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 25 016 | 23 303 | 97 081 | 385 586 | 10 593 | 541 579 |
| Investimentos em subsidiárias e associadas | - | - | - | - | 1 724 276 | 1 724 276 |
| | 106 754 | 93 961 | 97 332 | 385 586 | 1 742 520 | 2 426 152 |
| Passivos | | | | | | |
| Modalidades atuariais | 8 909 | 24 647 | 122 679 | 173 547 | 305 518 | 635 300 |
| Modalidades de capitalização | 67 214 | 323 845 | 1 090 851 | 45 606 | 1 150 440 | 2 677 956 |
| | 76 123 | 348 492 | 1 213 530 | 219 153 | 1 455 958 | 3 313 256 |

Nas modalidades atuariais, a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foi considerada como sendo indeterminada. Adicionalmente, as modalidades de capitalização com prazo indeterminado correspondem a produtos de poupança reforma sem maturidade definida, suscetível de serem resgatáveis à vista.

Risco específico das modalidades

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é objeto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|------------------------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Resultado | Capital próprio | Resultado | Capital próprio |
| Taxa de juro +1% | | | | |
| Modalidades atuariais | 44 315 | 44 315 | 55 378 | 55 378 |
| Modalidades de capitalização | (275) | (275) | 4 894 | 4 894 |
| | 44 040 | 44 040 | 60 272 | 60 272 |
| Taxa de juro -1% | | | | |
| Modalidades atuariais | (53 215) | (53 215) | (68 481) | (68 481) |
| Modalidades de capitalização | 11 458 | 11 458 | - | - |
| | (41 757) | (41 757) | (68 481) | (68 481) |

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades atuariais é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|-------------------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Resultado | Capital próprio | Resultado | Capital próprio |
| Mortalidade +10% | | | | |
| Modalidades atuariais | 20 140 | 20 140 | 25 947 | 25 947 |
| | 20 140 | 20 140 | 25 947 | 25 947 |
| Mortalidade -10% | | | | |
| Modalidades atuariais | (30 374) | (30 374) | (39 909) | (39 909) |
| | (30 374) | (30 374) | (39 909) | (39 909) |

O impacto da variação dos reembolsos nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

(Milhares de Euros)

| | 2022 | | 2021 | |
|---------------------------|-----------|-----------------|-----------|-----------------|
| | Resultado | Capital próprio | Resultado | Capital próprio |
| Reembolsos +10% | | | | |
| Modalidades capitalização | (1 149) | (1 149) | (1 118) | (1 118) |
| | (1 149) | (1 149) | (1 118) | (1 118) |
| Reembolsos -10% | | | | |
| Modalidades capitalização | 1 146 | 1 146 | 1 118 | 1 118 |
| | 1 146 | 1 146 | 1 118 | 1 118 |

Atividade seguradora ramo não vida

Gestão de Riscos da Atividade

Com a entrada em vigor, em 2016, do regime prudencial Solvência II (após a transposição da Diretiva Solvência II, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro), no exercício de 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento de uma gestão de risco integrada nas atividades da Companhia, assegurando que os objetivos estratégicos e de negócio seriam mantidos.

A participada Lusitania Companhia de Seguros tem definido um Plano Diretor de Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que se encontra em permanente evolução e implementação, onde estão descritas um conjunto de ações com vista à evolução do modelo de governação e medidas que contemplam aspetos que contribuem para a definição do modelo de gestão integrada do risco. A concretização dessas medidas está refletida nos diversos instrumentos e mecanismos que definem as políticas e procedimentos da Companhia. Estas alterações têm, também, em consideração as orientações publicadas pela Autoridade de Supervisão Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma, relativas aos mecanismos de governação no âmbito do regime Solvência II.

No âmbito do período transitório, foi aprovada pela ASF a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas para o grupo homogéneo de risco Rendas decorrentes de contratos de seguro de natureza não vida e relacionados com responsabilidades de seguro de Acidentes de Trabalho, com o objetivo de efetuar a amortização do diferencial entre as provisões técnicas apuradas no regime estatutário (IFRS) face ao valor estimado no regime prudencial Solvência II.

Adicionalmente, foi aprovada pelo Regulador a aplicação do ajustamento de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro sem risco relevante para o apuramento da melhor estimativa das responsabilidades de seguros. A aplicação desta medida permite à Companhia prevenir o comportamento pró-cíclico nos mercados financeiros, mitigando os efeitos sobre a melhor estimativa das provisões técnicas decorrente de um alargamento extremo dos spreads das obrigações em condições de crise do mercado.

Estão igualmente definidos, o apetite e os limites de tolerância ao risco incorridos pela Companhia, e aprovadas as estratégias e políticas que orientam a gestão de risco. A participada Lusitania Companhia de Seguros tem como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de risco integrados num sistema de gestão de riscos.

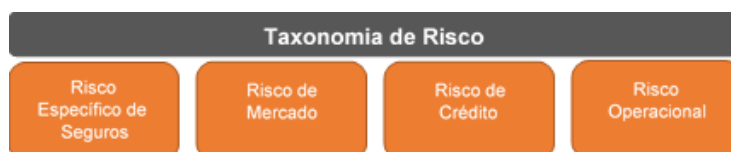
Os objetivos da participada Lusitania Companhia de Seguros compreendem a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos diretamente associados à atividade seguradora, bem como dos riscos subjacentes à atividade. A gestão do sistema de gestão de riscos é um processo contínuo e é desenvolvido aos diferentes níveis da Companhia. Este sistema, conjuntamente com o Sistema de Controlo Interno constituem instrumentos de gestão para a administração da Lusitania. A implementação do modelo é suportada numa

estratégia descentralizada de gestão de risco, baseando-se numa abordagem dual, isto é, através de análises do *tipo top-down e bottom-up*.

A participada Lusitania Companhia de Seguros está exposta a uma diversidade de riscos inerentes aos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e, ainda, riscos que não estão diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, destacando-se em particular, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Estes riscos estão detalhados na Tabela de Riscos que se encontra disponível na Cadeia de Valor da participada Lusitania Companhia de Seguros e são comunicados a todos os elementos da Companhia, dada a sua importância para a atividade da empresa.

Os principais riscos a que a Companhia se encontra exposta são os seguintes:



A. Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo os elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. É o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo decorrente da atividade, devido a uma fixação de preços inadequada e a pressupostos de provisionamento incorretos.

Tais perdas podem ter origem numa multiplicidade de fatores, como, por exemplo deficientes processos de desenho e tarifação dos produtos, análise e subscrição do risco, provisionamento das responsabilidades, gestão de sinistros e resseguro.

O detalhe dos sub-riscos associados a esta categoria de risco encontra-se descrito no capítulo do perfil de risco no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira.

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros é transferida para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradores.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade no cumprimento das responsabilidades. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro lado, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela estratégia de mitigação de riscos através dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a Companhia tem realizado um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível de clientes, mas também ao nível de produtos e serviços.

A participada Lusitania Companhia de Seguros efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do grau de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Com o intuito de verificar o ajustamento da estimativa de sinistros não declarados efetuada em 2022 aos valores efetivamente verificados, apurou-se o seguinte (valores em euros):

| | | (Euros) | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------|---------|------|--------|-------|--------|--------|--------|---------|-----------|-----------|
| | | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
| Acidentes de trabalho | Previstos para 2022 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 14 | 6 | 133 | 154 |
| | Abertos 2022 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 15 | 5 | 103 | 125 |
| | Diferença | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | -1 | 1 | 30 | 29 |
| Automóvel | Previstos para 2022 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 3 | 14 | 30 | 1 001 | 1 051 |
| | Abertos 2022 | 0 | 4 | 0 | 0 | 2 | 3 | 17 | 38 | 937 | 1 001 |
| | Diferença | 0 | -4 | 1 | 1 | -1 | 0 | -3 | -8 | 64 | 50 |
| Saúde - cashflow previsto e realizado | Previstos para 2022 | 8 866 | 802 | 1 859 | 5 200 | 6 268 | 17 247 | 33 779 | 62 161 | 1 981 081 | 2 117 263 |
| | Abertos 2022 | 78 | 213 | 2 902 | 1 026 | 11 520 | 16 024 | 37 454 | 79 100 | 1 373 626 | 1 521 943 |
| | Diferença | 8 788 | 589 | -1 043 | 4 174 | -5 252 | 1 223 | -3 675 | -16 939 | 607 455 | 595 320 |
| MR Habitação | Previstos para 2022 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 | 6 | 24 | 740 | 774 |
| | Abertos 2022 | 0 | 0 | 5 | 3 | 2 | 3 | 9 | 29 | 502 | 553 |
| | Diferença | 0 | 0 | -5 | -1 | -1 | -2 | -3 | -5 | 238 | 221 |
| MR Comércio | Previstos para 2022 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 13 | 97 | 113 |
| | Abertos 2022 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 4 | 49 | 55 |
| | Diferença | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 2 | 9 | 48 | 58 |

Entendeu-se como relevante efetuar testes de sensibilidade que se passam a descrever:

- O incremento da prudência da tábua de mortalidade masculina para a INE 2017-2019, acarretaria uma variação das reservas estatutárias em 830 mil euros;
- Uma análise de sensibilidade em Acidentes de Trabalho, a variação dos custos com sinistros em 5% provoca uma alteração na taxa de sinistralidade que passa de 57,33% para 60,19% dos prémios adquiridos;
- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel observa-se uma alteração da sinistralidade de 85,24% para 89,50%.

Por outro lado, a participada Lusitania Companhia de Seguros realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

(Milhares de Euros)

| 2022 | | Variação dos custos com sinistros | | | | | | | | |
|-----------------------------------|------|-----------------------------------|--------|--------|--------|---------|----------|----------|----------|----------|
| | | -20% | -15% | -10% | -5% | 0% | 5% | 10% | 15% | 20% |
| Variação dos custos de exploração | -20% | 33 085 | 27 335 | 21 411 | 14 421 | 6 927 | (1 127) | (9 217) | (17 441) | (25 665) |
| | -15% | 31 826 | 26 075 | 19 997 | 13 007 | 5 273 | (2 838) | (11 020) | (19 244) | (27 469) |
| | -10% | 30 567 | 24 816 | 18 580 | 11 425 | 3 515 | (4 599) | (12 823) | (21 047) | (29 272) |
| | -5% | 29 305 | 23 501 | 17 057 | 9 708 | 1 758 | (6 402) | (14 626) | (22 851) | (31 075) |
| | 0% | 27 934 | 22 133 | 15 535 | 7 990 | - | (8 205) | (16 430) | (24 654) | (32 878) |
| | 5% | 26 562 | 20 766 | 13 884 | 6 273 | (1 784) | (10 008) | (18 233) | (26 457) | (34 783) |
| | 10% | 25 190 | 19 398 | 12 222 | 4 556 | (3 587) | (11 812) | (20 036) | (28 260) | (36 830) |
| | 15% | 23 819 | 17 954 | 10 561 | 2 834 | (5 391) | (13 615) | (21 839) | (30 063) | (38 877) |
| | 20% | 22 447 | 16 290 | 8 899 | 1 031 | (7 194) | (15 418) | (23 642) | (31 866) | (40 925) |

As provisões para sinistros, apuradas pela função atuarial, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2022 e anteriores.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se insuficientes face aos custos decorrentes da atividade nos seguros de Acidentes Pessoais, Saúde, Incêndio (incluindo as intempéries de dezembro), Automóvel e Aéreo Estruturas, em que se registou um deficit de exploração.

Os rácios de sinistralidade são analisados como se segue:

Rácios de sinistralidade de seguro direto

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Acidentes e Doença | 51,6% | 74,4% |
| Incêndio e Outros Danos | 43,7% | 37,0% |
| Automóvel | 77,7% | 67,4% |
| Transportes | 7,3% | 62,8% |
| Responsabilidade Civil | 4,7% | 15,2% |
| Outros | -4,0% | 0,4% |
| Totais | 55,6% | 59,6% |

Rácio de cedência de sinistros

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------|-------------|-------------|
| Acidentes e Doença | 1,5% | 1,8% |
| Incêndio e Outros Danos | 15,0% | 15,7% |
| Automóvel | -0,5% | 3,1% |
| Transportes | 836,8% | 51,5% |
| Responsabilidade Civil | 319,2% | -45,7% |
| Outros | 54,1% | 120,9% |
| Totais | 4,6% | 4,4% |

Rácio de sinistralidade de resseguro cedido

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Acidentes e Doença | 12,8% | 41,1% |
| Incêndio e Outros Danos | 18,6% | 14,2% |
| Automóvel | -12,9% | 75,1% |
| Transportes | 101,6% | 54,5% |
| Responsabilidade Civil | 63,7% | -32,6% |
| Outros | -2,5% | 0,8% |
| Totais | 18,2% | 21,0% |

B. Risco de Mercado

O risco de mercado encontra-se associado a flutuações adversas no valor dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros da Companhia, relacionadas com as volatilidades dos mercados de capitais, mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário. Estas flutuações (adversas) podem traduzir-se em perdas económicas, e no limite, a uma deterioração dos níveis de solvência. Este grupo de riscos, também se encontra relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos associados a responsabilidades de longo prazo.

A exposição aos riscos financeiros é um reflexo da política de investimentos da Companhia, da política de ALM e da política de gestão de liquidez, enquadradas por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora.

Os riscos financeiros encontram-se detalhadas no capítulo do perfil de risco, no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira.

Nas componentes dos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, a Companhia, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o *VaR (Value-At-Risk)* dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento da Companhia.

Milhares de euros

| Taxa | 2022 | Peso | 2021 | Peso |
|--------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| Fixa | 348 731 | 84% | 369 917 | 84% |
| Variável | 35 034 | 1% | 5 166 | 1% |
| Indexada | 7 959 | 4% | 18 867 | 4% |
| Cupão zero | 17 991 | 10% | 45 131 | 10% |
| Total | 409 715 | 100% | 439 081 | 100% |

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para as classes de investimento mais relevantes: obrigações, ações e imobiliário.

Evolução da *duration* (D) e convexidade (C) da carteira de obrigações:

| 4T 2022 | | 4T 2020 | |
|---------|-------|---------|-------|
| D | C | D | C |
| 9,5 | 161,6 | 11,7 | 235,8 |

O valor da *duration* da carteira de obrigações global sofreu uma diminuição significativa em 2022, refletindo uma menor sensibilidade a alterações na estrutura temporal de taxa de juro. Esta situação decorre de uma atuação estratégica e tática de proteção da carteira e de otimização do consumo de capital, atendendo à subida das taxas de juro, e por outro lado a necessidade permanente de obtenção de retorno acima do *benchmark*, face ao atual contexto geopolítico e de incerteza quanto à evolução dos mercados financeiros (valores em euros).

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro

(Milhares de euros)

| Variação da taxa de juro | | | | |
|--|---------|---------|-----------------|-------------|
| Carteira de obrigações em análise - 2022 | | | | |
| -1% | 0% | 1% | <i>Duration</i> | Convexidade |
| 382 817 | 347 172 | 317 137 | 9,5 | 161,6 |

(Milhares de euros)

| Variação da taxa de juro | | | | |
|--|---------|---------|-----------------|-------------|
| Carteira de obrigações em análise - 2021 | | | | |
| -1% | 0% | 1% | <i>Duration</i> | Convexidade |
| 492 477 | 436 140 | 390 087 | 11,7 | 235,8 |

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

(Milhares de euros)

| 2022 | | | | | |
|--|---|---------------------------------|-------|-------|---|
| Carteira de investimentos financeiros em análise (a) | Impacto na carteira de Ativos financeiros | Variação no valor das ações (b) | | | Impacto na carteira de Ativos financeiros |
| 2022 | | -10% | 0% | 10% | |
| 386 014 | -0,17% | 5 670 | 6 300 | 6 930 | 0,17% |

(a) O valor da carteira inclui classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário, depósitos a prazo e nem papel comercial

(b) O valor das ações considera investimento direto e outros fundos de investimento em ações

(Milhares de euros)

2021

| Carteira de investimentos financeiros em análise (a) | Impacto na carteira de Ativos financeiros | Variação no valor das ações (b) | | | Impacto na carteira de Ativos financeiros |
|--|---|---------------------------------|--------|--------|---|
| 2021 | | -10% | 0% | 10% | |
| 485 289 | -0,52% | 21 612 | 24 013 | 26 415 | 0,52% |

(a) O valor da carteira inclui classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário, depósitos a prazo e nem papel com

(b) O valor das ações considera investimento direto e outros fundos de investimento em ações

Sensibilidade a efeitos isolados – Imobiliário

(Milhares de euros)

2022

| Carteira de investimentos financeiros em análise (a) | Impacto na carteira de Ativos financeiros | Variação no valor das ações (b) | | | Impacto na carteira Total |
|--|---|---------------------------------|--------|--------|---------------------------|
| 2022 | | -5% | 0% | 5% | |
| 386 014 | -0,33% | 24 529 | 25 820 | 27 111 | 0,33% |

(a) O valor da carteira inclui classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário

(Milhares de euros)

2021

| Carteira de investimentos financeiros em análise (a) | Impacto na carteira de Ativos financeiros | Variação no valor das ações (b) | | | Impacto na carteira Total |
|--|---|---------------------------------|--------|--------|---------------------------|
| 2021 | | -5% | 0% | 5% | |
| 485 259 | -0,26% | 23 851 | 25 106 | 26 361 | 0,26% |

(a) O valor da carteira inclui classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário

O risco de mercado inclui o risco de spread que está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários. A exposição ao risco advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários. O risco de crédito é gerido, essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor na Companhia e numa monitorização permanente do consumo de capital de cada emissão.

No eixo dos emitentes de valores mobiliários, é efetuada uma gestão e monitorização ativa e permanente das carteiras de títulos.

Rating da carteira de obrigações

Milhares de euros

| Rating | 2022 | Peso | 2021 | Peso |
|--------|---------|-------|---------|-------|
| AAA | 60 887 | 14,9% | 66 643 | 15,2% |
| AA+ | 50 517 | 12,3% | 47 120 | 10,7% |
| AA | 16 363 | 4,0% | 20 589 | 4,7% |
| AA- | 32 834 | 8,0% | 12 525 | 2,9% |
| A+ | 8 281 | 2,0% | 13 447 | 3,1% |
| A | 14 719 | 3,6% | 16 078 | 3,7% |
| A- | 50 843 | 12,4% | 50 982 | 11,6% |
| BBB+ | 24 781 | 6,0% | - | 0,0% |
| BBB | 39 875 | 9,7% | 39 071 | 8,9% |
| BBB- | 42 136 | 10,3% | 84 587 | 19,3% |
| BB+ | 4 675 | 1,1% | 7 199 | 1,6% |
| BB | 34 468 | 8,4% | 38 499 | 8,8% |
| BB- | 3 028 | 0,7% | 3 968 | 0,9% |
| NR | 26 308 | 6,4% | 38 373 | 8,7% |
| Total | 409 715 | 100% | 439 081 | 100% |

O risco de concentração está relacionado com a volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e com as perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emitente. É originado pela falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas.

O risco de concentração está, fundamentalmente, ligado à estratégia da Companhia de desinvestir em ativos do Grupo. Face à exposição registada ao longo dos últimos anos, foram realizadas ações de *derisking* significativas no sentido de diversificar a carteira de ativos, estando a estratégia de diversificação alinhada com a política de investimentos da Companhia.

A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

Milhares de euros

| Setor | 2022 | Peso | 2021 | Peso |
|------------------------|---------|-------|---------|-------|
| Comunicações | 7 560 | 1,8% | 7 644 | 1,7% |
| Consumo Cíclico | 12 290 | 3,0% | 10 339 | 2,4% |
| Consumo Não-Cíclico | 12 387 | 3,0% | 6 196 | 1,4% |
| Elétrico & gás Natural | 3 767 | 0,9% | 7 537 | 1,7% |
| Energia | 6 339 | 1,5% | 2 665 | 0,6% |
| Financeiro | 54 003 | 13,2% | 40 677 | 9,3% |
| Governo | 299 035 | 73,0% | 344 854 | 78,5% |
| Industrial | 12 826 | 3,1% | 3 092 | 0,7% |
| Materiais | 1 508 | 0,4% | 2 686 | 0,6% |
| Saúde | - | 0,0% | 4 062 | 0,9% |
| Supranacional | - | 0,0% | 9 329 | 2,1% |
| Total | 409 715 | 100% | 439 081 | 100% |

O valor da carteira em análise resulta da cotação de mercado, excluindo juros decorridos e títulos em *default*.

C. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é originado quando a Companhia não consegue alienar investimentos e outros ativos, de modo a dar cumprimento às suas obrigações financeiras nas datas dos respetivos vencimentos. Este risco surge quando exigências - expectáveis ou inesperadas - de dinheiro por parte de tomadores de seguro, credores e outras contrapartes, não possam ser satisfeitas sem que existam perdas ou sem colocar o negócio em perigo.

As causas do risco de liquidez podem ser divididas em elementos que podem criar um aumento repentino das necessidades de caixa e elementos que podem reduzir inesperadamente a disponibilidade dos recursos esperados para cobrir as necessidades de caixa. Os tipos de risco de liquidez são os seguintes:

- risco de financiamento é o risco pelo qual a Companhia não consegue obter financiamento exterior suficiente, dado que os seus ativos são ilíquidos quando são necessários;
- risco de liquidez do mercado é o risco em que o processo de venda em si causa perdas devido a condições de mercado ou concentrações elevadas;
- risco do valor de liquidação é o risco em que o momento de ocorrência ou os montantes dos sinistros ou de outros pagamentos possam exigir a liquidação de ativos quando as condições de mercado conduzem a perdas no valor realizado.

A Lusitania tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

Adicionalmente, a Companhia monitoriza, com elevada regularidade, a maturidade dos seus produtos, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimentos dos seus compromissos registados no passivo através de análises de ALM.

O exercício de ALM sobre as responsabilidades de longo prazo (Acidentes de Trabalho) evidencia que a Lusitania detém um volume de ativos financeiros substancial que permitem acomodar de forma confortável as responsabilidades de longo prazo.

A distribuição da carteira de Ativos, por região e percentagem é como se segue (valores em euros):

Milhares de euros

| Países | 2022 | Peso | 2021 | Peso |
|--------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| Portugal | 43 993 | 10% | 56 178 | 12% |
| Espanha | 41 888 | 10% | 49 096 | 10% |
| Alemanha | 41 624 | 10% | 29 390 | 6% |
| França | 36 917 | 9% | 39 267 | 8% |
| Áustria | 30 806 | 7% | 28 299 | 6% |
| Grécia | 30 086 | 7% | 38 499 | 8% |
| Itália | 26 875 | 6% | 53 455 | 11% |
| Países Baixos | 25 669 | 6% | 20 973 | 4% |
| Bélgica | 25 240 | 6% | 14 755 | 3% |
| Finlândia | 22 902 | 5% | 26 842 | 6% |
| Chipre | 18 455 | 4% | 19 630 | 4% |
| Irlanda | 17 606 | 4% | 19 015 | 4% |
| Outros | 14 894 | 3% | 26 128 | 6% |
| Eslovénia | 10 801 | 3% | 9 943 | 2% |
| Estados U. América | 10 654 | 2% | 5 674 | 1% |
| Reino Unido | 9 740 | 2% | 2 978 | 1% |
| Luxemburgo | 8 467 | 2% | 12 672 | 3% |
| Eslováquia | 2 929 | 1% | 3 429 | 1% |
| Suiça | 2 398 | 1% | - | 0% |
| Lituânia | 2 138 | 0% | 2 706 | 1% |
| Polónia | 2 134 | 0% | 2 698 | 1% |
| Estónia | 1 946 | 0% | 2 494 | 1% |
| Roménia | 849 | 0% | - | 0% |
| Letónia | - | 0% | 3 869 | 1% |
| Total | 429 011 | 100% | 467 990 | 100% |

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

Milhares de euros

| 2022 | até 12 meses Maturidade | 1-2 anos Maturidade | 2-5 anos Maturidade | > 5 anos Maturidade | Maturidade Indeterminada | Total |
|--|----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------------|----------------|
| Caixa e equivalentes depósitos à ordem | 6 100 | - | - | - | - | 6 100 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | - | - | - | - | 590 | 590 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | 65 | 65 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | - | - | - | 14 944 | 14 393 | 29 337 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 21 761 | 20 958 | 64 625 | 60 873 | 5 712 | 173 929 |
| Outros ativos financeiros ao custo amortizado | - | - | - | 253 635 | - | 253 635 |
| Empréstimos e contas a receber | - | - | - | - | 305 | 305 |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | - | - | - | - | 31 020 | 31 020 |
| Total dos ativos financeiros | 27 861 | 20 958 | 64 625 | 329 452 | 52 085 | 494 981 |
| Outros passivos financeiros | - | - | - | 26 500 | 1 908 | 28 408 |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | - | - | - | - | 24 303 | 24 303 |
| Total dos passivos financeiros | - | - | - | 26 500 | 26 211 | 52 711 |
| Líquido | 27 861 | 20 958 | 64 625 | 302 952 | 25 874 | 442 270 |

Milhares de euros

| Risco de liquidez 2021 | até 12 meses Maturidade | 1-2 anos Maturidade | 2-5 anos Maturidade | > 5 anos Maturidade | Maturidade Indeterminada | Total |
|--|----------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------------|----------------|
| Caixa e equivalentes depósitos à ordem | 13 080 | - | - | - | - | 13 080 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | - | - | - | - | 590 | 590 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | 56 | 56 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de resultados | - | - | - | 8 907 | 25 068 | 33 975 |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 46 707 | 5 242 | 52 783 | 323 547 | 5 147 | 433 426 |
| Outros ativos financeiros ao custo amortizado | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e contas a receber | - | - | - | - | 315 | 315 |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | - | - | - | - | 27 143 | 27 143 |
| Total dos ativos financeiros | 59 787 | 5 242 | 52 783 | 332 454 | 58 319 | 508 585 |
| Outros passivos financeiros | - | - | - | 41 000 | 5 008 | 46 008 |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | - | - | - | - | 22 842 | 22 842 |
| Total dos passivos financeiros | - | - | - | 41 000 | 27 850 | 68 850 |
| Líquido | 59 787 | 5 242 | 52 783 | 291 454 | 30 469 | 439 735 |

D. Risco de Crédito

O risco de crédito (ou de incumprimento) está associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da alteração da situação creditícia das contrapartes (mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras) ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, quer ao nível dos procedimentos e circuitos de tomada de decisão.

No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para a Companhia, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo rating

| Ressegurador | Rating |
|------------------------|--------|
| Swiss Re (leader) | AA- |
| CCR | A- |
| Covea | A |
| DR Swiss | A+ |
| Hannover | AA- |
| Helvetica | A+ |
| Mapfre Re | A+ |
| MSAmlin | A+ |
| Münchener Rück | AA- |
| Nacional de Reaseguros | A |
| Odyssey Re | A |
| Partner Re | A+ |
| QBE Secura | A+ |
| R+V Versicherungs | A+ |
| SCOR | A+ |
| Sirius | A- |
| AXIS Re | A |

Neste risco, também estão incluídas as exposições a depósitos bancários e a contrapartes em instrumentos financeiros derivados, que normalmente são exposições não diversificadas e com rating de crédito disponível. Na identificação do rating a considerar (*short term rating*), a Companhia tem como base as classificações em vigor publicadas por agências de rating. O *credit quality step* final é atribuído segundo a regra do *second best*, ou seja, no caso de emissões com qualificação não equivalente entre duas agências, é considerada a que atribuí classificação inferior e no caso de se verificarem três classificações distintas, é considerada a de nível intermédio.

| Banco | Rating |
|-------------------------------------|--------|
| BANCO BIC PORTUGUÊS, SA | NR |
| BANCO BILBÃO VIZCAYA ARGENTÁRIA, SA | P-2 |
| CA Indosuez Wealh (Europe) | P-1 |
| CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL | NP |
| CAIXA GERAL DE DEPOSITOS SA | P-2 |

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo, a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente pela área de Gestão de Contas.

E. Risco Operacional

O Risco Operacional diz respeito às perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio.

No âmbito da implementação da *framework* de Risco Operacional, com o princípio orientador a gestão descentralizada do Risco, e de modo a mitigar o risco operacional elevou-se o grau de informação na Cadeia de Valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, bem como frequências, impactos e respetivos controlos - Modelo de Autoavaliação dos Riscos e dos Controlos dos processos de negócio. Adicionalmente, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

Em simultâneo, encontra-se em execução um processo de identificação, registo e controlo de irregularidades identificadas num determinado período, com a respetiva quantificação, tendo como objetivo o input para um *Datamart* de dados históricos. Através deste modelo, a Companhia monitoriza de forma quantitativa e qualitativa os riscos operacionais não capturados pela fórmula padrão. Os eventos do risco operacional estão associados às perdas resultantes de operações diárias da empresa e das entidades com que se relaciona.

A Plataforma de Registo de Eventos de Risco foi desenvolvida com o objetivo de construir uma base de dados histórica interna que possibilita a identificação de falhas nos controlos e de ações de mitigação dos riscos, bem como a compreensão da exposição corrente ao risco operacional, identificando as áreas com maior incidência.

O reporte das perdas financeiras identificadas nos eventos registados abrange a análise de tendências, das recuperações efetuadas e das perdas por categoria de risco ou linha de negócio. O registo dos eventos promove, ainda, a qualidade ao nível das operações e constitui um elemento crucial para o futuro desenvolvimento de um modelo interno de gestão integrada de risco operacional através de capital económico.

Esta plataforma constitui um dos elementos do modelo de gestão de riscos, permitindo capacitar as áreas com os meios necessários para desenvolver e robustecer a primeira linha de defesa da Companhia.

A participadas Lusitania Companhia de Seguros implementou um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), de acordo com a norma ISO 27001, e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos da atividade da Companhia.

No âmbito da segurança, é realizado periodicamente um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e à capacidade de recuperar o funcionamento das diversas unidades operacionais. O teste foi realizado em ambiente externo tendo sido verificada a capacidade de acolher postos de trabalho para fazer face a uma situação de desastre, tendo sido detetados alguns aspetos a melhorar no âmbito da monitorização contínua. Os testes

evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável, atestando a validade do PCN.

F. Solvência

O atual regime de Solvência II entrou em vigor no dia 01 de Janeiro de 2016 e procura introduzir um enquadramento robusto, prudencial e harmonizado, baseado na análise do perfil de risco de cada empresa de seguros e resseguro de forma a assegurar a identificação dos recursos financeiros necessários, uma governação e gestão de riscos adequada e garantir a transparência e qualidade de informação reportada ao supervisor e público em geral, promovendo a comparabilidade, transparência e competitividade do mercado.

O regime prudencial encontra-se consubstanciado essencialmente através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, aprovando o novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (RJASR).

De acordo com o estabelecido no artigo 25º do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, a Companhia solicitou, em 19 de maio de 2016, a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas para o grupo homogêneo de risco Rendas decorrentes de contratos de seguro de natureza não vida e relacionados com responsabilidades de seguro de Acidentes de Trabalho, com o objetivo de efetuar a amortização do diferencial entre as provisões técnicas apuradas no regime estatutário (IFRS) face ao valor estimado no regime prudencial Solvência II, com efeito a 31 de dezembro de 2015. A aplicação desta medida foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da ASF de 24 de junho de 2016.

No entanto, no final do ano 2018, o Conselho de Administração da ASF determinou, para as Companhias que usufruem do regime transitório das provisões técnicas, o recálculo da dedução transitória nos termos do n.º 5 do artigo 25.º da lei n.º 147/2015, considerando como base para o recálculo a informação referente a 31 de dezembro de 2018 e como data efeito o dia 1 de janeiro de 2019.

A participada Lusitania Companhia de Seguros apresenta uma estrutura de fundos próprios com uma elevada exposição a *Tier 2*, resultante de um conjunto de circunstâncias que determinaram vários reforços de capital pelo Acionista, bem como a tomada firme de dívida subordinada pelo Montepio Geral Associação Mutualista ("MGAM"), com o objetivo de assegurar os adequados níveis de solvência da Companhia.

Atendendo ao comportamento dos mercados financeiros ao longo do ano 2022, tornou-se importante o reequilíbrio da estrutura de fundos próprios da participada Lusitania Companhia de Seguros, de forma a maximizar a elegibilidade dos fundos próprios disponíveis. Nesse sentido, tendo em conta a evolução da Companhia, tanto em termos de resultados líquidos como da estrutura do balanço, bem como a necessidade de continuar a melhorar as condições da operação para a geração de valor, foi realizada uma operação de conversão de dois empréstimos obrigacionistas subordinados, no valor total de 14,5 milhões de euros, classificadas em *Tier 2*, e em momento imediatamente sucedido, a realização de prestações acessórias de capital pelo MGAM, sob a forma de prestações suplementares, pelo mesmo montante, elegíveis para *Tier 1 unrestricted*.

A conversão dos fundos próprios de *Tier 2 para Tier 1 unrestricted* permitiram uma melhoria no rácio de solvência da Companhia, através do reequilíbrio dos fundos próprios de melhor qualidade, possibilitando aumentar a elegibilidade dos fundos próprios disponíveis. Esta operação determinou também uma redução da dívida da Companhia, com a consequente redução dos *running costs*.

No curto prazo, a contingência de maior relevo para a Companhia continua a ser o processo da AdC, em que a Companhia apura a solvência com base no reconhecimento de uma provisão estatutária de 50% da coima (10,25 milhões de euros). No entanto, a participada Lusitania Companhia de Seguros assegura, a todo o momento um excedente de fundos próprios elegíveis face ao SCR substancialmente superior ao diferencial (10,25 milhões de euros) entre o valor da coima notificada e o valor provisionado. Salienta-se que, a 11 de novembro de 2022 teve início a fase de julgamento, que se prolongou até ao dia 27 de janeiro de 2023. Nesta altura, aguarda-se que seja proferida sentença cuja leitura já esteve agendada para o dia 28 de fevereiro, tendo tal ato sido adiado, ainda, sem marcação de nova data, devido a greve dos trabalhadores dos Tribunais.

Atividade seguradora ramo vida

Gestão dos riscos

A participada Lusitania Vida Companhia de Seguros tem vindo a desenvolver a sua estrutura e os seus processos de negócio, bem como os seus procedimentos internos, no sentido de se dotar dos meios necessários para ir ao encontro dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis em matéria de Gestão de Risco e de Capital.

Com efeito, o esforço desenvolvido garante simultaneamente o alinhamento com os objetivos do regime prudencial Solvência II e, bem assim, com os novos requisitos introduzidos pela Norma Regulamentar em matéria de sistema de governação das empresas de seguros, visando, por um lado, a criação dos meios e condições necessárias ao atingimento das metas da Companhia nestas matérias e, por outro, a incorporação dos riscos associados à Sustentabilidade (Ambiente, Social e de Governação).

No decorrer do ano 2022, continuaram a ser implementadas várias medidas tendentes a melhorar o Sistema de Gestão de Risco e o Sistema de Controlo Interno da Companhia. Destacamos, dentro deste âmbito, a designação de novos responsáveis pelas Funções-Chave de Auditoria Interna e Verificação do Cumprimento, a redefinição dos Comitês de Gestão da Companhia (Negócios, Investimentos, Risco e Controlo Interno) e a revisão de normativos internos.

O modelo de governação da participada Lusitania Vida Companhia de Seguros procura promover e potenciar o funcionamento da Companhia, de forma a fortalecer a confiança dos clientes, dos acionistas, dos trabalhadores e do Supervisor no modo como é desenvolvida a gestão e a fiscalização da Sociedade.

As principais responsabilidades do processo são asseguradas pelos seguintes intervenientes:

Conselho de Administração

Aprova a Visão e a Missão e define os objetivos estratégicos. Determina a estratégia de gestão de risco corporativo e define os objetivos de gestão de risco nos quatro níveis: Estratégico, Operacional, Reporte e Verificação de Cumprimento. Define as políticas de gestão de risco, o apetite ao risco e os níveis de tolerância.

Este órgão é, ainda, responsável pela avaliação da eficácia do sistema de gestão de riscos.

Gestão de Risco

Propõe, implementa e garante o cumprimento da Política de Gestão de Risco e os métodos e procedimentos de mensuração dos riscos. Monitoriza os resultados e reporta-os de forma tempestiva ao Comité de Risco e ao Conselho de Administração. Analisa, identifica e monitoriza as medidas de mitigação e/ou correção dos desvios face aos limites e níveis de tolerância que estiverem definidos em cada momento.

Auditoria Interna

Assegura a existência de um adequado ambiente de controlo interno e avalia a qualidade, a eficácia e a adequação de procedimentos, metodologias e técnicas utilizadas na definição e na monitorização dos riscos.

Verificação do Cumprimento

Assegura, de forma contínua, o cumprimento da regulamentação externa e interna relativa à gestão de riscos.

Actuarial

Assegura a adequação das metodologias e pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas, subscrição e acordos de resseguro e em conjunto com a Função de Gestão de Risco contribui para a aplicação efetiva do Sistema de Gestão de Riscos.

Riscos específicos de seguro

Os riscos específicos de seguros estão subjacentes à comercialização dos contratos de seguros e são:

Risco de mortalidade: risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;

Risco de longevidade: risco de diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;

Risco catastrófico: risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado;

Risco de despesas: risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;

Risco de resgates/anulações: risco de perdas face ao resgate ou anulação inesperada de contratos;

Risco de invalidez-morbilidade: risco de perdas resultantes do agravamento das taxas de invalidez e morbilidade e redução das taxas de recuperabilidade das mesmas.

A Companhia calcula mensalmente os riscos específicos de seguros, proporcionando desta forma, um acompanhamento regular e um controlo apertado dos mesmos.

Adequação dos prémios e das provisões

Os prémios das modalidades de seguros são apurados de modo a satisfazer as responsabilidades assumidas pela Companhia, estando incluídos nas tarifas os encargos relativos a custos de aquisição e administrativos.

As provisões matemáticas constituídas correspondem às responsabilidades assumidas pela Companhia no fecho do exercício, com total garantia dos compromissos de taxas assumidas para com os tomadores de seguros. As provisões técnicas estão calculadas em conformidade com as bases técnicas dos diferentes produtos e respeitam as disposições normativas em vigor.

A provisão de sinistros reflete todas as responsabilidades com os custos de sinistros a suportar pela Companhia. Acresce uma provisão para IBNR que tem sido sempre suficiente para compensar o valor de sinistros não avisados até ao fecho dos exercícios.

Riscos Financeiros

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções. Compreende também o risco de concentração resultante da concentração excessiva de um determinado activo ou passivo e o risco de *spread* que reflete a probabilidade de incumprimento do títulos obrigacionistas em carteira.

A Companhia tem uma política de Investimentos prudente e conservadora investindo essencialmente em títulos de taxa fixa de elevado rating e denominados em Euro, não tendo significativa exposição ao risco acionista nem ao risco imobiliário, não tendo risco cambial, apostando na diversificação dos investimentos e efetuando uma cuidada análise das taxas de juro dos passivos e dos ativos que lhe servem de cobertura, nomeadamente através de técnicas de *Asset Liability Management* (ALM), efetuando *stress tests* às flutuações de taxa de juro.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente nas eventuais dívidas a receber de mediadores e de resseguradores. A Companhia acompanha regularmente a evolução dos *ratings* das entidades em carteira. O crédito aos mediadores não é material.

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez avalia a capacidade de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e a existência de dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas.

Para esta avaliação, a Companhia procede à análise dos fluxos futuros de liquidez dos ativos e dos passivos por intermédio do modelo ALM, adequando os recursos financeiros de modo a minorar o risco de incumprimentos das responsabilidades.

Não só pelo volume de ativos em carteira, mas também pela volatilidade dos mercados, a gestão dos riscos financeiros é uma prioridade da Lusitania Vida. A Companhia gere os seus investimentos, especialmente atenta aos fatores de risco, tais como *ratings*, as durações e a diversificação.

Prestação de Informação quantitativa que permite avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por cada tipo de risco

Análise de maturidades

Maturidades de ativos financeiros de passivos financeiros e contratos de investimentos mensurados no âmbito da IFRS4 para os exercícios de 2022 e 2021:

Milhares de euros

| Risco de liquidez 2022 | até 12 meses Maturidade | 1-5 anos Maturidade | 5-10 anos Maturidade | > 10 anos Maturidade | Perpétua | Total |
|--|----------------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------|----------------|
| Caixa e equivalentes depósitos à ordem | 6 265 | - | - | - | - | 6 265 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | - | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas | 2 119 | - | - | - | 716 | 2 835 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 36 132 | 199 577 | 46 094 | 85 402 | 817 | 368 022 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 64 213 | 220 023 | 75 658 | 126 946 | 1 806 | 488 646 |
| Empréstimos e contas a receber | - | - | - | - | - | - |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 6 625 | - | - | - | - | 6 625 |
| Total dos ativos financeiros | 115 354 | 419 600 | 121 752 | 212 348 | 3 339 | 872 393 |
| Contratos de investimentos mensurados no âmbito da IFRS4 | 22 448 | 92 892 | 30 823 | 69 112 | - | 215 275 |
| Passivos financeiros IFRS9 | 144 567 | 445 607 | 37 999 | 13 863 | - | 642 036 |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | 2 692 | - | - | - | - | 2 692 |
| Outros passivos financeiros | - | 45 | - | - | - | 45 |
| Total dos passivos financeiros | 169 707 | 538 544 | 68 822 | 82 975 | - | 860 048 |
| Líquido | (54 353) | (118 944) | 52 930 | 129 373 | 3 339 | 12 345 |

Milhares de euros

| Risco de liquidez 2021 | até 12 meses Maturidade | 1-5 anos Maturidade | 5-10 anos Maturidade | > 10 anos Maturidade | Perpétua | Total |
|--|----------------------------|------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------|------------------|
| Caixa e equivalentes depósitos à ordem | 40 109 | - | - | - | - | 40 109 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | - | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros detidos para negociação | - | - | - | - | - | - |
| Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas | 2 104 | - | - | 7 719 | 4 259 | 14 082 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 513 | 170 915 | 226 866 | 541 285 | 18 697 | 958 276 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 48 285 | - | - | - | - | 48 285 |
| Empréstimos e contas a receber | - | - | - | - | - | - |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 2 536 | - | - | - | - | 2 536 |
| Total dos ativos financeiros | 93 547 | 170 915 | 226 866 | 549 004 | 22 956 | 1 063 288 |
| Contratos de investimentos mensurados no âmbito da IFRS4 | 16 213 | 67 486 | 24 651 | 50 043 | - | 158 393 |
| Passivos financeiros IFRS9 | 174 986 | 516 662 | 46 511 | 15 360 | - | 753 519 |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | 2 485 | - | - | - | - | 2 485 |
| Outros passivos financeiros | - | 58 | - | - | - | 58 |
| Total dos passivos financeiros | 193 684 | 584 206 | 71 162 | 65 403 | - | 914 455 |
| Líquido | (100 137) | (413 291) | 155 704 | 483 601 | 22 956 | 148 833 |

Análise de concentração geográfica da carteira*Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas*

Milhares de euros

| | 2022 | | 2021 | |
|--------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| Países | Valor de balanço | Peso | Valor de balanço | Peso |
| Alemanha | - | 0% | 6 437 | 46% |
| Espanha | - | 0% | 2 918 | 21% |
| França | - | 0% | 1 665 | 12% |
| Grã-Bretanha | 716 | 25% | 958 | 7% |
| Portugal | 2 119 | 75% | 2 104 | 15% |
| Total | 2 835 | 100% | 14 082 | 100% |

Ativos financeiros ao justo valor através de reservas

Milhares de euros

| | 2022 | | 2021 | |
|----------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| Países | Valor de balanço | Peso | Valor de balanço | Peso |
| Alemanha | 50 148 | 13,6% | 43 506 | 4,5% |
| Australia | - | 0,0% | 2 414 | 0,3% |
| Austria | 3 024 | 0,8% | 10 280 | 1,1% |
| Belgica | 15 113 | 4,1% | 8 320 | 0,9% |
| Chéquia | 3 266 | 0,9% | 12 581 | 1,3% |
| China | 1 702 | 0,5% | 2 457 | 0,3% |
| Eslovénia | 2 631 | 0,7% | - | 0,0% |
| Espanha | 70 632 | 19,2% | 219 763 | 22,9% |
| Estados Unidos | 33 010 | 9,0% | 132 869 | 13,9% |
| Finlândia | 1 465 | 0,4% | - | 0,0% |
| França | 30 415 | 8,3% | 65 920 | 6,9% |
| Grã-Bertanha | 18 827 | 5,1% | 72 930 | 7,6% |
| Grécia | 2 566 | 0,7% | - | 0,0% |
| India | 1 978 | 0,5% | 2 499 | 0,3% |
| Irlanda | - | 0,0% | 1 669 | 0,2% |
| Islândia | 1 835 | 0,5% | - | 0,0% |
| Itália | 48 249 | 13,1% | 138 461 | 14,4% |
| Japão | 10 918 | 3,0% | 14 638 | 1,5% |
| Luxemburgo | 3 507 | 1,0% | 19 071 | 2,0% |
| México | 746 | 0,2% | 1 030 | 0,1% |
| Países Baixos | 19 387 | 5,3% | 5 587 | 0,6% |
| Polónia | - | 0,0% | 4 461 | 0,5% |
| Portugal | 26 173 | 7,1% | 193 101 | 20,2% |
| Roménia | - | 0,0% | 5 137 | 0,5% |
| Suécia | 1 881 | 0,5% | - | 0,0% |
| Suica | 4 121 | 1,1% | - | 0,0% |
| Spra-nacionais | 16 428 | 4,5% | 1 582 | 0,2% |
| | 368 022 | 100% | 958 276 | 100% |

Ativos financeiros ao custo amortizado

Milhares de euros

| Países | 2022 | | | | 2021 | | | |
|-----------------|------------------|-------|------------------|-------|------------------|--------|------------------|--------|
| | Valor de balanço | Peso | Valor de mercado | Peso | Valor de balanço | Peso | Valor de mercado | Peso |
| Alemanha | 28 982 | 5,9% | 26 844 | 6,2% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Belgica | 7 065 | 1,4% | 5 834 | 1,3% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Chéquia | 7 601 | 1,6% | 4 940 | 1,1% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Espanha | 152 567 | 31,2% | 136 744 | 31,4% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Estados Unidos | 35 468 | 7,3% | 29 807 | 6,8% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| França | 22 237 | 4,6% | 20 928 | 4,8% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Grã-Bretanha | 29 562 | 6,0% | 22 957 | 5,3% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Grécia | 4 208 | 0,9% | 4 106 | 0,9% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Irlanda | 1 512 | 0,3% | 1 288 | 0,3% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Itália | 41 339 | 8,5% | 33 396 | 7,7% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Japão | 2 948 | 0,6% | 2 751 | 0,6% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Luxemburgo | 8 005 | 1,6% | 8 801 | 2,0% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Países Baixos | 7 573 | 1,5% | 7 441 | 1,7% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Polónia | 4 512 | 0,9% | 3 391 | 0,8% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Portugal | 116 630 | 23,9% | 108 952 | 25,0% | 48 285 | 100,0% | 48 500 | 100,0% |
| Roménia | 4 832 | 1,0% | 4 431 | 1,0% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Suécia | 1 009 | 0,2% | 941 | 0,2% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Suica | 1 924 | 0,4% | 1 821 | 0,4% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Supra-nacionais | 10 672 | 2,2% | 9 989 | 2,3% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| | 488 646 | 100% | 435 362 | 100% | 48 285 | 100% | 48 500 | 100% |

Análise de concentração sectorial da carteira

Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Milhares de euros

| Setor | 2022 | | 2021 | |
|------------------------|------------------|-------|------------------|-------|
| | Valor de balanço | Peso | Valor de balanço | Peso |
| Automóvel | - | 0,0% | 3 301 | 23,4% |
| Farmacéutica e química | - | 0,0% | 1 013 | 7,2% |
| FIM e FII | 1 031 | 36,4% | 1 029 | 7,3% |
| Seguros | - | 0,0% | 6 706 | 47,6% |
| Serviços financeiros | 1 804 | 63,6% | 2 033 | 14,4% |
| Total | 2 835 | 100% | 14 082 | 100% |

Ativos financeiros ao justo valor através de reservas

Milhares de euros

| Setor | 2022 | | 2021 | |
|----------------------------|------------------|-------|------------------|-------|
| | Valor de balanço | Peso | Valor de balanço | Peso |
| Agricultura e floresta | 7 795 | 2,1% | 31 456 | 3,3% |
| Automóvel | 10 304 | 2,8% | 39 030 | 4,1% |
| Banca | 79 331 | 21,6% | 81 010 | 8,5% |
| Comércio e serviços | 37 216 | 10,1% | 135 178 | 14,1% |
| Dívida Pública | 150 065 | 40,8% | 376 782 | 39,3% |
| Energia | 31 076 | 8,4% | 128 114 | 13,4% |
| Farmacéutica e química | 13 717 | 3,7% | 71 930 | 7,5% |
| Imobiliário | 19 639 | 5,3% | 59 171 | 6,2% |
| Serviços financeiros | 6 037 | 1,6% | 4 872 | 0,5% |
| Seguros | 4 341 | 1,2% | 3 929 | 0,4% |
| Supra-nacionais | 1 327 | 0,4% | 1 584 | 0,2% |
| Transportes e comunicações | 7 174 | 1,9% | 25 220 | 2,6% |
| Total | 368 022 | 100% | 958 276 | 100% |

Ativos financeiros ao custo amortizado

Milhares de euros

| Países | 2022 | | | | 2021 | | | |
|----------------------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | Valor de balanço | Peso | Valor de mercado | Peso | Valor de balanço | Peso | Valor de mercado | Peso |
| Agricultura e floresta | 16 444 | 3,4% | 11 135 | 2,6% | | 0,0% | | 0,0% |
| Automóvel | 12 315 | 2,5% | 11 706 | 2,7% | | 0,0% | | 0,0% |
| Banca | 108 018 | 22,1% | 104 314 | 24,0% | 48 285 | 100,0% | 48 500 | 100,0% |
| Comércio e serviços | 17 444 | 3,6% | 16 812 | 3,9% | | 0,0% | | 0,0% |
| Dívida Pública | 230 009 | 47,1% | 201 902 | 46,4% | | 0,0% | | 0,0% |
| Energia | 58 387 | 11,9% | 52 364 | 12,0% | | 0,0% | | 0,0% |
| Farmaceutica e química | 8 073 | 1,7% | 7 240 | 1,7% | | 0,0% | | 0,0% |
| Imobiliário | 25 115 | 5,1% | 18 679 | 4,3% | | 0,0% | | 0,0% |
| Serviços financeiros | 991 | 0,2% | 1 035 | 0,2% | | 0,0% | | 0,0% |
| Seguros | 1 776 | 0,4% | 1 584 | 0,4% | | 0,0% | | 0,0% |
| Transportes e comunicações | 10 074 | 2,1% | 8 591 | 2,0% | | 0,0% | | 0,0% |
| Total | 488 646 | 100% | 435 362 | 100% | 48 285 | 100% | 48 500 | 100% |

Análise de risco de crédito

Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Milhares de euros

| Rating | 2022 | | 2021 | |
|--------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | Valor de balanço | Peso | Valor de balanço | Peso |
| A | - | 0,0% | 3 788 | 26,9% |
| BBB | - | 0,0% | 6 219 | 44,2% |
| BB | 716 | 25,3% | 1 013 | 7,2% |
| Ações/ UP`s | 2 119 | 74,7% | 3 062 | 21,7% |
| Total | 2 835 | 100% | 14 082 | 100% |

Ativos financeiros ao justo valor através de reservas

Milhares de euros

| Rating | 2022 | | 2021 | |
|--------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | Valor de balanço | Peso | Valor de balanço | Peso |
| AAA | 66 195 | 18,0% | 9 214 | 1,0% |
| AA | 32 408 | 8,8% | 14 386 | 1,5% |
| A | 46 468 | 12,6% | 44 777 | 4,7% |
| BBB | 195 217 | 53,0% | 827 849 | 86,4% |
| BB | 9 567 | 2,6% | 35 622 | 3,7% |
| B | 4 174 | 1,1% | 5 070 | 0,5% |
| CCC | 355 | 0,1% | 1 046 | 0,1% |
| NR | 13 638 | 3,7% | 20 312 | 2,1% |
| Total | 368 022 | 100% | 958 276 | 100% |

Ativos financeiros ao custo amortizado

Milhares de euros

| Países | 2022 | | | | 2021 | | | |
|--------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | Valor de balanço | Peso | Valor de mercado | Peso | Valor de balanço | Peso | Valor de mercado | Peso |
| AAA | 30 535 | 6,2% | 29 116 | 6,7% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| AA | 12 118 | 2,5% | 10 503 | 2,4% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| A | 47 313 | 9,7% | 39 343 | 9,0% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| BBB | 334 384 | 68,4% | 292 696 | 67,2% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| BB | 43 456 | 8,9% | 42 449 | 9,8% | 48 285 | 100,0% | 48 500 | 100,0% |
| B | 1 998 | 0,4% | 1 755 | 0,4% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| CCC | 654 | 0,1% | 682 | 0,2% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| NR | 18 188 | 3,7% | 18 818 | 4,3% | - | 0,0% | - | 0,0% |
| Total | 488 646 | 100% | 435 362 | 100% | 48 285 | 100% | 48 500 | 100% |

Outros Ativos Financeiros

Disponibilidades e Equivalentes

Milhares de euros

| Rating | 2022 | | 2021 | |
|--------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | Valor de balanço | Peso | Valor de balanço | Peso |
| A | 2 202 | 35,1% | 10 015 | 25,0% |
| BBB | 1 276 | 20,4% | 12 701 | 31,7% |
| BB | 2 127 | 34,0% | 14 712 | 36,7% |
| NR | 660 | 10,5% | 2 681 | 6,7% |
| Total | 6 265 | 100% | 40 109 | 100% |

Valores com Resseguradores

Milhares de euros

| Rating | 2022 | | 2021 | |
|--------------|------------------|-------------|------------------|-------------|
| | Valor de balanço | Peso | Valor de balanço | Peso |
| A | 6 573 | 93,0% | 7 345 | 93,2% |
| BBB | 497 | 7,0% | 535 | 6,8% |
| Total | 7 070 | 100% | 7 880 | 100% |

A participada Lusitania Vida Companhia de Seguros não se encontra exposta a risco cambial dos investimentos em carteira, sendo todos eles denominados em Euro.

Relativamente às ações e unidades de participação em carteira, a análise de risco é baseada nos testes de imparidade efetuados, pelo acompanhamento periódico e sistemático das respetivas cotações e outras informações importantes que possam indicar situações de imparidade.

Análises de sensibilidade

Os investimentos financeiros da Companhia são aplicados em títulos de rendimento fixo que são sensíveis a alterações da estrutura temporal das taxas de juro. O impacto nos capitais próprios é refletido através da reserva de reavaliação, praticamente na sua totalidade, já que o impacto resultante dos ativos cuja alteração do justo valor é refletida em resultados é reduzido.

Milhares de euros

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------------------------------|------------|
| Risco de taxa de juro | Impacto nos capitais próprios | |
| Aumento de 100 bps na curva de taxa de juro | (22 716) | (173 724) |
| Diminuição de 100 bps na curva de taxa de juro | 24 752 | 188 271 |

Outros riscos

O Risco Operacional traduz-se, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

A gestão de risco operacional é, pelas suas próprias características, descentralizada em toda a estrutura da instituição. A Companhia tem adotado um conjunto de princípios e melhores práticas que pretendem uma gestão eficiente do risco operacional, definida da “Estrutura Organizacional” e na implementação de mecanismos de controlo interno, nomeadamente em planos de continuidade de negócio em caso de avaria no sistema informático e em procedimentos de combate à fraude. Este risco é controlado e minimizado por intermédio do modelo de controlo interno da Companhia, que é sujeito a revisões periódicas por parte da Comissão de Direção e monitorizado pela Auditoria Interna.

58 ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA – OPERAÇÕES EM DESCONTINUAÇÃO

Com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentado como segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------|---|
| | Finibanco Angola | Banco Montepio Geral - Cabo Verde - Em Liquidação |
| Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais e instituições de crédito | 41 739 | 84 |
| Aplicações em instituições de crédito | 45 451 | - |
| Crédito a clientes | 37 307 | - |
| Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral | 68 | - |
| Outro ativos financeiros ao custo amortizado | 45 757 | - |
| Outros ativos tangíveis | 29 212 | 60 |
| Ativos intangíveis | 2 491 | - |
| Investimentos em associadas | - | - |
| Ativos por impostos correntes | 126 | - |
| Ativos por impostos diferidos | (4 761) | 13 |
| Outros ativos | 2 297 | 272 |
| Total do ativo | 199 687 | 429 |
| Recursos de outras instituições de crédito | 559 | - |
| Recursos de clientes | 95 475 | - |
| Provisões | 538 | 107 |
| Passivos por impostos correntes | 2 188 | 2 |
| Passivos por impostos diferidos | (3 506) | - |
| Outros passivos | 6 484 | 220 |
| Total do passivo | 101 738 | 329 |

As principais rubricas da demonstração dos resultados, relativas a estas operações em descontinuação, são analisadas conforme segue:

(milhares de euros)

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--|------------------|---|------------------|------------------|---|---------------|
| | Finibanco Angola | Banco Montepio Geral - Cabo Verde - Em Liquidação | Total | Finibanco Angola | Banco Montepio Geral - Cabo Verde - Em Liquidação | Total |
| Margem financeira | 21 643 | 2 | 21 645 | 10 920 | (832) | 10 088 |
| Resultados de serviços e comissões | 3 242 | - | 3 242 | 1 648 | 1 | 1 649 |
| Resultados em operações financeiras | 5 325 | (10) | 5 315 | (73) | (19) | (92) |
| Outros proveitos \ (custos) de exploração | (26 025) | 2 | (26 023) | (1 135) | - | (1 135) |
| Total de proveitos operacionais | 4 185 | (6) | 4 179 | 11 360 | (850) | 10 510 |
| Custos com pessoal | 7510 | 29 | 7 539 | 5051 | 147 | 5 198 |
| Outros gastos administrativos | 4429 | 14 | 4 443 | 3429 | 238 | 3 667 |
| Depreciações e amortizações | 2357 | - | 2 357 | 1236 | 3 | 1 239 |
| Total de custos operacionais | 14 296 | 43 | 14 339 | 9 716 | 388 | 10 104 |
| Imparidade de crédito, de outros ativos e outras provisões | 2007 | - | 2 007 | (2 401) | 106 | (2 295) |
| Resultado operacional | (12 118) | (49) | (12 167) | 4 045 | (1 344) | 2 701 |
| Resultado antes de impostos | (12 118) | (49) | (12 167) | 4 045 | (1 344) | 2 701 |
| Impostos | (793) | (14) | (807) | (320) | 4 | (316) |
| Resultado do exercício | (12 911) | (63) | (12 974) | 3 725 | (1 340) | 2 385 |

No âmbito das deliberações tomadas pelos Órgãos de Gestão e de Administração no Banco Montepio, nomeadamente a análise de um conjunto de opções estratégicas para o Banco Montepio Geral Cabo Verde – Em Liquidação em consequência da alteração do enquadramento legal para as entidades bancárias a operar em Cabo Verde, a participação financeira nesta entidade foi reclassificada para Ativos não correntes detidos para venda.

Face a esta imposição legal, os Órgãos competentes do Grupo Banco Montepio deliberaram proceder à dissolução voluntária e liquidação do Banco Montepio Geral Cabo Verde – Em Liquidação que foi concluída em 30 de setembro de 2022.

O Finibanco Angola passou a cumprir os critérios previstos na IFRS 5 para ser considerada como entidade em descontinuação na sequência do acordo de venda entre o Montepio Holding e *Access Bank Plc*, conforme descrito na nota 57.

Em 30 de dezembro de 2021, a Montepio Holding S.G.P.S., S.A. vendeu 310.000 ações ordinárias e escriturais e nominativas e representativas de 100% do capital social e direitos de votos da Montepio Valor S.G.O.I.C., S.A. ao Montepio Geral Associação Mutualista por um montante de 3.734 milhares de euros. O impacto estimado desta venda nos resultados consolidados no Grupo e no rácio de capital é nulo na medida em que foi vendido ao valor contabilístico.

Na sequência do acordo assinado entre a Montepio Holding e o *Access Bank* para a venda da participação financeira detida no capital social do Finibanco Angola, e tendo em consideração que o preço desta transação à data de 31 de dezembro de 2022 ainda não estava definido, procedemos, com base nos termos do acordo anteriormente referido, ao apuramento da estimativa do impacto que, com referência a 31 de dezembro de 2022,

totalizou 19.043 milhares de euros, tendo sido relevado na rubrica Resultados de operações em descontinuação da demonstração de resultados.

59 CEDÊNCIA DE ATIVOS

O Grupo realizou um conjunto de operações de cedência de ativos financeiros, nomeadamente crédito a clientes, para fundos especializados de recuperação de crédito. Estes fundos assumem a gestão das sociedades mutuárias ou dos ativos recebidos em colateral com o objetivo de garantir uma administração pró-ativa através da implementação de planos de exploração/valorização dos mesmos.

Os ativos financeiros cedidos nestas operações foram desreconhecidos do balanço do Grupo, uma vez que foi transferida para os fundos parte substancial dos riscos e benefícios associados bem como o respetivo controlo. Os fundos especializados na recuperação de crédito que adquiriram os ativos financeiros ao Grupo são fundos fechados, em que os participantes não têm a possibilidade de pedir o reembolso das suas unidades de participação durante a vida do mesmo. Estas unidades de participação são detidas pelos vários bancos do mercado que cederam os créditos, em percentagens que vão variando ao longo da vida dos fundos, mas garantindo que cada banco, isoladamente, não detém títulos representativos de mais de 50% do capital do fundo.

Os fundos têm uma estrutura de gestão específica (*General Partner*), totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é selecionada na data de constituição do fundo. A estrutura de gestão do fundo tem como principais responsabilidades:

- definir o objetivo do fundo; e
- administrar e gerir em regime exclusivo o fundo, determinar os objetivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios do fundo.

A estrutura de gestão é remunerada através de comissões de gestão cobradas aos fundos.

Na sua maioria, estes fundos, em que o Grupo detém uma posição minoritária nas unidades de participação, constituem sociedades de direito português com vista à aquisição dos créditos aos bancos, a qual é financiada através da emissão de títulos sénior e de títulos júnior. O valor dos títulos sénior, subscritos integralmente pelos fundos que detêm o capital social, iguala o justo valor do ativo objeto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efetuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflete o risco da sociedade detentora dos ativos. O valor dos títulos júnior é equivalente à diferença entre o justo valor que teve por base a valorização do título sénior e o valor de cedência dos créditos às sociedades de direito português. Estes títulos júnior, sendo subscritos pelo Grupo, dão direito a um valor positivo contingente caso o valor dos ativos transferidos ultrapasse o montante das prestações sénior acrescidos da remuneração das mesmas.

Contudo, considerando que estes títulos júnior refletem um diferencial de avaliação dos ativos cedidos tendo por base avaliações efetuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se a ser integralmente provisionados.

Assim, na sequência das operações de cedência de ativos ocorridas, o Grupo subscreeveu:

- Unidades de participação dos fundos em que os cash flows que vão permitir a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de ativos cedidos pelos vários bancos participantes (onde o Grupo é claramente minoritário). Estes títulos encontram-se assim registados na carteira de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados sendo avaliados ao justo valor com base no valor da cotação, o qual é divulgado pelos fundos e auditado no final de cada ano;
- Títulos júnior (com maior grau de subordinação), emitidos pelas sociedades de direito português controladas pelos fundos, encontram-se a ser totalmente provisionados por refletirem a melhor estimativa da imparidade dos ativos financeiros cedidos.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo algum risco e benefício, o Grupo, nos termos da IFRS 9 procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos ativos transferidos, antes e após a operação, tendo sido concluído que não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios.

Considerando que também não detém o controlo, já que não exerce qualquer influência sobre os fundos ou as sociedades que detêm os ativos, o Grupo procedeu ao desreconhecimento dos ativos transferidos e ao reconhecimento dos ativos recebidos como contrapartida nos seguintes termos:

(milhares de Euros)

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--|---|----------------|---------------------------------------|---|----------------|---------------------------------------|
| | Valores associados à cedência de ativos | | | Valores associados à cedência de ativos | | |
| | Activos líquidos cedidos | Valor recebido | Resultado apurado com a transferência | Activos líquidos cedidos | Valor recebido | Resultado apurado com a transferência |
| Fundo Vega, FCR | 27 857 | 43 124 | 15 267 | 27 857 | 43 124 | 15 267 |
| Vallis Construction Sector Fund | - | - | - | - | - | - |
| Discovery Portugal Real Estate Fund | 13 698 | 15 415 | 1 717 | 13 698 | 15 415 | 1 717 |
| Fundo Aquarius, FCR | 13 060 | 13 485 | 425 | 13 060 | 13 485 | 425 |
| Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR | 45 349 | 45 509 | 160 | 45 349 | 45 509 | 160 |
| | 99 964 | 117 533 | 17 569 | 99 964 | 117 533 | 17 569 |

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos recebidos no âmbito dessas operações são analisados como se segue (ver nota 26):

(milhares de euros)

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|--------|
| | Títulos sénior | |
| Fundo Vega, FCR | 22 196 | 23 985 |
| Discovery Portugal Real Estate Fund | 13 111 | 12 569 |
| Fundo Aquarius, FCR | 10 934 | 10 484 |
| Fundo de Reestruturação Empresarial, FCR | 16 200 | 16 745 |
| | 62 441 | 63 783 |

Apesar de os títulos de natureza subordinada se encontrarem totalmente provisionados, o Grupo mantém também uma exposição indireta aos ativos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na *pool* de todos os ativos cedidos por outras instituições financeiras, por via das ações e das unidades de participação nos fundos adquiridas no âmbito das operações (denominadas no quadro como títulos sénior).

60 CONTINGÊNCIAS

Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ("RGICSF") e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

O Grupo, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, entre outros, o montante dos seus passivos. Em 31 de dezembro 2022, a contribuição periódica efetuada pelo Grupo ascendeu a 5.106 milhares de euros (31 de dezembro 2021: 4.713 milhares de euros), tendo por base uma taxa contributiva de 0,060 %.

Medida de resolução do Banco Espírito Santo, S.A. (BES)

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do setor financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de euros, dos quais 365 milhões de euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 635 milhões de euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham

sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e com a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra- anuais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

Ao abrigo do referido mecanismo foram utilizados recursos financeiros próprios resultantes das contribuições pagas, direta ou indiretamente pelo setor bancário, complementados por um empréstimo do Estado no montante de 430 milhões de euros no âmbito do acordo-quadro celebrado entre o Estado Português e o Fundo de Resolução. De acordo com a informação prestada pelo Novo Banco, à data de 31 de dezembro de 2017, o valor líquido dos ativos abrangidos pelo perímetro do mecanismo de capitalização contingente ascendia a cerca de 5,4 mil milhões de euros.

Em 6 de maio de 2019, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 1.149 milhões de euros ao Novo Banco com referência às contas de 2018, tendo utilizado os seus recursos próprios, resultantes de contribuições devidas, direta e indiretamente pelo setor bancário, e recorreu a um empréstimo junto do Estado no montante de 850 milhões de euros, que corresponde ao limite máximo de financiamento anual acordado entre o Fundo de Resolução e o Estado em outubro de 2017.

Em maio de 2020, o Fundo de Resolução efetuou o pagamento de 1.035 milhões de euros ao Novo Banco com referência às contas de 2019, que resultou da execução dos acordos celebrados em 2017, no quadro da venda de 75% da participação do Fundo de Resolução no Novo Banco e respeitou todos os procedimentos e limites aí definidos, e recorreu a um empréstimo junto do Estado no montante de 850 milhões de euros.

Em 4 de junho de 2021, o Fundo de Resolução realizou o pagamento ao Novo Banco de 317 milhões de euros, referente às contas do exercício de 2020, que foi integralmente financiado com recursos provenientes de um empréstimo obtido junto de sete instituições de crédito nacionais. O valor apurado pelo Fundo de Resolução para efeitos de pagamento ao Novo Banco foi de 429 milhões de euros.

Em 23 de dezembro de 2021, o Fundo de Resolução procedeu ao pagamento de 112 milhões de euros, após ter obtido todas análises do ponto de vista financeiro, económico e jurídico, que ficou pendente de verificação em junho de 2021 e que já se encontrava provisionado.

Este mecanismo vigora até 31 de dezembro de 2025 (podendo ser estendido até 31 de dezembro de 2026) e está limitado a um máximo absoluto de 3.890 milhões de euros.

Medida de resolução do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif)

Em 19 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif") se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. ("Santander Totta") dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. ("Oitante"), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 163.120 milhares de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de euros para 353 milhões de euros.

Tal como referido acima para o BES, caso se venha a verificar que os credores assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o Banif tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o setor bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, no qual o Banco se inclui, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras consolidadas refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas ao Banco contribuições especiais

ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações significativas relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas presentes demonstrações financeiras.

Autoridade da Concorrência

Em 9 de setembro de 2019 a Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. ("Banco Montepio") foi notificada da Decisão final da Autoridade da Concorrência no processo contraordenacional PRC/2012/9 ("Decisão"), na qual esta entidade concluiu que mais de uma dezena de instituições bancárias com atividade em Portugal, de entre elas o Banco Montepio, participaram numa prática concertada, restritiva da concorrência, de intercâmbio de informações comerciais sensíveis, em violação do artigo 9.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e do artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, tendo aplicado ao Banco Montepio uma coima de 13 milhões de euros.

A Decisão era suscetível de recurso para o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão por parte de todas as visadas, incluindo o Banco Montepio. A interposição do recurso determinaria a suspensão da obrigação de pagamento da coima até a Decisão ter transitado em julgado desde que requerida a suspensão da obrigação da prestação de caução, em valor a fixar pelo tribunal.

À semelhança de várias outras instituições visadas que anunciaram publicamente essa intenção, o Banco Montepio interpôs Recurso de Impugnação Judicial desta Decisão em 21 de outubro de 2019.

Recebido o Recurso de impugnação por parte do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, e tendo este decidido pela prestação de caução com vista à suspensão da obrigação de pagamento imediato da coima aplicada, o Banco Montepio prestou tal caução junto daquele tribunal, tendo este decidido pela sua aceitação e consequente suspensão da obrigação supra referida.

A audiência de discussão e julgamento iniciou-se em outubro de 2021. Concluída a audiência, e tal como havia sido requerido pelo Banco Montepio e outros arguidos, o Tribunal da Concorrência Regulação e Supervisão (TCRS) decidiu suspender a instância e remeter duas questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), ao abrigo do artigo 267º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). Aguarda-se que seja proferido acórdão pelo TJUE, após o que o TCRS proferirá sentença em conformidade com tal acórdão.

Tendo em conta todas as circunstâncias relevantes, emergentes do recurso apresentado pelo Banco Montepio bem como pelos demais bancos Arguidos, considera-se existir uma probabilidade séria e significativa de a final, a coima aplicada ao Banco Montepio vir a ser anulada.

Não temos conhecimento de que, até à data, tenha sido intentada qualquer ação judicial de indemnização relacionada com a Decisão ou os factos a ela respeitantes. À luz de todas as circunstâncias relevantes, considera-se que as hipóteses de sucesso de eventuais ações

judiciais eventualmente a serem propostas contra o Banco Montepio com fundamento na Decisão seriam reduzidas.

Banco de Portugal

A 31 de dezembro de 2022, o Banco encontra-se demandado em diversos processos de contraordenação instaurados pelo Banco de Portugal, por alegadas práticas e infrações em matérias de supervisão que são aplicáveis ao Banco, num montante de possíveis coimas que ascende a aproximadamente 1.6 milhões de euros.

A evolução desses processos é regularmente acompanhada pelo Conselho de Administração do Banco Montepio, com intervenção técnico-jurídica a cargo da sua Direção Jurídica e, em certos processos, por sociedades de advogados, cuja prestação de serviços é casuisticamente contratada.

Para alguns desses processos, o Banco de Portugal proferiu decisões em processo sumaríssimo, mediante as quais propôs uma coima única de valor substancialmente inferior ao montante de potencial coima máxima. Outros processos, encontram-se ainda numa fase preliminar, não tendo ainda sido produzida a prova requerida pelos arguidos, o que limita de forma relevante a análise de risco, entendendo-se ainda assim que o Banco tem linhas de Defesa sérias e razoáveis, quer em termos de suporte factual, quer em termos de enquadramento jurídico, no que diz respeito à generalidade das infrações que lhe são imputadas.

Nessa medida, o Conselho de Administração admite como possível que as linhas de Defesa do Banco possam vir a ter sucesso, total ou parcial, em relação a muitas das infrações que lhe são imputadas, ainda que continue a existir o respetivo risco de condenação, também em relação a algumas das infrações imputadas, não excedendo, contudo, o montante de provisões reconhecido pelo Banco em 31 de dezembro de 2022.

61 NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

1. Impacto da adoção de novas normas, das alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

- a) **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Esta alteração não produziu impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.

- b) **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Esta alteração não produziu impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.
- c) **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Esta alteração não produziu impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.
- d) **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Esta alteração não produziu impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.
- e) **Melhorias às normas 2018 – 2020.**

IFRS 1, 'Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez'. Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras pode ser efetuada pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, com base na data de transição da empresa-mãe para as IFRS. Esta melhoria não produziu impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.

IFRS 9, 'Desreconhecimento de passivos – custos incorridos a incluir no teste dos 10% de variação'. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, o mutuário deve determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra. Esta melhoria não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.

IFRS 16, 'Incentivos à locação'. Esta melhoria refere-se à alteração do Exemplo ilustrativo 13 que acompanha a IFRS 16, para eliminar inconsistências no tratamento contabilístico

de incentivos à locação, atribuídos pelo locador. Esta melhoria não produziu impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.

IAS 41, 'Tributação e mensuração do justo valor'. Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13 – 'Justo valor'. Esta melhoria não produziu impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS *Practice Statement* 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. Estima-se que esta alteração não produza efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.
- b) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. Estima-se que esta alteração não produza efeitos significativos nas divulgações a efetuar nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.
- c) **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma

possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou *“General measurement model”* (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou *“Premium allocation approach”* (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou *“Variable fee approach”* (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

Considerando a complexidade do Grupo liderado pelo MGAM, cujas subsidiárias já aplicavam as Normas internacionais de Relato Financeiro, a partir de 1 de janeiro de 2011 o MGAM passou a preparar e apresentar as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS, tal como adotadas na União Europeia. Contudo, o MGAM apresenta uma singularidade no mercado português, que deve ser considerada na determinação do referencial contabilístico a adotar, sendo uma associação mutualista com uma dimensão incomparável em Portugal, com mais de 600 mil associados e com uma estrutura empresarial subjacente.

A natureza do MGAM, que recebe poupanças dos mutualistas e as devolve aos mesmos, atendendo sempre aos princípios de entreajuda e de solidariedade, próprios da atividade de uma associação mutualista, não é comparável com qualquer outra atividade exercida por outra organização ou empresa, nomeadamente do setor dos seguros, banca ou gestão de fundos de investimento. Para estas atividades, o MGAM detém empresas instrumentais (Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.; Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.; Caixa Económica Montepio Geral e Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de investimento Coletivo, S.A..

De facto, o recebimento das poupanças dos associados constitui um rendimento (e um ativo) para o MGAM, sendo a responsabilidade associada à restituição de montantes entregues aos mesmos um gasto (e um passivo).

Este enquadramento contabilístico está em linha com as obrigações e enquadramento definidos no Código das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto, em concreto com o disposto nos artigos 53.º a 74.º relativos ao regime financeiro aplicável às associações mutualistas, com especial enfoque na obrigação de registo das quotas dos associados como rendimento e de registar a variação de responsabilidades através das provisões matemáticas como gasto.

Com a revogação da IFRS 4 e a adoção da IFRS 17, esta informação deixaria de ser apresentada, e violaria, no entendimento do Conselho de Administração, as disposições previstas no Código das Associações Mutualistas, não espelhando, de forma apropriada, a realidade da atividade do MGAM.

Assim, é entendimento do Conselho de Administração, face ao exposto, que o referencial contabilístico que o MGAM tem aplicado deveria manter-se inalterado, para

não serem introduzidas distorções na apresentação das suas demonstrações financeiras.

Considerando que, atualmente, e até 31 de dezembro de 2030, o MGAM não se encontra sujeito à supervisão da ASF, sendo supervisionado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o Conselho de Administração solicitou à Tutela autorização para que as normas contabilísticas a aplicar a partir de 1 de janeiro de 2023 relativas à mensuração de responsabilidades inerentes às modalidades subscritas pelos associados, sejam as mesmas que vigoravam até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 14 de dezembro de 2022, o MGAM recebeu um ofício do Diretor-Geral da Direção-Geral da Segurança Social, referindo que, no âmbito das atribuições da Comissão de Normalização Contabilística ("Comissão"), prevê a alínea i) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, a de emitir entendimentos sobre a aplicação das normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, relativamente às entidades que exerçam a opção referida nos n.ºs 2 e 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e que não sejam abrangidas pelo artigo 5.º do mesmo diploma. O MGAM exerceu essa opção, cabendo à Comissão pronunciar-se.

Estando a referida Comissão em condições de se pronunciar no caso de a Tutela não se pronunciar em sentido oposto, mereceu a concordância do Senhor Secretário de Estado da Segurança Social o entendimento de não existir entrave legal, ou da tutela, à opção tomada pelo MGAM, na condição de serem mantidas as obrigações de reporte financeiro à Tutela decorrente do Código das Associações Mutualistas.

Em função do referido acima, a partir do exercício de 2023, inclusive, o MGAM não aplicará a IFRS 17, no tratamento contabilístico das modalidades mutualistas que comercializa junto dos seus associados, continuando a adotar a IFRS 4 no tratamento contabilístico dos mesmos, tanto ao nível das suas demonstrações financeiras individuais, como consolidadas.

Contudo, ao nível das suas subsidiárias que agregam a atividade seguradora (Lusitania Vida e Lusitania Companhia e Seguros), será aplicada a IFRS17 na preparação das contas consolidadas do exercício de 2023, em particular:

Lusitania Vida:

A aplicação do normativo aplica-se aos contratos de seguro e resseguro emitidos pela Companhia, não existindo alterações face à classificação seguida atualmente para os contratos de seguros. Dos três modelos de mensuração, prescritos pela norma, a Lusitania Vida aplica o modelo da alocação do prémio ("PPA") aos contratos com uma duração inferior ou igual a um ano e para os restantes grupos de contratos, nomeadamente produtos financeiros, rendas e financeiros com duração superior a um ano, aplica o modelo geral de mensuração ("GMM").

Na determinação da LRC (*Liability for Remaining Coverage*) e LIC (*Liability for Incurred Claims*), para os grupos de contratos em que foi possível a obtenção de informação histórica sem esforço indevido a Lusitania Vida aplicou a abordagem retrospectiva

integral, para os restantes grupos foi seguida a abordagem do justo valor. Assim e com base nas análises efetuadas pela Companhia, é antecipado um aumento da situação patrimonial da Lusitania Vida, nomeadamente pela redução de provisões técnicas associadas aos produtos de vida risco que pela alteração da fronteira contratual irão representar uma provisão “negativa”.

Note-se que a existência de produtos financeiros com taxa garantida e participação nos resultados, combinado com taxa de desconto de valor reduzido, pode originar a existência de grupos de contratos onerosos à data de transição, contudo ainda estamos a avaliar estes impactos.

Lusitania Companhia de Seguros:

A Companhia no âmbito de implementação da norma adotou as seguintes práticas:

1) Nível de agregação

De acordo com os princípios da IFRS17, a Companhia definiu requisitos de agregação dos contratos de seguro em grupos de contratos com base nos três níveis de segmentação exigidos pela norma:

- Riscos similares;
- Grau de onerosidade dos contratos de seguro;
- Intervalos de data de emissão.

No que respeita ao primeiro nível de agregação, de acordo com a norma IFRS 17, a Companhia tomou em consideração os seguintes fatores: tipologia de risco segurado e produtos com múltiplas coberturas. Adicionalmente, a Companhia teve ainda em consideração as exigências de reporte para a ASF garantindo o alinhamento entre a sua segmentação de portfólios e os ramos não vida definidos pela ASF.

Em relação ao segundo nível de agregação, a desagregação está a ser realizada ao nível de grupo de contratos, com exceção de contratos que face à sua especificidade tenham uma tarifação significativamente diferente da restante carteira, classificando num das seguintes categorias:

- Contratos onerosos no reconhecimento inicial;
- Contratos com reduzida probabilidade de se tornarem onerosos após o reconhecimento inicial;
- Restantes contratos no portfólio.

O grupo de contratos é classificado como oneroso caso se verifique que o valor atualizado dos *inflows* é inferior ao valor atualizado dos *outflows* adicionado ao ajustamento de risco e é classificado como não oneroso, se se verificar a condição inversa.

Relativamente ao terceiro nível de agregação, a Companhia definiu como período de *cohort* para efeitos de grupo de contratos o ano civil, tendo em conta a data de emissão de cada contrato de seguro.

2) Modelos de mensuração

A Companhia optou por utilizar o método de valorização simplificado de mensuração (*Premium Allocation Approach – PAA*), exceto nos grupos de contratos em que uma das duas condições abaixo se verifiquem:

- O grupo de contratos seja oneroso; e,
- O período de cobertura de uma parte relevante contratos alocados ao grupo de contratos é superior a 1 ano.

Em termos de aplicação, a Companhia mensurou pelo PAA todos os portfólios, com exceção do portfólio de Acidentes pessoais que, devido à duração dos contratos será mensurado por GMM.

3) Taxa de desconto

A Companhia considerou que todos os portfólios de produtos, seriam descontados por uma taxa de desconto construída através da metodologia *bottom-up* devido a sua elevada liquidez e prazos reduzidos de pagamento de responsabilidades, com exceção do portfólio de Acidentes de Trabalho de seguro direto, para o qual será aplicado técnicas *top-down* para mensuração da curva de desconto, uma vez que este portfólio é caracterizado pela sua reduzida liquidez e pelos seus prazos de pagamento de benefícios ao tomador de seguro mais alargados.

Para o cálculo da *bottom-up*, a Companhia irá usar como taxa de juro sem risco as curvas obtidas com as metodologias da EIOPA. O prémio de iliquidez será calculado com base num cabaz de obrigações hipotecárias de economias similares à portuguesa.

Para o cálculo do *top-down*, a Companhia irá usar um cabaz de obrigações de empresas de economias similares à portuguesa, com nível de rating considerado como investimento e para os quais existam derivados de risco de crédito, que permitam quantificar e eliminar o efeito do risco de crédito.

4) Risk Adjustment

O *risk adjustment* representa a compensação que a Companhia exige pela incerteza associada a riscos não financeiros dos contratos de seguro, nomeadamente a incerteza em relação à ocorrência dos sinistros, ao valor e *timing* destes.

A Companhia optou pela utilização da metodologia *Value at Risk (VaR)* para o cálculo do *risk adjustment* para todos os portfólios.

5) CSM

A margem de serviços contratuais (*contractual service margin - CSM*) é um conceito introduzido pela IFRS 17 que representa o mecanismo de contabilização do benefício

futuro esperado a ser reconhecido pela Companhia durante o período de cobertura de um contrato de seguro.

A CSM não pode ser negativa (exceto para os contratos de resseguro cedido), e qualquer perda no momento inicial ou subsequente deve ser reconhecida em ganhos e perdas no momento em que é identificada.

A CSM no final do período de reporte representa o serviço futuro a ser prestado em cada grupo de contratos de seguro. As unidades de cobertura usadas pela Companhia para quantificar a CSM são representadas pelo capital seguro de cada grupo de contrato de seguro.

6) Transição

A Companhia aplicou a abordagem retrospectiva total para todos os contratos, com exceção: i) dos portfólios valorizados pelo Método Geral de Mensuração, para as responsabilidades com reconhecimento inicial anterior a 2019, para o qual será considerado a abordagem do justo valor; ii) das responsabilidades de serviços passados com reconhecimento inicial anterior a 2019, cujo impacto reflete-se apenas na taxa de desconto a aplicar, para reconhecimento dos montantes reclassificados para Outro Rendimento Integral.

7) Opção contabilística de contabilização dos pressupostos financeiros

A Lusitania optou por desagregar o efeito de alterações de pressupostos financeiros e contabilizamos por contrapartida de Outro Rendimento Integral todos os seus portfólios IFRS 17, de forma a garantir o alinhamento com os ativos que estão afetos à cobertura das respetivas responsabilidades.

Ao nível da IFRS9 a Companhia irá classificar os ativos financeiros de acordo com os modelos previstos na IFRS9, não antecipando nenhum impacto material na sua aplicação e será quantificada a imparidade para todos os ativos financeiros classificados ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas. Não se estima impacto significativo na aplicação desta norma contabilística.

- d) IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa' (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

Em função do referido em c) acima, esta alteração não produzirá efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação para as modalidades mutualistas que comercializa junto dos seus associados. Contudo, ao nível das subsidiárias que agregam a atividade seguradora (Lusitania Vida e Lusitania Companhia de Seguros) e que irão aplicar a IFRS17, estima-se que os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação não sejam relevantes.

- e) **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Estima-se que esta alteração não produza efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia ainda não endossou:

- a) **IAS 1** (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Estima-se que esta alteração não produza efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.

- b) IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Estima-se que esta alteração não produza efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da Associação.

62 PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do Grupo as empresas subsidiárias e associadas, o Fundo de Pensões, os membros dos Órgãos de Gestão, Administração e Fiscalização e os elementos-chave de gestão. Para além dos membros dos Órgãos de Gestão, Administração e Fiscalização e dos elementos-chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

De acordo com a legislação portuguesa, e nomeadamente no âmbito do artigo 85º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), são ainda consideradas partes relacionadas os detentores do capital social do Banco Montepio, bem como as pessoas singulares relacionadas com estas categorias e entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

Os diretores de primeira linha do Grupo estão considerados em Outros elementos-chave de gestão.

Nesta base, com referência a 31 de dezembro de 2022, o conjunto de partes relacionadas consideradas pelo Grupo é apresentado como segue:

Conselho de Administração Montepio Geral Associação Mutualista*Presidente do Conselho de Administração*

Virgílio Manuel Boavista Lima
 Idália Maria Marques Salvador Serrão
 João Carlos Carvalho das Neves
 Rui Pedro Brás de Matos Heitor
 Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
 Alípio Barrosa Pereira Dias
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

Conselho de Administração da parte relacionada Banco Montepio (após 25.07.2022)*Presidente do Conselho de Administração*

Manuel Ferreira Teixeira

Vogais não executivos

Clementina Barroso
 Eugénio Luís Baptista
 Florbela Lima
 Maria Cândida Peixoto
 Maria Lúcia Bica

Comissão Executiva*Presidente executivo*

Pedro Leitão

Vogais Executivos

Ângela Barros
 Helena Soares de Moura
 Isabel Silva
 Jorge Baião
 José Carlos Mateus

Comissão de Auditoria*Presidente*

Clementina Barroso

Vogais

Florbela Lima
 Maria Cândida Peixoto
 Maria Lúcia Bica

Conselho de Administração da parte relacionada Banco Montepio (até 25.07.2022)*Presidente do Conselho de Administração*

Carlos Tavares

Vogais não executivos

Manuel Ferreira Teixeira
 Amadeu Paiva
 Carlos Ferreira Alves
 José Nunes Pereira
 Pedro Alves
 Vítor Martins

Comissão Executiva*Presidente executivo*

Pedro Leitão

Vogais executivos

Dulce Mota
 Helena Soares de Moura
 Jorge Baião
 José Carlos Mateus
 Leandro Graça Silva
 Nuno Mota Pinto
 Pedro Ventaneira

Comissão de Auditoria*Presidente*

Manuel Ferreira Teixeira

Vogais

Amadeu Paiva
 Carlos Ferreira Alves
 José Nunes Pereira
 Vítor Martins

Conselho de Administração de Outras Partes Relacionadas

Alice Pinto
 Alípio Dias
 Álvaro Almeida
 Amândio Coelho
 Ana Sá Couto
 António Gouveia
 Carlos Beato
 Dalila Teixeira
 Edite Cheira
 Fernanda Brázia
 Fernando Amaro
 Fernando Santo
 Fernão Thomaz
 Francisco Simões
 Idália Serrão
 Isabel Cidraes Guimarães
 João Almeida Gouveia
 João Carvalho das Neves
 João Costa Pinto
 Jorge Oliveira
 José António Gonçalves
 José Luís Leitão
 José Mendes Alfaia
 Laura Duarte
 Luís Antunes
 Luís Filipe Costa

Luís Franco

Luís Manuel Paixão

Manuel Baptista

Manuel Carlos Silva

Margarida Andrade

Margarida Duarte

Maria Clemente

Nuno Coelho

Nuno Marques da Silva

Nuno Mendes

Nuno Mota Pinto

Nuno Van Zeller

Paulo Jorge Silva

Paulo Magalhães

Pedro Alves

Pedro Crespo

Pedro Ribeiro

Pedro Simão

Ricardo Carvalho

Rui Heitor

Rui Pereira

Virgílio Lima

Vitor Filipe

Outro pessoal chave da gestão

Alexandra Ponciano

Alexandra Rolo

António Carlos Machado

António Coelho

António Figueiredo Lopes

Armando Cardoso

Bruno Magalhães

Carla Sousa

Carlos Figueiral Azevedo

Conceição Barbosa

Daniel Caçador

Fabienne Lehuédé

Fernanda Correia

Fernando Alexandre

Fernando Teixeira

Filipa Costa

Frederico Tomáz

Helder Reis

Helena Valente

Inês Dargan

Jaqueline Rodrigues

Joana Correia

Joaquim Canhoto

Jorge Barros Luís

Luís Melo

Luís Sena

Manuel Castanho

Maria Eduarda Madureira Osório

Miguel Gomes da Silva

Miguel Oliveira

Mónica Araújo

Nuno Cavilhas

Nuno Soares

Patrícia Fernandes

Patrícia Medeiros

Paula Pinheiro

Paulo Amorim

Paulo Jorge Rodrigues

Paulo Trindade

Pedro Araújo

Pedro Pires

Ricardo Domingos Chorão

Ricardo Silva Ribeiro

Rita Santos

Rui Gama

Rui Jorge Santos

Rui Magalhães Moura

Sandra Brito Pereira

Sanguini Shirish

Susana Pinheiro

Tânia Madeira

Tiago Teixeira

Vânia Fernandes

Vasco Almeida

Outras partes relacionadas

Bern Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.

Clínica CUF Belém, S.A

NovaCâmbios - Instituição de Pagamento, S.A.

SAGIES - Segurança e Higiene no Trabalho, S.A.

SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.

H.T.A. - Hoteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.

CESource, ACE

Fundo de Pensões - Montepio Geral

Entidades relacionadas resultantes da participação detida no Finibanco Angola S.A.

Banco de Negócios Internacional, S.A. (BNI)

À data de 31 de dezembro de 2022, os ativos detidos pelo Grupo sobre partes relacionadas, ao abrigo do artigo 109.º, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Crédito concedido, Imparidade de crédito a clientes, Outros ativos, Garantias e compromissos prestados e Provisões para garantias e compromissos assumidos, são analisados como segue:

(milhares de euros)

dez 2022

| Empresas | Crédito concedido | Imparidade de crédito a clientes | Outros ativos | Garantias e compromissos prestados | Provisões para garantias e compromissos assumidos | Total |
|---|-------------------|----------------------------------|---------------|------------------------------------|---|--------|
| Conselho de Administração (após 25 de Julho de 2022) | 163 | - | - | - | - | 163 |
| Conselho de Administração (até 25 de Julho de 2022) | 476 | - | - | - | - | 476 |
| Conselho de Administração de Outras Partes Relacionadas | 2 084 | 3 | - | - | - | 2 081 |
| Outro pessoal chave da gestão | 2 521 | 1 | - | - | - | 2 520 |
| CESource, ACE | - | - | 76 | - | - | 76 |
| GreenVolt - Energias Renováveis, S.A. | 15 125 | 14 | - | - | - | 15 111 |
| NovaCâmbios - Instituição de Pagamento, S.A. | 530 | 15 | - | 1 388 | - | 1 903 |
| | 20 899 | 33 | 76 | 1 388 | - | 22 330 |

À data de 31 de dezembro de 2021, os ativos detidos pelo Grupo sobre partes relacionadas, ao abrigo do artigo 109.º, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Crédito concedido, Imparidade de crédito a clientes, Outros ativos, Garantias e compromissos prestados e Provisões para garantias e compromissos assumidos, são analisados como segue:

(milhares de euros)

dez 2021

| Empresas | Crédito concedido | Imparidade de crédito a clientes | Outros ativos | Garantias e compromissos prestados | Provisões para garantias e compromissos assumidos | Total |
|---|-------------------|----------------------------------|---------------|------------------------------------|---|-------|
| Conselho de Administração | - | - | - | - | - | - |
| Conselho de Administração de outras partes relacionadas | 3 206 | - | - | - | - | 3 206 |
| Comissão de Auditoria | - | - | - | - | - | - |
| Outro pessoal chave da gestão | 3 349 | - | - | - | - | 3 349 |
| CESource, ACE | - | - | - | - | - | - |
| H.T.A. - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A. | - | - | - | - | - | - |
| NovaCâmbios - Instituição de Pagamento, S.A. | 775 | 35 | - | 1 386 | 4 | 2 130 |
| | 7 330 | 35 | - | 1 386 | 4 | 8 685 |

À data de 31 de dezembro de 2022, os passivos do Grupo sobre partes relacionadas, ao abrigo do artigo 109.º, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados, são analisados como segue:

(milhares de euros)

dez 2022

| Empresas | Recursos de clientes | Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados | Outros passivos | Total |
|---|----------------------|--|-----------------|--------|
| Conselho de Administração (após 25 de julho de 2022) | 639 | - | - | 639 |
| Conselho de Administração (até 25 de julho de 2022) | 1 258 | - | - | 1 258 |
| Conselho de Administração de Outras Partes Relacionadas | 2 952 | - | - | 2 952 |
| Outro pessoal chave da gestão | 2 985 | - | - | 2 985 |
| Clínica CUF Belém, S.A. | 28 | - | - | 28 |
| Fundo de Pensões - Montepio Geral | 29 328 | 401 | - | 29 729 |
| GreenVolt - Energias Renováveis, S.A. | 10 058 | - | - | 10 058 |
| H.T.A. - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A. | 61 | - | - | 61 |
| In Posterum, A.C.E. | - | - | - | - |
| NovaCâmbio - Instituição de Pagamento, S.A. | 558 | - | - | 558 |
| SAGIES - Segurança e Higiene no Trabalho, S.A. | - | - | - | - |
| SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento | 3 371 | - | - | 3 371 |
| | 51 238 | 401 | - | 51 639 |

À data de 31 de dezembro de 2021, os passivos do Grupo sobre partes relacionadas, ao abrigo do artigo 109.º, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados, são analisados como segue:

(milhares de euros)

dez 2021

| Empresas | Recursos de clientes | Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados | Outros passivos | Total |
|---|----------------------|--|-----------------|--------|
| Conselho de Administração de Outras Partes Relacionadas | 4 985 | - | - | 4 985 |
| Outro pessoal chave da gestão | 2 795 | - | - | 2 795 |
| Clínica CUF Belém, S.A. | 13 | - | - | 13 |
| Fundo de Pensões - Montepio Geral | 38 652 | 2 115 | - | 40 767 |
| H.T.A. - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A. | 124 | - | - | 124 |
| NovaCâmbio - Instituição de Pagamento, S.A. | 451 | - | - | 451 |
| SAGIES - Segurança e Higiene no Trabalho, S.A. | 85 | - | - | 85 |
| SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento | - | - | - | - |
| Imobiliários, S.A. | 2 756 | - | - | 2 756 |
| | 49 861 | 2 115 | - | 51 976 |

À data de 31 de dezembro de 2022, os custos e proveitos do Grupo sobre partes relacionadas, ao abrigo do artigo 109.º, incluídos nas rubricas de Juros e rendimentos similares, Juros e encargos similares, Resultados de serviços e comissões, Custos com pessoal, Outros resultados de exploração e Gastos Gerais Administrativos, são analisados como segue:

(milhares de euros)

dez 2022

| Empresas | Juros e rendimentos similares | Juros e encargos similares | Resultados de serviços e comissões | Custos com pessoal | Outros resultados de exploração | Gastos gerais administrativos |
|---|-------------------------------|----------------------------|------------------------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| Conselho de Administração de Outras Partes Relacionadas | 3 | 1 | 2 | - | - | - |
| Outro Pessoal Chave de Gestão | 3 | 1 | 1 | - | - | - |
| CESource, ACE | - | - | - | (457) | - | - |
| Fundo de Pensões - Montepio Geral | - | 12 | - | - | - | - |
| H.T.A. - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A. | - | - | 1 | - | - | - |
| NovaCâmbios - Instituição de Pagamento, S.A. | 24 | - | 29 | - | 3 | - |
| SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento | - | 1 | - | - | - | - |
| | 30 | 15 | 33 | (457) | 3 | - |

À data de 31 de dezembro de 2021, os custos e proveitos do Grupo sobre partes relacionadas, ao abrigo do artigo 109.º, incluídos nas rubricas de Juros e rendimentos similares, Juros e encargos similares, Resultados de serviços e comissões, Custos com pessoal, Outros resultados de exploração e Gastos Gerais Administrativos, são analisados como segue:

(milhares de euros)

dez 2021

| Empresas | Juros e rendimentos similares | Juros e encargos similares | Resultados de serviços e comissões | Custos com pessoal | Outros resultados de exploração | Gastos gerais administrativos |
|---|-------------------------------|----------------------------|------------------------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| Conselho de Administração de Outras Partes Relacionadas | 10 | 4 | 5 | - | 1 | |
| Outro Pessoal Chave de Gestão | 15 | 3 | 4 | - | 1 | |
| Fundo de Pensões - Montepio Geral | - | 8 | - | - | - | |
| H.T.A. - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A. | 4 | - | 2 | - | - | |
| NovaCâmbios - Instituição de Pagamento, S.A. | 58 | - | 59 | - | 6 | |
| SAGIES - Segurança e Higiene no Trabalho, S.A. | - | - | 1 | - | - | |
| SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento | - | 2 | 1 | - | - | |
| | 87 | 17 | 72 | - | 8 | - |

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não se efetuaram transações com o Fundo de Pensões do Grupo.

63 NPL DISCLOSURES

No seguimento das recomendações da Autoridade Bancária Europeia explicitadas no documento EBA/GL/2018/10, as instituições de crédito com rácio de NPL (*Non Performing Loans*) superior a 5% devem publicar um conjunto de informação relativa a NPE (*Non Performing Exposures*), créditos reestruturados e ativos recebidos em dação, de acordo com um formato uniformizado, que se apresenta de seguida, com referência a 31 de dezembro de 2022:

Qualidade de crédito das exposições reestruturadas

(milhares de euros)

| Montante escriturado bruto das exposições objeto de medidas de reestruturação | | | | Imparidades acumuladas, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito e provisões | | Colaterais e garantias financeiras recebidas sobre exposições reestruturadas | |
|---|--|-----------------------------|---------------------------------------|---|--|--|---|
| Sobre exposições reestruturadas produtivas | Sobre exposições reestruturadas não produtivas | | | Sobre exposições reestruturadas produtivas | Sobre exposições reestruturadas não produtivas | | Das quais, colaterais e garantias financeiras recebidas sobre exposições não produtivas com medidas de reestruturação |
| | | Das quais, em incumprimento | Das quais, em situações de imparidade | | | | |
| Empréstimos e adiantamentos | 127 128 | 393 535 | 393 535 | 393 535 | (4 971) | (159 203) | 301 715 |
| Bancos centrais | | | | | | | 198 676 |
| Administrações centrais | | 2 356 | 2 356 | 2 356 | | (250) | |
| Instituições de crédito | | | | | | | |
| Outras sociedades financeiras | 38 | 65 295 | 65 295 | 65 295 | (2) | (32 027) | 26 680 |
| Sociedades não financeiras | 80 073 | 271 550 | 271 550 | 271 550 | (3 777) | (107 191) | 140 276 |
| Agregados familiares | 47 017 | 54 334 | 54 334 | 54 334 | (1 192) | (19 735) | 73 722 |
| Titulos de dívida | | | | | | | |
| Compromissos de empréstimo concedidos | 47 | 326 | 326 | 326 | (1) | - | - |
| | 127 175 | 393 861 | 393 861 | 393 861 | (4 972) | (159 203) | 301 715 |
| | | | | | | | 198 676 |

Qualidade de crédito das exposições produtivas e não produtivas por dias em atraso

(milhares de euros)

| Montante escriturado bruto | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|--------|---|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------|--------------------|-----------------------------|
| Exposições produtivas | | | | Exposições não produtivas | | | | | | | | |
| | Sem atraso ou em atraso <= 30 dias | Em atraso > 30 dias <= 90 dias | | Probabilidade reduzida de pagamento que não está em atraso ou em atraso há <=90 | Em atraso > 90 dias <= 180 dias | Em atraso > 180 dias <= 1 ano | Em atraso > 1 ano <= 2 anos | Em atraso > 2 anos <= 5 anos | Em atraso > 5 anos <= 7 anos | Em atraso > 7 anos | Em atraso > 7 anos | Das quais, em incumprimento |
| Empréstimos e adiantamentos | 12 307 906 | 12 276 282 | 31 625 | 598 434 | 342 968 | 20 046 | 30 221 | 60 706 | 44 089 | 12 254 | 88 150 | 598 434 |
| Bancos centrais | 1 253 948 | 1 253 948 | | | | | | | | | | |
| Administrações centrais | 101 654 | 101 654 | | 2 356 | | | | 2 356 | | | | 2 356 |
| Instituições de crédito | 145 348 | 145 348 | | | | | | | | | | |
| Outras sociedades financeiras | 92 259 | 92 259 | | 67 043 | 19 334 | 144 | 1 331 | 34 028 | 11 842 | | 364 | 67 043 |
| Sociedades não financeiras | 4 117 210 | 4 107 624 | 9 587 | 412 537 | 246 903 | 12 439 | 18 201 | 12 942 | 27 385 | 10 541 | 84 127 | 412 537 |
| Das quais PME | 3 541 848 | 3 532 262 | 9 587 | 386 469 | 221 021 | 12 264 | 18 201 | 12 931 | 27 385 | 10 541 | 84 127 | 386 469 |
| Agregados familiares | 6 597 487 | 6 575 449 | 22 038 | 116 498 | 76 731 | 7 463 | 10 689 | 11 380 | 4 862 | 1 713 | 3 659 | 116 498 |
| Titulos de dívida | 4 732 709 | 4 732 709 | - | 33 000 | - | - | - | - | 33 000 | - | - | 33 000 |
| Bancos centrais | | | | | | | | | | | | |
| Administrações centrais | 4 131 978 | 4 131 978 | | - | | | | | - | | | - |
| Instituições de crédito | - | - | | - | | | | | - | | | - |
| Outras sociedades financeiras | 89 580 | 89 580 | | 33 000 | | | | | 33 000 | | | 33 000 |
| Sociedades não financeiras | 511 151 | 511 151 | | - | | | | | - | | | - |
| Exposições Extrapatrimoniais | 2 012 881 | - | - | 78 113 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos centrais | | | | | | | | | | | | |
| Administrações centrais | 5 760 | | | - | | | | | | | | - |
| Instituições de crédito | 194 700 | | | - | | | | | | | | - |
| Outras sociedades financeiras | 25 875 | | | 10 | | | | | | | | - |
| Sociedades não financeiras | 1 295 514 | | | 74 692 | | | | | | | | - |
| Agregados familiares | 491 032 | | | 3 411 | | | | | | | | - |
| | 19 053 496 | 17 008 991 | 31 625 | 709 547 | 342 968 | 20 046 | 30 221 | 60 706 | 77 089 | 12 254 | 88 150 | 631 434 |

Qualidade de crédito das exposições produtivas e não produtivas e respetivas provisões

(milhares de euros)

| Montante escriturado | | | | | | Imparidades acumuladas, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito e provisões | | | | | | Colaterais e garantias financeiras e recebidas | | | |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------|----------------------|----------------------|---|----------------------|----------------------|---|----------------------|---------------------------------------|--|---------------------------------|-----------|---------|
| Exposições produtivas | | | Exposições não produtivas | | | Exposições produtivas - imparidades acumuladas e provisões | | | Exposições não produtivas - imparidades acumuladas, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito e provisões | | Abatimento do ativo parcial acumulado | Sobre exposições produtivas | Sobre exposições não produtivas | | |
| | | | | | | | | | Das quais, Estágio 2 | Das quais, Estágio 3 | | | | | |
| | Das quais, Estágio 1 | Das quais, Estágio 2 | | Das quais, Estágio 2 | Das quais, Estágio 3 | | Das quais, Estágio 2 | Das quais, Estágio 3 | | Das quais, Estágio 2 | Das quais, Estágio 3 | | | | |
| Empréstimos e adiantamentos | 12 307 906 | 10 238 915 | 2 060 264 | 598 434 | - | 598 192 | (88 593) | (22 657) | (65 935) | (249 530) | - | (249 530) | (128 448) | 8 858 016 | 281 740 |
| Bancos centrais | 1 253 948 | 1 253 948 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações centrais | 101 654 | 99 623 | 2 031 | 2 356 | - | 2 356 | (232) | (116) | (116) | (250) | - | (250) | (250) | 6 687 | - |
| Instituições de crédito | 145 348 | 145 332 | 17 | - | - | - | (24) | (24) | - | - | - | - | - | 21 | - |
| Outras sociedades financeiras | 92 259 | 90 488 | 1 771 | 67 043 | - | 67 043 | (507) | (426) | (81) | (32 531) | - | (32 531) | (600) | 75 794 | 27 724 |
| Sociedades não financeiras | 4 117 210 | 3 079 157 | 1 029 325 | 412 537 | - | 412 344 | (60 572) | (17 444) | (43 128) | (169 739) | - | (169 739) | (127 598) | 2 671 342 | 196 281 |
| Das quais PME | 3 541 848 | 2 663 243 | 875 878 | 386 469 | - | 386 276 | (54 344) | (15 230) | (39 114) | (161 704) | - | (161 704) | (99 598) | 2 437 429 | 188 604 |
| Agregados familiares | 6 597 487 | 5 570 367 | 1 027 120 | 116 498 | - | 116 449 | (27 258) | (4 647) | (22 610) | (47 010) | - | (47 010) | - | 6 104 172 | 57 735 |
| Titulos de dívida | 4 732 709 | 4 724 602 | 8 106 | 33 000 | - | 33 000 | (9 374) | (8 360) | (1 013) | (14 272) | - | (14 272) | - | 3 699 | - |
| Bancos centrais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações centrais | 4 131 978 | 4 131 978 | - | - | - | - | (6 144) | (6 144) | - | - | - | - | - | - | - |
| Instituições de crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras sociedades financeiras | 89 580 | 87 315 | 2 265 | 33 000 | - | 33 000 | (730) | (359) | (371) | (14 272) | - | (14 272) | - | - | - |
| Sociedades não financeiras | 511 151 | 505 309 | 5 841 | - | - | - | (2 500) | (1 857) | (642) | - | - | - | - | 3 699 | - |
| Exposições Extrapatrimoniais | 2 012 882 | 1 634 532 | 378 349 | 78 113 | - | 78 113 | (10 623) | (4 557) | (6 066) | (8 894) | - | (8 894) | - | - | - |
| Bancos centrais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações centrais | 5 760 | 5 735 | 25 | - | - | - | (11) | (10) | - | - | - | - | - | - | - |
| Instituições de crédito | 194 700 | 61 816 | 132 884 | - | - | - | (559) | (12) | (547) | - | - | - | - | - | - |
| Outras sociedades financeiras | 25 875 | 18 808 | 7 067 | 10 | - | 10 | (53) | (24) | (30) | - | - | - | - | - | - |
| Sociedades não financeiras | 1 295 514 | 1 086 104 | 209 410 | 74 692 | - | 74 692 | (8 026) | (3 098) | (4 928) | (8 861) | - | (8 861) | - | - | - |
| Agregados familiares | 491 033 | 462 069 | 28 963 | 3 411 | - | 3 411 | (1 974) | (1 413) | (561) | (33) | - | (33) | - | - | - |
| | 19 053 497 | 16 598 049 | 2 446 719 | 709 547 | - | 709 305 | (108 590) | (35 574) | (73 014) | (272 696) | - | (272 696) | (128 448) | 8 861 715 | 281 740 |

Garantias obtidas por tomada de posse e processos de execução

(milhares de euros)

| Garantias obtidas por aquisição de posse | |
|---|--------------------------------|
| Valor no reconhecimento inicial | Variações negativas acumuladas |
| Ativos fixos tangíveis | |
| Outros, exceto ativos fixos tangíveis | |
| Bens imóveis de habitação | |
| Bens imóveis comerciais | |
| Bens móveis (automóvel, embarcação, etc.) | |
| Instrumentos de capital próprio e de dívida | |
| Outros, exceto ativos fixos tangíveis | |
| - | - |

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2021, é apresentada como segue:

Qualidade de crédito das exposições reestruturadas

(milhares de euros)

(milhões de euros)

| Montante escriturado bruto das exposições objeto de medidas de reestruturação | | | | | Imparidades acumuladas, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito e provisões | | Colaterais e garantias financeiras recebidas sobre exposições reestruturadas | |
|---|--|-----------------------------|---------------------------------------|--|---|-----------|---|---------|
| Sobre exposições reestruturadas produtivas | Sobre exposições reestruturadas não produtivas | | | Sobre exposições reestruturadas produtivas | Sobre exposições reestruturadas não produtivas | | Das quais, colaterais e garantias financeiras recebidas sobre exposições não produtivas com medidas de reestruturação | |
| | | Das quais, em incumprimento | Das quais, em situações de imparidade | | | | | |
| Empréstimos e adiantamentos | 68 070 | 555 721 | 555 721 | 555 721 | (2 514) | (253 180) | 290 678 | 242 692 |
| Bancos centrais | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações centrais | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Instituições de crédito | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras sociedades financeiras | 359 | 48 324 | 48 324 | 48 324 | (23) | (12 119) | 36 362 | 36 194 |
| Sociedades não financeiras | 37 376 | 421 251 | 421 251 | 421 251 | (1 970) | (209 410) | 177 526 | 154 947 |
| Agregados familiares | 30 335 | 86 146 | 86 146 | 86 146 | (521) | (31 651) | 76 790 | 51 551 |
| Títulos de dívida | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Compromissos de empréstimo concedidos | 280 | 398 | 398 | 398 | (2) | (17) | - | - |
| | 68 350 | 556 119 | 556 119 | 556 119 | (2 516) | (253 197) | 290 678 | 242 692 |

Qualidade de crédito das exposições produtivas e não produtivas por dias em atraso

(milhares euros)

| Montante escriturado bruto | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|--------|-----------|--|---------------------------------|-------------------------------|-----------------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------|-----------------------------|
| | Exposições produtivas | | | | Exposições não produtivas | | | | | | | |
| | Sem atraso ou em atraso <= 30 dias | Em atraso > 30 dias <= 90 dias | | | Probabilidade reduzida de pagamento que não está em atraso ou em atraso há <=90 dias | Em atraso > 90 dias <= 180 dias | Em atraso > 180 dias <= 1 ano | Em atraso > 1 ano <= 2 anos | Em atraso > 2 anos <= 5 anos | Em atraso > 5 anos <= 7 anos | Em atraso > 7 anos | Das quais, em incumprimento |
| Empréstimos e adiantamentos | 13 832 456 | 13 800 645 | 31 812 | 942 302 | 537 847 | 15 647 | 33 548 | 78 715 | 118 599 | 81 931 | 76 015 | 942 302 |
| Bancos centrais | 2 862 579 | 2 862 579 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações centrais | 104 408 | 104 408 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Instituições de crédito | 244 551 | 244 551 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras sociedades financeiras | 37 542 | 37 541 | 2 | 49 571 | 49 504 | 1 | - | 19 | 47 | - | - | 49 571 |
| Sociedades não financeiras | 3 935 578 | 3 927 607 | 7 971 | 707 797 | 366 229 | 7 170 | 24 635 | 67 534 | 103 494 | 73 314 | 65 421 | 707 797 |
| Das quais PME | 3 416 939 | 3 408 980 | 7 960 | 678 053 | 336 610 | 7 170 | 24 635 | 67 534 | 103 425 | 73 314 | 65 421 | 678 053 |
| Agregados familiares | 6 647 798 | 6 623 959 | 23 839 | 184 934 | 122 114 | 8 476 | 8 913 | 11 162 | 15 058 | 8 617 | 10 594 | 184 934 |
| Títulos de dívida | 3 612 187 | 3 612 187 | - | 33 000 | - | - | - | - | 33 000 | - | - | 33 000 |
| Bancos centrais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações centrais | 3 067 854 | 3 067 854 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Instituições de crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras sociedades financeiras | 10 894 | 10 894 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Sociedades não financeiras | 533 439 | 533 439 | - | 33 000 | - | - | - | - | 33 000 | - | - | 33 000 |
| Exposições Extrapatrimoniais | 1 902 482 | - | - | 117 002 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bancos centrais | - | | | | | | | | | | | - |
| Administrações centrais | 2 676 | | | - | | | | | | | | - |
| Instituições de crédito | 212 342 | | | - | | | | | | | | - |
| Outras sociedades financeiras | 20 144 | | | 5 | | | | | | | | - |
| Sociedades não financeiras | 1 174 387 | | | 114 100 | | | | | | | | - |
| Agregados familiares | 492 933 | | | 2 897 | | | | | | | | - |
| | 19 347 125 | 17 412 832 | 31 812 | 1 092 304 | 537 847 | 15 647 | 33 548 | 78 715 | 151 599 | 81 931 | 76 015 | 975 302 |

| | Montante escriturado | | | | | Imparidades acumuladas, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito e provisões | | | | | Colaterais e garantias financeiras e recebidas | | |
|-------------------------------|-----------------------|----------------------|---------------------------|----------------------|---------|---|----------------------|---|----------------------|----------------------|--|-----------------------------|---------------------------------|
| | Exposições produtivas | | Exposições não produtivas | | | Exposições produtivas - imparidades acumuladas e provisões | | Exposições não produtivas - imparidades acumuladas, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito e provisões | | | Abatimento do ativo parcial acumulado | Sobre exposições produtivas | Sobre exposições não produtivas |
| | Das quais, Estágio 1 | Das quais, Estágio 2 | Das quais, Estágio 2 | Das quais, Estágio 3 | | Das quais, Estágio 2 | Das quais, Estágio 3 | Das quais, Estágio 2 | Das quais, Estágio 3 | Das quais, Estágio 3 | | | |
| Empréstimos e adiantamentos | 13 832 456 | 11 870 828 | 1 952 840 | 942 302 | - | 941 322 | (92 543) | (27 576) | (64 965) | (411 375) | - | (411 375) | 414 074 |
| Bancos centrais | 2 862 579 | 2 862 579 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações centrais | 104 408 | 103 280 | 1 128 | - | - | (579) | (398) | (181) | - | - | - | 512 | - |
| Instituições de crédito | 244 551 | 244 551 | - | - | - | (464) | (464) | - | - | - | - | - | - |
| Outras sociedades financeiras | 37 542 | 35 575 | 1 967 | 49 571 | 49 571 | (188) | (91) | (97) | (12 198) | (12 198) | - | 14 734 | 37 246 |
| Sociedades não financeiras | 3 935 578 | 2 836 477 | 1 090 513 | 707 797 | 706 943 | (71 286) | (22 448) | (48 837) | (331 842) | (331 842) | (198 495) | 2 455 667 | 276 117 |
| Das quais PME | 3 416 939 | 2 503 954 | 910 497 | 678 053 | 677 199 | (59 872) | (20 214) | (39 657) | (318 050) | (318 050) | - | 2 263 705 | 270 031 |
| Agregados familiares | 6 647 798 | 5 788 366 | 859 232 | 184 934 | 184 808 | (20 026) | (4 175) | (15 850) | (67 335) | (67 335) | - | 6 067 971 | 100 711 |
| Títulos de dívida | 3 612 187 | 3 595 302 | 16 886 | 33 000 | - | 33 000 | (12 311) | (10 994) | (1 317) | (14 272) | - | (14 272) | 8 786 |
| Bancos centrais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações centrais | 3 067 854 | 3 067 854 | - | - | - | (5 533) | (5 533) | - | - | - | - | - | - |
| Instituições de crédito | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras sociedades financeiras | 10 894 | 8 408 | 2 487 | - | - | (794) | (44) | (750) | - | - | - | - | - |
| Sociedades não financeiras | 533 439 | 519 040 | 14 399 | 33 000 | 33 000 | (5 984) | (5 417) | (567) | (14 272) | (14 272) | - | 8 786 | - |
| Exposições Extrapatrimoniais | 1 902 483 | 1 515 098 | 387 383 | 117 002 | - | 117 002 | (6 737) | (3 294) | (3 444) | (14 524) | - | (14 524) | - |
| Bancos centrais | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Administrações centrais | 2 676 | 2 664 | 12 | - | - | (1) | (1) | - | - | - | - | - | - |
| Instituições de crédito | 212 342 | 59 855 | 152 487 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras sociedades financeiras | 20 144 | 12 499 | 7 644 | 5 | 5 | (152) | (4) | (148) | - | - | - | - | - |
| Sociedades não financeiras | 1 174 387 | 987 250 | 187 137 | 114 100 | 114 100 | (5 130) | (2 542) | (2 589) | (14 488) | (14 488) | - | - | - |
| Agregados familiares | 492 934 | 452 830 | 40 103 | 2 897 | 2 897 | (1 454) | (747) | (707) | (36) | (36) | - | - | - |
| | 19 347 126 | 16 981 228 | 2 357 109 | 1 092 304 | - | 1 091 324 | (111 591) | (41 864) | (69 726) | (440 171) | - | (440 171) | 8 547 670 |

Garantias obtidas por tomada de posse e processos de execução

(milhares de euros)

| Garantias obtidas por aquisição de posse | | |
|---|--|---------------------------------------|
| | Valor no reconhecimento inicial | Variações negativas acumuladas |
| Ativos fixos tangíveis | 789 | (51) |
| Outros, exceto ativos fixos tangíveis | 603 162 | (138 576) |
| Bens imóveis de habitação | 392 494 | (71 621) |
| Bens imóveis comerciais | 200 200 | (63 866) |
| Bens móveis (automóvel, embarcação, etc.) | 74 | (58) |
| Instrumentos de capital próprio e de dívida | - | - |
| Outros, exceto ativos fixos tangíveis | 10 394 | (3 031) |
| | 603 951 | (138 627) |

64 EVENTOS SUBSEQUENTES

Exceto quanto às situações referidas abaixo, não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2022 que requeiram ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2022.

(i) Novo normativo contabilístico

Em função do referido na nota 61, e após autorização obtida da Tutela, a partir do exercício de 2023, inclusive, o MGAM não irá aplicar a IFRS 17 no registo contabilístico das modalidades mutualistas, continuando a adotar a IFRS 4 no tratamento contabilístico dos produtos que comercializa junto dos seus associados.

(ii) Redução do Capital Social da Caixa Económica Montepio Geral

A Assembleia Geral da CEMG realizada no dia 10 de fevereiro de 2023 deliberou por unanimidade a reformulação das rubricas do capital próprio com a finalidade especial de reforço dos fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, visando a cobertura dos resultados transitados negativos, mediante a redução do capital social em Euros 1.210.000.000 sem alteração do número de ações existentes e sem alteração do valor total da situação líquida, através da redução do valor nominal unitário de cada ação de Euros 1 para Euros 0,50 e a consequente alteração do n. 1 do artigo 4.º dos Estatutos da CEMG.

(iii) Aumento, seguido de redução do capital social da Lusitania Companhia de Seguros, S.A.

Com vista à cobertura dos resultados transitados negativos, a Assembleia Geral da Lusitania Companhia de Seguro, S.A., realizada em 10 de fevereiro de 2023, deliberou o seguinte, com vista à cobertura de resultados transitados negativos:

- Aumento do Capital Social de Euros 12.500.000 euros para Euros 127.449.477,50, através da emissão de 91.959.582 novas ações, com o valor nominal unitário de Euros 1,25, com um prémio de emissão no valor total de Euros 2,05, a realizar integralmente no ato de subscrição, pela Associação, na modalidade de entradas

em espécie, através da conversão em capital de Prestações Acessórias de Capital sob a forma de Prestações Suplementares no montante de Euros 114.949.479,55; e

- Redução do Capital Social de Euros 127.449.477,50 para Euros 12.500.000,00, através da redução do valor nominal da totalidade das ações representativas do Capital Social de 1,25 euros para Euros 0,1226 e utilização do valor de Euros 2,05 do Premio de Emissão, que terá por finalidade a cobertura de resultados transitados negativos.

Estas deliberações estavam suspensas até à obtenção de autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, cujo pedido foi efetuado em 3 de janeiro de 2023. A aprovação foi obtida, em março de 2023.

- (iv) No âmbito do processo contraordenacional interposto pela Autoridade da Concorrência durante o ano de 2017 à participada Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., que culminou, em agosto de 2019, na aplicação de uma coima de Euros 20.500.000, o Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão julgou, em 24 de abril de 2023, como totalmente procedente o recurso da participada. Em 31 de dezembro de 2022 o montante provisionado para fazer face a um eventual desfecho negativo deste processo ascendia a Euros 10.250.000. É expectativa do Conselho de Administração da Entidade que seja efetuada a reversão da totalidade do montante provisionado.
- (v) Com vista à concretização dos objetivos estratégicos da atividade bancária do Grupo, nomeadamente a simplificação da estrutura e governance e a melhoria do modelo operativo, foi deliberada pelo Conselho de Administração do Banco Montepio a integração da atividade do Banco Empresas Montepio (BEM) - detido a 100% pela Montepio Holding, SGPS, S.A., a qual, por sua vez, tem como acionista único o Banco Montepio, que permitirá simplificar, por um lado, a abordagem ao segmento empresas, capturando sinergias e alavancando na aprendizagem e resultados do modelo de banca comercial e banca de investimento por via da unificação da relação, assim como tornar menos complexa a estrutura de governo do Banco Montepio.

Esta integração permitirá igualmente alinhar o critério de encarteiramento de clientes na banca de retalho com as práticas de mercado, consolidando a sua estrutura com o ajustamento em curso no Banco Montepio e convergindo para o benchmark do setor. Este processo foi iniciado com a deliberação do Conselho de Administração do Banco Montepio, adotada em agosto de 2022, de integração do BEM, incluindo a transferência de todos os seus ativos, passivos e operações, tendo nessa data sido primeiramente equacionada a realização de uma fusão por incorporação.

Em dezembro de 2022 foi aprovado o modelo de integração operacional e abordada a possibilidade de eventual venda da licença bancária do BEM (após carve-out de toda a atividade).

- (vi) Durante o primeiro trimestre de 2023 a subsidiária Lusitania Vida decidiu alienar um conjunto de obrigações com exposição ao risco Rússia, tendo registado menos-valias no valor de 3,4 milhões de euros e revertido imparidades no valor de 4,8 milhões de euros. Até à data foram alienadas as obrigações da Gazprom, conforme as indicações de liquidez e de possibilidade de transação no mercado, que estavam disponíveis no final do exercício. Mantém-se ativo o processo de alienação das obrigações russas remanescentes – Novolipetsk Steel.

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Virgílio Manuel Boavista Lima – Presidente

Idália Maria Marques Salvador Serrão

João Carlos Carvalho das Neves

Rui Pedro Brás de Matos Heitor

Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Alípio Barrosa Pereira Dias

Luís Manuel dos Santos Silva Patrão

14

Certificação Legal de Contas Consolidadas



Certificação Legal de Contas Consolidadas

Esta página foi deixada em branco propositadamente.

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Montepio Geral – Associação Mutualista (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 22.223.941 milhares de euros e um total de capital próprio de 201.857 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível ao Grupo de 90.801 milhares de euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração das alterações dos capitais próprios consolidados e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Montepio Geral – Associação Mutualista em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

O balanço consolidado do Grupo inclui no ativo montantes de 1.399.794 milhares de euros e 1.376.816 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente, relativos a ativos por impostos diferidos, dos quais 912.737 milhares de euros e 886.830 milhares de euros, respetivamente, provêm do balanço do Montepio Geral – Associação Mutualista. Os ativos por impostos diferidos provenientes do balanço do Montepio Geral – Associação Mutualista são originados, essencialmente, por diferenças temporárias dedutíveis respeitantes à constituição de provisões técnicas, cuja base tributável ascende a 3.363.154 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022 (2021: 3.313.256 milhares de euros). Em conformidade com a norma internacional de contabilidade IAS 12, Impostos sobre o rendimento, a recuperabilidade de ativos por impostos diferidos deve ser avaliada em função da obtenção de resultados tributáveis, os quais deverão ser projetados excluindo as componentes tributáveis originadas por novas diferenças temporárias dedutíveis.

Tendo por base as projeções apresentadas pelo Conselho de Administração e as condições previstas na referida norma e considerando, também, que dividendos e reversões de imparidades futuras relativos às participações financeiras detidas em subsidiárias, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável, não obstante o alargamento do horizonte temporal para recuperação de prejuízos fiscais, o Montepio Geral – Associação Mutualista não demonstra, na nossa opinião, capacidade para gerar resultados tributáveis suficientes que permitam recuperar parte substancial dos ativos por impostos diferidos registados nas suas demonstrações financeiras individuais. Desta forma, na nossa opinião, os ativos por impostos diferidos, os capitais próprios e o resultado líquido atribuível ao Grupo, constantes do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidados do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, encontram-se sobreavaliados por um montante materialmente relevante, a magnitude do qual não estamos em condições de quantificar, dada a

incerteza inerente às projeções dos resultados tributáveis do Montepio Geral – Associação Mutualista.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Chamamos a atenção para as seguintes matérias:

- (i) No âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022, foi efetuada pelo Conselho de Administração uma avaliação da capacidade do Grupo para fazer face a exigências de liquidez e aos restantes riscos associados ao desenvolvimento da sua atividade, sendo relevante para a compreensão da avaliação realizada a informação divulgada (i) na nota 57, gestão de riscos, em particular, no respeitante aos riscos de liquidez e de concentração de ativos da atividade mutualista e (ii) na nota 36, relativa à mensuração e recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.
- (ii) Conforme divulgado na nota introdutória das notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas, entrou em vigor em 2 de setembro de 2018 o Decreto-Lei n.º 59/2018 que aprovou o novo Código das Associações Mutualistas (CAM), tendo sido publicado posteriormente, em 29 de novembro de 2018, o Despacho n.º 11392-A/2018, conjunto, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o qual determinou que a Entidade ficasse abrangida pelo regime transitório previsto no CAM, aplicável pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a partir dessa data e durante um período de 12 anos, até 2030. A ASF emitiu, entretanto, a Norma Regulamentar n.º 3/2020, de 12 de maio, prevendo a prestação de informação a ser-lhe submetida para efeitos do exercício dos poderes que dispõe durante o período transitório de convergência. O Montepio geral – Associação Mutualista deverá adotar as medidas tendentes a garantir a convergência progressiva, com vista a atingir a plena conformidade com as disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis ao setor segurador, com as devidas adaptações, no final do período transitório.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa

9

consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

- b) elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material,

devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e

g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

16 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC nº 1138
Registado na CMVM com o nº 20160750

15

Parecer do Conselho Fiscal



Parecer do Conselho Fiscal

Esta página foi deixada em branco propositadamente.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (MGAM)

Exmos. Senhores Associados,

RELATÓRIO

1. Cumprindo o disposto no artigo 36º dos Estatutos do Montepio Geral - Associação Mutualista (MGAM) e no nº 3 do Regulamento do Conselho Fiscal do MGAM, é da responsabilidade do Conselho Fiscal exercer a atividade de controlo e fiscalização nos termos e pelos meios definidos na lei.
2. O Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação do Relatório de Gestão e Contas, elaborado de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) para o exercício findo de dezembro de 2022, nomeadamente a respetiva versão final aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2023. Para a preparação do parecer, o Conselho Fiscal reuniu com membros do Conselho de Administração, Serviços do MGAM, nomeadamente, com os responsáveis do Centro Corporativo e do Gabinete de Contabilidade e com o Revisor Oficial de Contas, tendo solicitado as informações e esclarecimentos que considerou relevantes para dar cumprimento às normas legais e estatutárias aplicáveis.
3. A tomada de posse dos membros dos órgãos associativos para o mandato 2022-2025 realizou-se no dia 11 de janeiro de 2022. De acordo com os novos estatutos procedeu-se à distribuição funcional dos membros do Conselho de Administração eleitos entre Administradores Executivos e Administradores não Executivos, tendo sido constituída, em 25 de janeiro, a Comissão Executiva do Conselho de Administração. O novo órgão associativo Assembleia de Representantes (AR) aprovou o calendário de reuniões para 2022 e deliberou o respetivo regimento de funcionamento, nos termos do disposto na alínea m), do n.º 1, do artigo 30.º dos Estatutos. A AR na reunião de 28 de julho aprovou as regras base e estatuto remuneratório dos órgãos associativos, nos termos do n.º 2, do artigo 50.º dos Estatutos, assim como, foi eleita a Comissão de Remunerações do MGAM nos termos previstos na alínea h), do n.º 1, do artigo 30.º dos Estatutos.

4. No quadro das disposições aplicáveis, designadamente do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, o atual relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração compreende a consolidação das contas individuais do MGAM, com as contas das entidades nas quais detém a totalidade do capital, uma participação relevante ou o controlo da gestão, no exercício de 2022.

5. Relativamente aos trabalhos de racionalização e simplificação do Grupo estes continuaram nas áreas de gestão de ativos, seguros, banca e saúde, explicados no presente relatório e contas na esfera dos factos relevantes de cada empresa, visando também, a eliminação de redundâncias, simplificação de estruturas, redução de gastos e maior eficiência.

6. No enquadramento de sustentabilidade o MGAM prosseguiu o caminho anteriormente traçado para a definição de uma Política Ambiental, com o Cálculo da Pegada de Carbono relativa a 2021 e deu início à redefinição da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo Montepio.

7. Em 2022, o MGAM iniciou a execução das Linhas de Orientação Estratégica (LOEs) 2022-2025 e continuou a trabalhar no aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controlo dos riscos de conformidade, promovendo o cumprimento com os requisitos legais, regulamentares e estatutários. destacando-se, ainda, os esforços do MGAM para acelerar a transformação digital através do desenvolvimento de um conjunto alargado de projetos tecnológicos, que visam melhorar a experiência do Associado, garantir a eficiência dos processos internos e mitigar o risco da atividade mutualista.

8. O Conselho Fiscal considera útil e apropriado enfatizar, de forma sinóptica, os principais aspetos da evolução das áreas mutualista, bancária e seguradora e de gestão de fundos de pensões, por serem as que representam o essencial da atividade global do Grupo Montepio.

8.1 ATIVIDADE MUTUALISTA (MGAM)

- No final do ano a Associação Mutualista contava com 606.483 associados, um acréscimo de 4.877 (+0,8%) em relação ao ano anterior. Contudo, o número total de subscrições registou uma diminuição para 935.244 (-0,5%), pelo que o número de subscrições por associado baixou para 1,54 (2021: 1,56).

- O valor médio por subscrição teve um aumento significativo nas modalidades de capitalização (907€; + 25%) e nas atuariais (289€; +36%) e, consequentemente, os proveitos inerentes a Associados atingiram o valor de 848,5 M€ (+ 24,8%). Os custos inerentes a Associados, dado o elevado montante de vencimentos e reembolsos, atingiu o valor de 762,7 M€ (+ 37,8%) pelo que a margem a associativa foi de 85,8 M€ (-32,1%).

- O Ativo Líquido ascendeu a 3.756 M€ (+1,1%), sem que se tenham registado alterações significativas na sua estrutura, onde avultam os investimentos no Banco Montepio e nas empresas do grupo (46,5%), os ativos por impostos diferidos (24,3%), a carteira de títulos (15,0%) e as propriedades de investimento (10,5%).

- O Passivo, que totalizou 3.391 M€, é constituído predominantemente por provisões técnicas (99,2%), sujeitas a um teste atuarial anual de adequação.

- O aumento do Capital Próprio de 366 M€ (+0,3%) reflete o resultado líquido após impostos do exercício de 50 M€ (+11,2%) e o impacto negativo da reserva de justo valor, de 48 M€, resultante da instabilidade nos mercados financeiros que afetaram significativamente o justo valor dos títulos detidos.

8.2 ATIVIDADE BANCÁRIA (BANCO MONTEPIO)

- A Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. adoptou, em 2019, a designação comercial de Banco Montepio. É a mais antiga instituição financeira de Portugal (fundada em 1844, autorizada por carta régia da Rainha Dona Maria II, de 4 de janeiro, como entidade anexa ao Montepio Geral Associação Mutualista).

- É a principal participada da Associação Mutualista e constitui-se como uma instituição única no panorama financeiro nacional pela sua origem e base mutualista e, consequentemente, pela sua vocação de poupança e de disponibilização de serviços financeiros para os Clientes Particulares, bem como, para os Clientes do Setor Empresarial e para as Instituições da Economia Social e empreendedores sociais.

- Principais *milestones* da atividade bancária no ano de 2022:

- Início de funções do novo mandato dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2022-2025.
- Melhoria de vários *Ratings* do Banco.
- Melhoria do modelo operativo do Grupo Banco Montepio através da simplificação da estrutura societária:
 - a) Conclusão do processo de dissolução voluntária e liquidação do Banco Montepio Geral Cabo Verde, no âmbito da redefinição estratégica das participações internacionais. (30 de setembro de 2022);
 - b) Foi assinado um acordo de venda da participação detida pela sua subsidiária Montepio Holding, SGPS, S.A. no capital social do Finibanco Angola, S.A. ao Access Bank Plc, estimando-se o closing da operação de venda no decurso de 2023, sendo que o resultado de 2022 já incorpora o ajustamento do valor desta subsidiária, atendendo aos termos acordados. (4 de outubro de 2022);
 - c) Foi deliberada a integração do Banco Empresas Montepio (BEM), detido a 100% pela sua subsidiária Montepio Holding, SGPS, S.A., incluindo a transferência de todos os seus ativos, passivos e operações, que poderá ser realizada por via de fusão por incorporação, ou outra que seja considerada favorável (agosto de 2022). Em dezembro de 2022, aprovou-se o modelo de integração operacional, assim como, a análise da possibilidade de eventual venda da licença bancária do BEM.

- *Framework Environmental, Social and Governance (ESG)*
 - a) Adesão ao UN Global Compact, reafirmando-se a missão de melhorar a realidade das famílias, das empresas, e apoiar as entidades da economia social.
 - b) Adesão aos Women's Empowerment Principles das Nações Unidas, no âmbito do plano de integração pela diversidade e o respeito pelos Direitos Humanos Universais.
 - c) Participação na 1.ª Edição da ESG WEEK 2022, uma iniciativa da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), que contou com o Banco Montepio como anfitrião e *main sponsor*, onde se debateram os grandes temas da Sustentabilidade enquadrados no domínio ESG.
- *Framework da Responsabilidade Social*
 - a) Processo *in continuum* no apoio ao empreendedorismo, às ideias e aos sonhos, através do concurso de que é *naming sponsor* "Banco Montepio Acredita Portugal". Foram apurados 6 vencedores na 12.ª edição do concurso, nas categorias Empreendedorismo Social, Mobilidade, Cidades Inteligentes, H2O Inovação, Soluções Tecnológicas e Acredita Portugal;
 - b) Promoção do concurso *Social Innovation Camp*, renovando os laços com a organização sem fins lucrativos *Junior Achievement* Portugal, a congénere portuguesa da *Junior Achievement*, a maior e mais antiga organização mundial de educação para o empreendedorismo, nomeada em 2022 para o Prémio Nobel da Paz.
- Vários Prémios e Reconhecimentos de que é exemplo a conquista do título - "Marca n.º 1 na Escolha do Consumidor" - na categoria Crédito Habitação, em todos os índices: notoriedade, credibilidade, isenção e transparência e motivação de compra, alcançando um nível de Satisfação de 82%, e de Recomendação de 83%. No início de 2023, o Banco Montepio voltou a ser eleito Escolha do Consumidor, pela 2ª vez consecutiva, na categoria Crédito Habitação, entre os 12 bancos avaliados.
- Outras distinções:
 - a) O Fundo Montepio Euro Energy, gerido pela Montepio Gestão de Activos, venceu, em 2022, o Prémio 'Melhor Fundo Nacional de Ações' na II Edição dos Prémios Rankia Portugal, tendo sido também destacado como o 'Fundo de Ações mais rentável de 2022' pela FundsPeople.
 - b) O Fundo Valor Prime, gerido pela Montepio Valor, venceu na categoria de 'Melhor Fundo de Investimento Imobiliário Aberto'.
 - c) O Banco Montepio foi distinguido em 2022 com o Selo 'Healthy Workplaces' de nível 2, uma distinção da Ordem dos Psicólogos Portugueses para o incentivo e a divulgação das melhores orientações e práticas que se desenvolvem em Portugal no que diz respeito à Segurança, Saúde e ao Bem-Estar Ocupacional.

- O Banco Montepio disponibilizou mecanismos de apoio para o desenvolvimento dos seus negócios e melhoria da competitividade, que se traduziram na assinatura do protocolo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e que vai permitir apoiar as PME e as Midcaps em Portugal. Adicionalmente, continuou a disponibilizar, uma série de Linhas, já em vigor, com o Fundo Europeu de Investimento (FEI) e com o Banco Português de Fomento (BPF), que permitiram às empresas financiarem-se com condições de mercado mais vantajosas.

Nas Demonstrações financeiras da atividade bancária salienta-se o seguinte em relação a 31/12/2022:

- O ativo líquido total consolidado atingiu o valor de 19.106,3 M€ (-607 M€), valor inferior em - 3,1% relativamente ao valor de 19.713,2 M€ em 31/12/2021 determinado, principalmente, pelo reembolso de 750 M€ de Obrigações Hipotecárias, bem como pela desalavancagem em ativos não *core* (*Non-Performing Loans* e Imobiliário).
- O crédito líquido a clientes registou um acréscimo, fixando-se em 11.713 M€.
- Os capitais próprios consolidados de 1.519,5 M€ evoluíram favoravelmente face ao valor registado em 31/12/2021 de 1.363,1 M€ assinalando um aumento de 156,4 M€ (+11,5%) face ao valor de final de 2021, refletindo, a evolução favorável dos resultados líquidos do exercício, que alcançaram 33,8 M€ (6,6 M€ em 2021), da reserva cambial positiva (+9,4 M€), fruto da valorização, observada no ano, do Kwanza face ao Euro e ao Dólar, e dos desvios atuariais positivos no Fundo de Pensões (+138,5 M€).

De salientar, já em 2023 (10 de fevereiro de 2023), a realização de uma assembleia geral extraordinária de acionistas, na qual foi tomada por unanimidade a deliberação sobre a reformulação das rubricas do capital próprio com a finalidade especial de reforço dos fundos suscetíveis de qualificação regulatória como distribuíveis, visando a cobertura dos resultados transitados negativos, mediante redução do capital social em 1.210 M€, sem alteração do número de ações existentes e sem alteração do valor total da situação líquida. Esta alteração não produzirá impacto sobre o montante de fundos próprios da instituição dado que a mesma não implica alterações ao nível da situação líquida do Banco.

- Os depósitos de clientes aumentaram 2,6% fixando-se em 13.115,4 M€.
- O resultado líquido consolidado do Grupo Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, SA situou-se em 33,8 M€, o que representa um aumento de 27,2 M€ face ao registado em 31/12/2021 de 6,6 M€, concretizando seis trimestres consecutivos com resultados líquidos positivos, suportados no crescimento do negócio, na melhoria da eficiência operacional e na redução do custo do risco.

Os resultados líquidos de 2022 beneficiaram do contributo positivo do Produto bancário, com destaque para a Margem financeira e para as Comissões líquidas, da redução dos Custos operacionais, e das menores dotações para Imparidades e provisões, em particular as relacionadas com o risco de crédito.

- O total do passivo fixou-se em 17.587 M€, revelando uma diminuição de 763 M€ (-4,2%) face ao valor de 18.350 M€ registado em 31/12/2021, evidenciando, essencialmente, a redução observada nos Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito (-225 M€) e na Dívida emitida (-1.010 M€), não obstante o aumento dos Recursos de clientes.

- Em 31/12/2022 o capital próprio financiava 8% do Ativo e os Depósitos de clientes mantiveram-se como a principal fonte de financiamento do balanço, fixando-se em 68,6% do total do passivo e capitais próprios.

- A eficiência medida pelo rácio *Cost-to-income* diminuiu face a 31/12/2021, o que é de relevar positivamente.

O Grupo Banco Montepio procedeu à divulgação de informações não financeiras que possibilitam entre outras a compreensão das atividades do Banco Montepio na área da sustentabilidade cumprindo os requisitos do Decreto-Lei n.º 89/2017, assim como, tem já um alinhamento com o Regulamento da Taxonomia (Regulamento UE n.º 2020/852), que estabelece requisitos em termos de divulgação com o objetivo de proporcionar transparência ao desempenho ambiental.

- As Certificações Legais de Contas emitidas pela PwC referente às demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022 em base individual e consolidada não apresentam qualquer ênfase ou reserva.

8.3 ATIVIDADE SEGURADORA E DE GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES

LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, SA

- O valor dos prémios brutos emitidos do seguro direto ascendeu a 219,1 M€ (+2,2%). Os aumentos mais significativos ocorreram em Acidentes de Trabalho (4,2%) e no ramo Automóvel (2,7%), tendo o ramo Acidentes Pessoais registado um decréscimo de 11,4%.

- A taxa de sinistralidade em função dos prémios adquiridos, líquida de resseguro, baixou para 68,5%, menos 5 p.p. do que no ano anterior, com destaque para a modalidade de Acidentes de Trabalho, que registou uma quebra de 29,8 p.p., cujo efeito foi parcialmente absorvido pelo aumento da sinistralidade do ramo Automóvel (+10,3 p.p.).

- Os custos e gastos de exploração líquidos ascenderam a 56,2 M€ (+6,4%) e o resultado financeiro totalizou 8,4 M€, ficando aquém do registado em 2021 (12,6 M€) devido à evolução negativa dos mercados financeiros por efeito da conjuntura geopolítica.

Esta evolução determinou um resultado líquido positivo de 5,1 M€, que compara favoravelmente com o de 2021 (1,2 M€).

- Dada a referida evolução negativa dos mercados financeiros, a carteira de investimentos da seguradora teve uma quebra em valor de 46,8 M€ (-9,6%), que se refletiu no total do Ativo (-38,1 M€) e nos Capitais Próprios (-27,9 M€). A operação de reembolso de dois empréstimos obrigacionistas subscritos pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, no valor de 14,5 M€, e

a subsequente realização de prestações acessórias de capital sob a forma de prestações suplementares, de igual montante, permitiu que a seguradora encerrasse o exercício com um rácio de cobertura de requisito de capital de 129,6%.

- Quando do fecho das contas ainda não era conhecida a decisão judicial que se veio a verificar, de absolvição da Lusitania pelo Tribunal da Concorrência quanto ao pagamento da coima de 20,5 M€ exigida pela Autoridade da Concorrência, que teria tido óbvio impacto na situação económica, financeira e de solvência da seguradora.

LUSITANIA VIDA, COMPANHIA DE SEGUROS, SA

- No início do ano e como consequência da evolução muito negativa dos mercados financeiros, a Lusitania Vida apresentou uma situação de incumprimento do requisito de capital de solvência que foi corrigida através de um plano de recuperação aprovado pela ASF e cuja execução teve o acompanhamento desta entidade.

- Os prémios brutos emitidos em 2022, relativos a contratos de seguro, totalizaram 91,0 M€, o que representa um aumento de 34,2% relativamente ao ano anterior. As aplicações de investimento em carteira registaram uma redução para 642,0 M€ (-14,8%), devido ao elevado volume de vencimentos (164,3 M€).

- Os Custos com Sinistros tiveram um decréscimo de 15,8%, os Custos e Gastos de Exploração uma redução de 42,4% e o resultado financeiro diminuiu para 4,2 M€ (-49,6%). Esta evolução determinou um resultado líquido de 7,5 M€, superior ao do ano transato (+37,7%).

- A redução do total do Ativo em 181,5 M€ reflete a redução do Passivo em 89,7 M€, onde avulta o menor volume de contratos de investimento, e a dos Capitais Próprios em 91,8 M€, dadas as imparidades determinadas pela referida evolução dos mercados financeiros.

- O rácio de cobertura de requisito de capital era, à data de 31 de dezembro, de 130,4% (2021: 125,3%).

FUTURO, SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, SA

- A desvalorização dos ativos em resultado da evolução da situação geopolítica e a permissão de reembolso sem penalização fiscal e sem exigência de permanência do investimento, determinada pelo Governo no último trimestre do ano, foi parcialmente compensada pelo sucesso na aquisição de novos clientes e pelo volume de contribuições para adesões individuais. Apesar do decréscimo do montante dos fundos geridos para 1.792 M€ (-7,8%), a quota de mercado da Futuro subiu de 8,1% para 8,4%.

- O total do Ativo teve um decréscimo de 0,6 M€ (-4,7%), montante idêntico ao do Passivo, em que se regista um menor valor dos impostos pendentes de pagamento e dos valores devidos a terceiros, nomeadamente à Montepio Gestão de Ativos.

- O Capital Próprio não sofreu uma alteração significativa, dado o resultado líquido do exercício de 83.700€, significativamente abaixo do registado no ano anterior devido à redução das comissões de gestão dos fundos fechados (-2,0 M€), parcialmente compensada pelo menor custo dos Fornecimentos e Serviços Externos, em que se destaca o menor encargo com a gestão parcial das carteiras dos Fundos de Pensões a cargo da Montepio Gestão de Ativos (-0,95 M€).
- A Futuro terminou o exercício de 2022 com um rácio de cobertura de requisito de capital de 166% (2021: 145%).

9. FUNDAÇÃO MONTEPIO

- A Fundação Montepio durante o ano em apreço manteve em *continuum* a sua atividade, nomeadamente o apoio a entidades sem fins lucrativos, procurando responder às necessidades sociais que contribuam para um desenvolvimento social integrado.
- Os projetos mais emblemáticos da Fundação Montepio – Frota Solidária (15ª Edição) e Prémio Voluntariado Jovem (12ª Edição) – consubstanciaram o propósito da Fundação Montepio, a que se juntaram outros projetos que impactam na vida quotidiana da sociedade em geral, contribuindo para o desenvolvimento de temas como o envelhecimento ativo, obras de expressão plástica de pessoas com deficiência intelectual, entre outros, num total de 39 Projetos (+ 3 projetos face ao período homólogo, totalizando mais 16.822,77€).
- A dotação orçamental teve origem no Montepio Geral Associação Mutualista no valor de 500.000,00 euros, na consignação fiscal de 2020 recebida em 2022 no total de 89.298,81 euros, na dotação do Banco Montepio – Cartão+Vida - no valor de 16.407,00 euros e outros donativos no valor de 18.050,00 euros.

Durante o período em análise – 2022 – o Projeto Frota Solidária representou 81% dos financiamentos concedidos (384.839,5€) de que beneficiaram 10 Instituições representativas do território nacional.

10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

- O perímetro de consolidação, em que o MGAM detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão inclui 21 (vinte e uma) empresas subsidiárias, 7 (sete) empresas associadas, e 9 (nove) fundos de investimento, num total de 37 entidades que exercem a sua atividade nos domínios mutualista, bancário, segurador, gestão de fundos de pensões, patrimónios financeiros, residências, prestação de cuidados de saúde e gestão imobiliária.
- O perímetro de consolidação em 2022, face ao exercício de 2021, foi alterado atendendo às seguintes situações:

- a) A aquisição pela MGAM à Lusitania Companhia de Seguros, SA e à Lusitania Vida as ações que estas detinham no Montepio Seguros SGPS, SA ficando com 100% desta sociedade;
- b) O aumento de capital do Montepio Seguros SGPS, SA de 17,5 M€, subscrito e realizado integralmente pelo MGAM através da conversão do crédito existente sob a forma de dívida sénior, em capital;
- c) A deliberação pelo acionista único MGAM da dissolução e liquidação da Montepio Seguros SGPS, SA, com a entrega de participações de ações representativas dos capitais sociais da Lusitania, Companhia de Seguros, SA, Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA e Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA;
- d) A alienação pelo MGAM da participação que detinha na associada Sagies- Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, SA; e
- e) O processo de fusão da participada Montepio Valor-SGOIC, SA na participada Montepio Gestão de Ativos-SGOIC, SA.

BALANÇO CONSOLIDADO

O ativo consolidado ascendeu a 22.223,9M€ inferior em 697,1 M€ (-3,0%) em relação a 31/12/2021:

- Caixa, disponibilidades e aplicações em Bancos Centrais e Outras Instituições de Crédito: 1.556,0 M€ (-53,6%);
- Créditos a clientes: 11.705,8 M€ (+0,4%);
- Carteira de títulos e outros instrumentos: 5.998,1 M€ (+19,7%);
- Ativos não correntes detidos para venda e propriedades de investimento: 320,9 M€ (-14,7%);
- Ativos não correntes detidos para venda – operações em descontinuação: 199,7 M€ (>100%);
- Ativos tangíveis e intangíveis: 360,6 M€ (-9,8%);
- Provisões técnicas e resseguro cedido: 22,3 M€ (-30,4%);
- Ativos por impostos correntes e diferidos: 1.413,2 M€ (+2,0%), e
- Outros ativos: 647,3 M€ (-7,8%).

As variações mais significativas verificam-se no decréscimo em caixa, disponibilidades e aplicações em bancos centrais (BC) e em outras instituições de crédito (OIC) de -1.796,2 M€ (-53,6%), e no acréscimo da carteira de títulos e outros instrumentos de 987,7 M€ (19,7%).

O passivo consolidado atingiu 22.022,1 M€ inferior em 750,0 M€ (-3,3%) em relação a 31/12/2021:

- Recursos de bancos centrais e OIC: 3.231,6 M€ (-6,5%);
- Recursos de clientes: 12.973,0 M€ (+3,0%);
- Dívida emitida: 637,6 M€ (-61,3%);
- Passivos não correntes detidos para venda – operações em descontinuação: 101,7 M€ (> 100%);
- Contratos de investimento: 642,0 M€ (-14,3%);
- Provisões técnicas: 4.019,7 M€ (+2,3%);e
- Outros passivos: 416,4 M€ (+6,7%).

A variação mais significativa verifica-se na Dívida emitida, no montante de 637,6 milhões de euros, que apresenta um decréscimo de -1 010,7 M€ (-61,3%).

Os capitais próprios consolidados ascenderam a 201,9 M€ superiores em 52,9 M€ (+35,5%) em relação a 31/12/2021, e as variações ocorridas devem-se, na sua maioria, ao resultado consolidado de 88,5 M€, reserva de justo valor, líquidas de reservas por impostos diferidos, em -42,1 M€, e diferenças cambiais e desvios atuariais, de 11,5 M€.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

O resultado líquido consolidado do exercício foi de 88,5 M€ superior em 15,2 M€ (20,8%) em relação ao exercício de 2021 devido a:

- O total dos proveitos operacionais de 1.549,7 M€ (+12,7%), resultantes dos proveitos dos juros e rendimentos similares de 330,0 M€ (+1,9%), dos juros e encargos similares de 33,1 M€ (-27,1%), e da margem financeira de 296,9 M€ (+6,6%) como consequência fundamental do acréscimo dos proveitos inerentes a associados e prémios de seguro adquiridos, líquidos de resseguro, de 1.130,3 M€ (+21,1%);
- O total dos custos operacionais de 1.361,2 M€ (+12,8%), como consequência dos valores dos custos com o pessoal de 208,7 M€ (-2,5%), gastos gerais administrativos de 102,8 M€ (+0,5%), custos inerentes a associados e com sinistros, líquidos de resseguros de 902,9 M€ (+28,3%), variação das provisões técnicas de 104,1 M€ (-27,7%) e as depreciações e amortizações do exercício de 42,8 M€ (+0,4%).
- O resultado operacional de 137,5 M€ (+38%) considerando as imparidades de crédito de 13,3 M€ (-74,1%), de outros ativos de 33,5 M€ (+42,9%) e outras provisões de 4,2 M€ (>100%);
- O resultado antes de impostos de 138,6 M€ (+38,6%) depois de equivalência patrimonial de 1,0 M€ (>100%);

- O resultado após impostos de operações em continuação de 101,4 M€ (+43,3%), de 25,6 M€ (-11,8%) de impostos correntes, impostos diferidos de 11,5 M€ (>100%) e operações em descontinuação de 13,0 M€ (<-100%).

11. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

A Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers&Associados-SROC, Lda. sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Montepio Geral-Associação Mutualista (o Grupo) contém uma reserva e chama a atenção para as matérias constantes das duas ênfases seguintes duas ênfases a seguir indicadas:

Bases para a opinião com reservas

O balanço consolidado do Grupo inclui no ativo montantes de 1.399.794 milhares de euros e 1.376.816 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente, relativos a ativos por impostos diferidos, dos quais 912.737 milhares de euros e 886.830 milhares de euros, respetivamente, provêm do balanço do Montepio Geral – Associação Mutualista. Os ativos por impostos diferidos provenientes do balanço do Montepio Geral – Associação Mutualista são originados, essencialmente, por diferenças temporárias dedutíveis respeitantes à constituição de provisões técnicas, cuja base tributável ascende a 3.363.154 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022 (2021: 3.313.256 milhares de euros). Em conformidade com a norma internacional de contabilidade IAS 12, Impostos sobre o rendimento, a recuperabilidade de ativos por impostos diferidos deve ser avaliada em função da obtenção de resultados tributáveis, os quais deverão ser projetados excluindo as componentes tributáveis originadas por novas diferenças temporárias dedutíveis.

Tendo por base as projeções apresentadas pelo Conselho de Administração e as condições previstas na referida norma e considerando, também, que dividendos e reversões de imparidades futuras relativos às participações financeiras detidas em subsidiárias, não concorrem para a determinação do seu lucro tributável, não obstante o alargamento do horizonte temporal para recuperação de prejuízos fiscais, o Montepio Geral – Associação Mutualista não demonstra, na nossa opinião, capacidade para gerar resultados tributáveis suficientes que permitam recuperar parte substancial dos ativos por impostos diferidos registados nas suas demonstrações financeiras individuais. Desta forma, na nossa opinião, os ativos por impostos diferidos, os capitais próprios e o resultado líquido atribuível ao Grupo, constantes do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidados do Grupo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, encontram-se sobreavaliados por um montante materialmente relevante, a magnitude do qual não estamos em condições de quantificar, dada a incerteza inerente às projeções dos resultados tributáveis do Montepio Geral – Associação Mutualista

Ênfases

i) No âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2022, foi efetuada pelo Conselho de Administração uma avaliação da capacidade do Grupo para fazer face a exigências de liquidez e aos restantes riscos associados ao desenvolvimento da sua atividade, sendo relevante para a compreensão da avaliação realizada a informação divulgada (i) na nota 57, gestão de riscos, em particular, no respeitante aos riscos de liquidez e de concentração de ativos da atividade mutualista e (ii) na nota 36, relativa à mensuração e recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.

ii) Conforme divulgado na nota introdutória das notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas, entrou em vigor em 2 de setembro de 2018 o Decreto-Lei n.º 59/2018 que aprovou o novo Código das Associações Mutualistas (CAM), tendo sido publicado posteriormente, em 29 de novembro de 2018, o Despacho n.º 11392-A/2018, conjunto, dos Gabinetes dos Ministros das Finanças e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, o qual determinou que a Entidade ficasse abrangida pelo regime transitório previsto no CAM, aplicável pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a partir dessa data e durante um período de 12 anos, até 2030. A ASF emitiu, entretanto, a Norma Regulamentar n.º 3/2020, de 12 de maio, prevendo a prestação de informação a ser-lhe submetida para efeitos do exercício dos poderes que dispõe durante o período transitório de convergência. O Montepio geral – Associação Mutualista deverá adotar as medidas tendentes a garantir a convergência progressiva, com vista a atingir a plena conformidade com as disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis ao setor segurador, com as devidas adaptações, no final do período transitório.

O Conselho Fiscal concorda com o teor das ênfases constantes da Certificação Legal das Contas, mas continua a manifestar a sua discordância com o teor da reserva acima mencionada relativa aos ativos por impostos diferidos, pelas razões já referidas em relatórios e pareceres do Conselho Fiscal de exercícios anteriores relativos a contas individuais e consolidadas do Montepio Geral- Associação- Mutualista, e salienta, pela sua importância, que a Certificação Legal das Contas deixou de incluir a reserva sobre incerteza material relacionada com o pressuposto da continuidade das operações.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, nos termos das suas competências estatutárias e regulamentares, apreciou o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 do MGAM, preparadas pelo Conselho de Administração.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho Fiscal, a informação financeira foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira e dos resultados do MGAM e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, sendo que o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas reflete de forma correta o negócio e os riscos associados relevantes para o MGAM, observando o princípio da continuidade.

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços e, ainda, conclusões constantes da Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitida pelo Revisor Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers&Associados-SROC, Lda., somos de parecer que a Assembleia de Representantes aprove:

- a) O relatório de gestão consolidado;
- b) As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Lisboa, 16 de maio de 2023

O CONSELHO FISCAL

Victor Franco

Victor Franco

Ana Harfouche

Paulo Raimundo



Montepio
Associação Mutualista

Sede

Rua Áurea, 219 – 241
1100 – 062 Lisboa

T: 213 248 000
montepio.org